

**A relevância da análise de mecanismos linguísticos
no discurso jornalístico:
Contributos para a atividade de *clipping***

RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO

Lilibeth Marlene Gomes Rodrigues

MESTRADO EM LINGUÍSTICA: SOCIEDADES E CULTURAS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

setembro | 2023

**A relevância da análise de mecanismos linguísticos
no discurso jornalístico:**
Contributos para a atividade de *clipping*

RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO

Lilibeth Marlene Gomes Rodrigues

MESTRADO EM LINGUÍSTICA: SOCIEDADES E CULTURAS

ORIENTAÇÃO
Teresa da Costa

CO-ORIENTAÇÃO
Samuel André Alves Mateus

Agradecimentos

Queria agradecer a cada uma das pessoas que me ofereceram os seus conhecimentos e parte do seu tempo para tornar possível a realização deste relatório de estágio:

à Professora Doutora Teresa da Costa, pela orientação na parte linguística, pela paciência e disponibilidade e por todas as orientações, que foram, sem dúvida, fulcrais para a concretização do meu relatório;

ao Professor Doutor Samuel André Alves Mateus, pela partilha de conhecimentos e pelas sugestões, particularmente sobre a área do *clipping*;

à empresa Press Power, particularmente ao Dr. Francisco Freitas, pela oportunidade de realização do estágio e por todos os saberes que ali adquiri;

à Professora Doutora Naidea Nunes Nunes, diretora do curso de mestrado em *Linguística: Sociedades e Culturas*, pelos ensinamentos durante a componente curricular e pela ajuda no estabelecimento do protocolo de estágio entre a Universidade da Madeira e a instituição de acolhimento.

Muito obrigada, a todos, por tudo!

Resumo

O presente relatório de estágio, realizado no âmbito do mestrado em *Linguística: Sociedades e Culturas*, da Universidade da Madeira, tem como objetivo geral aliar a investigação em linguística à atividade de *clipping*. Nesse sentido, faz-se, neste trabalho, a descrição das atividades de *clipping* desenvolvidas durante o estágio de 640 horas, concretizado na empresa Press Power, sediada no Funchal. Apresenta-se, também, um estudo baseado num *corpus* de 120 textos jornalísticos, composto por notícias, artigos de opinião e editoriais, escritos em língua portuguesa e publicados em dois tipos de suporte: em linha e impressos. O objetivo principal desse estudo foi identificar os mecanismos linguístico-discursivos usados em cada texto para construir uma perspectiva favorável ou desfavorável sobre o assunto tratado. Os resultados mostraram que o discurso valorativo, do autor do texto ou de outras entidades por ele convocadas, pode ser operacionalizado através de mecanismos linguísticos diversos, como as escolhas lexicais, a modalidade, o discurso relatado e o recurso a linguagem informal e/ou conotativa. Outros mecanismos, de natureza extralinguística, como o emprego de destaques em maiúsculas ou negrito, foram também identificados como veículos de juízos de valor, ao tornarem as opiniões salientes. Globalmente, neste relatório descreve-se as competências exigidas e desenvolvidas no estágio realizado na área do *clipping* e contribui-se para uma reflexão acerca da complexidade inerente a uma das tarefas incluídas no exercício dessas funções: a identificação da favorabilidade dos textos, em relação a cada cliente. Visando contribuir para a futura construção de materiais de apoio aos profissionais desta área, são elencados, no capítulo IV deste relatório, alguns critérios linguístico-discursivos que deverão ser tidos em conta para uma classificação adequada e empiricamente fundamentada do grau de favorabilidade dos textos, independentemente da escala usada.

Palavras-chave: linguística; géneros textuais; discurso jornalístico; favorabilidade; *clipping*

Abstract

This internship report carried out as part of the master programme in *Linguistics: Societies and Cultures* at the University of Madeira aims to combine linguistic research with clipping. This report describes the clipping activity carried out during the 640-hour internship at Press Power, a company based in Funchal. It also presents a study based on a *corpus* of 120 journalistic texts, that includes news, opinion articles and editorials, written in Portuguese and published online and printed. The main aim of this study was to identify the linguistic-discursive mechanisms used in each text to construct a favourable or unfavourable perspective on the subject. The results showed that the evaluative discourse of the text's author or other entities he or she calls upon can be operationalised through various linguistic mechanisms, such as lexical choices, modality, reported discourse and the use of informal and/or connotative language. Other mechanisms, of an extralinguistic nature, such as the use of capitals or bold highlights, were also identified as vehicles for value judgements, by making opinions stand out. Overall, this report describes the skills required and developed during the internship on clipping and contributes to a reflection on the complexity inherent in one of the tasks included in the exercise of these functions: identifying the favourability of texts in relation to each client. In order to contribute to the future development of support materials for professionals in this field, Chapter IV of this report lists some linguistic-discursive criteria that should be taken into account for an adequate and empirically based classification of the degree of favourability of texts, regardless of the scale used.

Keywords: linguistics; textual genres; journalistic discourse; favourability; clipping

Índice Geral

Agradecimentos	1
Resumo	2
Abstract.....	3
Índice Geral	4
Índice de Figuras e Tabelas	6
Introdução.....	7
Capítulo I – Enquadramento teórico.....	11
1. O Discurso jornalístico	11
1.1. Géneros textuais	11
1.1.1. A notícia.....	15
1.1.2. Os géneros opinativos	18
2. A atividade de <i>clipping</i> a partir do discurso jornalístico	20
2.1. O <i>clipping</i> na assessoria de imprensa.....	20
2.2. O conceito de <i>clipping</i>	21
2.3. Tipos de <i>clipping</i>	23
2.4. Etapas de desenvolvimento do <i>clipping</i>	24
2.5. Produtos essenciais do <i>clipping</i>	25
2.5.1. A folha de rosto.....	25
2.5.2. O relatório	29
2.6. O papel das escalas de favorabilidade no <i>clipping</i>	29
2.6.1. O discurso valorativo	30
3. A operacionalização do discurso valorativo nos textos jornalísticos	31
3.1. Léxico e registos de língua.....	32
3.2. Modalidade.....	36
3.3. Responsabilidade enunciativa	40
3.3.1. O discurso relatado	41
3.4. A metáfora.....	44
Capítulo II – O estágio	45
1. A formação teórico-prática prévia ao estágio.....	45
2. A instituição de acolhimento: Press Power	50
2.1. História e Missão.....	50
2.2. Serviços prestados	51
2.3. Equipa e horários de trabalho.....	54
3. A atividade de <i>clipping</i> : os objetivos traçados para o estágio.....	54
4. As atividades desenvolvidas	56
Capítulo III – Um estudo linguístico a partir do <i>clipping</i>	59

1. Enquadramento	59
2. Aspetos metodológicos.....	60
3. Descrição dos dados	64
3.1. Os títulos	64
3.1.1. A titulação na notícia	65
3.1.2. A titulação nos géneros de opinião	68
3.2. As escolhas lexicais.....	71
3.2.1. O léxico como veículo de informação	71
3.2.2. O léxico como veículo de opinião	72
3.3. Registos de língua e expressões idiomáticas.....	79
3.3.1. A metáfora: efeitos valorativos.....	81
3.4. A modalidade	83
3.4.1. A expressão modal na notícia	83
3.4.2. A expressão modal nos géneros de opinião	86
3.5. Responsabilidade enunciativa e discurso relatado	89
3.5.1. Mecanismos usados na notícia.....	89
3.5.2. Mecanismos usados nos géneros de opinião.....	92
Capítulo IV – Contributos da linguística para o <i>clipping</i>	94
1. Sistematização dos resultados obtidos no estudo linguístico	94
1.1. Mecanismos de operacionalização do discurso valorativo	95
1.1.1. Os títulos	95
1.1.2. Escolhas lexicais, responsabilidade enunciativa e discurso relatado....	96
1.1.3. Modalidade	98
1.1.4. Registos de língua, expressões idiomáticas e metáfora	100
1.1.5. Outros mecanismos	101
2. Proposta de critérios linguístico-discursivos para a identificação da favorabilidade dos textos, por parte do técnico de <i>clipping</i>	102
Conclusão	105
Referências	110
Anexos.....	116

Índice de Figuras e Tabelas

Figura 1: Géneros textuais associados ao discurso jornalístico (Silva, 2012).....	12
Figura 2: Modelo de arquitetura textual (Bronckart et al. 1985, citados em Rosa, 2020)	13
Figura 3: Codificação da notícia (esquema construído a partir de Gradim, 2000).....	16
Figura 4: Estrutura piramidal da notícia (Afonso, 2017, p.32).....	17
Figura 5: Clipping eletrónico: subtipos (a partir de Mateus, 2022, p.145)	23
Figura 6: Fases de desenvolvimento do clipping (a partir de Mateus, 2022, pp.146-147)	24
Figura 7: Modelo de folha de rosto do clipping [frente] (Mateus, 2022, p.148).....	27
Figura 8: Modelo de folha de rosto do clipping [verso] (Mateus, 2022, p.149).....	28
Figura 9: Os três grandes tipos de modalidade e respetivos valores (Rocha, 2019)	37
Figura 10: Exemplos de recursos que permitem a expressão da modalidade (Rocha, 2019).....	39
Figura 11: Pilares na missão da Press Power (Adaptado a partir do sítio Web da empresa).....	50
Figura 12: Ilustração de ferramentas e produtos do clipping (Fonte: Press Power).....	52
Figura 13: Dimensões norteadoras dos objetivos do estágio (fonte: elaboração própria)	55
Figura 14: Funções desempenhadas durante o estágio: rotina diária	57
Figura 15: Composição do corpus: categorias de género e suporte textual.....	61
Figura 16: Etapas gerais observadas na análise qualitativa do corpus	63
Figura 17: Exemplo de título opaco quanto à favorabilidade (notícia)	67
Figura 18: Exemplo de título dúbio, sobre a favorabilidade da notícia.....	68
Tabela 1: Cronograma geral das atividades realizadas (fonte: elaboração própria).....	45
Tabela 2: Fontes do <i>corpus</i> textual.....	61

Introdução

O presente relatório, elaborado no âmbito do curso de *Linguística: Sociedades e Culturas* da Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira, tem como eixo o estágio realizado pela mestranda na área do *clipping*, na empresa Press Power, sediada no Funchal, ilha da Madeira. A apresentação do relatório e a respetiva defesa em provas públicas constituem a última etapa requerida para a obtenção do grau de mestre, no contexto do curso de 2.º ciclo acima identificado.

A experiência de estágio decorreu no terceiro semestre do curso, entre os meses de outubro de 2022 e fevereiro de 2023. Teve uma duração total de 640 horas e foi supervisionada, na organização de acolhimento, pelo Dr. Francisco Freitas. No que diz respeito ao domínio científico, as etapas envolvidas na construção do relatório de estágio tiveram a orientação da Professora Doutora Teresa da Costa e a coorientação do Professor Doutor Samuel Mateus, docentes na Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira, especializados, respetivamente, nas áreas da Linguística Portuguesa e da Comunicação.

A escolha por esta área de estágio decorreu, principalmente, do interesse da mestranda pelas aplicações práticas que os conhecimentos de Língua podem ter, neste caso, na área da assessoria de imprensa. Assim, globalmente, este relatório tem o objetivo de contribuir para o estabelecimento de relações entre a linguística e a atividade de *clipping*.

Parte-se, aqui, do pressuposto de que os profissionais de *clipping* aplicam diferentes estratégias de leitura e de análise dos textos que recolhem, sobretudo porque precisam de reportar a cada cliente se esses textos lhe são favoráveis ou não. Isso significa que não basta identificar se os textos fazem referência ao cliente em causa, mas também conseguir perceber *o que é dito e como é dito* (ou escrito).

Desta forma, um técnico de *clipping* precisa de mobilizar, entre outros, conhecimentos sobre géneros textuais, porque conhecer a estrutura e as marcas linguísticas e discursivas dos textos ajuda a lê-los de forma mais adequada e eficaz (Coutinho, 2019; Silva, 2012). Precisa também de ser capaz de identificar formas nem sempre explícitas de veicular pontos de vista, sobretudo para conseguir identificar o grau de favorabilidade dos textos em relação ao seu cliente, ou seja, identificar se os textos caracterizam de forma muito ou pouco positiva (ou negativa) os produtos ou serviços do cliente (Carvalho & Reis, 2009; Mateus, 2022; Vasconcelos, 2010).

Essa identificação da favorabilidade envolve a capacidade de identificar marcas do discurso valorativo. Estas dizem respeito aos diferentes mecanismos que podem ser usados para transmitir opinião, desde as escolhas lexicais que são feitas, o emprego de linguagem conotativa e o recurso a diferentes registos de língua (Anigbogu, 2015; Mateus, 2021; Sousa, 2018, entre outros). Além disso, será necessário conseguir identificar essa expressão de pontos de vista em géneros textuais tradicionalmente mais neutros e imparciais, como a notícia, mas que também podem assinalar favorabilidade ou desfavorabilidade, por exemplo, através de formas do discurso relatado (Duarte, 2004).

Esse discurso valorativo pode ainda ser construído, nos textos jornalísticos, com recurso a outros mecanismos, extralinguísticos, nomeadamente os destaques que são dados a determinadas partes do texto ou ideias, em detrimento de outras (Mateus, 2021).

Partiu-se, então, do pressuposto de que as competências de análise linguístico-discursiva são essenciais no perfil de um profissional de *clipping* e, neste relatório, apresentaremos evidências de que, de facto, elas são importantes para o desempenho das funções de forma adequada.

No entanto, apesar da sua relevância, o treino específico sobre competências de língua pode não fazer parte da formação de base do profissional de *clipping*. Nesse sentido, este trabalho visa não só explorar a componente linguística no *clipping*, mas também contribuir para a futura construção de materiais de apoio para estes profissionais, sob a forma, por exemplo, de breves manuais ou guias que destaquem formas linguístico-discursivas de operacionalizar o discurso valorativo nos textos jornalísticos (cf. capítulo IV).

Assim, no que diz respeito aos objetivos que norteiam este relatório, estes distribuem-se por três dimensões principais: a *linguística*, a *técnica* e a *transversal*.

No âmbito da linguística, visa-se aplicar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no curso de 2.º ciclo em *Linguística: Sociedades e Culturas*, tais como identificar os mecanismos linguístico-discursivos que caracterizam a infraestrutura composicional, o processo de textualização e a responsabilização enunciativa em diferentes géneros textuais que integram o discurso jornalístico. Para tal, pretende-se explorar estratégias de compreensão da leitura direcionadas para a identificação de construções valorativas.

No âmbito da dimensão técnica, desenvolvida durante o estágio, os objetivos principais envolvem (i) conhecer os conceitos teóricos relacionados com o *clipping*; (ii) tomar conhecimento das temáticas associadas a cada cliente da Press Power; (iii)

reconhecer a extrema importância das mesmas para um eficiente serviço de *clipping*; (iv) desenvolver competências práticas no uso das ferramentas de clipagem.

Promovendo-se uma aliança entre as dimensões linguística e técnica, um dos objetivos centrais deste relatório é o de apresentar um estudo linguístico (cf. capítulo III) sobre os mecanismos de construção do discurso valorativo em textos jornalísticos (notícia e gêneros de opinião), de forma a identificar pistas que ajudem o profissional de *clipping* a identificar a favorabilidade dos textos que recolhem, sobre cada cliente. O *corpus* para a realização desse estudo foi recolhido na Press Power, recorrendo-se às ferramentas do *clipping*.

Por fim, importa salientar a terceira dimensão norteadora dos objetivos do estágio, que é de natureza transversal, relacionando-se com o desenvolvimento pessoal da própria mestrandia. Assim, além das duas dimensões centrais, a linguística e a técnica, o estágio e a consequente elaboração do relatório visaram complementarmente: i) fortalecer competências de concentração e de rigor; ii) aprofundar o sentido de responsabilidade; iii) desenvolver competências de trabalho em equipa; e iv) implementar estratégias de persistência e de autossuperação.

A estrutura deste relatório está organizada da seguinte maneira.

O **capítulo I** apresenta o *enquadramento teórico*, no qual se abordam conceitos como o discurso jornalístico, com foco na notícia e nos gêneros de opinião (ponto 1); passa-se, depois, a uma descrição teórica focada na atividade de *clipping* (ponto 2), nomeadamente a sua definição, a sua relação com a assessoria de imprensa, etapas de desenvolvimento e produtos. Aborda-se também, no ponto 2.6., o papel das escalas de favorabilidade na realização do *clipping* e a ligação destas com o discurso valorativo. No ponto 3, são analisados, do ponto de vista da descrição teórica, os mecanismos linguístico-discursivos que podem ser mobilizados para a operacionalização do discurso valorativo nos textos jornalísticos.

O **capítulo II** faz o relato do estágio. Começar-se-á pela descrição da formação teórico-prática prévia (ponto 1), passando-se depois à instituição de acolhimento, a Press Power, com foco na história e missão desta empresa, nos serviços prestados e na equipa e horários de trabalho (ponto 2). Em seguida, procede-se ao elencar dos objetivos traçados para o estágio e à descrição detalhada das atividades desenvolvidas pela mestrandia/estagiária, enquanto técnica de *clipping* (ponto 3.).

No **capítulo III**, faz-se a apresentação do estudo linguístico realizado. Começa-se por um breve enquadramento do trabalho e pela descrição de aspetos metodológicos

(pontos 1 e 2). No ponto 3, faz-se a descrição dos dados, subdividida em cinco secções: os títulos (secção 3.1.), as escolhas lexicais (3.2.), registos de língua e expressões idiomáticas; (3.3) a modalidade (3.4.) e, por fim, responsabilidade enunciativa e discurso relatado (3.5.).

O **capítulo IV**, intitulado *Contributo da linguística para o clipping*, faz uma breve discussão dos dados descritos no capítulo anterior e apresenta uma listagem de critérios que se considera útil ter em conta em futuros guias ou manuais de apoio ao técnico de *clipping*, com foco nos mecanismos operacionalizadores da favorabilidade dos textos.

Segue-se a **conclusão**, assim como as referências bibliográficas e os anexos.

Capítulo I – Enquadramento teórico

Neste capítulo, faremos uma síntese dos pressupostos e conteúdos teóricos considerados mais relevantes para o enquadramento do presente relatório de estágio. Abordaremos, em primeiro lugar, os conceitos de discurso jornalístico e de géneros textuais, com foco na notícia e nos textos opinativos (secção 1). Seguidamente, serão abordados alguns estudos sobre o *clipping* em textos do discurso jornalístico, incluindo a distinção entre tipos de *clipping*, etapas de desenvolvimento do mesmo, respetivos produtos e papel das escalas de favorabilidade (secção2). Por fim, na secção 3, faremos uma abordagem teórica dos mecanismos linguístico-discursivos que caracterizam os textos jornalísticos, com particular incidência naqueles que operacionalizam a afirmação de pontos de vista, ou seja, que materializam o discurso valorativo e a manifestação da favorabilidade.

1. O Discurso jornalístico

De acordo com Mateus (2021), o discurso pode ser considerado “um processo de representação de uma visão do mundo por parte de um grupo ou instituição social” (p.43). Nesse sentido, cada tipo de discurso obedece a “princípios de pertinência (o que pode e o que deve ser dito) e de regulação (como deve ser dito)” (idem, p.43), em função da coletividade em que é gerado. Por conseguinte, o discurso é perspetivado como uma construção social, resultante da interdependência entre a linguagem e a sociedade e suas práticas.

Na linha do proposto por Silva (2012), na obra *Tipologias textuais. Como classificar textos e sequências*, essas interações entre linguagem e sociedade levam à existência de diferentes tipos de discurso. Segundo este autor, o tipo de discurso “é uma classe na qual se incluem todas as produções verbais geradas por locutores que se inserem numa área de atividade socioprofissional específica, desde que estejam investidos do papel social inerente ao desempenho das suas funções nessa área (diretor de jornal, editor de política...)” (Silva, 2012, p.81). Dessa forma, é possível encontrar, por exemplo, características comuns às produções verbais que compõem o discurso religioso, jurídico, literário, científico e jornalístico.

Cada tipo discursivo, por sua vez, pode operacionalizar-se em diferentes géneros textuais, conceito abordado na secção que se segue.

1.1. Géneros textuais

Os estudos na área da linguística textual e da análise do discurso sublinham a indissociabilidade entre texto e situação comunicativa ou discursiva (Coutinho, 2019; Pinto & Valentim, 2018, entre outros). Nesta perspetiva, os textos não são considerados objetos apenas linguísticos, pois “são objetos empíricos e complexos, condicionados por múltiplos fatores em interação, linguísticos e extralinguísticos.” (Jorge & Luís, 2018, p.243). Na linha do Interacionismo Sociodiscursivo proposto por Bronckart (1997), citado em Coutinho (2019), os textos são “fundamentalmente entendidos como representantes empíricos das atividades (atividades gerais/atividades de linguagem) em que acontecem” (Coutinho, 2019, p.32). É, assim, na esfera do discurso gerado nessas atividades que surgem as formas de comunicação designadas por géneros de texto.

Neste quadro interacionista, os géneros são apresentados como categorias textuais definidas com base em diferentes critérios, que envolvem quer a situação de comunicação (meio de circulação, papéis socioprofissionais de autor e leitor, objetivos) quer as propriedades inerentes aos textos (tema, estrutura, estilo). Os géneros correspondem, deste modo, a modelos usados em situações de discurso/comunicação específicas, o que torna o estudo dos textos indissociável dos géneros discursivos em que se inserem (Silva, 2012).

A este propósito, Rosa (2020, p.42), citando Bronckart (1996), refere que “qualquer texto constitui uma ação de linguagem que é realizada mediante a interação com um dos modelos de géneros sincronicamente disponíveis”.

No caso concreto do discurso jornalístico, este pode operacionalizar-se em diferentes géneros textuais, conforme ilustrado na figura que se segue, construída a partir de Silva (2012).

Figura 1: Géneros textuais associados ao discurso jornalístico (Silva, 2012)

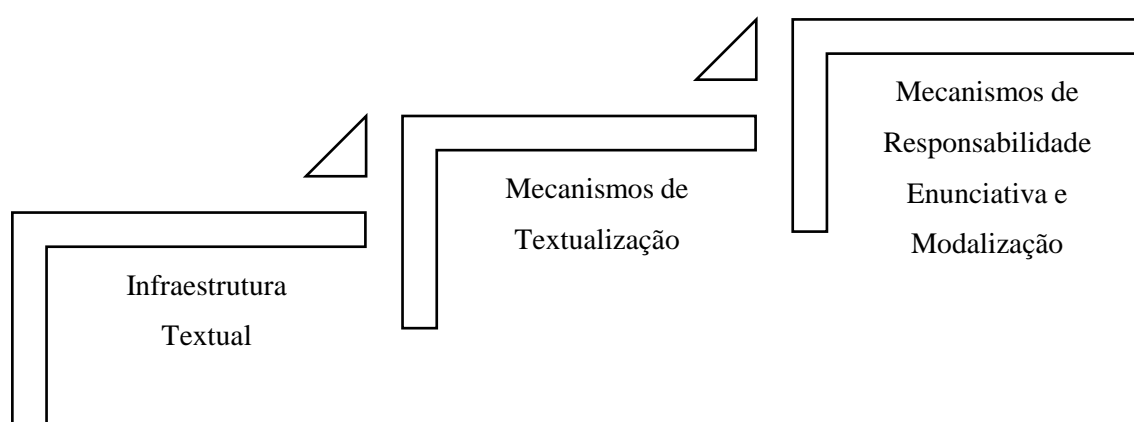


Desta forma, o editorial, a notícia, a entrevista, a reportagem e os textos de opinião constituem exemplos de géneros textuais associados à moldura da comunicação

jornalística. No presente relatório, daremos especial atenção à notícia e ao texto de opinião, caracterizados nas secções 1.1.1 e 1.1.2, respetivamente.

Apesar de os géneros textuais não apresentarem uma estrutura rígida, registam, globalmente, características estruturais e linguísticas comuns (Bronckart, 1999). Captando essas regularidades, Bronckart et al. (1985), citados em Rosa (2020), propõem um modelo de arquitetura textual para dar conta da forma como os textos se organizam internamente. Esse modelo integra três níveis ou camadas hierarquicamente dispostas, representadas na figura que se segue.

Figura 2: Modelo de arquitetura textual (Bronckart et al. 1985, citados em Rosa, 2020)



Os autores acima referidos propõem a existência de um nível de superfície do texto, onde operam os mecanismos de responsabilidade enunciativa e a modalização. O nível intermédio integra os mecanismos de textualização, em que se incluem aqueles que garantem a coesão. Por fim, a camada mais profunda do modelo de arquitetura interna diz respeito ao plano de texto, às sequências (narrativa, argumentativa, explicativa, dialogal e/ou descritiva) e como se encaixam e articulam ao longo da composição textual. Neste nível, são incluídos os organizadores textuais ou marcadores, que desempenham um papel importante na construção e na organização geral do texto (ver, também, Miranda, 2008; Lousada, 2010).

A existência de aspetos comuns dentro de cada género de texto levou à criação do conceito de parâmetros ou marcas de género, que são características previsíveis associadas a um determinado género textual (cf., entre outros, Coutinho & Jorge, 2019; Dias et al., 2011). Esses parâmetros são, depois, concretizados linguisticamente mediante a ativação de mecanismos de realização textual. No entanto, não há uma relação direta entre esses parâmetros e mecanismos, pois uma mesma marca de género pode ser

operacionalizada de diferentes formas, em diferentes textos, ainda que dentro de um único género (Coutinho, 2006; Rosa, 2020).

Os estudos nesta área têm vindo a mostrar que os géneros textuais possuem os seguintes traços distintivos: dinamismo e hibridismo. O dinamismo provém do facto de os géneros não constituírem uma categoria fechada: “correspondendo sempre a uma estabilização relativa, numa determinada época e numa determinada prática, eles adaptam-se, modificam-se, mesclam-se, cruzam-se, reestabilizam-se.” (Coutinho, 2019, p.81). Os géneros são, assim, permeáveis às mudanças sociais, alterando estruturas e formas de operacionalização linguística e formando uma categoria aberta, em que alguns podem entrar em circulação e outros cair em desuso (Rosa, 2020).

Além disso, como refere Coutinho (2019), na afirmação acima transcrita, os textos podem mesclar-se. O hibridismo e a permeabilidade estão patentes, por exemplo, no facto de um mesmo género textual poder apresentar características comuns a mais do que um género discursivo. A crónica é um género que pode ilustrar esta característica, pois pode apresentar especificidades associáveis ao discurso jornalístico e ao discurso literário. Além disso, um mesmo texto pode apresentar marcas de mais do que um género (Silva, 2012). A crónica, por exemplo, pode apresentar, simultaneamente, marcas do artigo de opinião, embora os dois sejam classificados como géneros textuais distintos (Carreira, 2004). Na mesma linha de pensamento, o editorial, apesar de ser considerado um género distinto do artigo de opinião (entre outros aspetos, devido ao papel social exercido pelo locutor) partilha com este várias marcas, entre as quais a presença do discurso valorativo.

Por fim, importa fazer referência, neste enquadramento teórico, à relação entre géneros de texto e compreensão da leitura. Efetivamente, conhecer as marcas de cada género textual pode não só contribuir de maneira positiva para a produção adequada dos textos, mas também pode ajudar a extrair significados. Por outras palavras, ao sabermos reconhecer os traços distintivos de cada género, tornamo-nos mais aptos a realizar uma leitura mais eficaz, compreendendo melhor os textos. A este propósito, Santos (2008) afirma o seguinte.

Durante o processo de leitura, o leitor constrói o significado relacionando as ideias contidas no texto com os seus esquemas mentais próprios, o que implica que possua conhecimentos sobre a super estrutura do texto (...) Esses conhecimentos são importantes na elaboração de previsões ou hipóteses. Utiliza para tal estratégias que lhe permitem selecionar a informação relevante dentro do texto e, nesse processo, é capaz de reconhecer como o autor organizou ou estruturou as ideias apresentadas, assim como é capaz de usar as estruturas do texto para antecipar ou prever a informação que se segue.

(Santos, 2008, p.47)

A reflexão apresentada no trabalho acima citado sublinha que, ao haver um conhecimento das marcas de género por parte do leitor, são geradas expectativas sobre o que encontrar ao ler os textos e são aplicadas estratégias para o reconhecimento da forma como as ideias são estruturadas e veiculadas. Apesar de o domínio da compreensão da leitura não constituir o foco de estudo do presente relatório, achamos relevante salientar esta relação, pois uma parte essencial do trabalho de técnico de *clipping* diz respeito à capacidade de ler e compreender, de forma rápida e eficaz, diferentes géneros textuais (associados ao discurso jornalístico e não só). Retomaremos, mais adiante neste relatório, a reflexão sobre este assunto.

Em seguida, passaremos à análise de duas categorias textuais específicas: a notícia e os géneros opinativos.

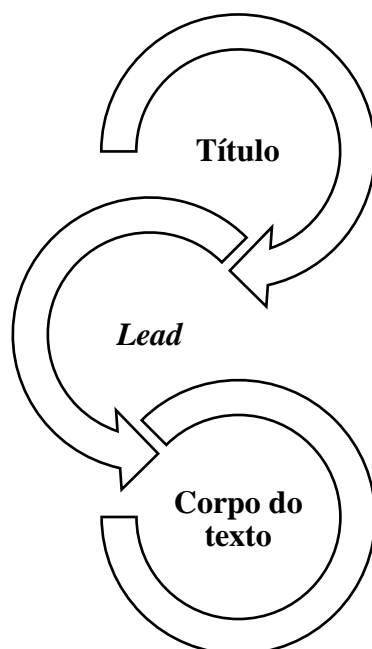
1.1.1. A notícia

Embora todas as notícias tenham um objetivo comum, que é o de informar, é possível distinguir diferentes tipos dentro deste género textual. A este propósito, Fontcuberta (2010), baseado-se em Sheehan (1972), propõe uma classificação que integra seis categorias. A primeira é relativa a um tipo de notícia designado por *sumário*, que inclui diversos assuntos da mesma fonte informativa. O segundo tipo, de natureza *cronológica*, foca uma determinada data dos factos; nesta categoria, o desenrolar cronológico constitui, por si só, um elemento informativo. O terceiro tipo de notícia é, segundo Fontcuberta (2010), de carácter *temático*, pois aborda temas relevantes para a sociedade, mesmo que não sejam assuntos da atualidade. O quarto tipo é de natureza *complementar* e, como o próprio nome indica, funciona como suplemento a outras notícias. O quinto tipo é *espacial*, porque retrata um evento ocorrido em diferentes espaços geográficos. Por último, surgem, nesta tipologia, as notícias de *interesse humano*, que envolvem ou mobilizam a emotividade, como “a descrição das lágrimas do perdedor de um acto eleitoral” ou um texto sobre “crianças perdidas” (Fontcuberta, 2010, p.69). Note-se, contudo, que estas diferentes tipologias poderão mesclar-se, combinando-se mais do que um dos tipos acima descritos num único texto noticioso.

Independentemente da tipologia em que se insere, de um modo geral, a notícia (enquanto género textual) caracteriza-se como sendo uma composição predominantemente informativa que apresenta um assunto de uma forma direta, clara e rigorosa, mantendo uma codificação definida: “título, *lead*, subtítulos, construção por

blocos, e em forma de pirâmide invertida” (Gradim, 2000, p.57). Esta estrutura é representada em seguida.

Figura 3: Codificação da notícia (esquema construído a partir de Gradim, 2000)



No que diz respeito ao título, este deve ser forte, claro e relevante, chamando a atenção do leitor para que as informações não passem despercebidas, incentivando-o a fazer uma leitura detalhada sobre a notícia em questão (Fontcuberta, 2010; Monteiro et al., 2018). Muito frequentemente, o título surge destacado do resto do texto, nomeadamente, em maiúscula (Mateus, 2021). Além da relevância e concisão, Gradim (2000) salienta que um bom título deve, também, apresentar características de originalidade, que prendam a atenção do leitor.

De acordo com Fontcuberta (2010), os títulos têm em conta três objetivos principais: “anunciar e resumir a informação contida na notícia; convencer do interesse daquilo que se conta; e terem vida própria, libertarem-se da informação que resumem e serem inteligíveis por si próprios, para que o leitor consiga imediatamente contar o facto”. (p.91).

Além das funções acima referidas, os títulos, assim como eventuais antetítulos ou subtítulos, assumem uma função gráfica ou estética, conforme refere Gradim (2000): “Os títulos, antetítulos e subtítulos desempenham ainda uma função estética nas páginas dos jornais, ajudando a quebrar a monotonia das extensas colunas de texto, demarcando a

arrumação dos próprios textos, e servindo ao equilíbrio gráfico da página” (Gradim, 2000, p.71).

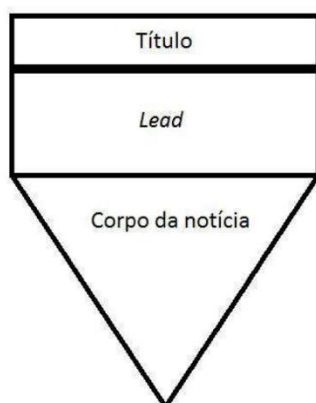
Importa ainda salientar que os subtítulos obedecem a regras idênticas às dos títulos e podem surgir logo após estes e ao longo do texto, articulando os diferentes blocos de informação. Segundo Afonso (2017), os subtítulos têm “como objetivo quebrar a monotonia do texto e salientar aspetos relevantes da informação.” (p.30).

Relativamente ao *lead*, este tem como função introduzir o leitor no contexto da notícia, dando uma segunda orientação para os parágrafos seguintes, organizados em temáticas relacionadas (Mateus, 2021). Segundo Fontcuberta (2010) e Gradim (2000), o *lead* apresenta a informação fulcral do texto, assumindo duas funções primordiais na notícia: fornecer a informação principal e despertar o interesse do leitor. De um modo geral, os autores defendem que o *lead* deve responder a questões essenciais como: *quem?*; *o quê?*; *quando?*; *onde?*; *como?* e *porquê?*. Segundo Gradim (2000), essas respostas às incógnitas que apresentam os leitores têm um carácter intuitivo e natural, “no sentido em que estão intimamente ligadas à nossa forma de conhecer e narrar uma história” (Gradim, 2000, pp.58-59)

No entanto, nem sempre o *lead* responde a todas as questões acima referidas. Além de informação clara e factual, é também importante que, nesta parte do texto, o jornalista apresente informação concisa, o que pode significar que algumas dessas perguntas (particularmente *o como?* e *o porquê?*) sejam abordadas apenas no corpo da notícia (Afonso, 2017; Fontcuberta, 2010; Gradim, 2000).

O corpo do texto complementa a informação veiculada pelo título e pelo *lead*, aprofundando a resposta às questões essenciais acima referidas (Fontcuberta, 2010; Gradim, 2000). Nesta secção, a informação é organizada, normalmente, em blocos ou parágrafos, por ordem decrescente de relevância de informação, numa estrutura de pirâmide invertida, conforme ilustrado abaixo.

Figura 4: Estrutura piramidal da notícia (Afonso, 2017, p.32)



Segundo Afonso (2017), esta construção em forma de pirâmide invertida garante maior clareza na transmissão da informação e, ainda, “torna possível cortar o texto de baixo para cima, no caso de haver falta de espaço na publicação, já que são os elementos menos importantes do texto que são removidos.” (p. 32).

Feito este breve enquadramento acerca da *notícia*, passaremos, no ponto seguinte, à análise teórica dos textos que emitem *opinião*.

1.1.2. Os géneros opinativos

O género opinativo do jornalismo responde ao desejo de trazer para a esfera pública uma discussão mais polémica e argumentativa dos factos que afectam, directa ou indirectamente, os cidadãos. São textos com características próprias que correspondem aos anseios e ideais dos seus autores. É através deles que são transmitidos valores, pensamentos, opiniões e ideologias.

(Gaudêncio, 2009, p.15)

De um modo globalizante, podemos afirmar que os géneros opinativos apresentam o ponto de vista do locutor em relação ao assunto abordado. Assim, enquanto na notícia predomina uma dimensão objetiva e informativa, nos textos que veiculam opinião verifica-se a preponderância de um carácter subjetivo e argumentativo, que convida à reflexão a partir das ideias defendidas (Afonso, 2017).

Associado à subjetividade, surge o carácter valorativo do discurso que ocorre nos textos opinativos (Carreira, 2004) e que tem como objetivo, também, fazer o leitor refletir sobre os assuntos abordados (Gradim, 2000).

A estas finalidades do jornalismo de opinião, Gaudêncio (2009) adiciona o de persuasão dos leitores, através do comentário aos acontecimentos e da transmissão de recomendações, explícitas ou implícitas, sobre formas de pensar e/ou de agir. No entender desta autora:

“os textos de opinião são produções jornalísticas que vão mais além da simples narração, explicação e interpretação dos factos. Neles são apresentados juízos de valor e são, por vezes, propostas soluções para os problemas actuais e reais, de mais urgente resolução, e que afectam, em larga escala, os leitores.”

(Gaudêncio, 2009, p. 29)

No âmbito do discurso jornalístico, a transmissão da opinião pode assumir formatos escritos diversificados. Anabela Gradim, no seu *Manual de Jornalismo*, citado abaixo, faz alusão a essa diversidade de formas que podem ser usadas para transmitir pontos de vista.

A amplitude dos estilos e temáticas ao fazer opinião varia muito, podendo ir desde o texto leve e bem-humorado sobre os costumes, ou a falta deles, até à análise dura e rigorosa de acontecimentos, relacionando factos aparentemente díspares e deles retirando deduções e conclusões.

(Gradim, 2000, p.95)

Também Carreira (2004, p.32) salienta a existência de uma grande heterogeneidade na organização do discurso de opinião, afirmando que os textos de opinião veiculados pela imprensa “condensam, num texto curto, análises e comentários de diferentes tipos”.

Como já foi referido anteriormente, os géneros textuais não são rígidos e, como tal, podem manifestar permeabilidade, partilhando características entre si. A este respeito, Afonso (2017) realça que os géneros textuais integrantes do discurso jornalístico são particularmente flexíveis e dinâmicos. No caso das características associadas ao discurso argumentativo e valorativo, estas podem ser encontradas em diferentes géneros textuais do âmbito jornalístico. São exemplo desta partilha os géneros *artigo* (ou texto) *de opinião*, *editorial* e, até, a *crónica* (Carreira, 2014). Por outras palavras, apesar de o editorial e a crónica não serem classificados como “texto de opinião”, apresentam características estruturais, linguísticas e discursivas em comum com este género textual.

Uma vez que, no capítulo III, centraremos a nossa atenção em notícias e em textos que veiculam pontos de vista, categoria global na qual inserimos quer artigos de opinião quer editoriais, centraremos aqui a nossa abordagem nestes dois géneros.

O *artigo de opinião* e o *editorial* são géneros textuais opinativos que compõem o discurso jornalístico (Afonso, 2017; Gaudêncio, 2009). Ambos têm em comum o facto de exprimirem opinião relativamente a um assunto, normalmente da atualidade, mas divergem relativamente à autoria da perspetiva defendida. Assim, no artigo ou texto de opinião, as ideias defendidas vinculam apenas quem o escreve, habitualmente, um jornalista ou personalidade com conhecimento na matéria em análise. Pelo contrário, no editorial, a opinião veiculada corresponde a “uma posição coletiva do respetivo meio de comunicação” (Afonso, 2017, p.38). Esta ideia é reforçada em Mateus (2022), quando refere que o editorial “discorre, de forma assumidamente opinativa, pelos acontecimentos

marcantes da atualidade” e veicula “a opinião do jornal e o seu posicionamento político e social acerca de um tema” (p.63).

Por vincular apenas o autor às posições defendidas, o artigo de opinião apresenta maior liberdade na redação. Ali, “a criatividade do seu autor marca o ritmo e a tónica do texto.” pois “é dele a exclusiva responsabilidade quanto aos conteúdos editados” (Gaudêncio, 2009, p.16). Note-se, no entanto, que essa liberdade não pode pôr em causa um dos princípios básicos da escrita jornalística: a clareza do discurso (Gaudêncio, 2009).

Quer a notícia quer os textos opinativos (neste caso, o editorial e o artigo de opinião) serão alvo de análise no estudo linguístico apresentado no capítulo III e, como tal, retomaremos mais adiante a abordagem destes géneros textuais integrantes do discurso jornalístico. Antes disso, passaremos à exposição de alguns aspetos teóricos relativos à atividade de *clipping*.

2. A atividade de *clipping* a partir do discurso jornalístico

2.1. O *clipping* na assessoria de imprensa

Tendo em conta que o *clipping* é uma das ferramentas centrais da assessoria de imprensa, e antes de avançarmos para uma descrição mais detalhada desta ferramenta, faremos uma breve abordagem ao papel da assessoria na atividade das organizações.

Todas as empresas ou instituições estão inseridas num determinado meio social, político e económico e têm um ou mais públicos-alvo. Neste sentido, o êxito dessas organizações depende, entre outros fatores, de uma integração bem-sucedida no meio envolvente e da criação (e preservação) de uma imagem positiva junto da opinião pública em geral e dos seus públicos-alvo em particular. Essa imagem, que se quer favorável, diz respeito à organização em si, assim como aos produtos e serviços que oferece (Beirão et al., 2010).

Essa relação entre a instituição e o meio envolvente é dinâmica, interdependente e fortemente determinada pela atuação dos órgãos de comunicação social. Por este motivo, a assessoria de imprensa tem como papel fulcral a mediação entre a instituição assessorada e os *media* (Beirão et al., 2010; Mateus, 2022). Neste sentido, o assessor de imprensa deve ser um elemento facilitador do fluxo de informação entre as partes envolvidas, um gestor de informação e de relações que visa “controlar, incrementar ou restringir o fluxo de informação que é veiculado nos meios de comunicação social sobre o assessorado” (Beirão et al., 2010, p. 13).

Entre as várias funções do assessor de imprensa constam, segundo Deschepper (1990), citado em Ribeiro (2014): (i) a organização e divulgação de informação; (ii) a avaliação das necessidades informativas dos diferentes públicos da organização; (iii) a definição de objetivos e planos de ação para a assessorada (estratégia de comunicação); (iv) o estabelecimento de laços de confiança com os jornalistas; (v) a realização diária do *clipping*.

Assim, além de compilar, processar e redigir informação acerca da organização para envio à imprensa, uma das tarefas realizadas pelo assessor é a de monitorização da informação veiculada nos órgãos de comunicação social, ou seja, o *clipping* (Mateus, 2022). Algumas organizações transferem essa tarefa para técnicos externos, através de empresas de comunicação (Beirão et al., 2010; Carvalho & Reis, 2009; Vasconcelos, 2010).

Passaremos, de seguida, a uma revisão de alguns fundamentos teóricos principais relacionados com o *clipping*.

2.2. O conceito de *clipping*

A palavra *clipping* provém do inglês *to clip*. Este verbo significa ‘cortar’ ou ‘poda’, o que se aplica à atividade do técnico de *clipping*, pois este identifica e recorta, de todo o conjunto de informações disponíveis, aquelas que interessam ao seu cliente. A este propósito, Mateus (2022) afirma: “Na assessoria de Imprensa, o assessor exerce uma espécie de poda do manancial de notícias, cortando aquelas que lhe interessam e retirando-as no jornal ou revista para as colocar num acervo especial a ser enviado ao assessorado” (p. 141).

Clipar é, assim, uma espécie de desbaste. Na verdade, as primeiras experiências de *clipping* envolviam, literalmente, o recorte manual das notícias impressas com relevância para o cliente. Mas note-se que, atualmente, com o desenvolvimento das tecnologias digitais, essa atividade de seleção da informação passou a abranger outros suportes que não apenas o papel, atribuindo-se à atividade de *clipping* um conceito mais lato. A título exemplificativo, veja-se que o dicionário em linha *Priberam* define *clipping* como “1. Serviço ou atividade que consiste em selecionar, arquivar e organizar material jornalístico publicado sobre determinado assunto, pessoa ou entidade. 2. Conjunto de material jornalístico recolhido (...) 3. Resumo das principais notícias dos órgãos de

comunicação social.”¹. Por outras palavras, fazer *clipping* envolve a seleção de informação, independentemente do suporte em que seja veiculada (Beirão et al. 2010).

O principal objetivo do serviço de *clipping* é o de “gerir a recolha de informação noticiosa de forma eficaz, simples e flexível” (Beirão et al., 2010, p. 78). Este aplica-se à imprensa, nacional e/ou estrangeira, mas também à televisão e rádio. No caso da imprensa, incide na pesquisa, seleção e recolha de textos do discurso jornalístico (notícias, reportagens, entrevistas, textos de opinião, entre outros) publicados em jornais e revistas, em linha ou impressos. No caso do material audiovisual (TV e rádio), o *clipping* consiste na pesquisa, escuta e/ou visualização de textos orais de interesse para o assessorado. Sobre este tópico, veja-se a definição apresentada em Mateus (2022):

“O clipping é definido como o processo de pesquisa, seleção, classificação e catalogação de todos os textos de carácter jornalístico (notícias, reportagens, entrevistas, colunas de opinião) em que o nome do assessorado é mencionado direta ou indiretamente no conjunto alargado de títulos de Imprensa (imprensa escrita, rádio, televisão, internet), sejam eles de âmbito nacional ou internacional.” (p.142)

A atividade de *clipping* culmina na emissão de resumos e relatórios, que informam o cliente sobre o seu perfil mediático. Entre outros aspetos, essa monitorização ajuda a perceber de que forma os *media* lidam com a informação que sai da organização, assim como a averiguar que imagem do cliente está a ser construída. Faz-se, assim, um acompanhamento da perceção mediática acerca dos serviços, produtos ou instituições, sinalizando se essa visão veiculada é favorável, desfavorável ou neutra: “As matérias [textos] são consideradas também como sinalizadores de imagem: podem ser positivas, negativas ou neutras.” (Carvalho & Reis, 2009, p. 30). Todo este conhecimento é essencial para avaliar e reajustar os planos e estratégias de comunicação da organização em foco (Beirão et al. 2010; Mateus, 2022).

Note-se que, numa organização que tem serviço de assessoria de imprensa, o *clipping* constitui também uma forma de avaliar se o trabalho do assessor está a surtir efeitos positivos: se os comunicados de imprensa estão a ser eficazmente transformados em textos noticiosos e divulgados nos *media*; se foi alcançada a visibilidade mediática desejada. Neste sentido, o *clipping* “é importantíssimo para legitimar a Assessoria de

¹ "**clipping**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2023, <https://dicionario.priberam.org/clipping>.

Imprensa e provar os efeitos positivos do seu trabalho na imagem pública do assessorado.” (Mateus, 2022, p. 141).

Repare-se que a evolução das tecnologias de comunicação tornou o *clipping* mais fácil e automático, pelo menos em algumas tarefas. O ‘*clipping* em linha’, também designado por *e-clipping* ou clipagem eletrónica, tornou-se um aliado fundamental na otimização do serviço, possibilitando uma maior cobertura no monitoramento, rastreando mais fontes de informação em menos tempo, atribuindo instantaneidade, confiabilidade e capacidade de distribuição rápida (Mateus, 2022).

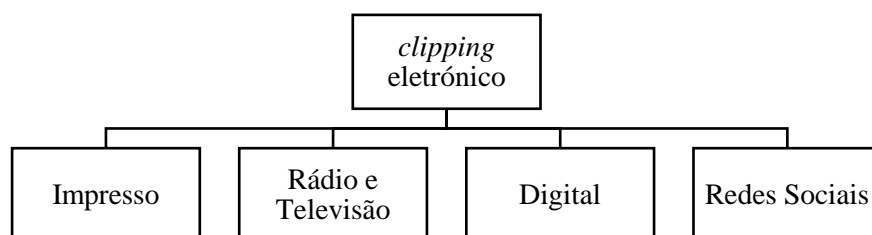
No entanto, o serviço de *clipping* continua a requerer a intervenção humana, numa tarefa “que exige concentração e sensibilidade apurada para o trato com a notícia, com o texto jornalístico e, ao mesmo tempo, um poder de concisão e objetividade grandes.” (Carvalho & Reis, 2009, p. 31). Um desafio adicional prende-se com o horário de início de funções, para o técnico de *clipping*: este precisa de começar a trabalhar muito cedo, pois as primeiras informações devem chegar ao cliente logo ao início do dia (Carvalho & Reis, 2009). Recuperaremos esta questão mais adiante, no capítulo dedicado à descrição das atividades realizadas no estágio (capítulo II).

2.3. Tipos de *clipping*

Já aqui foi referido que existem duas maneiras de fazer a monitorização da informação veiculada nos *media*: a manual e a eletrónica. A forma manual é cada vez menos utilizada e, como tal, centraremos a nossa atenção na modalidade eletrónica.

Segundo Mateus (2022), o *clipping* eletrónico subdivide-se em quatro tipos, esquematizados na figura 5.

Figura 5: *Clipping eletrónico: subtipos (a partir de Mateus, 2022, p.145)*



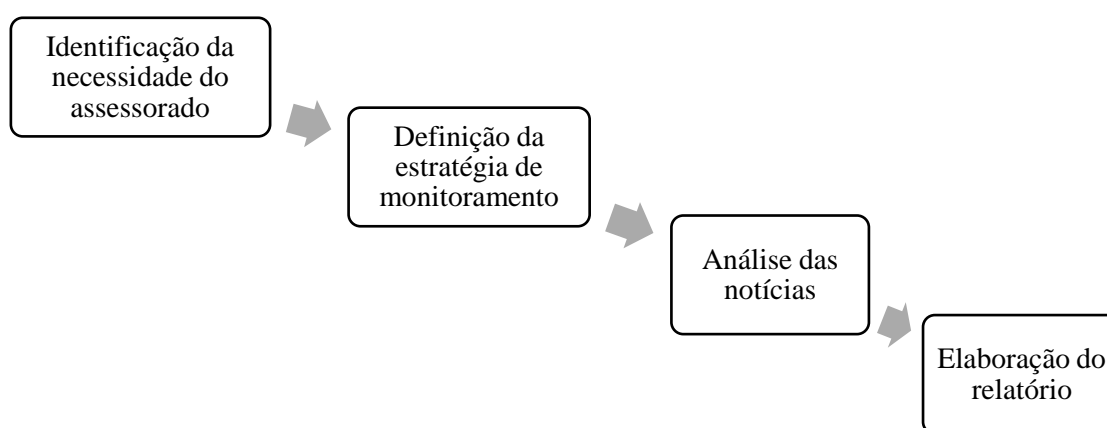
Assim, a monitorização eletrónica pode ser feita sobre o material impresso, por exemplo, através das versões PDF ou *e-paper* de jornais e revistas distribuídos em papel. Pode também envolver o rastreamento e seleção de programas audiovisuais diversos publicados em canais de rádio ou televisão, nomeadamente, entrevistas, noticiários ou reportagens. Em terceiro lugar, o *clipping* eletrónico pode abranger um vasto conjunto de informações publicadas digitalmente, incluindo jornais em linha, canais noticiosos, canais de YouTube, fóruns ou blogues. Por fim, a monitorização pode ainda abranger redes sociais, como comentários e postagens feitos no Twitter², Facebook, LinkedIn, entre outros, permitindo, segundo Mateus (2022, p.145), “uma visão mais ampla do perfil mediático do assessorado”.

Acrescente-se que a periodicidade dos diferentes tipos de *clipping* pode ser variável, mediante os objetivos do cliente. O habitual é fazer-se a monitorização diariamente, mas esta também pode ocorrer com frequência semanal ou mensal (Carvalho & Reis, 2009; Mateus, 2022).

2.4. Etapas de desenvolvimento do *clipping*

Segundo Mateus (2022), o *clipping* envolve quatro grandes etapas de desenvolvimento, apresentadas em seguida.

Figura 6: Fases de desenvolvimento do *clipping* (a partir de Mateus, 2022, pp.146-147)



² Esta rede social foi recentemente renomeada, assumindo agora a designação “X”.

Segundo o autor acima referido, é necessário, em primeiro lugar, identificar com muita clareza os objetivos que pretende alcançar o seu assessorado/cliente, assim como os seus serviços ou produtos.

Em segundo lugar, é importante saber a estratégia que vai ser utilizada para o monitoramento, o que inclui: (i) a determinação do período temporal; (ii) a definição das temáticas a rastrear, ou seja, saber se basta pesquisar o nome da organização assessorada ou se existem outras palavras-chave a ter em conta na monitorização; (iii) os meios de comunicação social a abranger (por exemplo, de abrangência nacional ou internacional).

Em terceiro lugar, surge a fase da análise das notícias: fazer *clipping* não é apenas recorte e compilação de informação, implica também uma apreciação atenta da mesma. Segundo Mateus (2022, p. 147), essa avaliação deve ter em conta as seguintes perguntas: “Qual o nível de interesse que a Imprensa demonstrou pelo assunto apresentado?”; “Que tipo de tratamento jornalístico recebeu? (positivo, negativo, neutro)?”; “As notícias tiveram origem na Assessoria de Imprensa ou resultam do interesse espontâneo do jornalista?”.

Importa aqui ter em conta que o termo “notícias”, neste contexto específico, parece ser usado por Mateus (2022) num sentido genérico, correspondente a ‘texto veiculado nos *media*’ e não à notícia enquanto género textual concreto. Isto porque, como o próprio autor salienta, o *clipping* pode incidir sobre diferentes manifestações textuais do discurso jornalístico e mediático, o que engloba não apenas notícias, mas também textos de opinião, entrevistas, comentários em redes sociais, entre outros.

Por fim, surge a etapa final, em que se procede à elaboração do relatório, o qual integra a análise dos resultados do trabalho executado pelo *clipping* e a extração das conclusões do mesmo.

2.5. Produtos essenciais do *clipping*

De acordo com Mateus (2022), existem dois elementos essenciais produzidos no processo de *clipping*: a folha de rosto (ou ficha) e o relatório, detalhados nas subsecções que se seguem.

2.5.1. A folha de rosto

A folha de rosto consiste no documento ou plataforma em que serão preenchidos os dados compilados no *clipping*. Apesar de não existir um modelo único de folha de rosto, há informações cujo preenchimento é essencial e, dessa forma, podem variar as configurações usadas por diferentes técnicos ou assessores, mas as principais categorias de informação serão comuns. Segundo Mateus (2022), entre essas categorias constam, por exemplo: a data de publicação do texto; a fonte; a localização do texto (capa do periódico, suplemento, etc.); o tom (positivo, negativo ou neutro); o gênero jornalístico (notícia, reportagem, entrevista, etc.). No verso da folha de rosto, insere-se o recorte do texto (cópia integral, digitalização ou imagem, no caso da televisão). As duas figuras que se seguem reproduzem o exemplo de folha de rosto (frente e verso) facultado em Mateus (2022, pp. 148-149).

Figura 7: Modelo de folha de rosto do clipping [frente] (Mateus, 2022, p.148)

			ID:
			Data:
Orgão de Comunicação:	Exclusiva:	Assunto:	
Edição N.º:	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>		
Secção Temática:	Chamada de Capa:		
	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>		
Localização da Notícia:	Tom dos Comentários (online):		
Capa <input type="checkbox"/>	Positivo <input type="checkbox"/> Negativo <input type="checkbox"/> Neutro <input type="checkbox"/>		
Interior <input type="checkbox"/>	Tom:		
Última Página <input type="checkbox"/>	Positivo <input type="checkbox"/> Negativo <input type="checkbox"/> Neutro <input type="checkbox"/>		
Suplemento <input type="checkbox"/>			
N/A (audiovisual, online) <input type="checkbox"/>			
Título:	Fotos: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>		
	Espaço Ocupado:		
	Cm: _____ Minutos: _____		
Género Jornalístico:		Números de Página:	
Entrevista <input type="checkbox"/>	Notícia <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/>		
Público-Alvo:	Nome Jornalista:	Endereço Eletrónico:	
Comentários:			

Figura 8: Modelo de folha de rosto do clipping [verso] (Mateus, 2022, p.149)

ID:
Data:
Recorte:

É com base nos dados sistematizados nas folhas de rosto que o assessor de imprensa irá proceder à análise, nomeadamente à identificação de padrões de comportamento discursivo mediático em relação à organização cliente/assessorada. Os

dados das folhas de rosto constituem, assim, a substância a partir da qual será construído o relatório. No capítulo II, secção 4, retomar-se-á o tema das folhas de rosto, pois o preenchimento das mesmas fez parte das atividades diárias da estagiária, enquanto técnica de *clipping*.

2.5.2. O relatório

O relatório de *clipping* é o documento final que é enviado ao cliente e que sintetiza e interpreta os padrões observados na monitorização mediática. As conclusões expostas nesse documento servirão, por sua vez, de base para o planeamento da estratégia de comunicação a seguir pela organização assessorada.

Mateus (2022) defende a elaboração de um tipo específico de relatório de *clipping*: o relatório misto, que é composto por duas grandes partes: a quantitativa (análise de dados) e a qualitativa (análise crítica dos resultados).

A dimensão quantitativa materializa-se, por exemplo, em tabelas e gráficos que quantificam os dados obtidos em função de diferentes variáveis, como o meio de comunicação, o órgão de comunicação social, o género textual ou a evolução ao longo do tempo.

A dimensão qualitativa do relatório visa interpretar os dados e tirar conclusões. Por exemplo, essa análise poderá interpretar um decréscimo de notícias sobre o cliente como não sendo necessariamente um factor de preocupação, pois os textos que foram divulgados, apesar de serem em quantidade reduzida, usufruíram de maior destaque na imprensa e tiveram maior aceitação, por parte do público-alvo. Como salienta Mateus (2022): “Não são os números, puros e duros, que interessam. Há que interpretar os resultados” (p.157).

2.6. O papel das escalas de favorabilidade no *clipping*

Conforme referido anteriormente, a atividade de *clipping* envolve não apenas a seleção e compilação de informação sobre uma determinada organização ou entidade, mas também exige a interpretação desses dados, no sentido de traçar o perfil mediático da mesma. Esse trabalho de análise interpretativa exige que o técnico de *clipping* seja capaz de avaliar se os textos identificados nos *media* transmitem uma imagem positiva, negativa ou neutra do cliente. Por outras palavras, é necessário determinar a

favorabilidade desses textos. Alguns serviços de *clipping* optam por uma classificação com duas possibilidades apenas: positiva ou negativa (a este propósito, veja-se Carvalho & Reis, 2009); outros optam pela definição de critérios apenas para uma classificação negativa, assumindo que os textos que não cumprem esses critérios apresentam uma perspectiva positiva/favorável, relativamente ao cliente em foco (consulte-se, por exemplo, o trabalho de Vasconcelos, 2010). Outros serviços, como aquele prestado pela Press Power, instituição de acolhimento do estágio aqui reportado, utilizam uma escala mais detalhada, que viabiliza a classificação dos textos desde um patamar *totalmente desfavorável* até um *totalmente favorável*, passando por um nível neutro quanto à favorabilidade (ver capítulo II).

A apreciação da favorabilidade dos textos requer, naturalmente, a capacidade de identificar elementos que, de alguma forma, atribuam à enunciação um pendor positivo ou negativo. Por outras palavras, essa tarefa exige a capacidade de decifrar o discurso valorativo, implícito ou explícito, nos textos jornalísticos.

2.6.1. O discurso valorativo

O adjetivo ‘valorativo’ remete para o ato de ‘valorar’, ou seja, de “emitir juízo de valor acerca de” ou “apreciar”³. Desta forma, entende-se por discurso valorativo o uso de língua que permite transmitir, de alguma forma, uma perspectiva de apreciação (favorável ou desfavorável) em relação a um determinado assunto.

De um modo geral, encontramos mais referências ao discurso valorativo em abordagens aos textos de opinião⁴, por ser um género textual em que predomina a subjetividade e a defesa de uma posição apreciativa. No entanto, o discurso valorativo pode ser encontrado noutros géneros textuais, incluindo naqueles em que predomina a objetividade do ponto de vista do locutor do texto. Nas notícias, por exemplo, é possível identificar discurso valorativo através da mobilização de mecanismos como o discurso relatado, em que a apreciação é atribuída a outras vozes, externas ao momento de enunciação.

Assim, ainda que, muitas vezes, a responsabilidade enunciativa das valorações não possa ser imputada ao autor do texto jornalístico, essas valorações existem, são

³“valorar”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2023, <https://dicionario.priberam.org/valorar>.

⁴ Segundo Buescu et al. (2014), uma das marcas de género do artigo de opinião é o “discurso valorativo (juízo de valor implícito ou explícito)” (p. 9).

veiculadas nos textos dos *media* e precisam de ser identificadas pelo técnico de *clipping*, no sentido de aferir a favorabilidade desses escritos relativamente à organização ou entidade que solicitou o serviço de monitorização. Na secção que se segue, procede-se a um breve enquadramento teórico dos mecanismos que podem ser utilizados para operacionalizar, linguisticamente, esse discurso valorativo nos textos jornalísticos.

3. A operacionalização do discurso valorativo nos textos jornalísticos

Antes de passarmos à análise mais específica dos mecanismos linguísticos que materializam o discurso valorativo, faremos um sumário das características da escrita jornalística em geral. Para este efeito, usaremos como fonte o *Manual de Jornalismo*, de Gradim (2000). Segundo esta autora, a linguagem jornalística deve destacar-se pelas propriedades de clareza, rigor e concisão, associadas à capacidade de ser apelativa para quem lê. Para que a mensagem seja clara, é necessário, de acordo com Gradim, utilizar as palavras com economia, dizendo apenas o que é essencial, em frases curtas e articuladas de forma coerente e coesa. Veja-se o que diz a autora, a este propósito:

A linguagem jornalística deve ser clara, precisa, concisa, ritmada e com vivacidade. A clareza deriva da utilização de frases curtas; do uso preferencial de uma ideia por frase; de um rigoroso encadeamento lógico entre as ideias explanadas no texto; e de uma utilização *económica* da linguagem: preferir as palavras mais curtas, e o número mínimo destas necessário a veicular a informação sem perda de conteúdo informativo.

(Gradim, 2000, p. 138)

Um dos atributos essenciais da linguagem jornalística é a simplicidade, pois só assim a mensagem será clara para todos os públicos, incluindo aqueles que seriam capazes de entender textos mais densos: “a rapidez da vida quotidiana também não convida, mesmo o leitor culto, a aventurar-se em enunciados intrincados – que por vezes pouca informação têm para dar” (Gradim, 2000, p.145). Desta forma, a autora defende que o léxico, apesar de dever ser variado, não poderá ser pretensioso ou rebuscado, nem inserido em orações complexas e encaixadas.

Outra característica da escrita jornalística em geral diz respeito à necessidade de ter particular atenção às escolhas lexicais e às variações semânticas que veiculam; por exemplo, a forma verbal “afirmar” não tem o mesmo alcance de sentido que o verbo “denunciar” (Gradim, 2000). Adicionalmente, a autora salienta o uso preferencial da voz

ativa e da flexão verbal no presente do indicativo, particularidades que conferem maior dinamismo e abrangência às ações descritas nos textos jornalísticos. Assinala ainda que deve ser evitado o uso da primeira pessoa gramatical, assim como deve ser pouco frequente o recurso a adjetivos e advérbios com valores modais.

Por fim, Gradim (2000) salienta uma outra característica essencial da escrita jornalística: a correta identificação das fontes da informação transmitida.

As propriedades acima elencadas caracterizam a escrita jornalística *em geral*. Isto significa que algumas delas poderão não ser aplicáveis a todos os géneros textuais que integram o discurso jornalístico. A não utilização (ou o uso mínimo e controlado) da primeira pessoa gramatical ou de adjetivos com valor apreciativo e advérbios modais, por exemplo, continua a ser uma regra válida para o género notícia (embora esta também possa veicular discurso valorativo, como veremos adiante), mas pode não se aplicar aos géneros de carácter opinativo. Por conseguinte, apesar de existirem princípios gerais que regulam, linguisticamente, a escrita jornalística, o grau de aplicação dessas regras pode variar, em função dos géneros textuais e, inerentemente, da finalidade comunicativa que esses géneros têm.

Nas próximas secções, iremos concentrar a atenção em mecanismos linguísticos que podem ser usados para expressar opinião. Para cada um deles, faremos um breve enquadramento teórico com vista à explicitação gramatical dos conceitos e, quando possível, será feita referência a estudos sobre a utilização desses mecanismos nos textos jornalísticos. Começaremos pelas escolhas lexicais e pelos registos de língua.

3.1. Léxico e registos de língua

O léxico é uma componente central no funcionamento de qualquer língua. Ele “codifica a visão que os falantes têm ou fazem da realidade extralinguística e a representação que desta elaboram” (Rio-Torto, 2013, p.8). Esta visão do léxico como ferramenta para representar a realidade é realçada também em Ritt e Rettore (2017): “é por meio do léxico e de seu significado que uma comunidade se desenha e desenha todo universo ao seu redor.” (p.13).

Apesar do valor intrínseco de cada vocábulo, é preciso ter em conta que as palavras interagem com outras, na construção da significação: “no funcionamento da linguagem, nenhum termo é isolado, todo o termo, linguístico ou metalinguístico, é um termo em relação” (Campos, 2000, p.164). Assim, o léxico assume uma natureza pluridimensional

e interativa (Rio-Torto, 2006) e, por isso, as escolhas lexicais devem considerar que cada palavra (ou expressão) pode assumir diferentes significados, em função das combinações gramaticais (sintáticas, morfológicas, semânticas) que integra no enunciado (Rio-Torto, 2013).

A este propósito, importa rever o conceito de classe de palavras, uma vez que as combinações que os vocábulos estabelecem nas frases dependem, em larga medida, das classes (e respetivas especificidades gramaticais) em que se inserem.

De acordo com a *Gramática do Português* da Fundação Calouste Gulbenkian, organizada por Raposo et al. (2013), classe de palavras é a “designação geral dos conjuntos distintos nos quais se agrupam as palavras do léxico, diferenciados pelas suas propriedades gramaticais e semânticas.” (pp.326-327). Do conjunto das classes existentes, destacaremos em seguida aquelas que serão analisadas no capítulo III deste relatório, ou seja, as classes dos nomes, verbos, adjetivos e advérbios.

Os nomes comuns são palavras que designam “classes de entidades, concretas ou abstratas”, enquanto os nomes próprios referem “de maneira direta entidades particulares do mundo, de diversas categorias ontológicas (pessoas e lugares, entre outras)”. Os nomes podem variar em género e número e são frequentemente antecidos por um especificador: um determinante (o *livro*; a *Ana*) ou um quantificador, no caso dos nomes comuns (muitos *livros*, poucos *livros*) (Raposo et al. 2013, pp.328-329).

Os verbos são “palavras cujos elementos mais típicos denotam ações, atividades, processos ou estados”. Podem surgir em formas finitas, ou seja, flexionadas, com informação semântica temporal (“*canto-cantei-cantarei*”), modal (*canto*; *cante*) e aspetual (*cantei*; *cantava*) (Raposo et al. 2013, p.329).

Os adjetivos são “palavras cujos elementos mais típicos denotam propriedades (materiais, abstratas, mentais, sociais, comportamentais, etc.) das coisas e dos seres”. São palavras morfológicamente variáveis, em género e número. Normalmente, podem integrar estruturas de predicação (o chapéu é *branco*) ou combinar-se de forma direta com o nome (o chapéu *branco*), no contexto do sintagma nominal (Raposo et al. 2013, p.329).

Quanto aos advérbios, são descritos como “palavras cujos elementos mais típicos se combinam com verbos (cf. saiu *apressadamente*) ou com adjetivos (cf. *muito* bonita), especificando o seu significado em várias dimensões semânticas.” Ao contrário dos nomes, verbos e adjetivos, não variam morfológicamente em género e número (Raposo et al. 2013, p.329).

A tradição gramatical (Mateus et al., 2003, pp. 418-419) agrupa os advérbios em subclasses, nomeadamente: (i) de lugar (ex. abaixo, acima, adiante, longe, perto); (ii) de tempo (agora, ainda, amanhã, antes, sempre, tarde); (iii) de modo (ex. assim, bem, mal, rapidamente, francamente); (iv) de intensidade ou quantidade (ex. bastante, bem, demasiado, mais, menos, muito); (v) de afirmação (ex. sim, decerto, certamente); (vi) de negação (ex. não, jamais, nunca); (vii) de dúvida (ex. acaso, porventura, talvez, possivelmente). Mais adiante, veremos que as classes do advérbio e do verbo se tornam particularmente relevantes em mecanismos linguísticos operacionalizadores do discurso valorativo, entre os quais a expressão da modalidade e do discurso relatado.

Os estudos sobre a escrita nos *media* têm mostrado que a análise das escolhas lexicais pode fornecer pistas importantes para a interpretação dos enunciados, para a identificação da intencionalidade comunicativa subjacente e para a caracterização do ambiente social em que o enunciado é produzido (Costa, 2021; Mateus, 2021, entre outros). Sobre este assunto, diz Mateus (2021):

A escolha de uma forma lexical em detrimento de outra é potencialmente significativa e um aspecto crucial da avaliação acerca da natureza do texto linguístico, os seus objectivos e a sua representação do mundo social. A escolha lexical será, pois, particularmente importante [para] aferir o significado de um texto.” (pp.180-181).

Segundo este autor, as escolhas lexicais podem constituir evidência da intencionalidade de quem escreve. Serão aqui referidos, de forma breve, alguns trabalhos que abordam esta temática.

O estudo comparativo de notícias realizado por Ritt e Rettore (2017) mostra que “as palavras são pensadas para que a impressão do leitor seja o mais próximo possível do que o autor espera” (p.14), ou seja, as escolhas lexicais têm como objetivo orientar quem lê para a interpretação idealizada por quem escreve. Estes autores salientam, ainda, que o léxico pode ser escolhido para amenizar ou para exacerbar os eventos relatados, mostrando, deste modo, o poder influenciador das palavras.

A dissertação de mestrado de Sousa (2018) que tem como título *Análise do papel do léxico na construção do sentido de discursos jornalísticos*, constitui um exemplo dos estudos que destacam a importância do léxico na construção do sentido no discurso jornalístico. Este trabalho procura mostrar como as escolhas lexicais podem permitir identificar o posicionamento do locutor nesse discurso.

O estudo de Anigbogu (2015) analisa os mecanismos linguísticos usados num *corpus* de 20 editoriais, provenientes de diferentes periódicos em língua inglesa. No que diz respeito ao léxico, este trabalho reporta, por exemplo, como o uso de adjetivos qualificativos, advérbios e verbos contribuem para a construção de uma imagem negativa do estado da nação. O léxico é, neste trabalho, caracterizado como um veículo para apreciações e juízos de valor.

Por fim, destaca-se o trabalho de Mateus (2021) sobre o discurso mediático. O autor salienta que a análise lexical envolve a observação de vocábulos isolados e também de eventuais predomínios de grupos de palavras: “a análise lexical não apenas estuda o vocabulário empregue, como identifica campos lexicais⁵ que se destaquem no texto escrito.” (p.178). Veja-se, como exemplo, que Mateus analisa textos publicados no sítio eletrónico da EDP e mostra como a repetição da palavra “energia”, associada a vocábulos como “ambição” e “inovação” contribui para a criação de um campo lexical que indica um espírito empreendedor e de internacionalização (p.179), marcando uma clara favorabilidade da enunciação em relação à empresa EDP. Segundo o autor, “os campos lexicais podem ser empregues como uma técnica de escrita ao tornar persistente uma dada imagem mental acerca do objeto que estão a descrever.” (p.180).

Mateus (2021) salienta também os verbos e as diferentes forças ilocutórias⁶ que podem transmitir (distingue, por exemplo, os verbos *dizer* e *avisar*, p.181). O autor segue uma tipologia verbal que separa verbos “neutros” (dizer, declarar, responder) de verbos “metaproposicionais assertivos” (explicar, concordar, aceitar, sublinhar) e “expressivos” (acusar, lamentar, confessar), salientando que “a forma como se usam estas categorias de verbos pode fazer parecer os actores sociais representados como possuindo mais autoridade ou mais subserviência, mais legítimos e menos legítimos.” (Mateus, 2021, p.182). Por conseguinte, quer os verbos quer os nomes (agrupados ou não em campos lexicais) podem funcionar como mecanismos de marcação da opinião/favorabilidade do texto em relação a um determinado assunto.

Fortemente relacionado com a dimensão lexical está o conceito de registos de língua. Para Vilela (1997), a escolha de um determinado registo é condicionada pelo papel do locutor e pela situação de comunicação específica em que se encontra. Por exemplo,

⁵ Um campo lexical pode ser definido como “um conjunto de palavras ou expressões que remetem para uma determinada realidade, para um determinado domínio conceptual” (Rocha, 2019, p.103).

⁶ A força ilocutória diz respeito à “função que um enunciado assume no contexto da sua enunciação”, estando relacionada com “a intenção com que o enunciado é produzido, i.e., o seu objetivo ilocutório.” (Faria et al., 1996, p.391).

situações de comunicação “pai-filho”, “amigo-amigo”, “desconhecido-desconhecido”, “médico-paciente” desencadeiam usos de diferentes registos: familiar, informal ou formal (Vilela, 1997, p.40). Por sua vez, a adoção de um registo mais ou menos formal envolve a escolha de estruturas diferentes (mas disponíveis na língua) quanto à pronúncia, à sintaxe e, também, ao léxico. Veja-se, por exemplo, que a escolha entre os vocábulos ‘bofetada’ ou ‘lambada’ (Vilela, 1997, p.39) pode decorrer do registo de língua da situação de comunicação (mais formal ou mais informal, respetivamente).

Embora os textos jornalísticos não integrem, à partida, um contexto de comunicação informal, a verdade é que podem ser encontradas marcas de coloquialidade em géneros textuais da comunicação social. Esse registo informal pode ser encontrado, por exemplo, no uso de expressões idiomáticas, por exemplo, “apanhar bonés” para referir alguém que não consegue o que quer ou “ter muita lata” para designar alguém com muita desfaçatez (Rio-Torto, 2013). Construções polilexicais como estas surgem, não raramente, em géneros opinativos do discurso jornalístico e podem também contribuir para a transmissão de pontos de vista.

Segundo Duarte (2004), “hoje, mais do que anteriormente, as citações jornalísticas procuram um tom oralizante que concorre para essa função de dramatização: acrescentam emoção, cor, verosimilhança ao discurso.” (p.312). Desta forma, o recurso a um registo de língua menos formal, mais espontâneo e próximo do leitor pode conferir ao texto “mais verosimilhança e autenticidade, tornando-o mais próximo do real” (Duarte, 2004, p.317). Como veremos no capítulo III, alguns textos do *corpus* estudado apresentam estas características de registo informal, e, por vezes, essas expressões colaboram na construção do discurso valorativo.

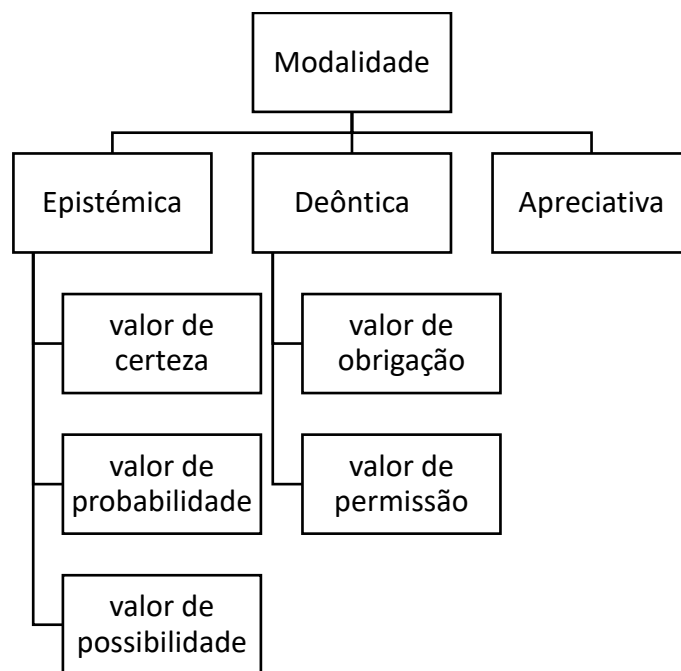
3.2. Modalidade

Segundo Mateus et al. (2003), “a *modalidade* é a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes” (p.245). Deste modo, genericamente, podemos definir a modalidade como a materialização linguística de formas de pensar e sentir. Essa materialização, contudo, pode ser feita de maneiras distintas e representar formas de pensar diversificadas, daí os autores atrás referidos salientarem que a modalidade é “um fenómeno de grande amplitude, pois não só existem numa língua formas diversas de

expressar um mesmo tipo de modalidade como também uma expressão pode apresentar diferentes modalidades” (Mateus et al., 2003, p.245).

Os estudos linguísticos com foco na modalidade têm apresentado diferentes tipologias para a sua classificação (Campos & Xavier, 1991; Mateus et al., 2003). No presente relatório, será adotada a proposta feita em Campos (2004) e retomada em Neves (2009), que perspectiva a modalidade linguística numa abordagem semântico-enunciativa, agrupando a modalidade em três grandes subcategorias gramaticais: a *epistémica*, a *deôntica* e a *apreciativa*. As duas primeiras podem apresentar diferentes valores modais, conforme tem sido reportado por algumas gramáticas e estudos. Representamos, em seguida, a categorização tripartida da modalidade, com indicação dos valores modais que as integram, a partir da descrição apresentada em Rocha (2019, pp.136-137).

Figura 9: Os três grandes tipos de modalidade e respectivos valores (Rocha, 2019)



No que diz respeito à modalidade epistémica, esta “corresponde à constatação de que um estado de coisas é ou não é” (Neves, 2009, p.33), podendo ter o efeito de diferentes valores modais, exemplificados em seguida.

(1) Modalidade epistémica: valores modais (exemplos extraídos de Neves, 2009, p.33)

a) de *certeza* – exemplo: “O Gil plantou uma árvore”; “O Gil não plantou uma árvore”

b) de *probabilidade* – exemplo: “O Gil deve ter plantado uma árvore”

c) de *possibilidade* – exemplo: “O Gil pode ter (ou não ter) plantado uma árvore”

Note-se que a diferença entre o valor de probabilidade e o de possibilidade assenta no facto de, no primeiro, a assunção de algo ser provável deriva de conhecimento prévio, por parte do locutor (que induz essa probabilidade). Já o valor de possibilidade não parte de experiências ou conhecimentos anteriores e expressa, apenas, o que o locutor considera possível, embora sem grau elevado de certeza (Rocha, 2019).

No que se refere à modalidade deôntica, através desta o locutor expressa a sua vontade relativamente à situação ou ao seu interlocutor. Desta forma, o valor deôntico “corresponde ao desejo de que um estado de coisas seja ou não seja” (Neves, 2009, p.33)

Como mostram os exemplos que se seguem, esta modalidade pode assumir um valor de obrigação ou de permissão.

(2) Modalidade deôntica: valores modais (exemplos extraídos de Neves, 2009, p.33)

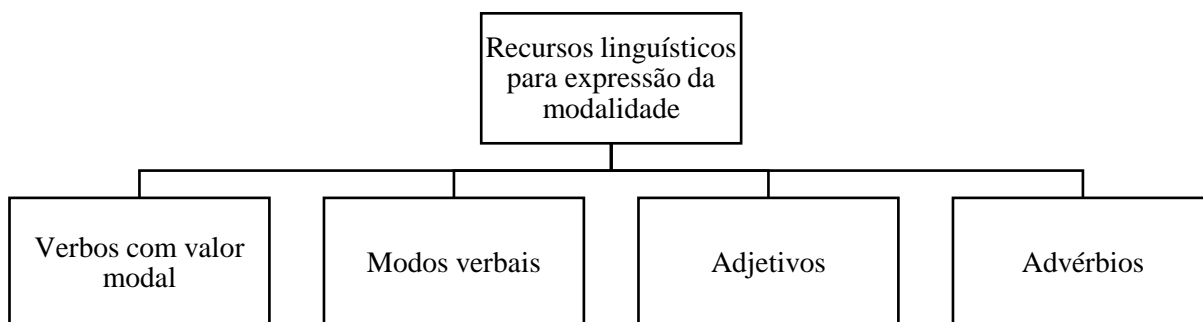
a) de *obrigação* – exemplo: “O Gil tem de plantar uma árvore.”

b) de *permissão* – exemplo: “O Gil pode plantar uma árvore.”

Por fim, a modalidade apreciativa, como o próprio nome indica, “exprime um juízo de valor, positivo ou negativo, em relação ao conteúdo de um enunciado” (Rocha, 2019, p. 136). Seguindo-se o mesmo padrão de exemplos extraídos de Neves (2009), veja-se como a modalidade apreciativa (neste caso, favorável) está presente no uso do advérbio na frase que se segue: “Felizmente, o Gil plantou uma árvore.”

São diversos os recursos linguísticos que podem ser mobilizados para exprimir a modalidade. Alguns deles são representados em seguida, numa compilação realizada a partir de Rocha (2019, p.137).

Figura 10: Exemplos de recursos que permitem a expressão da modalidade (Rocha, 2019)



Assim, um dos mecanismos mais frequentes é o recurso a verbos com valor modal como “crer, esperar, achar, pensar, saber, obrigar, julgar, adorar, querer, pretender, dever, poder, ter de [+infinitivo]”(Rocha, 2019, p.137). Ainda no âmbito verbal, há a referir o uso de diferentes modos (indicativo, conjuntivo ou imperativo) para conferir aos enunciados diferentes efeitos de modalidade.

Outra estratégia muito frequente, particularmente na modalidade apreciativa, é a mobilização de adjetivos qualificativos como “bom, mau, maravilhoso, fantástico, péssimo” (Rocha, 2019, p.137). Note-se, também, que os adjetivos deverbais como “lavável, concebível, solúvel” podem contribuir para a construção de um valor de possibilidade (Mateus et al. 2003, p.246).

A modalidade tem, também, sido alvo de estudo no discurso jornalístico. A título exemplificativo, referimos aqui o trabalho de Anigbogu (2015), sobre o género textual *editorial*, em que o autor reporta a recorrência de verbos modais que expressar a atitude do locutor em relação ao que é dito, com valores de incerteza, possibilidade, necessidade ou obrigatoriedade. Este estudo também reporta o uso de adjetivos qualificativos e advérbios e verbos que contribuem para a construção de uma apreciação negativa, ou seja, para transmitir juízos de valor.

O estudo da modalidade surge muitas vezes interligado com a análise da responsabilidade enunciativa. É neste âmbito que surge o conceito de mediativo, que corresponde a um distanciamento na enunciação, em situações em que o locutor exprime valores modais “que não correspondem a expressão de uma visão pessoal e sim a de outros enunciadores aos quais o enunciador recorreu para validar seu enunciado (Neves, 2009, p.34). O mediativo pode ser operacionalizado através de diferentes mecanismos,

como o uso de advérbios de frase (ex. aparentemente, supostamente, alegadamente) ou a utilização de fórmulas introdutórias do discurso relatado (ex. segundo x, de acordo com x). Abordaremos o tópico da responsabilização enunciativa na secção que se segue.

3.3. Responsabilidade enunciativa

Segundo Marques (2013), saber ler um texto jornalístico “implica atender ao que se diz mas também ao modo como se diz.” (p.140). De acordo com a autora, a análise da maneira como a enunciação é feita envolve a observação dos mecanismos de atribuição da responsabilidade enunciativa, sendo que esta “designa de forma ampla o posicionamento do locutor face às escolhas que realiza, na adequação à situação e aos objetivos discursivos.” (p.144).

De um modo geral, espera-se que, no discurso jornalístico, a responsabilidade da enunciação seja atribuída a outras vozes que não a do jornalista, com vista a garantir a credibilidade e a imparcialidade na narração dos factos (Gradim, 2000, entre outros). Para tal, podem ser usadas diversas estratégias para eliminar a presença do locutor na superfície textual. Uma delas é o uso da terceira pessoa gramatical e o inerente evitar de marcas linguísticas de primeira pessoa, associadas à subjetividade. Nesse âmbito, é também controlado o uso dos deíticos que, de alguma forma, ponham em evidência o “eu” do texto. São, sobretudo, evitadas formas deíticas com valor pessoal como “eu, nós, meu, nosso vosso” e com valor espacial que denunciem a presença do locutor (ex. aqui, aí, ali). Isto porque a dêixis tem como eixo central o falante⁷, nomeadamente o seu posicionamento espacial (ou temporal). Por conseguinte, o uso dos deíticos tem de ser regulado, quando se quer omitir a presença do locutor no texto.

Segundo Marques (2013), as estratégias de “apagamento da presença do locutor na superfície textual” do discurso jornalístico (particularmente no género textual notícia), são designadas por mecanismos de desresponsabilização ou desinscrição enunciativa e têm o objetivo de “conferir ou reforçar a credibilidade dos conteúdos informativos.” (p.142). Além dos mecanismos acima referidos, a desresponsabilização enunciativa é conseguida, muito frequentemente, através do recurso ao discurso relatado.

⁷ “O eixo central dos três sistemas deíticos é sem dúvida o falante: na dêixis pessoal, a primeira pessoa, na dêixis espacial, o espaço por ele ocupado, e, na dêixis temporal, o momento em que produz o enunciado.” Raposo et al. (2013, p. 397).

3.3.1. O discurso relatado

“Fazer-se locutor é fazer-se locutor com o outro, com os outros, em discurso necessariamente dialógico” (Marques, 2004, p.431)

O Discurso Relatado (DR) é uma ferramenta linguístico-discursiva muito importante na escrita jornalística, pois relaciona-se com a gestão das vozes que intervêm no texto e com a identificação das fontes da informação veiculada, o que constitui uma preocupação/premissa a ter em conta neste contexto discursivo (Pinto & Valentim, 2018).

Apresenta-se, em seguida, uma definição de discurso relatado, extraída de Monteiro (2014, p. 7).

Por discurso relatado designam-se as diversas formas de reprodução dos discursos, ou parte de discursos, pertencentes a uma situação enunciativa diversa, passada ou futura, relativamente à enunciação em curso. Deste modo, o locutor reproduz, oralmente ou por escrito, palavras de outros locutores ou dele próprio, a um alocutário que pode coincidir ou não com o alocutário do discurso original.

Centrando o foco desta abordagem no discurso relatado na forma escrita, podemos então assumir o DR como um conjunto de estratégias para reproduzir informação emitida por outra entidade. De acordo com Monteiro (2014, p.12), existem “duas formas relato canónicas”: o Discurso Direto (DD) e o Discurso Indireto (DI).

O DD consiste na “reprodução de palavras alheias ou próprias, mantendo o sistema deíctico do locutor citado. Nesta forma de citação, após a expressão introdutora com um verbo de dizer, ou forma equivalente, a parte citada justapõe-se ao discurso citante” (Monteiro, 2014, p.17). Essa parte citada é normalmente assinalada, na escrita, com recurso às aspas.

Quanto ao DI, este “pode definir-se como a reprodução de palavras alheias ou próprias no sistema deíctico pertencente ao falante que cita, isto é, ao relator” (Monteiro, 2014, p.25). Muito frequentemente, a parte citada é introduzida em estruturas introduzidas pelas conjunções subordinativas completivas *que* (“Ele disse *que* amanhã ia ao Porto.”) e *se* (“Ele perguntou-me *se* já tinha comprado os bilhetes.”) ou por pronomes, em orações interrogativas indiretas (ex. “Ele perguntou-me *quando* é que eu voltava.”) (Monteiro, 2014, p.25). Segundo Cunha e Cintra (1994), uma vez que, na passagem para o DI, ocorre uma transposição da primeira e da segunda pessoa gramatical para a terceira,

“dá-se em geral um esvaecimento das realidades concretas de tempo e lugar a que as pessoas e coisas referidas estariam vinculadas.” (p.633). Por outras palavras, estes autores entendem que o discurso indireto pode retirar a naturalidade e vivacidade que são inerentes ao discurso direto.

No texto jornalístico, é frequente ocorrer uma confluência de discurso direto e indireto, em estruturas chamadas “ilhas textuais” (Marques, 2013). Estas consistem “na ocorrência de segmentos breves do texto/discurso original, entre aspas, no texto do relator. Estes segmentos, apesar de pertencerem ao primeiro locutor, adaptam-se, do ponto de vista enunciativo, ao texto onde ocorrem como citação.” (Ramos, 2007, p.18).

Quer na representação do DD quer do DI, assumem particular importância os verbos introdutórios (de relato) do discurso. Estes, “além de assinalarem a presença de relato, permitem denotar a força ilocutória das palavras citadas, fornecendo informações acerca do(s) objetivo(s), e da atitude do locutor citado” (Monteiro, 2014, p. 42). São diversos os verbos que podem desempenhar a função de introduzir o DR, assim como são bastante diversificadas as classificações teóricas dos mesmos. A título exemplificativo, destaque-se, com base em Monteiro (2014, p. 42), os verbos “de pensamento” (como *pensar*); de sentimento (como *desabafar, confessar, lamentar*), de opinião (*achar, considerar, julgar*, entre outros), pressuposicionais (como *revelar*, que pressupõe um valor de verdade associado à informação relatada) ou neutros (como *dizer* ou *declarar*).

O trabalho de Jorge e Luís (2018) salienta que, embora o DR seja, predominantemente, introduzido por formas verbais, essa introdução também pode ser realizada mediante o uso de outras expressões, de natureza não verbal, tais como “Segundo x”; “De acordo com x”; “Para x”, entre outras. São estruturas polilexicais que assumem o mesmo tipo de função dos verbos introdutórios, ao permitirem a identificação da fonte do discurso que será reproduzido.

A análise da forma como é gerido o discurso relatado pode também fornecer informação relevante sobre a favorabilidade assumida no texto em relação a um determinado assunto. A este propósito, Duarte (2004) defende que “o jogo de citações num texto de imprensa releva, sobretudo, das intenções comunicativas do autor do texto” (p.311). A autora afirma que, em alguns casos, a citação pode ser usada para “amputar a credibilidade” do citado ou para contribuir para a construção de uma imagem negativa do mesmo. Assim, a autora defende que nem sempre é verdadeira a ideia de que citar assinala a neutralidade de quem escreve: “A objetividade dos fragmentos citados em directo é

aparente, uma vez que a selecção das citações e a respectiva inserção no texto citador revelam a subjetividade do jornalista.” (pp.313-314).

Esta ideia é corroborada por Pinto e Valentim (2018), quando referem que “existe uma escolha condicionada de certos mecanismos de modulação da responsabilização enunciativa em detrimento de outros, de forma a atingir a finalidade comunicativa visada.” (p.308). Assim, observar a configuração linguística das diferentes formas de relatar o discurso pode constituir um importante método para analisar o modo como quem escreve “conduz” o leitor para determinados pontos de vista sobre um assunto.

Em síntese, alguns autores defendem que não é possível existir uma desresponsabilização enunciativa total, por parte do locutor, nem mesmo nos géneros textuais de natureza informativa. Marques (2013), no seu estudo sobre o género notícia, afirma o seguinte.

Na procura da factualidade informativa, os jornalistas procuram o distanciamento discursivo no apagamento das marcas da presença do locutor, para que os factos falem, mostrem a verdade. Mas o apagamento não é total e não cria necessariamente objetividade como também não cria nunca desresponsabilização total. A construção discursiva revela estratégias de apagamento que coexistem com a presença explícita do locutor. (pp.159-160)

No seu estudo, baseado num *corpus* de notícias sobre um mesmo assunto, de jornais diferentes (versões em linha e impressas), esta autora conclui que, embora haja discurso relatado (e, dessa forma, imputação da responsabilidade enunciativa a vozes externas), há evidências de postura apreciativa por parte do locutor, quando usa, por exemplo, conectores como “porém” que, no caso em questão, tem o efeito de desvalorizar o discurso relatado, dando ênfase ao novo argumento introduzido (Marques, 2013, p.157). A autora argumenta que, embora em graus diferentes, “a subjetividade está em todo o lado” (p.141) no discurso jornalístico, pois “não é possível dissociar os factos do olhar que está na origem da sua representação discursiva.” (p.161). Nesta linha, defende que não há uma verdadeira dicotomia entre *objetividade* e *subjetividade*, associada a textos jornalísticos como a notícia e o comentário, existindo antes uma graduação na escala de subjetivo/objetivo, em função dos géneros textuais.

Também Pinto e Valentim (2018) abordam esta questão, referindo a existência de uma “*pseudo* desresponsabilização enunciativa” (p. 318), pois é o sujeito enunciador que constrói e distribui a responsabilidade por outros. Os autores defendem que as opções tomadas pelo locutor na materialização linguística e não linguística dessa

desresponsabilização são o reflexo das representações do mesmo acerca do assunto a ser tratado.

Todas estas questões são particularmente relevantes para a análise do discurso valorativo nos textos jornalísticos e, como tal, serão recapituladas no capítulo III.

Para terminar a secção relativa ao enquadramento teórico, faremos ainda uma breve referência ao papel da metáfora no discurso jornalístico.

3.4. A metáfora

Segundo Mateus (2021), os textos dos *media* são ricos em figuras de estilo, “que ajudam a transmitir uma dada ideia acerca do mundo” (p.198). No seu trabalho, este investigador fornece vários exemplos de recursos estilísticos usados nos textos mediáticos, nomeadamente em títulos de notícias. Entre esses recursos, destaque-se a metáfora, que tem como função, de acordo com Mateus (2021), contribuir para a simplificação de conceitos abstratos.

Também Costa (2021) encontrou evidências do uso frequente da metáfora no discurso jornalístico, neste caso, em textos noticiosos orais, veiculados num canal televisivo. Segundo esta autora, os processos de metaforização podem, também, “contribuir para a indução de comportamentos individuais ou coletivos” (p.91). Nesta ótica, a utilização de expressões metafóricas permite não só facilitar a compreensão (mediante a concretização do abstrato), mas também veicular formas de pensar.

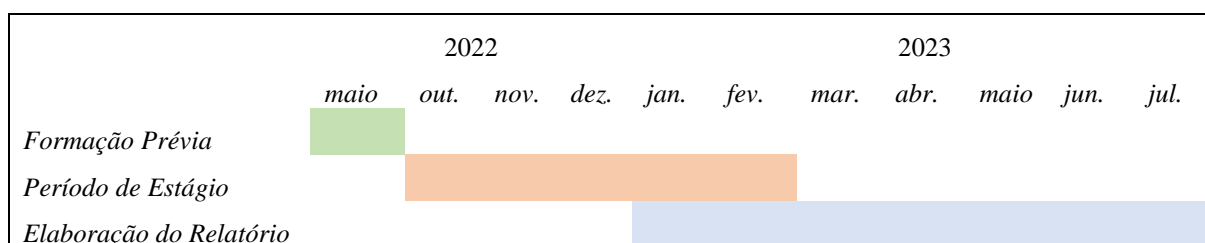
A investigação nesta área tem mostrado, assim, que as metáforas podem coadjuvar a tarefa de compreensão da intencionalidade comunicativa explícita ou implícita no texto. No capítulo III, serão apresentados alguns dados relativos à utilização desta figura de estilo no *corpus* analisado, discutindo-se a forma como esse recurso pode contribuir para a construção do grau de favorabilidade dos textos em relação aos assuntos tratados.

Capítulo II – O estágio

Este capítulo descreve e contextualiza o estágio realizado na Press Power, que constitui a base do presente relatório. **No entanto, importa salientar que, por motivos de proteção de dados e dever de confidencialidade relativamente a detalhes logísticos e a ferramentas digitais desenvolvidas pela própria instituição de acolhimento, não será possível fazer uma descrição muito detalhada de todo o trabalho efetuado.**

Tendo em vista um enquadramento inicial do trabalho desenvolvido, apresenta-se, em seguida um cronograma geral das atividades concretizadas.

Tabela 1: Cronograma geral das atividades realizadas (fonte: elaboração própria)



Conforme ilustrado acima, a mestranda teve a oportunidade de realizar uma formação prévia ao estágio (ver secção 1), facultada pela Press Power, no segundo semestre do curso, no mês de maio de 2022 (do dia 2 ao dia 20). Quanto ao período de estágio, este teve lugar no terceiro semestre do curso, entre os meses de outubro 2022 e fevereiro 2023. Sendo que a mestranda optou pela realização intensiva do estágio, com oito horas diárias, desenvolveu o trabalho de construção do relatório, incluindo o estudo linguístico, particularmente a partir de janeiro de 2023.

As secções seguintes descrevem, de forma mais pormenorizada, a formação recebida, a instituição de acolhimento e as tarefas desempenhadas ao longo do estágio.

1. A formação teórico-prática prévia ao estágio

Antes de iniciar o estágio, a mestranda recebeu uma formação por parte da empresa Press Power, que teve uma duração de três semanas. Na primeira, adquiriu sobretudo conhecimentos de natureza teórica, abaixo explicitados. A segunda parte da formação foi dedicada ao desenvolvimento de competências práticas, que se relevaram cruciais no decorrer do estágio.

No que diz respeito ao domínio teórico, esta formação inicial disponibilizou informações básicas sobre a Press Power, o seu funcionamento e sobre o serviço de *clipping*, que constituiu a atividade central da prática de estágio nesta empresa.

Estes conhecimentos prévios não só ajudaram a perceber melhor a função da estagiária como técnica de *clipping*, mas também a integrar normas, valores e características do funcionamento da instituição. Estas noções iniciais permitiram a familiarização com rotinas diárias da empresa, assim como com os objetivos que esta pretendia que fossem atingidos durante o estágio.

Do amplo conjunto de conteúdos abordados durante a formação, serão realçados aqui alguns temas que se mostraram fulcrais para o entendimento do exercício das funções de técnico de *clipping*.

Em primeiro lugar, o formador realçou a importância das *temáticas*. Estas são palavras-chave que são definidas em função das necessidades e objetivos do cliente e que permitem depois a identificação dos textos publicados nos diferentes meios de comunicação que vão ao encontro desses mesmos interesses.

Estas temáticas são utilizadas nas pesquisas manuais efetuadas por quem faz o *clipping* e, também, têm de ser associadas pelo técnico a cada um dos textos considerados relevantes, no caso do *clipping* manual. Esta associação tem como finalidade enviar os textos selecionados para a conta do respetivo cliente. Note-se que se o técnico de *clipping* fizesse a identificação do texto sem a associação das respetivas temáticas do cliente, este não receberia a informação, o que diminuiria a eficácia do serviço e poderia gerar reclamações.

Outro conteúdo trabalhado na formação diz respeito às *notificações*. Cada um dos clientes possui uma conta (ou seja, tem acesso a uma plataforma) onde recebe uma compilação de textos por parte do serviço de *clipping*; este processo de compilação e envio denomina-se notificação. Globalmente, as notificações do serviço de *clipping*, que são geradas automaticamente pelo sistema, servem como alertas que informam o cliente sobre alguma menção específica das temáticas (palavras-chave) ou tópicos relacionados nos *media*, durante uma determinada baliza temporal. Desta forma, o sistema permite que os clientes recebam a informação de maneira organizada, em momentos específicos ao longo do dia, o que garante uma monitorização sistemática e contínua.

Outro tema essencial trabalhado na formação foi o da leitura. Na verdade, as competências de decifração e compreensão de texto revelam-se determinantes na atividade do *clipping*. O principal desafio neste domínio é o de ser necessário conciliar a

compreensão com a *rapidez*, num processo de aferição meticulosa da relevância do conteúdo da notícia para os clientes em foco.

No que diz respeito aos clientes, a mestranda foi informada acerca dos serviços por eles prestados, assim como das necessidades dos mesmos relativamente ao *clipping*. O formador realçou que a entrada de um novo cliente na empresa requer um trabalho metuloso de investigação e conhecimento da realidade do mesmo, de forma que o trabalho de *clipping* seja o mais adequado e preciso possível, focado nas expectativas do destinatário do serviço. A formanda foi também alertada para os deveres de confidencialidade e de sigilo relativamente quer à identidade dos clientes quer aos seus objetivos ou a quaisquer informações pessoais e empresariais partilhadas.

Complementarmente, a mestranda aprendeu que o técnico de *clipping* tem de identificar o grau de favorabilidade dos textos (uma notícia, um texto de opinião, uma entrevista, entre outros) em relação ao cliente, aos seus produtos ou serviços. Esta é uma tarefa complexa, pois nem sempre é imediata, sobretudo numa leitura rápida, a posição de um texto em relação a um determinado assunto. No entanto, para o cliente é essencial que o serviço de *clipping* proceda a uma análise sobre o grau de favorabilidade (positivo, neutro ou negativo) dos textos compilados sobre as temáticas em foco. De facto, conhecer a favorabilidade da informação divulgada nos *media* é essencial para a entidade que solicita o serviço de monitorização, pois essa favorabilidade afeta a perceção do público e tem influência na reputação e no posicionamento social da marca ou da instituição. Neste âmbito, a estagiária aprendeu, em termos gerais, que o grau de favorabilidade é positivo quando a informação que foi publicada é vantajosa para a empresa, realçando os seus pontos fortes e valorizando os seus serviços e funcionamento. No polo oposto, classifica-se com um grau de favorabilidade negativo os textos em que a informação publicada é totalmente desvantajosa para o cliente, realçando os seus pontos fracos e prejudicando a sua imagem perante o público. Há, contudo, situações em que a favorabilidade dos textos pode ser neutra, o que significa que estes são meramente informativos acerca da empresa ou produto, sem efeito evidente de favorecimento ou de desfavorecimento, sem nenhum tipo de conotação positiva ou negativa.

Na Press Power, a classificação da favorabilidade dos textos é feita numa plataforma de *software* próprio. Esta ferramenta possibilita, de uma forma automática, a monitorização e seleção de textos dos distintos meios de comunicação, com base nas palavras-chave previamente definidas pelos técnicos. Este tipo de monitorização ajuda a economizar tempo, pois pode obter informação de diferentes fontes em poucos minutos,

includindo maior rapidez ao processo da seleção dos textos, ao contrário da clippagem manual, em que o profissional tem que ler cada um dos jornais sem ter a certeza de encontrar informação relevante. No entanto, a intervenção humana é sempre necessária, quer para verificar essa seleção quer para identificar os graus de favorabilidade dos textos, antes de estes serem enviados para as contas dos clientes.

Na plataforma de software próprio é, também, possível fazer o *clipping* “manual”. Este consiste na leitura dos jornais, em busca de informação relacionada com o cliente em foco e na posterior inserção dos textos selecionados na referida plataforma. Essa inserção é feita mediante o preenchimento de várias secções com diferentes tipos de dados importantes para a caracterização do texto e da sua relevância para o cliente. Essas secções são listadas em seguida.

- a. Fonte
- b. Tipo (impresso, em linha, tv, rádio)
- c. Programa
- d. Título
- e. Resumo
- f. Favorabilidade
- g. AVE (Tamanho)
- h. Número de página
- i. Jornalista

Desta forma, no campo identificado na alínea a), o técnico de *clipping* insere a fonte onde foi publicado o texto, por exemplo o *Público*, o *Diário de Notícias* da Madeira, entre outros. De seguida, é necessário identificar, no campo “Tipo”, assinalado com a linha b, o suporte (em linha ou impresso) ou meio de comunicação (por exemplo, TV ou Rádio). Saliente-se que os textos publicados em jornais impressos são analisados, na Press Power, em formato PDF e são designados por “e-paper”.

No campo seguinte (“Programa”, cf. alínea c) é inserida informação sobre a área temática em que o texto é publicado, nomeadamente: cultura, educação, sociedade, política, entre outros.

Segue-se o preenchimento do título do texto e do respetivo resumo (cf. alíneas d e e). Para esta tarefa, recorre-se a uma ferramenta que contribui para a produtividade, já que agiliza o processo de recolha e armazenamento dos textos, sem a necessidade de transcrição manual. A identificação do resumo varia em função de diferentes fatores,

nomeadamente do género textual. Assim, no género notícia é mais frequente encontrar-se um subtítulo, que sintetiza a informação essencial, ou até o *lead*, que integra o núcleo da informação. No entanto, os textos de opinião, bem como as entrevistas, poderão não apresentar resumos com teor informativo.

Segue-se, no campo identificado na alínea f, a identificação do grau de favorabilidade da notícia. Na Press Power, essa classificação é feita numa escala de sete pontos, que vai desde *o altamente não favorável* até *o altamente favorável*, com uma etapa intermédia neutra: *sem favorabilidade assumida*.

Posteriormente, no campo assinalado na alínea g, procede-se à identificação do espaço ocupado pelo texto na página, o AVE. Este acrónimo diz respeito à expressão *advertising value equivalency* e procura fazer uma estimativa sobre o valor ou destaque dado à publicação, em função da área que esta ocupa na fonte.

No campo referido na alínea h, é preenchido o número da página em que o texto foi publicado, no caso de publicações impressas e, por fim, na alínea i, é indicado o nome do jornalista que assina o texto, quando aplicável.

Todas estas informações recolhidas através da ferramenta da empresa são enviadas para a conta de cada cliente. Globalmente, esta conta consiste numa interface digital de comunicação entre a empresa do *clipping* e cada um dos utilizadores dos seus serviços.

Nessa plataforma, existem vários filtros que o cliente pode utilizar para fazer pesquisas nos textos enviados pela empresa de *clipping*. Entre eles, figura, por exemplo, a pesquisa por tipo de texto, por grau de favorabilidade ou por temática. É ainda possível pesquisar em fontes específicas (nomeadamente através da inserção, no campo “fonte”, de títulos de periódicos) e, também, fazer buscas pelo grau de abrangência dos meios de comunicação: internacional, nacional ou regional. As pesquisas podem ser feitas em determinadas balizas temporais ou, até, poderão ser feitas através de títulos. Estes campos podem ser combinados nas buscas, permitindo ao cliente um elevado grau de especificidade nos resultados obtidos.

Note-se que esta plataforma também é pesquisável pelos técnicos de *clipping*, por exemplo, em situações em que é necessário verificar e confirmar a receção pelo cliente de todos os textos relevantes.

Outra das aprendizagens reforçadas na formação prévia diz respeito à periodicidade de cada uma das fontes (frequência diária ou semanal), assim como a distinção baseada na abrangência (nacionais e regionais). Os jornais com que a mestrand

trabalhou serão descritos com mais detalhe no capítulo III, na secção dedicada aos aspetos metodológicos da constituição do *corpus* para o estudo linguístico.

2. A instituição de acolhimento: Press Power

O estágio foi realizado na Press Power, entidade na qual a mestranda desempenhou funções de técnica de *clipping*. Nas secções que se seguem, será feita uma breve apresentação desta empresa, abordando-se a sua história (secção 2.1), os diversos serviços que faculta à comunidade (secção 2.2), a constituição da equipa e os horários de trabalho (secção 2.3). Nas secções 3 e 4 serão apresentados, respetivamente, os objetivos que nortearam a realização da experiência de estágio, assim como as atividades desenvolvidas no decorrer desse período.

2.1. História e Missão

A Press Power foi criada na segunda metade de 2014 e tem sede na ilha da Madeira. É uma *startup* tecnológica que desenvolve atividades nos domínios da informação digital e da transcrição de textos, integrando o mercado regional, nacional e internacional, nomeadamente em países como o Reino Unido, França, África do Sul, Cabo Verde, Brasil, Estados Unidos da América, Catar e Turquia.

Entre os principais objetivos da Press Power estão o de “contribuir para a diversificação e competitividade na área da informação digital, disponibilizando conteúdos informativos de forma inovadora e com elevada qualidade”, segundo informa esta entidade no seu sítio Web⁸.

A empresa assume seis pilares essenciais na sua missão, representados na figura (11).

Figura 11: Pilares na missão da Press Power (Adaptado a partir do sítio Web da empresa)



⁸ O sítio Web da Press Power está disponível em <https://www.presspower.pt/>.

Assim, esta organização assume a excelência como um dos principais objetivos a atingir, quer nos produtos quer nos serviços prestados, visando contribuir para a melhoria dos resultados dos clientes e, conseqüentemente, para o sucesso dos mesmos. Conforme explicitado no respetivo sítio digital, a empresa defende uma atuação pautada pela honestidade e integridade, regulando-se por princípios éticos e pelo respeito pelos direitos de autor. Adicionalmente, a Press Power assume-se como uma instituição com um investimento constante na investigação, desenvolvendo tecnologia de ponta, inovadora e potenciadora de serviços diferenciadores. Uma das mais-valias preconizadas por esta instituição é, neste sentido, a audácia, pois defende um questionamento incessante do *statu quo*, com a finalidade de aprofundar e aperfeiçoar conhecimentos e serviços⁹. Neste domínio, destaque-se a aplicação móvel, desenvolvida pela empresa, que assegura que os clientes possam aceder aos serviços em qualquer lugar, a partir de diferentes tipos de dispositivos eletrónicos. Esta aplicação está disponível para descarga no sítio Web da organização, através das plataformas Google Play e App Store.

2.2. Serviços prestados

Os serviços prestados pela Press Power dividem-se em duas grandes áreas: o *clipping* e a transcrição.

Quanto ao *clipping*, conforme explorado no capítulo 1, este é um contínuo processo de monitorização, análise e arquivo de menções realizadas nos *media* impressos e digitais acerca de uma determinada marca, evento, serviço ou empresa. Estas informações recolhidas são categorizadas, permitindo a elaboração de relatórios que auxiliam quer na avaliação quer na gestão das organizações. A figura 12 ilustra as

⁹ Cf. sítio Web da Press Power: <https://www.presspower.pt>.

plataformas e respetivos produtos do *clipping*, de acordo com a informação disponibilizada no sítio Web da Press Power.

Figura 12: Ilustração de ferramentas e produtos do *clipping* (Fonte: Press Power).



A Press Power pretende proporcionar este serviço de uma forma “inovadora, objetiva e personalizada”¹⁰. Neste sentido, a empresa afirma ter personalizado o sistema de *clipping*, adequando-o a cada utilizador, de forma a ir ao encontro das necessidades específicas do cliente. Foi com esse objetivo global que esta organização criou os mecanismos listados abaixo, transcritos do sítio Web.

(3) Potencialidades do *clipping* desenvolvido na Press Power (fonte: sítio Web¹¹)

- Mecanismos completamente inovadores
- Monitorização de jornais e revistas escritas
- Monitorização de todas as notícias *online* premium
- Plataforma *user friendly*

¹⁰ Cf. sítio Web da Press Power: <https://www.presspower.pt>.

¹¹ Cf. sítio Web da Press Power: <https://www.presspower.pt>.

- Dados analíticos em tempo real (notoriedade, AVE¹², Estatística)
- Personalização de fontes e temáticas
- Personalização e criação de notificações
- Monitorização de TV e Rádio
- Redes sociais
- API¹³ de integração

Destaca-se, assim, a personalização dos serviços, com adequação às necessidades dos utilizadores, nomeadamente a definição de fontes, temáticas e notificações, tal como listado acima. A cada texto é, ainda, associado um grau de favorabilidade, concebido num sistema único desenvolvido pela empresa. A Press Power desenvolveu, também, uma plataforma de interação com os clientes, em que proporciona a cada utilizador a possibilidade de arquivo ilimitado de notícias, com incorporação de diversos tipos de filtros de análise, assim como a opção de exportação dos dados.

Outro serviço prestado pela Press Power é o da transcrição. Esta consiste na conversão automática de texto oral em texto escrito, com elevada fiabilidade. Para tal, a empresa aposta num *software* de última geração e na conjugação de “técnicas avançadas de processamento de sinal, assim como de técnicas de pré-processamento acústico e reconhecimento de fala contínua”¹⁴. Contudo, para que o serviço possa ser realizado com eficácia, além da adequação das técnicas e ferramentas, é necessário que os ficheiros tenham qualidade áudio suficiente para não comprometer a fiabilidade da transcrição. Neste sentido, a empresa reserva-se o direito de recusar a conversão de texto quando essa qualidade não está assegurada, conforme detalhado no documento intitulado *Termos e Condições*, disponível no seu sítio eletrónico.

Saliente-se, todavia, que a transcrição facultada por esta empresa não se resume à dimensão automática. Assim sendo, a Press Power garante a verificação humana de toda a transcrição, de forma a corrigir eventuais falhas na conversão feita pelo *software*. Todos os colaboradores envolvidos no processo de transcrição estão obrigados ao dever de confidencialidade e de sigilo, relativamente aos conteúdos dos ficheiros analisados.

Note-se que a transcrição é feita de forma a corresponder exatamente à produção linguística dos intervenientes, transcrevendo-se as variações linguísticas dentro de uma

¹² Acrónimo de *Advertising Value Equivalency*

¹³ Acrónimo de *Application Programming Interface*

¹⁴ Cf. sítio Web da Press Power: <https://www.presspower.pt>.

mesma língua. Adicionalmente, o texto é redigido conforme as regras do acordo ortográfico de 1990.

Globalmente, no domínio da transcrição, a Press Power pretende fornecer aos clientes um serviço rápido e adequado aos objetivos e necessidades dos mesmos em quatro línguas diferentes: português, francês, espanhol e inglês. Os testemunhos de utilizadores deste serviço, apresentados na página da internet da empresa, realçam essa rapidez de atuação, bem como a qualidade dos resultados. Este serviço permite a diferentes tipos de clientes poupar tempo no desempenho das suas funções profissionais, por exemplo, na transcrição de entrevistas ou de reuniões, para efeitos empresariais ou de investigação.

2.3. Equipa e horários de trabalho

No período em que foi realizado o estágio, a equipa de técnicos de *clipping* na Press Power era constituída por sete colaboradores. Um deles exercia também funções de supervisor e outro conciliava o *clipping* com trabalho de transcrição. Note-se que a empresa incluía outros colaboradores, na área da transcrição, que trabalhavam à distância.

No que concerne aos técnicos de *clipping*, a carga horária de trabalho distribuía-se, normalmente, por oito horas diárias, com dois dias livres por semana, iniciando-se as funções às sete horas da manhã. O final do dia de trabalho acontecia às 16 ou às 17 horas, conforme o tempo atribuído, rotativamente, ao período de almoço: numa semana este período era constituído por uma hora e, noutra, era composto por duas. Note-se que o dia de trabalho começava cedo porque o primeiro momento de notificação para os clientes (ver secção seguinte para contextualização destes momentos) acontecia às oito horas e cinquenta minutos. Então, entre as 7:00 e as 8:50, era necessário compilar as informações e textos relevantes para o cliente, de maneira que este pudesse aceder aos mesmos no horário da primeira notificação. Ao longo do dia, aconteciam outras três etapas de notificação: às 10:45, às 15:00 e às 18:00.

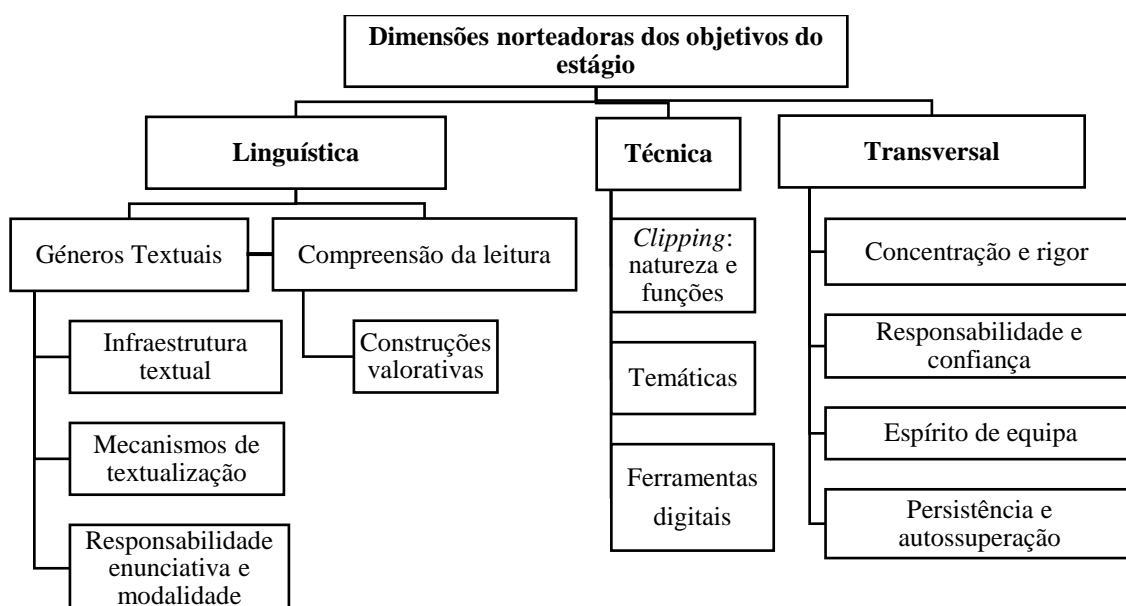
Na secção 2.4, serão desenvolvidas de forma mais detalhada as atividades desenvolvidas ao longo das oito horas de trabalho, no decorrer do estágio.

3. A atividade de *clipping*: os objetivos traçados para o estágio

O estágio aqui reportado teve por base um conjunto de objetivos organizado em torno de três grandes dimensões: linguística, técnica (na esfera do *clipping*) e, por fim, uma dimensão de natureza transversal, que envolve competências de desenvolvimento

peçoal. Estas três grandes áreas de organização dos objetivos são detalhadas na figura (13)

Figura 13: Dimensões norteadoras dos objetivos do estágio (fonte: elaboração própria)



Em primeiro lugar, na dimensão linguística, teve-se como objetivo aplicar e aprofundar conhecimentos adquiridos no curso de 2.º ciclo em Linguística: Sociedades e Culturas, nomeadamente, *identificar os mecanismos linguístico-discursivos que caracterizam a infraestrutura composicional, o processo de textualização e a responsabilização enunciativa e modalização em diferentes géneros textuais* que integram o discurso jornalístico. Complementarmente, teve-se como objetivo *implementar estratégias de compreensão da leitura e de identificação de construções valorativas* nesses géneros textuais, de modo a avaliar a relevância dos textos e classificar a favorabilidade dos mesmos em relação aos clientes e respetivos serviços.

No que diz respeito à dimensão técnica, um dos objetivos centrais do estágio foi *conhecer os conceitos teóricos relacionados com o clipping*. Outro objetivo essencial relacionou-se com as temáticas ou palavras-chave. Assim, teve-se como finalidade (i) *aprender as temáticas associadas a cada cliente da Press Power* e (ii) *reconhecer a extrema importância das mesmas para um eficiente serviço de clipping*, pois são as

temáticas que permitem a pesquisa e monitorização precisa da informação relevante para a especificidade de cada cliente.

O domínio técnico envolveu ainda o objetivo de *desenvolver competências práticas no uso das ferramentas de clipping*, dado que estas são essenciais para a extração e recolha das informações, conferindo eficiência e rapidez a todo o processo.

Numa articulação entre a dimensão linguística e a componente de formação técnica, o estágio teve também como objetivo *realizar um estudo linguístico, com base num corpus de textos jornalísticos* compilado através das técnicas e ferramentas disponibilizadas pela Press Power. Esse estudo teve como finalidade *ativar os conhecimentos adquiridos no domínio da linguística textual para a identificação dos mecanismos linguísticos que operacionalizam o discurso valorativo no discurso jornalístico* e será apresentado no capítulo III.

Relativamente à dimensão de competências transversais, um dos objetivos do estágio foi o de *fortalecer competências de concentração e de rigor*, tendo em conta que um técnico de *clipping* precisa de se manter muito focado durante grande parte do tempo de execução das suas tarefas, de maneira a conseguir ser rigoroso no trabalho que desenvolve.

Outra finalidade, no campo de desenvolvimento pessoal, foi a de *aprofundar o sentido de responsabilidade*, não só no que diz respeito à realização das diferentes tarefas diárias, mas também no que concerne ao cumprimento das regras de confidencialidade, de sigilo e de proteção de dados, necessárias para a construção efetiva de laços de confiança entre a empresa e os seus clientes. Esses laços revelam-se determinantes para a renovação e permanência das relações entre os clientes e a entidade prestadora de serviços.

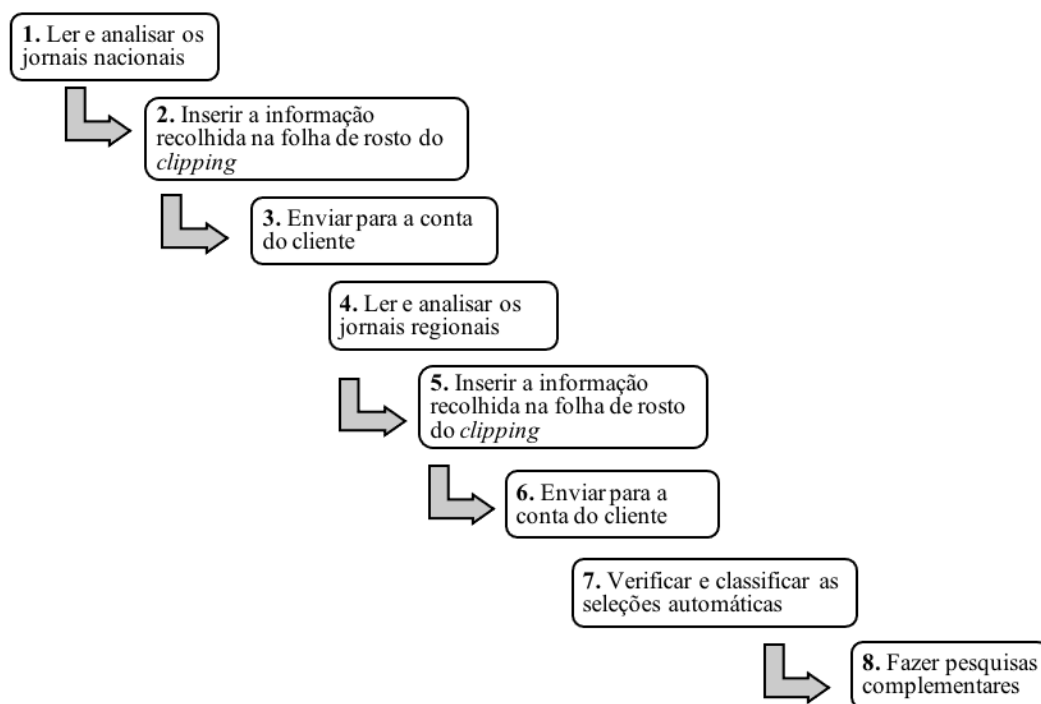
Um terceiro objetivo transversal foi o de *incrementar competências de trabalho em equipa*, assentando no pressuposto de que a cooperação em grupo contribui para eficiência e para qualidade do serviço que se oferece.

Por último, mas igualmente importante, a experiência de estágio visou também *implementar estratégias de persistência e de autossuperação*. Estas são muito importantes para conseguir lidar com a pressão do trabalho, associada, por exemplo, aos prazos das notificações, à gestão do tempo e da ansiedade própria do mundo profissional.

4. As atividades desenvolvidas

No decorrer da experiência de estágio, o dia-a-dia da mestranda enquanto técnica de *clipping* obedecia a uma rotina que integrava uma sequência relativamente fixa de atividades, conforme elencado abaixo.

Figura 14: Funções desempenhadas durante o estágio: rotina diária



Desta forma, a primeira função do dia consistia em ler e analisar os jornais nacionais, na versão impressa, convertida em ficheiros PDF, à procura de textos relevantes para cada cliente. A escolha dos periódicos nacionais em primeiro lugar decorria do facto de estes serem mais extensos e, dessa forma, exigirem mais tempo de leitura. Sempre que era encontrada alguma informação pertinente, procedia-se ao preenchimento de uma folha de rosto para cada texto. Este trabalho era realizado a partir de cada título de publicações periódicas e, dentro de cada um deles, por página. Note-se que toda esta informação era enviada para a conta dos respetivos clientes, bastando para isso ativar o botão “publicar”, disponibilizado na folha de rosto.

Estes procedimentos eram repetidos na análise das versões PDF dos jornais de abrangência regional, culminando também na publicação, na conta do cliente, dos resultados das pesquisas. De um modo geral, estas funções eram menos morosas, pois os

periódicos de âmbito local costumam ser menos extensos, exigindo um menor tempo de leitura e, conseqüentemente, menor tempo de clipagem.

Importa salientar que, para o trabalho sobre as versões PDF, a estagiária aprendeu a utilizar diferentes ferramentas, desenvolvidas na Press Power, que contribuíam para que a recolha das notícias fosse mais rápida e eficiente.

Terminado o trabalho de *clipping* sobre as versões digitais dos jornais impressos, as funções da estagiária direcionavam-se à plataforma de *software* próprio. Esta tarefa abrangia a análise de vários géneros textuais publicados em diferentes fontes digitais, tais como as edições em linha dos jornais, ou programas de rádio e de televisão disponíveis na internet. O trabalho consistia em (i) verificar a relevância desses textos para cada cliente; (ii) preencher informação em falta, nomeadamente os atalhos para os ficheiros de áudio e vídeo; (iii) classificar o AVE e (iv) determinar o grau de favorabilidade de cada texto em relação ao cliente ou aos seus produtos e serviços.

Note-se que o trabalho de análise incidia não só no texto propriamente dito, mas também em aspetos paratextuais, tais como a informação constante no título, o autor, a fonte e o espaço ocupado pela informação.

Em simultâneo com estas últimas atividades, a mestranda procedia a fazer pesquisas complementares ao trabalho de *clipping* já realizado. Essas buscas eram relacionadas aos clientes da Press Power, viabilizando a identificação de textos que haviam sido publicados em fase posterior ao momento do *clipping*, assim como possibilitando o rastreamento de outras fontes em que uma mesma informação havia sido divulgada. Os resultados destas pesquisas eram acrescentados à conta dos clientes.

Todas as tarefas aqui descritas exigiram, por parte da mestranda, o aperfeiçoamento da sua capacidade de aliar a velocidade de leitura à compreensão global e específica dos textos. No *clipping*, é importante ler de forma rápida. Contudo, a mestranda aprendeu que é crucial também saber conciliar a velocidade de decifração com a competência de extração de significados. Esta aliança exigiu muito treino e persistência, pois facilmente uma leitura demasiado rápida poderá (i) levar a uma decisão errada relativamente ao grau de relevância do texto para o cliente; (ii) gerar interpretações desadequadas, que comprometem a classificação do grau de favorabilidade da informação em relação aos interesses do cliente. Esta foi uma aprendizagem que colocou algumas dificuldades iniciais, particularmente pelo facto de a língua materna da estagiária não ser o português. No entanto, essas dificuldades foram superadas, ao fim de algum tempo de treino intensivo. Saliente-se que o estudo, no decorrer da licenciatura em Línguas,

Literaturas e Culturas, assim como do Mestrado em Linguística: Sociedades e Culturas, nomeadamente sobre as diferentes componentes da língua, nomeadamente, do léxico, da morfologia, da sintaxe, da semântica e da pragmática, foi essencial para o desempenho da estagiária. Foram esses conhecimentos que a ajudaram a compreender com maior facilidade a intencionalidade comunicativa dos textos, assim como a identificar o grau de favorabilidade dos mesmos relativamente a um assunto específico.

É importante enfatizar que o desempenho da mestranda em todas estas funções foi apoiado por um supervisor. Este mostrou-se sempre disponível para esclarecer dúvidas e para ajudar na procura de soluções para os problemas que iam sendo encontrados. A sua orientação foi determinante para a evolução da estagiária enquanto técnica de *clipping* e para o aumento do grau de eficiência e de qualidade do seu trabalho. Cumulativamente, a mestranda pôde contar com a experiência de outros colegas, colaboradores da empresa, que também mostraram disponibilidade para esclarecer as suas dúvidas. Nesse contexto, percebeu a importância do trabalho em equipa e do papel da colaboração mútua na construção da qualidade dos serviços de uma organização.

Por último, saliente-se que uma das atividades desenvolvidas no estágio foi a constituição de um *corpus* textual, destinado a um estudo linguístico. No capítulo que se segue, far-se-á a apresentação deste *corpus*, das opções metodológicas tomadas e dos resultados obtidos.

Capítulo III – Um estudo linguístico a partir do *clipping*

1. Enquadramento

Tal como referido na introdução deste trabalho, um dos objetivos globalizantes do estágio que aqui se reporta é o de explorar a produtividade das relações que se podem estabelecer entre a investigação em linguística e a área do *clipping*, mostrando que o domínio de competências de análise da língua é essencial para um bom desempenho neste contexto profissional. Para tal, centrar-nos-emos numa das tarefas que o técnico de *clipping* tem de realizar: a identificação do grau de favorabilidade dos textos relativamente a um determinado assunto. Tendo esse objetivo como meta, procedeu-se à constituição de um *corpus* de textos jornalísticos, através das técnicas e ferramentas do *clipping* para, com base nesses dados, fazer-se a análise dos mecanismos linguístico-discursivos mais frequentemente mobilizados na expressão de pontos de vista. A metodologia associada à recolha e análise dos textos é descrita na secção que se segue.

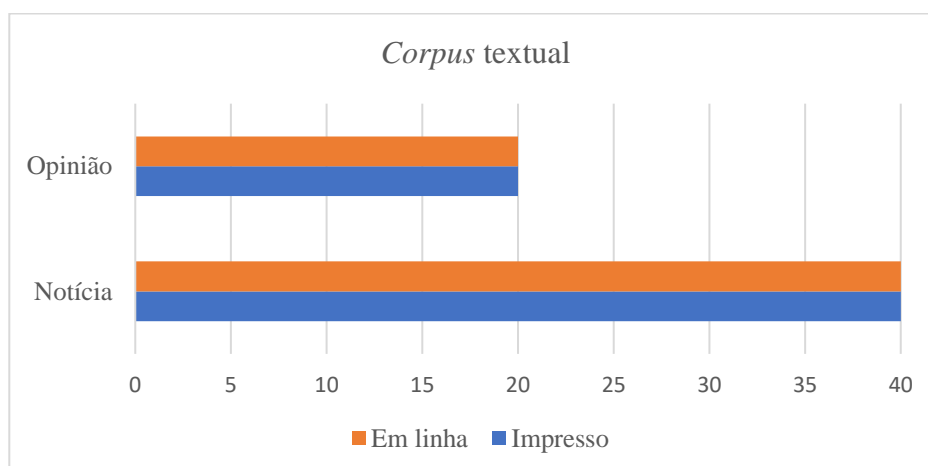
2. Aspetos metodológicos

A compilação do *corpus* para o estudo linguístico foi feita durante o período de estágio, com recurso às ferramentas automáticas disponibilizadas pela instituição de acolhimento. Com esses instrumentos e técnicas, fez-se a recolha de um total de 120 textos escritos em língua portuguesa, publicados em dois suportes distintos: jornais impressos (versão PDF) e em linha. Adicionalmente, a constituição do *corpus* obedeceu a um outro critério: a de os textos se inserirem numa de duas categorias textuais, a saber, notícias e géneros de opinião (artigos de opinião e editoriais).

Com estas opções metodológicas pretendeu-se, em primeiro lugar, observar as características linguísticas e discursivas que coadjuvam a expressão da favorabilidade em diferentes suportes de divulgação (neste caso, em publicações impressas e em linha), de forma a perceber se essa diferença exerce algum tipo de efeito sobre a maneira como o discurso valorativo é operacionalizado linguisticamente. Em segundo lugar, teve-se como objetivo também comparar a notícia e os géneros de opinião, duas categorias textuais presentes no discurso jornalístico, e observar de que forma o locutor assinala linguisticamente o grau de favorabilidade em relação ao assunto principal de cada texto. Conforme foi referido no enquadramento teórico, no capítulo I, sabe-se que a notícia apresenta um maior grau de neutralidade por parte do locutor, quando comparada com o texto argumentativo, mas sabe-se também que podem existir diferentes graus na escala da objetividade enunciativa, quer numa quer noutra tipologia textual (ver, sobretudo, as secções 3.3. e 3.3.1, no capítulo I).

Pretende-se, assim, contribuir para a reflexão empiricamente fundamentada sobre estes aspetos, tendo por base uma amostra de 120 textos, dos quais 40 foram inseridos na categoria ‘opinião’ (20 impressos e 20 em linha) e 80 correspondem a ‘notícia’ (40 impressos e 40 em linha), conforme elencado na figura 15.

Figura 15: Composição do corpus: categorias de género e suporte textual



Note-se que a opção por um maior número de notícias, em comparação com os textos opinativos, decorre da frequência destas duas tipologias textuais nos jornais: o texto noticioso ocorre mais frequentemente do que o argumentativo, estando este, de um modo geral, circunscrito a secções específicas de cada periódico.

Os 120 textos foram recolhidos de um total de 39 fontes distintas, em suporte em linha e/ou impresso (PDF), conforme detalhado na tabela que se apresenta em seguida.

Tabela 2: Fontes do corpus textual

Fonte	Em linha	Impresso
<i>Alvorada</i>	✓	
<i>Barlavento</i>		✓
<i>Campeão das Províncias</i>	✓	
<i>Correio da Manhã</i>	✓	✓
<i>Correio do Minho</i>	✓	✓
<i>Diário das Beiras</i>		✓
<i>Diário de Aveiro</i>	✓	
<i>Diário de Coimbra</i>		✓
<i>Diário de Leiria</i>		✓
<i>Diário de Notícias</i>	✓	✓
<i>Diário de Notícias (Madeira)</i>		✓
<i>Diário do Minho</i>		✓
<i>Diário dos Açores</i>		✓
<i>Economia Online</i>	✓	
<i>Expresso</i>	✓	✓
<i>HR (Human Resources) Portugal</i>	✓	
<i>Jornal da Madeira</i>	✓	✓
<i>Jornal da Marinha Grande</i>		✓

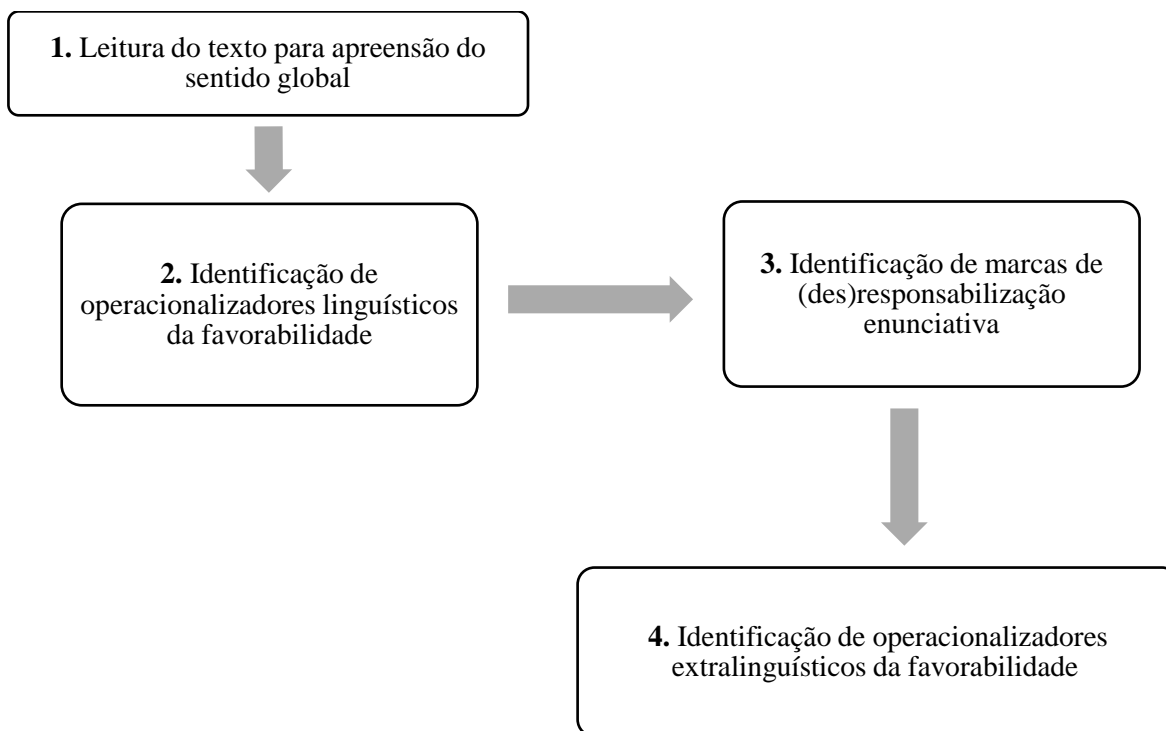
<i>Jornal de Negócios</i>		✓
<i>Jornal de Notícias</i>		✓
<i>Jornal Económico</i>		✓
<i>Jornal I</i>		✓
<i>Jornal Mundo Atual</i>	✓	
<i>Jornal Sol</i>	✓	✓
<i>Notícias ao Minuto</i>	✓	
<i>O Mirante</i>		✓
<i>O Setubalense</i>		✓
<i>Observador</i>	✓	
<i>Porto Canal</i>	✓	
<i>Postal</i>	✓	
<i>Press Minho</i>	✓	
<i>Público</i>	✓	✓
<i>Região de Leiria</i>		✓
<i>Renascença Online</i>	✓	
<i>Sapo Multinews</i>	✓	
<i>SIC Notícias</i>	✓	
<i>TSF Online</i>	✓	
<i>Vida Económica</i>		✓
<i>Visão</i>	✓	

Todos os textos foram codificados e numerados em duas grandes categorias: *corpus* em linha (Cor_EL_1; Cor_EL_2; Cor_EL_3, etc.) e impresso (Cor_Impr_1; Cor_Impr_2; Cor_Impr_3, etc.). Estes códigos surgirão ao longo deste capítulo, quando se fizer referência a exemplos extraídos do *corpus*; todos os textos estão disponibilizados no final do relatório, na secção Anexos.

Após recolhidos os textos, procedeu-se à análise dos mesmos. Numa primeira fase, fez-se uma categorização quantitativa, num ficheiro *Excel*, que incluiu as variáveis: ‘suporte de publicação’ (em linha ou impresso); ‘abrangência’ do jornal ou canal informativo (nacional ou regional); ‘género textual’ (opinião ou notícia’) e ‘área temática’ (política, educação, desporto, economia, saúde, cultura, outra).

Procedeu-se, de seguida, a uma análise qualitativa da amostra, que envolveu as etapas listadas em seguida.

Figura 16: Etapas gerais observadas na análise qualitativa do corpus



Desta forma, fez-se em primeiro lugar uma leitura para compreender o sentido global do texto e determinar a carga semântica predominante, relativamente ao assunto abordado. Conforme referido anteriormente, a identificação do grau de favorabilidade dos textos é uma das tarefas a realizar pelo técnico de *clipping*. Naturalmente, essa classificação é realizada tendo em conta o cliente e respetivos interesses. Neste estudo, por não se poder ter um cliente como ponto de partida (por razões que se prendem com a proteção dos dados e da identidade dos clientes da empresa em que se realizou o estágio), optou-se por analisar o grau de favorabilidade do texto acerca do assunto predominante.

Note-se que, como referido no capítulo I, a expressão da favorabilidade pode ser assinalada pelo locutor do texto, através de diversos mecanismos, ou por outras vezes que por ele sejam convocadas, nomeadamente através do discurso relatado.

Assim, após a leitura global, procedeu-se a uma análise dos mecanismos linguísticos responsáveis pela operacionalização da favorabilidade (*ou* não favorabilidade, *ou* neutralidade) de cada texto em relação à temática abordada. Entre esses mecanismos, encontram-se (i) a mobilização de determinadas classes de palavras, como nomes, verbos, adjetivos e advérbios; (ii) o recurso às modalidades epistémica, deôntica e apreciativa; (iii) o uso da metáfora e de outras formas de linguagem conotativa,

nomeadamente, as expressões idiomáticas. Após este levantamento, procedeu-se também à identificação de marcas linguísticas da responsabilidade enunciativa (ou da desresponsabilização, por parte do locutor), nomeadamente do uso da primeira ou da terceira pessoa, assim como da mobilização de formas do discurso relatado. Por fim, observou-se também os aspetos não linguísticos (recurso a caixa alta, destaques, entre outros) que contribuíram, de alguma forma, para a marcação do grau de favorabilidade dos textos.

Optou-se, deste modo, por uma análise predominantemente qualitativa, que teve em conta a observação de diferentes mecanismos na totalidade de cada texto. Passaremos, em seguida, à descrição dos principais resultados dessa análise.

3. Descrição dos dados

Os 120 textos jornalísticos analisados abordam diferentes áreas temáticas (tais como política, educação e saúde) e recorrem a diferentes estratégias e mecanismos para veicular a favorabilidade ou desfavorabilidade da enunciação relativamente aos assuntos tratados, conforme mostraremos ao longo desta parte do capítulo.

Esta secção está organizada de seguinte forma. Começaremos, no ponto 3.1., pela análise dos títulos. Posteriormente, no ponto 3.2., faz-se uma descrição das escolhas lexicais, seguida, no ponto 3.3., pela observação dos registos de língua e de expressões idiomáticas utilizados, assim como do recurso à metáfora, na subsecção 3.3.1. Mais adiante, no ponto 3.4., analisa-se a expressão de diferentes tipos de modalidade, nos dois grupos de textos e termina-se, na secção 3.5., com a descrição dos mecanismos usados para atribuir a responsabilidade enunciativa, incluindo as formas de discurso relatado.

3.1. Os títulos

Os títulos desempenham um papel crucial, pois podem ajudar a captar a atenção do leitor, assim como fornecer informação sobre o assunto abordado e sobre a favorabilidade do texto. Por esta razão, é importante que um técnico de *clipping* seja capaz de analisar os títulos dos textos a que acede, tendo em conta que podem existir diferenças entre intitulações, em função dos géneros textuais. Por esta razão, far-se-á esta apresentação em subsecções separadas: a titulação na notícia (secção 3.1.1.) e nos géneros de opinião (secção 3.1.2).

3.1.1. A titulação na notícia

Antes de passar à descrição dos dados relativos à expressão da favorabilidade, importa frisar que os títulos das notícias analisadas tendem a apresentar uma estrutura informativa de base, conforme ilustrado abaixo.

(4) Estrutura informativa frequente nos títulos das notícias analisadas

a) [*quem?*] Engenheiros e economistas [*o quê?*] defendem prioridade para a linha Braga-Lisboa

In *Correio do Minho* (Cor_EL_2)

b) [*quem?*] Portugal [*o quê?*] perdeu 650 milhões de euros com atraso na decisão do novo aeroporto

In *O Mirante* (Cor_Impr_49)

c) [*quem?*] Lula da Silva [*o quê?*] defende financiamento do BNDES a países latino-americanos foco da Lava Jato

In *Visão* (Cor_EL_13)

d) [*quem?*] Laboratório teatral [*o quê?*] anima públicos escolares

In *Correio do Minho* (Cor_Impr_14)

Nota-se, assim, que os títulos ilustrados acima mantêm uma configuração similar; em primeiro lugar, surge o constituinte que responde à pergunta *Quem?*, desempenhando a função sintática de sujeito: “Engenheiros e economistas”; “Portugal”; “Lula da Silva”; “Laboratório teatral”. Seguidamente, surge a resposta à pergunta *O quê?*, num predicado que tem como núcleo, nestes exemplos, as formas verbais “defendem”; “perdeu”; “defende” e “anima”. Esta estrutura informativa fornece pistas importantes para o entendimento do assunto que será desenvolvido no corpo da notícia.

A informatividade dos títulos pode não só contribuir para a antecipação do assunto abordado, mas também adiantar a favorabilidade do texto. De facto, na amostra estudada, alguns títulos apresentam elementos lexicais que ajudam a antever, mesmo numa leitura rápida e superficial, se o texto é ou não favorável em relação à matéria tratada. Alguns exemplos destes títulos surgem em seguida.

(5) A favorabilidade evidenciada nos títulos das notícias: exemplos

a) “Mantém-se o impasse quanto à nova ponte rodoviária sobre o Douro”

In *Porto Canal* (Cor_EL_9)

- b) “ ‘Sector económico’ mantém lei dos solos na gaveta há sete anos, diz dirigente da APA”
In Público (Cor_EL_18)
- c) “Maláui esgota todas as vacinas que dispunha para combater surto de cólera”
In Notícias ao Minuto (Cor_EL_20)
- d) “Comarca de Setúbal vê diminuição de processos pendentes abrandar devido à falta de pessoal”
In O Setubalense (Cor_Impr_32)
- e) “Hospitais de Coimbra realizam intervenção pioneira em doente cardíaca”
In Campeão das Províncias (Cor_EL_44)
- f) “Alunos do secundário já dispõem de passe escolar gratuito”
In Região de Leiria (Cor_Impr_3)
- g) “Bloco operatório terá mais 11 salas para cirurgias a partir de Março”
In Diário de Notícias - Madeira (Cor_Impr_25)

Os títulos acima elencados mostram como as escolhas lexicais podem fornecer pistas sobre a favorabilidade do texto. Veja-se como, nas alíneas *a* e *b*, a flexão do verbo *manter* no presente do indicativo, associada aos nomes “impasse” e “gaveta” indicia uma posição desfavorável relativamente ao atraso nas decisões sobre a “nova ponte” e a “lei dos solos”, respetivamente. Na alínea *c*, a escolha do verbo *esgotar* assume um papel importante, realçando a preocupação com a falta de vacinas para “combater” a Cólera. Na alínea *d*, a escolha do verbo “abrandar”, associado ao nome “diminuição” e respetivo complemento “de processos pendentes” deixa antever um retrato desfavorável do funcionamento da Comarca de Setúbal que, “devido à falta de pessoal”, sofre um decréscimo da resolução de casos.

Numa perspetiva oposta, os três últimos títulos elencados acima deixam antever uma posição favorável aos assuntos tratados. Os adjetivos qualificativos “pioneira” e “gratuito” assinalam, respetivamente, a inovação cirúrgica dos Hospitais de Coimbra (na alínea *e*) e o apoio ao transporte dos alunos do ensino secundário (alínea *f*). Já na alínea *g*, o advérbio “mais” deixa antever um grau de favorabilidade elevado para a área da saúde, mais concretamente para a instituição em causa (Hospital Dr. Nélio Mendonça, Funchal), cujo bloco operatório terá “mais 11 salas para cirurgias”.

Contudo, nem todos os títulos noticiosos estudados permitem a antevisão da favorabilidade relativamente ao assunto que será tratado no texto. Na verdade, algumas

titulações mostraram opacidade nesta matéria. Veja-se o caso do título da notícia extraída do *Jornal de Notícias* (Cor_Impr_35), reproduzido abaixo.

Figura 18: Exemplo de título opaco quanto à favorabilidade (notícia)



Este título anuncia apenas que o CEO do Serviço Nacional de Saúde irá reunir com o “Hospital Amadora-Sintra” (infere-se que reunirá com a administração da instituição hospitalar). Neste caso, a leitura do título não é suficiente para se perceber (i) qual o assunto tratado; (ii) qual a favorabilidade do texto (seja implícita ou explícita) relativamente a esse assunto. Note-se, todavia, que a leitura do subtítulo permite agregar um pouco mais de informação: o referido hospital está a enfrentar uma situação complexa, denunciada pelos “Chefes do serviço de urgência”, que “pedem medidas céleres”, por parte do SNS. Será apenas após a leitura cabal da notícia que se tornará possível perceber a manifestação de uma posição desfavorável dos médicos relativamente ao desempenho da Administração do Hospital.

Importa também aqui mostrar que alguns títulos podem gerar equívocos na identificação da favorabilidade do texto. No exemplo que se segue, a forma verbal “aumentam” e o respetivo complemento “risco de desenvolver cancro gástrico” podem remeter o leitor para um assunto com carga semântica negativa. No entanto, o texto retrata uma situação bastante positiva, pois aborda descobertas científicas da Universidade do Porto capazes de melhorar os “critérios de identificação” precoce do cancro gástrico.

Figura 20: Exemplo de título dúbio, sobre a favorabilidade da notícia

**Alterações
que aumentam
risco de
desenvolver
cancro gástrico
hereditário**

●●● Investigadores do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto desvendaram alterações no gene que aumenta o risco de cancro gástrico difuso hereditário, abrindo portas à utilização de três novos critérios de identificação.

In *Diário das Beiras* (Cor_Impr_42)

Globalmente, os exemplos aqui apresentados mostram que existem títulos facilitadores da classificação da favorabilidade do texto pelo técnico de *clipping*. Porém, existem outros que, por serem opacos ou de interpretação dúbio, requerem uma leitura muito atenta da totalidade do texto.

3.1.2. A titulação nos géneros de opinião

Em comparação com os títulos das notícias, os dos textos de opinião são, globalmente, menos informativos, ou seja, recorrem a referências vagas ou a nomes genéricos que não permitem identificar o assunto específico que será abordado. Seguem-se alguns exemplos dessa pouca informatividade de alguns títulos.

(6) Exemplos de estrutura pouco informativa nos títulos dos textos opinativos

a) “Fascismo e moderação”

In *Expresso* (Cor_Impr_53)

b) “Os dossiês e os seus ciclos”

In *Jornal de Negócios* (Cor_Impr_60)

c) “O futuro era muito melhor antigamente”

In *Diário de Notícias* (Cor_Impr_61)

O título apresentado na alínea *a*, extraído de uma notícia do *Expresso*, remete para uma ideia de oposição (embora numa estrutura copulativa), em que se contrastam ideias fascistas com moderadas. Contudo, essa oposição é muito vaga e, como tal, apresenta pouca informação sobre o assunto a abordar que, neste caso, é o pacote de medidas adotadas pelo governo português para restringir a venda e o consumo de tabaco. Na mesma linha, a vagueza do título mostrado na alínea *b* não deixa antever o assunto principal em foco: a inoperância governativa relativamente à gestão da água, face às secas extremas cada vez mais frequentes. Por fim, o exemplo na alínea *c* capta a atenção pela estranheza da antítese estabelecida entre um tempo futuro e o “antigamente”, mas pouco acrescenta sobre o assunto do texto: os perigos da inteligência artificial.

No que diz respeito à favorabilidade, a amostra estudada permitiu identificar textos opinativos em que a posição do locutor é manifestada, já desde o título, de forma bastante explícita. No entanto, encontrou-se também textos de opinião em que o título assume um carácter neutro, o que exige uma leitura muito atenta de toda a composição textual, de forma a identificar o grau de favorabilidade em relação ao assunto principal. Veja-se, a este propósito, os dois excertos que se seguem.

(7) Favorabilidade explícita no início do texto opinativo

Bateu no fundo

Apagões, ameaças, insultos, agressões, mentiras, câmaras que não funcionam, recurso ilícito aos serviços secretos, encenação de respostas, o que se vai vendo e ouvindo na Comissão Parlamentar de Inquérito à TAP é mau demais. Avaliado pelo Ministério das infraestruturas, o governo está transformado numa agremiação de gente pouco responsável, que não tem noção do que representa e da estatura inerente à função. (...)

Nuno Melo, In *Jornal Sol* (Cor_Impr_56)

(8) Favorabilidade não explícita no início do texto opinativo

Cinco interrogações sobre o caso de Frederico Pinheiro

A semana ficou marcada pelas audições do ministro João Galamba, da sua chefe de gabinete Eugénia Correia e do seu ex-adjunto, Frederico Pinheiro, o homem que está no centro de uma polémica que está a fazer vacilar o Governo.

Sobre o que foi dito e contradito, pouco há a acrescentar. Estamos perante diferentes versões dos factos e há coisas que só poderão ser confirmadas por quem assistiu ao sucedido. Persistem, no entanto, várias interrogações que seria bom esclarecer. (...)

Estas são apenas algumas das interrogações que este infeliz episódio suscita. Resta a conclusão (...) é evidente que João Galamba não tem a autoridade política necessária para continuar em funções como ministro.

Filipe Alves, In *Jornal Económico* (Cor_Impr_58)

Note-se que, no excerto apresentado em (7), a posição do locutor do texto é claramente desfavorável à situação ocorrida no Ministério das Infraestruturas, assim como em relação à ação governativa. Este ponto de vista é evidente no título, através da expressão idiomática “bater no fundo” (que evidencia uma situação insustentável) e é confirmado no primeiro parágrafo, mediante a enumeração com conotação negativa que culmina na apreciação “mau demais”. Já o excerto mostrado em (8) exemplifica outra forma de manifestar opinião sobre o mesmo assunto. Neste caso, a visão desfavorável do locutor não é evidenciada no título, que é opaco do ponto de vista da favorabilidade (“Cinco interrogações sobre o caso de Frederico Pinheiro”). Apesar de, no primeiro parágrafo, ser brevemente evidenciada uma visão negativa com a seleção do verbo “vacilar”, associado ao governo, é apenas no final do texto, após a enunciação das cinco questões, que o locutor explicita a sua posição desfavorável à continuidade em funções, por parte do ministro.

Seguem-se outros exemplos de intitulação com favorabilidade explícita (cf. 9-alíneas a) a d)) e não explícita ou opaca (cf. 9, alíneas e) a h)).

(9) Títulos: favorabilidade explícita ou opaca nos textos opinativos

a) O TURISMO ARRUACEIRO” In <i>Expresso</i> (Cor_Impr_51)	e) “Verdades” In <i>Jornal de Notícias</i> (Cor_Impr_5)
b) “Vigora o desnorte”. In <i>Expresso</i> (Cor_Impr_54)	f) “O que significa acabar com os exames” In <i>Público</i> (Cor_Impr_7)
c) “Falta de professores: um problema por resolver” In <i>Observador</i> (Cor_EL_51)	g) “Os dossiês e os seus ciclos” In <i>Jornal de Negócios</i> (Cor_Impr_60)
d) “Carlos Moedas, O Incongruente: “As pessoas não aguentam pagar mais impostos?”” In <i>Expresso</i> (Cor_EL_57)	h) “Um braço de ferro e um ovo” In <i>Diário de Notícias</i> (Cor_Impr_62)

Ainda no âmbito da construção dos títulos, importa salientar outros mecanismos que contribuem para a veiculação da informação ao leitor. Entre eles, destaque-se o uso de maiúsculas, negritos e aumento do tamanho de letra, em relação ao corpo do texto. Além disso, alguns títulos, como aquele exemplificado em 9-h), recorrem a linguagem

conotativa e a combinações inusitadas de vocábulos (“Um braço de ferro e um ovo”), numa possível estratégia de captação da atenção e interesse do leitor.

3.2. As escolhas lexicais

A observação do léxico é transversal a todas as secções de análise apresentadas neste capítulo, pois o estudo dos títulos, da modalidade ou dos modos de relato do discurso, por exemplo, envolve sempre a identificação de escolhas lexicais que servem diferentes propósitos comunicativos. Contudo, por existirem alguns aspetos específicos que não são referidos ou aprofundados nas restantes partes, optou-se por criar esta secção, dedicada ao léxico usado nos textos noticioso (3.2.1) e opinativo (3.2.2).

3.2.1. O léxico como veículo de informação

As notícias analisadas nesta amostra deixam transparecer a existência de duas dimensões no uso lexical: a dimensão do locutor/autor do texto e a dimensão dos outros locutores que são trazidos para a notícia através do discurso relatado. Neste segundo domínio, as escolhas lexicais são mais semelhantes às encontradas no texto de opinião, pois surgem construções valorativas apoiadas por adjetivos, nomes, verbos e advérbios com pendor qualificativo. No entanto, uma vez que iremos abordar o discurso relatado numa secção específica para esse efeito, iremos referir aqui apenas algumas constatações sobre o uso lexical no discurso noticioso não relatado, ou seja, nos enunciados atribuídos “à voz” do próprio jornalista/autor do texto.

Em primeiro lugar, salientamos a escassez de adjetivos qualificativos (que não sejam atribuídos, de forma direta ou indireta a outra fonte). Desta forma, o discurso do locutor do texto noticioso é marcado predominantemente por grupos nominais e verbais, pontualmente intercalados com adjetivos sem grande expressividade valorativa, como no exemplo: “Uma equipa constituída por técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e da Universidade do Minho (UMinho) esteve em Palmeira de Faro, local onde ocorreu uma derrocada de terras, no dia 23 de Novembro, que vitimou duas pessoas” (*Press Minho*, Cor_EL_4).

Os grupos nominais são formados, por vezes, por nomes próprios: “Lula da Silva” (*Visão*, Cor_EL_13); “Paulo Raimundo” (*Público*, Cor_EL_26); “Rui Moreira” (*Expresso*, Cor_EL_39) ou, em alternativa, substituídos por expressões nominais que designam a função exercida ou a afiliação partidária, por exemplo: “A dirigente

comunista” (*Jornal da Madeira*, Cor_EL_24), “O Presidente da Câmara de Loures” (*Mundo Atual*, Cor_EL_35) e “O PS e o BE” (*Público*, Cor_EL_38).

Os grupos verbais surgem predominantemente com flexão no modo indicativo, nos tempos presente ou pretérito perfeito, na terceira pessoa. A transitividade também é frequente, pois muitos desses grupos verbais integram complementos, como nos exemplos que se seguem (destacados nossos): “Mourinho Félix **evitou comentar o grau atual de execução do PRR**” (*Jornal de Notícias*, Cor_Impr_4); “A Câmara da Maia **formalizou** ontem as parcerias que estabeleceu no âmbito do Programa de Saúde Escolar” (*Jornal de Notícias*, Cor_Impr_15); “A Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve (EHTA), em Faro, **acolhe o certame**” (*Barlavento*, Cor_Impr_48).

Ainda no domínio verbal, assumem particular relevância os verbos introdutórios do discurso direto ou indireto, que serão elencados na secção 3.5.1. Passaremos, agora, à análise das escolhas lexicais nos textos de opinião.

3.2.2. O léxico como veículo de opinião

A observação das escolhas lexicais feitas nos textos opinativos analisados permitiu-nos constatar a produtividade de classes como a do nome, do adjetivo, do verbo e do advérbio na materialização linguística do discurso valorativo. O excerto textual que se segue é um exemplo de como estas classes de palavras são mobilizadas na construção de um ponto de vista negativo sobre a matéria tratada.

Apagões, ameaças, insultos, agressões, mentiras, câmaras que não funcionam, recurso ilícito aos serviços secretos, encenação de respostas, o que se vai vendo e ouvindo na Comissão parlamentar de inquérito à TAP é mau demais. (...) É absolutamente insuportável que tudo tenha acontecido mas nem uma só alma tem assumido até hoje responsabilidades políticas (...) A maioria absoluta está transformada numa convicção grotesca de impunidade que só pode ser combatida (...) O espetáculo deprimente em cena na comissão parlamentar de inquérito à TAP só reforça a evidência de que, a cada dia que passa, a manutenção de João Galamba à frente do Ministério das infraestruturas é totalmente insustentável pela forma como mina a credibilidade do Estado, agravando danos já de si irreparáveis.

In *Sol* (sublinhado nosso)
(Cor_Impr_56)

Neste texto, a perspetiva do enunciador é explicitamente negativa no que diz respeito à ação governativa e ao “caso Galamba”. A materialização linguística dessa posição desfavorável dá-se através do uso de vocabulário com uma carga

Desfavorável à gestão da Saúde, por parte do governo	<p>“Já não é <u>incapacidade</u> de reter médicos no SNS. Já não é o <u>desleixo</u> com que se tratam os Cuidados de Saúde Primários (CSP). É tudo junto e chama-se <u>desnorte</u>.”</p> <p style="text-align: right;">In <i>Expresso</i> (sublinhado nosso) (Cor_Impr_54)</p>
d) Desfavorável à gestão governativa no “caso Galamba/Frederico Pinheiro”	<p>“as duas horas de <u>caos</u> no Ministério das Infraestruturas ficarão para a história da política portuguesa como uma das mais <u>lastimosas</u>, <u>absurdas</u> e <u>autoinfligidas crises</u> governamentais.”</p> <p style="text-align: right;">In <i>Expresso</i> (sublinhado nosso) (Cor_Impr_52)</p>

Conforme ilustrado acima, a adjetivação é um recurso expressivo muito eficaz na afirmação de pontos de vista; por vezes, os adjetivos surgem em enumerações (cf. exemplos nas alíneas b e d), reforçando o juízo de valor veiculado.

Note-se também a expressividade de nomes como *problema*, *incapacidade*, *desleixo*, *caos* e *desnorte*, na construção de opinião desfavorável. Observe-se ainda a existência de um nome muito frequente no *corpus*: “problema”. Este vocábulo não só é comum na generalidade dos textos analisados, como é reiterado, no interior desses mesmos textos. No exemplo que se segue, esta palavra surge em todos os parágrafos.

O que mais me tem impressionado nesta greve dos professores é a clareza das reivindicações na sua diversidade. Dir-se-á que são excessivas, que o Governo não pode aceitar todas, mas é aí que reside o principal **problema**, porque todas elas fazem sentido e no seu conjunto são uma revolução no modelo de ensino. Parece-me claro que a longa incapacidade dos governos de fazer as reformas necessárias tornou o **problema** intratável e a revolta dos profissionais é tão forte que há muito terá passado a fase dos pequenos passos.

Não é preciso ser um especialista da educação para compreender a necessidade de uma profunda reforma do ensino público, já que o privado aparenta não ter os mesmos **problemas**, o que deveria ser uma indicação orientadora. Nos colégios privados não existem as surreais viagens pelo País de milhares de professores, o excesso de burocracia, o tempo de serviço aparenta não ser um **problema** e sabemos pelos diferentes *rankings* que a qualidade do ensino é melhor e que os pais e as crianças estão satisfeitos ao

ponto de ser a escola pública que está em perigo, um fenómeno semelhante ao da Saúde.

(...) E ou o governo compreende isso rapidamente, de que não estamos apenas perante mais uma greve, ou o **problema** torna-se insolúvel, porque o que está em causa é uma profunda reforma do ensino, algo que este governo nunca soube fazer.

In *Jornal da Marinha Grande*
(Cor_Impr_1 destacado nosso)

Por vezes, a reiteração desta palavra surge no mesmo contexto frásico, como podemos constatar em “O **problema** é que Lisboa sofre deste **problema**, mas ninguém quer reconhecer que a cidade tem este **problema**.” (in *Expresso*, Cor_Impr_51). A frequência de ocorrência deste vocábulo contribui para o reforço da gravidade da situação exposta, e sobre a qual o locutor se debruça.

Aponte-se ainda que, por vezes, a mobilização de nomes e adjetivos surge associada a recursos como a antítese, colocando duas dimensões em oposição. Segue-se um exemplo desta estratégia no texto intitulado “Verdades”, publicado na versão impressa do *Jornal de Notícias* (Cor_Impr_5, destacados nossos): “Alunos sem aulas, professores radicalizados, pais desesperados e ministro “sossegado” no conforto do gabinete, com o futuro do país às cegas.” Este contraste realça a posição desfavorável do locutor relativamente ao Ministro da Educação, acusando-o de falta de sensibilidade para com os problemas deste setor.

Também as escolhas verbais são importantes mecanismos para frisar pontos de vista, no decorrer da enunciação. Seguem-se alguns exemplos.

(11) Discurso valorativo e classes de palavras: verbos (textos de opinião)

a) Desfavorável ao governo de António Costa	“Os costistas, que desprezam todos os que não são do seu bando e acreditam que só eles deviam ter a possibilidade de governar” In <i>Diário de Notícias</i> (Cor_EL_61, destacado nosso)
b) Desfavorável ao governo de António Costa	“No entanto, erodiram qualquer módico de decência, comprometeram a separação de poderes, alimentaram

	<p>nepotismos, enriqueceram camaradas e lesaram o país pelo menos em 3.200 milhões de euros”</p> <p style="text-align: right;"><i>In Expresso</i> (Cor_EL_65, destacado nosso)</p>
<p>c) Desfavorável ao governo de António Costa</p>	<p>“Não consigo compreender como é possível um Governo desagradar a quase todos ao mesmo tempo”</p> <p style="text-align: right;"><i>In Jornal I</i> (Cor_Impr_63, destacado nosso)</p>
<p>d) Favorável à organização do evento Queima das Fitas do Porto 2023</p>	<p>“A Queima das Fitas do Porto 2023 enalteceu a tradição, enquanto acompanhou a evolução dos tempos.”</p> <p style="text-align: right;"><i>In Jornal de Notícias</i> (Cor_Impr_59, destacado nosso)</p>

Nos exemplos em *a*, *b* e *c*, o locutor tem como objetivo principal a defesa de uma opinião desfavorável sobre o desempenho governativo do Primeiro Ministro António Costa. Essa carga semântica negativa é realçada nos verbos escolhidos, cujo efeito depreciativo é bastante evidente: *desprezar*, *erodir*, *comprometer*, *lesar* e *desagradar*. A alínea *d* mostra, em contraste, como as escolhas verbais podem contribuir para a construção de um juízo de valor favorável. Neste caso, o uso do verbo *enaltecer* enfatiza o papel positivo da Queima das Fitas do Porto (edição de 2023) para a salvaguarda da tradição.

Também os advérbios podem ser usados para veicular opinião. Na secção dedicada à modalidade (cf. ponto 3.4.), mostramos, por exemplo, que formas adverbiais como “compreensivelmente” ou “injustamente” podem operacionalizar um valor modal apreciativo, vinculando o locutor à opinião explicitada.

Além desse tipo de advérbios, constatamos a produtividade do advérbio de negação “não”, em construções negativas que veiculam juízos de valor. Veja-se, como exemplo, a afirmação extraída do *Expresso* (Cor_Impr_51, destacado nosso): “Lisboa entrou para o roteiro das *Stag City*. **Não** é bom.” ou as expressões “**Não** é também tolerável que” (*Jornal Sol*, Cor_Impr_56) e “É preciso que **não** se desviem os dois para o mesmo lado.” (*Jornal Económico*, Cor_Impr_57). Em contraste, refira-se também que

o advérbio de afirmação “sim” também pode ser usado para enfatizar opinião: “Isto, **sim**, é entretenimento a sério” (*Correio da Manhã*, Cor_Impr_65); neste caso, numa perspectiva favorável ao assunto discutido, ou seja, o festival da Eurovisão.

Saliente-se ainda que advérbios com valor temporal também podem veicular texto opinativo. Veja-se, no seguinte exemplo, como a forma adverbial “já” contribui para realçar a desfavorabilidade da enunciação relativamente ao governo português, que é descrito como incapaz de atrair e manter bons titulares de pastas: “Neste momento, além dos inúmeros candidatos convidados para o governo que se viram obrigados a desistir (...), há **já** mais dois actuais membros do governo susceptíveis de o abandonar” (*Observador*, Cor_EL_31).

Por fim, salientamos que, por vezes, os mecanismos de textualização, nomeadamente a seleção lexical, conjugam-se com aspetos extralinguísticos, visando o cumprimento da intencionalidade comunicativa.

(12) Conjugação de aspetos lexicais e extralinguísticos, para veicular opinião

Expresso, 3 de fevereiro de 2023

Duelo O Tribunal Constitucional voltou a apontar problemas na lei que legaliza a morte medicamente assistida. A lei vai voltar para a Assembleia da República

João
Cotrim de
Figueiredo
Deputado da Iniciativa Liberal



António
Pinheiro Torres
Vice-presidente da Federação
Portuguesa pela Vida

PARLAMENTO CONSEGUE RESOLVER A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI DA EUTANÁSIA?

SIM Resulta evidente da leitura deste acórdão do Tribunal Constitucional (TC), bem como das respetivas declarações de voto, que há um número significativo de juizes que reconhece a existência do direito à morte autodeterminada, pelo que a regulação desse direito não pode, por definição, colidir com a Constituição.

Sim, porque o TC não considerou inconstitucional nenhuma das normas que o Presidente da República invocou no pedido de fiscalização da constitucionalidade.

Sim, porque o TC concluiu pela inconstitucionalidade de uma única norma, e pela margem de apenas um voto. Essa norma foi apreciada por critérios de determinabilidade jurídica não invocados no pedido do Presidente da República, o que levou a própria juíza relatora a incluir uma crítica a este procedimento (“desvinculação da *causa petendi*”) na sua declaração de voto.

E, finalmente, é sim porque acreditamos, com igual convicção, na separação de poderes e na colaboração e lealdade institucionais. Nesse quadro, estamos certos de que a Assembleia da República saberá interpretar este acórdão, como, aliás, já fez ao adotar a solução legislativa expressamente sugerida no acórdão de 2021.

Do mesmo modo, não acreditamos que o TC extravase a sua função de guardião da Constituição e invada a esfera da vontade do legislador democrático, estabelecendo condições impossíveis de superar pela legislação.

É importante entender como tal poderia acontecer:

Na atual versão da Lei da Morte Medicamente As-

NÃO A despenalização e legalização do homicídio a pedido da vítima e a ajuda ao suicídio são inconstitucionais por violação do direito à vida e da garantia da sua inviolabilidade (artigo 24º); por violação do direito à integridade pessoal e da garantia da sua inviolabilidade (artigo 25º); por violação de outros direitos pessoais (artigo 26º); por violação da dignidade da pessoa humana no contexto de uma sociedade solidária e de um Estado de direito baseado no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais (artigos 1º, 2º, 9º, 12º, 13º, 16º e 18º). Também por violar as normas e princípios de direito internacional, nomeadamente da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (artigos 8º e 16º); por violação do direito à proteção da saúde e do dever de a defender e promover e das inerentes vinculações do Estado a implementar e garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados médicos, primários, continuados e paliativos, bem como o dever genérico de proteção dos mais frágeis (artigo 64º); por violação do direito e do dever de proteção da família, elemento fundamental da sociedade, e da efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros (artigos 36º, 63º, 65º, 67º, 68º, 69º, 70º, nº

Não acreditamos que o TC extravase a sua função estabelecendo condições impossíveis

Seja qual for a formulação do Parlamento, agora ou mais tarde nunca uma lei destas será constitucional

3. 71º, nº 2. e 72º, nº 1); por violação dos princípios

No exemplo acima, mostramos um excerto de uma secção de opinião do jornal *Expresso* (Cor_Impr_19), em que se combinam itens lexicais como “Duelo” (no topo da página) com “SIM” e “NÃO”, no início do texto. Estas palavras remetem para um campo lexical de confronto de opinião, em que serão aduzidos argumentos *contra* e *a favor* da “lei que legaliza a morte medicamente assistida”. Observe-se que estes elementos linguísticos são apoiados: (i) pela disposição do texto em colunas opostas; (ii) pela atribuição de cores distintas aos autores de cada texto de opinião; (iii) pela utilização de maiúsculas, aumento do tamanho de letra e destaque de cor dos advérbios que iniciam cada argumentação (“SIM” e “NÃO”).

A intencionalidade comunicativa (particularmente, a de opinião) pode também ser construída através do recurso a determinados registos de língua e expressões idiomáticas, como descrito no ponto que se segue.

3.3. Registos de língua e expressões idiomáticas

Nesta secção, apresentaremos algumas regularidades encontradas na amostra, relativamente ao registo de língua, assim como sobre o uso de expressões idiomáticas.

Nas notícias, a linguagem usada é, de um modo geral, simples, mas sem recurso a expressões de coloquialidade, exceto quando estas surgem inseridas em citações/discurso direto. Assim, no texto noticioso, a observação dos registos de língua não se revelou muito produtiva.

Contudo, nos textos de opinião, a tendência para um uso mais informal da língua é bastante evidente, na amostra estudada. Seguem-se alguns exemplos.

(13) Expressões de uso coloquial nos textos opinativos

- a) **Tropecei num texto** onde se lia que um advogado ao fazer uma investigação sobre assédio sexual pediu ajuda ao ChatGPT. E o ChatGPT como bom criativo que é, **atirou o nome** de um professor de direito (...) O mundo mudou! O mundo ficou mentiroso. E nós, **ao comer** estas mentiras, vamos **comer também um futuro** baseado em coisa nenhuma.

In *Diário de Notícias* (destacado nosso)
(Cor_Impr_61)

- b) O que vai ganhar um setor tão importante com os fundos previstos? Segundo os profissionais da Justiça, praticamente nada, pois o governo não consegue ou não quer fazer as reformas estruturais para **acabar com o forrobodó** existente.

In *Jornal I* (destacado nosso)
(Cor_Impr_63)

- c) Com um discurso enroupado pela suavidade da linguagem tecnocrática, que pode significar o que está a dizer mas também muitas outras coisas, o governante procurou **adocicar a coisa**. Afinal, podemos todos ficar sossegados, porque “os custos adicionais vão ser cobertos”. **Uff!** Estava a ver que vinha aí mais uma fatura da estirpe da TAP, da Parque Escolar, do BPN. (...) **Gastam à balda** mas têm tudo bem encaixado nas justificações orçamentais. Se não fosse sério, dava uma grande anedota.

In *Correio da Manhã* (destacado nosso)
(Cor_Impr_64)

Esta informalidade serve, muitas vezes, o propósito de veicular uma opinião desfavorável. No exemplo apresentado acima, na alínea *a*, o recurso ao verbo “comer”, com o sentido figurado de *aceitar*, parece enfatizar e censurar a passividade acrítica com que os indivíduos acolhem a informação falsa que lhes é dada pela internet e pela inteligência artificial. Em *b*, a referência ao “forrobodó” denuncia o caos instalado no setor da Justiça, assim como a incapacidade do governo para resolver a situação. Em *c*, num tom claramente irónico acentuado pela interjeição (“Uff!”), o enunciador condena os governantes que, no seu entender, gastam de forma desregrada (“à balda”) o dinheiro público e tentam enganar os contribuintes com discursos eufemísticos (procuram “adocicar a coisa”).

Repare-se que a informalidade do discurso nos textos de opinião surge, muitas vezes, associada a expressões idiomáticas; seguem-se alguns exemplos dessas locuções (14).

(14) Expressões idiomáticas nos textos opinativos

- a) “Nesta história toda, **tiro o chapéu** a Carlos Moedas que conseguiu, com ar irritado, é certo, explicar que o investimento vai ter um retorno imenso.”
In *Sol* (destacado nosso)
(Cor_EL_29)
- b) “A escola não pode ser uma **"Maria vai com as outras"** . Resignada a repetir o que outros fazem ou como os outros fazem.”
In *SIC Notícias* (destacado nosso)
(Cor_EL_56)
- c) “O governo absoluto podia bem aprender e **emendar a mão** de um projeto que faz tábua rasa dos direitos de cidadãos e empresas (...)
In *Diário de Notícias* (destacado nosso)
(Cor_EL_61)
- d) “Lamentavelmente, **com a cabeça nas nuvens** , o Governo amalgamou um conjunto de medidas inconsistentes, sem credibilidade e ineficazes.”
In *Expresso* (destacado nosso)
(Cor_EL_65)
- e) “(...) o nosso baixo nível de vida precisa de uma escola pública **como de pão para a boca** (...)”
In *Jornal da Marinha Grande* (destacado nosso)
(Cor_Impr_1)
- f) “Por vezes, é preciso **não ter papas na língua** nem ser politicamente correto e ter a coragem de dizer que **o rei vai nu** .”
In *Diário de Notícias* (destacado nosso)
(Cor_Impr_62)

Na alínea *a*, o enunciador recorre à expressão idiomática “tiro o chapéu” para manifestar a sua favorabilidade em relação à construção do palco-altar para as Jornadas Mundiais de Juventude, evidenciando positivamente o presidente da Câmara de Lisboa, por ter enfrentado as vozes discordantes e defendido a relevância daquele investimento. O exemplo em *b* surge num texto intitulado “A escola pasteurizada”, publicado em linha pela Sic Notícias; aqui, o locutor recorre à expressão “Maria vai com as outras”, construída numa frase com modalidade deôntica e polaridade negativa, para mostrar a sua discordância relativamente à tendência para a uniformização de formas de pensamento e de atuação nas escolas. Em *c*, a expressão “emendar a mão” surge num contexto de condenação do pacote de medidas de apoio à habitação em Lisboa, proposto pelo governo e que, segundo o locutor, devem ser anuladas, por lesarem os cidadãos e as empresas. Em *d*, a expressão “com a cabeça nas nuvens” contribui para a caracterização negativa da atuação do governo português. Em *e*, enfatiza-se a importância fulcral da escola pública para os cidadãos portugueses, que necessitam dela “como de pão para a boca” por não terem capacidade financeira para suportar os custos de um ensino privado. Por último, em *f*, num texto que aborda as relações entre os agricultores e o governo, o locutor defende que os representantes das associações dos exploradores agrícolas devem ter coragem para denunciar explicitamente (“sem papas na língua”), os problemas do setor, expondo todos as lacunas que o governo não tem sido capaz de suprir (“o rei vai nu”).

Importa salientar que as expressões idiomáticas identificadas no *corpus* não surgem sempre como construções cristalizadas. Em alguns casos, elas mostram-se permeáveis ao contexto frásico, assumindo características flexionais que podem trazer contributos semânticos e pragmáticos. Veja-se um desses exemplos na alínea *a*, em que a flexão do verbo ‘tirar’ na primeira pessoa do presente do indicativo contribui para a vinculação do locutor à posição assumida pelo autarca lisboeta (defesa da construção do palco-altar).

3.3.1. A metáfora: efeitos valorativos

Na secção anterior, mostramos que, nos textos argumentativos, a opinião do locutor pode ser veiculada através da linguagem conotativa que caracteriza as expressões idiomáticas. Do mesmo modo, identificamos nos textos de opinião analisados várias construções metafóricas que, não se enquadrando na categoria de expressões idiomáticas, também contribuem para a verbalização de pontos de vista; seguem-se alguns exemplos.

(15) Exemplos de metáforas nos textos de opinião

a) Este é um assunto que não se pode resolver com **curativos de emergência**. Hoje alargam-se horários, amanhã remedeiam-se habilitações e depois fazemos qualquer coisa para colocar qualquer perfil perante uma turma de vinte e cinco alunos.

In *Observador* (destacado nosso)
(Cor_EL_51)

b) Acredito que Silva possa ostentar alguns atributos positivos, apesar de, sinceramente, não lhe ter ainda reconhecido um único, mas a inteligência não é, decididamente, um deles. A exibição do **número de palhaçada no circo de S. Bento**, em que desempenhou o papel de actor principal, teve como único resultado dar completa visibilidade ao protesto encabeçado pelos deputados do Chega.

In *Sol* (destacado nosso)
(Cor_EL_54)

c) “O que compensa mesmo é o conformismo. Fazer como todos fazem e nunca deixar de fazer o que todos fazem. (...) É a **praça da letargia**.”

In *Sic Notícias* (destacado nosso)
(Cor_EL_56)

d) “Lisboa tornou-se mesmo numa **cidade dónute. Vazia no meio**.”

In *Expresso* (destacado nosso)
(Cor_Impr_51)

e) “É um ministério imaturo e **desfeito em cacos** que prepara isto tudo? É o que parece.”

In *Expresso* (destacado nosso)
(Cor_Impr_52)

Com a expressão metafórica “curativos de emergência”, elencada na alínea *a*, perspectiva-se negativamente a atuação do governo relativamente aos protestos dos professores. No entender do locutor, as medidas tomadas são avulsas, visam apenas tratar os sintomas e não resolvem os problemas estruturais do ensino em Portugal. Já em *b*, apresenta-se uma visão bastante desfavorável da atuação do presidente da Assembleia da República, quando repreendeu ostensivamente (“número de palhaçada”) os deputados que se manifestaram contra a visita de Lula da Silva ao parlamento (“circo de São Bento”). Em *c*, aponta-se o dedo ao conformismo e à estagnação nas escolas (“praça da letargia”). Em *d*, o locutor manifesta uma posição muito desfavorável ao esvaziamento do centro de Lisboa (“cidade dónute. Vazia no meio”) por parte dos seus habitantes, fruto do aumento considerável dos custos com a habitação. Por fim, no exemplo em *e*, encontramos a expressão metafórica “desfeito em cacos”, que indicia uma perspectiva

muito negativa acerca da gestão do Ministério das Infraestruturas, após o episódio protagonizado pelo adjunto Frederico Pinheiro.

Terminamos esta secção referindo que, na amostra estudada, o uso de metáforas nas notícias é bastante contido. Encontramos apenas algumas expressões metafóricas como *dar luz verde* (Público, Cor_EL_38), *semear* dúvidas (Visão, Cor_EL_6) ou estar/ficar *na gaveta* (Público, Cor_EL_18), sendo que nem todas contribuíam para a expressão da favorabilidade do texto.

3.4. A modalidade

Nesta secção abordar-se-á a forma como os diferentes tipos de modalidade, a epistémica, a deôntica e a apreciativa (cf. capítulo I), são mobilizados na construção da favorabilidade do texto noticioso (3.4.1) e de opinião (3.4.2).

3.4.1. A expressão modal na notícia

Como seria expectável, a modalidade epistémica revelou-se extremamente frequente nas notícias estudadas. Esta é usada para informar, de forma predominantemente imparcial e objetiva, acerca de um determinado acontecimento ou assunto. São exemplo disso os dois excertos que se seguem.

(16) A modalidade epistémica ao serviço do relato objetivo na notícia

a) “O primeiro-ministro passou o dia no distrito de Castelo Branco, no âmbito do programa "Governo Mais Próximo", que decorre entre hoje e quinta-feira”

In Notícias ao Minuto (Cor_EL_7)

b) “O navio Ocean Viking, da organização SOS Méditerranée, resgatou 95 pessoas no Mediterrâneo central, enquanto o Geo Barents, dos Médicos Sem Fronteiras (MSF), seguia esta quinta-feira com outros 237 migrantes para o porto de La Spezia, no nordeste da Itália.”

In Correio da Manhã (Cor_EL_19)

Neste tipo de excerto textual, podemos afirmar estar perante um discurso neutro, do ponto de vista de quem escreve, sobre o assunto em questão, pois o locutor não apresenta o seu ponto de vista, nem classifica aquela situação como sendo positiva ou

negativa. Limita-se a constatar factos, mediante construções modais epistémicas, com valor de certeza.

Contudo, nas suas práticas diárias, o técnico de *clipping* precisa de classificar o grau de favorabilidade destes textos supostamente “neutros”; essa classificação é, de facto, possível, tendo em conta dois fatores. O primeiro está relacionado com o cliente e com os respetivos interesses e áreas de atuação. Por exemplo, a notícia ilustrada na alínea *b*, acima, pode ser considerada favorável se o cliente for uma das organizações de resgate. No entanto, a mesma notícia pode ser interpretada como desfavorável se o cliente for uma organização que luta contra a migração ilegal, pois o texto mostra que essa ilegalidade persiste, em condições tão desumanas que requerem “resgate”.

O segundo fator a ter em conta na análise da favorabilidade de uma notícia está relacionado com as vozes que intervêm no texto. É muito frequente uma notícia iniciar com um discurso neutro, objetivo e imparcial, atribuído ao jornalista/a quem escreve. No entanto, nesse mesmo texto podem surgir outras vozes, em discurso direto ou indireto, que veiculam opinião sobre o assunto em análise, através de modalidades deônticas ou apreciativas. Veja-se, a este propósito, o exemplo que se segue.

(17) As modalidades deôntica e apreciativa como veículo de opinião, na notícia (DR)

Os habitantes da Freguesia de Luso, no concelho de Mealhada, distrito de Aveiro, vão realizar uma concentração na segunda-feira para exigirem mais meios humanos para a Extensão de Saúde e o seu funcionamento de segunda a sexta-feira. (...) Os utentes referem que “veem o tema do funcionamento da Extensão de Saúde como incontornável na vida de uma comunidade que **não pode, nem deve**, ser olhada como de segunda”.

In *Notícias do Centro* (Cor_EL_23) [destacados nossos]

No exemplo acima, a notícia inicia-se com um pendor informativo e objetivo, numa modalidade epistémica, com valor de certeza: os habitantes da Freguesia de Luso vão manifestar-se na segunda-feira. Contudo, a objetividade dá lugar à emissão de opinião, quando o locutor do texto dá a palavra aos manifestantes, através do discurso direto, assinalado com aspas. Nessa citação, a modalidade deôntica, assinalada a negrito, assim como a apreciativa, veiculada no adjetivo “incontornável” e na expressão “de segunda”, mostra o descontentamento da população sobre a não abertura, a tempo inteiro, da unidade de saúde local. Desta forma, esta notícia pode ser considerada

predominantemente desfavorável em relação ao assunto principal: a prestação de cuidados de saúde em áreas geográficas mais distantes dos grandes centros urbanos.

Conforme exemplificado acima, na notícia, as modalidades deôntica e apreciativa surgem sobretudo em formas de discurso relatado, imputando-se a responsabilidade do que é dito a outra pessoa. No entanto, nem sempre é assim: por vezes encontramos a emissão de juízos de valor na notícia, sem que essa apreciação seja atribuída, explicitamente, a outra fonte. Veja-se um exemplo desta situação na notícia publicada em linha no *Jornal da Madeira* (Cor_EL_11), sobre a apresentação do novo número da coleção “Madeira – Memórias Fotográficas”, na Biblioteca da Madeira. A notícia é reproduzida em seguida, com supressões, para efeitos de economia de espaço neste relatório.

(18) A modalidade apreciativa como veículo de opinião, na notícia

Biblioteca da Madeira apresenta novo número da coleção "Madeira - Memórias Fotográficas"

Obra dedicada a René Masset será apresentada amanhã, dia 25 de janeiro, pelas 17 horas, no auditório do ABM.

A Secretaria Regional de Turismo e Cultura, através da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM), apresenta amanhã, dia 25 de janeiro, pelas 17 horas, no auditório do Arquivo e Biblioteca (ABM), o novo número da coleção "Madeira - Memórias Fotográficas". O Secretário Regional de Turismo e Cultura, Eduardo Jesus, marca presença na cerimónia.

O 12.º número desta coleção bilingue, cuja edição conta com o apoio, a título de mecenato, do Grupo Pestana, é dedicado às fotografias de René Masset e inclui imagens inéditas deste fotógrafo, datadas do período entre 1885 e 1895.

Os textos e legendas são da autoria de Tânia Jesus. (...)

A coleção “Madeira - Memórias Fotográficas”, composta por catálogos de divulgação **critérios e esteticamente cuidados**, tem por objetivo, em simultâneo, dar a conhecer parcelas **significativas** do património fotográfico da Região e fornecer álbuns fotográficos de história. Até à data, já foram lançados 11 números, que mostram fotografias da Região de vários autores e de diversas datas.

In *Jornal da Madeira* (Cor_EL_11) [destacados nossos]

A modalidade predominante neste texto noticioso é a epistémica, com valor de certeza, ao serviço de um relato informativo, na terceira pessoa, que responde às perguntas *quem?*, *o quê?*, *onde?*, *quando?* *como?* e *porquê?*. Ao longo da notícia, predomina o distanciamento enunciativo de quem escreve o texto, relativamente ao assunto, conferindo alguma objetividade (e imparcialidade) ao relato. Contudo, no último parágrafo do texto encontramos a dupla adjetivação intensificada pelo advérbio com valor

modal “criteriosos e esteticamente cuidados”, assim como o adjetivo “significativas”, que constroem uma modalidade apreciativa e expressam uma visão favorável do texto em relação ao novo número da referida coleção. Essa apreciação, neste caso, não é atribuída explicitamente a outra fonte e, como tal, é imputável ao sujeito de enunciação da notícia.

Passemos agora à descrição das formas de modalidade encontradas nos géneros de opinião.

3.4.2. A expressão modal nos géneros de opinião

A análise dos diferentes textos opinativos que compõem esta amostra mostrou que a expressão da modalidade é um mecanismo linguístico muito frequente. Faremos, em seguida, uma breve apresentação dos diferentes tipos de modalidade encontrados, evidenciando de que forma eles contribuem para a expressão de pontos de vista.

Modalidade epistémica

À semelhança do observado nas notícias, verificou-se que a modalidade epistémica também é muito frequente nos textos argumentativos, sendo muitas vezes usada para veicular a posição do enunciador relativamente ao assunto tratado. Veja-se, por exemplo, como o recurso à modalidade epistémica com valor de certeza, predominante em “**Um estudo comparado europeu identifica curiosamente Portugal como um dos países com mais elevada exposição ao fumo passivo.**” (In *Expresso*, Cor_Impr_53, destacado nosso) funciona como fundamento para a tomada de posição do enunciador: “**Penso que isto justifica** a extensão da proibição do fumo a outras formas de fumo e a locais como terraços cobertos (...)” (Idem).

A mesma lógica, de recurso à modalidade epistémica, neste caso, com valor de possibilidade, para fundamentar ou veicular opinião, é encontrada na afirmação “Portugal **pode passar a ser** um dos países com menos dados para avaliar o que está a fazer com os seus alunos” (In *Público*, Cor_Impr_7, destacado nosso). Neste texto, dedicado ao regime de acesso ao Ensino Superior e à possibilidade de se acabar com a realização de exames nacionais no ensino secundário, a autora mostra a sua preocupação relativamente às consequências negativas que a não realização de exames poderá trazer, nomeadamente a impossibilidade de se monitorizar o desempenho das escolas e das políticas educativas portuguesas. Neste caso, o uso do verbo modal ‘poder’ veicula a possibilidade de ocorrer

um cenário de ausência de dados para avaliação do ensino, o que mostra um parecer desfavorável da autora relativamente à proposta de se terminar com os exames nacionais.

A modalidade epistémica com valor de probabilidade também é usada para veicular opinião. Veja-se, por exemplo, a afirmação que surge no texto “Outra vez a crise”, publicado no *Observador*, versão em linha: “**tudo leva a crer que** o seu percurso partidário acabará por estes dias” (Cor_EL_31, destacado nosso). O autor refere-se ao ministro das Finanças, Fernando Medina, afirmando que, com base nos acontecimentos recentes, haveria uma forte probabilidade de que as suas funções dentro do partido cessassem. A tónica central deste texto foca o desagrado do autor relativamente à ação governativa levada a cabo pelo PS e, nesse âmbito, este uso da modalidade epistémica contribui para a descrição de uma estrutura partidária com problemas no seu funcionamento.

Modalidade deôntica

A modalidade deôntica, particularmente com valor de obrigação e de proibição, é muitas vezes utilizada pelo autor do texto de opinião para emitir uma posição relativamente ao que deveria ou não deveria ser feito. Veja-se a afirmação “[Os professores] **deveriam** utilizar a sua capacidade reivindicativa de forma mais contida.” Neste texto, intitulado “Os professores e a derradeira luta”, publicado no *Observador* (Cor_EL_30, destacado nosso), o autor mostra apoiar apenas parcialmente a greve dos professores, ressaltando que a mesma tem efeitos muito negativos na aprendizagem dos alunos e que, como tal, aqueles deveriam ser mais contidos nas reivindicações, evitando que os discentes fossem prejudicados. O uso da modalidade deôntica assinala, assim, uma posição desfavorável em relação às greves levadas a cabo pelos docentes. Observe-se, contudo, que a posição é suavizada com a escolha lexical: ao usar o verbo *dever* em vez da expressão *ter de*, o autor do texto parece querer conferir um tom menos autoritário à exposição do seu ponto de vista.

A modalidade deôntica com valor de proibição também surge frequentemente nos textos. Veja-se o seguinte exemplo, publicado no *Expresso* (Cor_Impr_19): “há um número significativo de juízes que reconhece a existência do direito à morte autodeterminada, pelo que a regulação desse direito **não pode**, por definição, **colidir** com a Constituição” (destacado nosso). Neste excerto, o recurso ao valor modal deôntico expressa a posição do autor, que é a favor da lei da Eutanásia.

Modalidade apreciativa

Dada a natureza prevalente da apreciação e da subjetividade nos textos de opinião, a expressão modal apreciativa é muito frequente na amostra. Uma vez que já exemplificamos, nas páginas anteriores, o uso da adjetivação ao serviço do efeito modal apreciativo, iremos focar aqui dois exemplos de como a modalidade apreciativa pode ser veiculada através de advérbios, extraídos do Jornal de Notícias (Cor_Impr_5, destacado nosso).

(19) A modalidade apreciativa operacionalizada por advérbios (texto de opinião)

a) “Governa há sete anos e fecha portas e ouvidos ao clamor que percorre as escolas do país e envolve já os alunos, **compreensivelmente** cansados de tudo isto.”

b) “Isso que muitos jovens e crianças não têm hoje, **injustamente**, porque os maus-tratos dados aos professores são, indiretamente, dirigidos aos alunos (...)”.

Os dois exemplos acima mostram como o advérbio pode ser usado para vincular o locutor a uma opinião sobre o assunto que aborda. Na alínea *a*, a voz da enunciação critica fortemente a atuação do Ministro da Educação, acusando-o de não ser capaz de resolver uma situação que se arrasta há anos e que prejudica os alunos. O advérbio “compreensivelmente”, associado ao adjetivo “cansados” releva a empatia do enunciador relativamente aos estudantes, mostrando que entende que estes tenham razões para estar cansados dos problemas que afetam o ensino em Portugal. A mesma ideia é reiterada no exemplo em *b*, em que o advérbio destacado salienta um sentimento de injustiça causado pelos “maus-tratos” dados aos professores e, de forma indireta, a todos os alunos.

No final desta secção, importa ainda realçar que a combinação de modalidades numa mesma construção frásica também ocorre com regularidade nos textos analisados. A título de exemplo, veja-se a frase complexa extraída do Jornal *Sol*, versão em linha (Cor_EL_29, destacado nosso): “**Felizmente** que o Papa tem feito publicidade ao evento e a Portugal, coisa que **deveria ser seguida** pelas principais figuras do estado.” Nesta afirmação, o locutor combina dois efeitos modais: o apreciativo, veiculado no advérbio de frase “Felizmente”, e o deôntico, materializado na expressão “deveria ser”. Esta construção multimodal reforça a opinião favorável do locutor sobre os gastos associados à preparação das Jornadas Mundiais da Juventude, pois considera ser um investimento

com retorno importante para o país e, como tal, defende que deveria ser mais publicitado, pelas principais figuras governativas portuguesas.

O recurso à modalização para veicular discurso valorativo envolve, nos géneros textuais aqui estudados, diferentes estratégias na atribuição da responsabilidade enunciativa, como veremos em seguida.

3.5. Responsabilidade enunciativa e discurso relatado

Nesta parte, faremos uma descrição da forma como a responsabilidade enunciativa e, inerentemente, o discurso relatado, são abordados nas duas grandes categorias de textos estudadas: a notícia e os géneros de opinião. Começaremos pela notícia.

3.5.1. Mecanismos usados na notícia

Nas notícias, predomina um distanciamento enunciativo, marcado pela prevalência das marcas linguísticas de terceira pessoa, como exemplificado abaixo.

(20) Marcas da terceira pessoa na notícia

- a) “A Escola Profissional Vasconcellos Lebre (EPVL) **vai participar** pela primeira vez no Programa Erasmus +”
(*Diário de Coimbra*, Cor_Impr_2, destacado nosso)
- b) “A Câmara do Porto ainda **aguarda** a pronúncia do júri e emissão do relatório preliminar relativamente à ponte D. António Francisco dos Santos”
(*Porto Canal*, Cor_EL_9, destacado nosso)
- c) “a Casa da Saúde São João de Deus **tem desempenhado** um papel primordial na Madeira”
(*Jornal da Madeira*, Cor_Impr_40, destacado nosso)

O distanciamento enunciativo torna-se mais evidente, na notícia, ao observarmos os mecanismos de relato do discurso que são utilizados. Veja-se, nos exemplos que se seguem, como a responsabilidade sobre o que é dito é imputada a outras vozes, quer através de discurso indireto ou paráfrase (cf. exemplos da alínea *a* à *c*), quer do discurso direto (exemplos das alíneas *d* e *e*).

(21) Exemplos de discurso relatado nas notícias

- a) Segundo foi possível apurar junto do Agrupamento Nascente, a adesão à greve no Pré-Escolar e no 1.º ciclo teve uma adesão de 99%.
(*Jornal da Marinha Grande*, Cor_Impr_8)
- b) António Silva Tiago, presidente da Câmara, referiu que, apesar de manter uma base comum, o programa vai sendo alterado todos os anos.
(*Jornal de Notícias*, Cor_Impr_15)
- c) Aquele desconhecimento teve consequências no atraso da legislação sobre solos. Mas a consciência cada vez maior por parte das populações da degradação ambiental que está a acontecer a nível mundial tem empurrado o tema do ambiente para as prioridades governamentais, defendeu o responsável.
(*Público*, Cor_EL_18)
- d) “É uma medida reformista, com vantagens para as pessoas, com vantagens para o sistema de saúde e que libertará os médicos para aquilo que é mesmo necessário”, afirmou Manuel Pizarro.
(*Diário As Beiras*, Cor_Impr_21)
- e) “Todas as pessoas na EU, onde quer que vivam, devem ter as mesmas oportunidades de prevenir, tratar e sobreviver ao cancro”, disse a comissária.
(*Diário As Beiras*, Cor_Impr_22)

Assim, nas três primeiras alíneas, as ideias transmitidas em paráfrase são atribuídas às seguintes fontes, respetivamente: “Agrupamento Nascente”; “António Silva Tiago, presidente da Câmara” e “o responsável”. Nas duas últimas alíneas, as ideias veiculadas através do discurso direto são imputadas ao Ministro da Saúde, “Manuel Pizarro” e à “comissária” europeia da Saúde. Repare-se ainda que, enquanto nos dois primeiros exemplos o enunciado tem uma natureza informativa, nos restantes excertos o discurso citado transporta opinião, juízos de valor.

Na amostra analisada, também se verificou a presença de *ilhas textuais*. Estas consistem em combinações de discurso direto (palavras do locutor citado), encaixadas no discurso do locutor citante (cf. enquadramento teórico, no capítulo I). Essas ilhas surgem entre aspas, conforme ilustrado abaixo, numa notícia extraída do *Diário de Leiria* (Cor_Impr_34).

<p>PS quer centros de saúde da região Oeste prioritários para contratar médicos</p> <p>SAÚDE Os deputados do PS recomendaram ao governo que dê prioridade aos centros de saúde da</p>	<p>Aos mais de 100 mil utentes sem médicos de família, acresce o facto de se tratar de uma “população com um perfil demográfico envelhecido e</p>
---	---

<p>região Oeste no plano para mitigar a falta de médicos, que afeta mais de 100 mil utentes na região.</p> <p>Num projeto de resolução, que vai ser ainda submetido a votação na Assembleia da República, os deputados socialistas recomendaram ao governo que <u>“identifique as áreas de influência dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) Oeste Norte e Sul como de intervenção prioritária no plano que está a elaborar para resolver os problemas da falta de médicos especialistas em medicina geral e familiar.”</u></p> <p>(...)</p>	<p><u>caracterizado por uma forte prevalência de doenças crónicas.”</u></p> <p>Além disso, há extensões de saúde <u>“sem qualquer equipa médica”</u> e, uma vez que estão localizadas <u>“a distâncias consideráveis das sedes a que pertencem”</u>, <u>“o seu encerramento impossibilita mesmo deslocação de pessoas mais vulneráveis, económica e socialmente, às sedes destas unidades, colocando desta forma em causa o acesso.”</u></p> <p>(...)</p> <p style="text-align: right;">In <i>Diário de Leiria</i> (<i>Cor_Impr_34, sublinhado</i> <i>nosso</i>)</p>
---	--

Repare-se que as ilhotas textuais, além de conferirem maior dinamismo ao texto, pela combinação de diferentes vozes ao longo da notícia, também permite ao locutor citante atribuir ao locutor citado a responsabilidade pelo discurso valorativo. Essa função é exemplificada em cima quando, por exemplo, se imputa a vozes externas o reconhecimento de problemas de falta de médicos e de falta de proteção da população mais vulnerável, por parte dos serviços públicos de saúde. Neste sentido, é possível constatar que, como foi referido no capítulo I, usar o discurso relatado retira a responsabilidade do que é dito a quem escreve o texto, mas essa desresponsabilização não é total, pois há sempre uma escolha que é feita sobre o que citar. Retomaremos esta reflexão na discussão dos dados.

Na concretização do discurso relatado, assumem particular importância na notícia os verbos introdutórios. Na amostra estudada, aqueles que surgem com maior frequência são os verbos *dizer, referir, afirmar, anunciar, revelar, apontar, informar, resumir, explicar, salientar, sublinhar, lembrar, admitir, apelar, defender, assegurar, alegar e acrescentar*. Enquanto alguns destes itens verbais são relativamente neutros, do ponto de vista semântico (ex. dizer, referir ou informar), outros transportam uma significação mais marcada (ex. admitir, assegurar, apelar ou defender).

A desresponsabilização enunciativa do locutor, atribuindo o discurso a outra fonte, é feita também através de outro tipo de expressões, como aquelas iniciadas por “Segundo...” ou “De acordo com ...”. Veja-se, em seguida, alguns exemplos dessas formas de enunciação.

- (22) Outras expressões que assinalam a desresponsabilização enunciativa do locutor
- a) “Segundo foi possível apurar” (*Jornal da Marinha Grande*, Cor_Impr_8)
 - b) “Segundo a autarquia” (*O Setubalense*, Cor_Impr_8)
 - c) “Ao que o Setubalense apurou” (*O Setubalense*, Cor_Impr_32)
 - d) “De acordo com o Despacho” (*Correio da Manhã*, Cor_Impr_20)

Em síntese, fez-se, nesta secção, uma breve descrição dos principais mecanismos encontrados nas notícias para atribuir a responsabilidade enunciativa (particularmente, o discurso valorativo) a outra entidade que não aquela que escreve o texto. No entanto, importa salientar que essa desresponsabilização sobre o enunciado não anula a existência de discurso valorativo na notícia, como vimos nos exemplos aqui apresentados.

Veremos, em seguida, como é gerida a responsabilidade enunciativa nos textos opinativos estudados.

3.5.2. Mecanismos usados nos géneros de opinião

Um aspeto que se salienta nos textos de opinião analisados nesta amostra é a presença do locutor no texto, assinalada pelo uso da primeira pessoa, como exemplificado em seguida.

- (23) Marcas da primeira pessoa nos textos de opinião

<p>a) “Tenho pena de que esta sensatez não tenha sido defendida pela Iniciativa Liberal”</p> <p style="text-align: right;">In <i>Público</i> (Cor_Impr_17)</p> <p>b) “E aqui fico com uma dúvida: será que António Costa escolheu os mais inábeis para governar ou a situação é mais complexa do que diz a oposição?”</p> <p style="text-align: right;">In <i>Jornal I</i> (Cor_Impr_63)</p>	<p>d) “Do mesmo modo, não acreditamos que o TC extravase a sua função de guardião da Constituição e invada a esfera da liberdade do legislador democrático”</p> <p style="text-align: right;">In <i>Expresso</i> (Cor_Impr_19)</p> <p>e) “Ultrapassamos desafios e concretizamos uma mudança de paradigma”</p> <p style="text-align: right;">In <i>Jornal de Notícias</i> (Cor_Impr_59)</p>
--	--

<p>c) “Melhor é impossível. Tenho dito.” In <i>Correio da Manhã</i> (Cor_Impr_65)</p>	<p>f) “Preocupam-nos as denúncias chegadas da prática de remoção de fibrocimento em tempo de aulas, em algumas escolas, pela perigosidade.” In <i>Observador</i> (Cor_EL_63)</p>
---	---

Em alguns casos, identificamos a primeira pessoa do singular, como mostra a flexão dos verbos *ter* e *ficar* transcritas nas alíneas *a*, *b* e *c*, acima. Noutros casos, encontramos a primeira pessoa do plural, ilustrada na flexão dos verbos *acreditar* (cf. alínea d), *ultrapassar* e *concretizar* (alínea e) e na forma pronominal clítica “nos” (cf. alínea f).

Ressalve-se que o recurso à primeira pessoa do plural parece ter muitas vezes um objetivo de intervir sobre o leitor, de o levar a refletir, a agir, a adotar a tese defendida pelo locutor. Nestes casos, emerge, por vezes, a modalidade deôntica, como em: “Todos vemos, todos ouvimos, todos lemos e não podemos ignorar.” (In *Expresso*, Cor_Impr_54, sublinhado nosso), onde o uso reiterado do pronome indefinido “todos”, associado à construção modal negativa “não podemos ignorar” exorta o leitor a prestar atenção às dificuldades por que passa o Serviço Nacional de Saúde português.

Em alguns textos, a proximidade com o leitor é ainda mais evidente, havendo uma interpelação direta do mesmo, nomeadamente, com recurso à construção imperativa: “Mas desta vez, acreditem, mudou mesmo! E mudou para pior.” (In *Diário de Notícias*, Cor_Impr_61, sublinhado nosso), em que se tenta convencer quem lê em relação os perigos da inteligência artificial.

Apesar de o padrão predominante ser aquele em que o locutor assume a responsabilidade enunciativa (e, inerentemente, assume os juízos de valor veiculados), foram encontrados também alguns excertos textuais em que essa responsabilidade é partilhada com outras entidades. Constituem exemplo desta estratégia os seguintes trechos, em que as vozes externas são indeterminadas: “Pelo que dizem diversos especialistas, vamos perder mais uma oportunidade de modernizar o país”; “O dinheiro, pelo que dizem, vai desaparecer” (In *Jornal I*, Cor_Impr_63, sublinhado nosso).

Por vezes, também, a partilha da responsabilidade enunciativa é materializada numa citação direta, como no caso que se segue.

O certame será inaugurado pelo Presidente da República, tal como já aconteceu noutros anos, mas a exemplo do que tem sucedido noutras

iniciativas organizadas pela CAP, não foi convidado nenhum governante. É “mais uma forma de dizer que o setor está descontente com a atuação” de António Costa, diz a Confederação. O braço de ferro dura há muito, os homens da terra não se sentem ouvidos pela ministra da pasta, Maria do Céu Antunes.

Rosália Amorim, In *Diário de Notícias*
(Cor_Impr_62, sublinhado nosso)

Ressalve-se, contudo, que a partilha ou atribuição da responsabilidade enunciativa a outras vozes é pontual nos textos de opinião analisados. O padrão é o da vinculação da opinião ao próprio sujeito da enunciação, evidente no recurso à primeira pessoa.

Em síntese, ao longo deste capítulo foi dada prioridade à descrição de diversos mecanismos linguísticos (e alguns extralinguísticos) que contribuem, de forma mais ou menos explícita, para veicular o discurso valorativo na amostra de textos jornalísticos estudada. No capítulo seguinte, faremos uma discussão dos dados aqui descritos, com foco na relevância destes resultados para a prática do técnico de *clipping*, particularmente para a tarefa de identificação da favorabilidade dos textos.

Capítulo IV – Contributos da linguística para o *clipping*

No presente capítulo, faremos uma breve sistematização dos resultados obtidos no estudo descrito no capítulo anterior, focando os diferentes mecanismos encontrados para a operacionalização do discurso valorativo (secção 1). De seguida, e com base nesses resultados, listaremos alguns critérios de natureza linguístico-discursiva que um profissional de *clipping* deverá ter em conta aquando da análise dos textos para a classificação da favorabilidade dos mesmos (secção 2).

1. Sistematização dos resultados obtidos no estudo linguístico

Importa começar por salientar que foram encontradas evidências da existência de diferentes géneros textuais na amostra estudada. Conforme explorado no enquadramento teórico deste relatório (capítulo I, ver secção 1.1.), os estudos na área da linguística textual e da análise do discurso apontam para a existência de relações estreitas entre cada texto e um conjunto de fatores associados à sua produção, como os papéis socioprofissionais de quem escreve, os objetivos, o meio de circulação, entre outros (Coutinho, 2019; Silva, 2012). No que concerne ao discurso jornalístico, normalmente produzido por jornalistas ou por profissionais de áreas afins, este pode concretizar-se em diferentes géneros

textuais, cada qual com as suas marcas e características específicas. Neste relatório, propusemo-nos a analisar dois desses géneros: a *notícia* e os *géneros opinativos ou argumentativos*, que incluíram, na amostra estudada, os artigos (ou textos) de opinião e os editoriais. Os resultados do estudo realizado sobre esse conjunto de textos, descritos no capítulo III, permitiram verificar que esses dois géneros apresentam características que os diferenciam: embora ambos veiculem discurso valorativo, eles divergem na forma como o operacionalizam. Retomaremos este assunto na secção 1.1.

A propósito dos géneros textuais, importa ainda referir, nesta breve introdução, dois aspetos. Primeiramente, por necessidade de limitação do escopo deste relatório, o estudo descrito no capítulo anterior deteve-se, sobretudo, nos dois níveis mais à superfície do texto (segundo o modelo de arquitetura textual de Bronckart - cf. capítulo I, secção 1.1): o dos mecanismos de responsabilidade enunciativa e modalização e o dos mecanismos de textualização. Em segundo lugar, ressalve-se também que não foi feita uma comparação aprofundada entre os textos impressos e os textos publicados em-linha. Na sua globalidade, os mecanismos de operacionalização da favorabilidade sintetizados abaixo foram identificados, dentro de cada género, em ambos os suportes (em linha e impresso), apontando para a hipótese de que não haja grandes diferenças na forma como o locutor veicula opinião, seja em linha seja em formato impresso. No entanto, apenas um estudo comparativo detalhado entre textos nos dois tipos de suporte poderá confirmar ou infirmar esta hipótese.

Faremos, de seguida, uma síntese dos resultados, ou seja, uma súmula dos mecanismos usados nas *notícias* e nos *textos de opinião* para transmitir juízos de valor sobre o assunto principal de cada uma dessas composições textuais.

1.1.Mecanismos de operacionalização do discurso valorativo

1.1.1. Os títulos

Conforme vimos no enquadramento teórico (cf. capítulo I, secção 1.1.1.), o título assume particular importância no discurso jornalístico, particularmente na notícia. Nesse enquadramento, vimos, na linha de autores como Fontcuberta (2010), Gradim (2000) e Monteiro et al. (2018), que o título noticioso deve captar a atenção do leitor, ser relevante e conciso. Estas características foram encontradas, de facto, na maioria dos títulos dos textos analisados.

Relativamente à informatividade dos títulos, verificou-se que esta característica estava mais presente nas notícias (que respondiam, normalmente, às perguntas *quem? o quê?* - cf. capítulo III, secção 3.1.1) do que nos textos de opinião (em que se registou maior opacidade informativa na titulação – cf. capítulo III, secção 3.1.2).

No que concerne à favorabilidade, verificamos a existência de títulos que permitiam ao leitor antever a posição do texto sobre o assunto, pois algumas escolhas lexicais denunciavam uma opinião favorável ou desfavorável. Em oposição, foram também encontrados títulos “opacos” quanto à favorabilidade, em que a descodificação de eventuais pontos de vista sobre o assunto relatado exigia a leitura da totalidade do texto. Estas características foram encontradas quer nas notícias quer nos textos de opinião.

Vimos, também, na secção 3.1.1. da descrição dos dados, a ocorrência de títulos ambíguos, que podem induzir o leitor em erro no que diz respeito à favorabilidade do texto (ver exemplo na figura 18, extraído do *Diário das Beiras*, intitulado “Alterações que aumentam risco de desenvolver cancro gástrico”).

Globalmente, verificou-se que, relativamente aos títulos, é preciso ter em conta que estes (i) podem ou não ser informativos acerca do assunto desenvolvido no texto, variando o grau de informatividade em função do género textual – mais informação na notícia e menos nos textos de opinião; (ii) podem ou não fornecer pistas sobre a favorabilidade predominante no texto acerca do assunto que será abordado; (iii) podem induzir o leitor em erro, na interpretação da favorabilidade.

Assim, apesar de se mostrar valiosa a informação que pode ser extraída da titulação, parece-nos essencial levar a cabo uma leitura cuidada de todo o texto, de forma a validar e aprofundar as interpretações prévias, feitas a partir da leitura dos títulos.

1.1.2. Escolhas lexicais, responsabilidade enunciativa e discurso relatado

No enquadramento teórico deste relatório, vimos que a investigação sobre os textos dos *media* tem salientado a importância das escolhas lexicais enquanto pistas para a interpretação das ideias veiculadas nos enunciados e para a descodificação da intencionalidade com que são escritas (cf. capítulo I, secção 3.1.). Podemos afirmar que os dados do estudo aqui realizado, descritos no capítulo anterior, corroboraram essa relevância.

Assim, sobre o léxico escolhido para a enunciação das *notícias* que compõem a amostra estudada, verificou-se uma predominância de vocábulos “neutros”, evitando-se o discurso valorativo. Nestes textos, destacou-se o uso da terceira pessoa nas formas

verbais e pronominais; além disso, as formas nominais remetiam, normalmente, para pessoas ou instituições e eram seguidas por formas verbais transitivas (ex. “A Câmara da Maia formalizou ontem as parcerias”, in *Jornal de Notícias*, Cor_Impr_15).

Esse distanciamento enunciativo e a ausência de marcas de subjetividade e de opinião não aconteciam, contudo, no discurso relatado, que surgia no interior das notícias (ex. “É uma medida reformista, com vantagens para as pessoas, com vantagens para o sistema de saúde e que libertará os médicos para aquilo que é mesmo necessário”, afirmou Manuel Pizarro, in *Diário As Beiras*, Cor_Impr_21).

Vimos, no capítulo anterior, que nestes casos de “discurso dentro do discurso”, podiam surgir valorações, que eram atribuídas a entidades alheias a quem escrevera os textos. Essas instâncias de discurso direto ou indireto eram frequentemente antecedidas por verbos introdutórios. Os mais frequentes na amostra estudada foram “*dizer, referir, afirmar, anunciar, revelar, apontar, informar, resumir, explicar, salientar, sublinhar, lembrar, admitir, apelar, defender, assegurar, alegar e acrescentar*”.

Note-se que algumas destas formas verbais mostram ser relativamente inócuas, no que diz respeito a marcas do posicionamento do locutor, como por exemplo, *dizer* ou *referir*. Outras, contudo, podem indiciar algum tipo de juízo de valor. A título exemplificativo, compare-se a expressão *x disse y* com *x admitiu y*. Neste caso, ao contrário do verbo *dizer*, que confere neutralidade por parte do locutor em relação ao que é dito, ao escolher o verbo *admitir*, o locutor assume uma pressuposição: a de que aquilo que é dito é verdade e já era conhecido previamente por *x*. Embora essa dimensão não tenha sido aqui estudada, dada a necessidade de redução do escopo do trabalho ao exequível no relatório de estágio, uma leitura cuidada destes verbos introdutórios em contexto mostra que eles podem conferir ao enunciado diferentes graus de neutralidade. Por conseguinte, considera-se que este será, certamente, um tópico de estudo relevante para futuros trabalhos nesta área: a caracterização do papel dos verbos introdutórios do discurso relatado na construção da favorabilidade dos textos noticiosos.

No que diz respeito às escolhas lexicais nos géneros opinativos, o capítulo anterior mostrou que a expressão de pontos de vista é suportada pelo emprego de diversas classes de palavras. Nessas escolhas, salientaram-se, por exemplo, a seleção de nomes com carga semântica negativa como “ameaças, insultos, agressões, mentiras” (cf. capítulo III, secção 3.2.2.) e de adjetivações reforçadas com advérbios como “absolutamente insuportável” ou “totalmente insustentável” (idem).

Viu-se, também, que o posicionamento do locutor e a construção de um sentido desfavorável podem também ser coadjuvados pelo emprego de formas verbais. Neste âmbito, vimos que itens lexicais como *desprezar*, *lesar*, *comprometer*, *erodir*, *desagradar* mostraram ser produtivos na construção de uma favorabilidade negativa em relação ao assunto tratado (cf. exemplos em (8), secção 3.2.2. do capítulo III).

O mesmo foi verificado com o uso de construções negativas, com recurso ao advérbio *não* (ex. “não é bom”, in Cor_Impr_51; “não é tolerável”, in Cor_Impr_56), assim como com outras subcategorias adverbiais, nomeadamente a de afirmação (ex. “sim”, in Cor_Impr_65) e de tempo (ex. “já” in Cor_EL_31).

A análise dos dados demonstrou ainda que a seleção lexical surge por vezes em enumerações, que contribuem para um reforço das ideias veiculadas. Vimos também que outra estratégia é a da reiteração ou repetição de um mesmo vocábulo ao longo do texto, como exemplificado com a palavra “problema”, que surge sucessivamente no mesmo artigo de opinião (Cor_Impr_1), reforçando o posicionamento do locutor do texto sobre o assunto (a situação dos professores e da educação em Portugal).

Adicionalmente, a descrição dos dados feita no capítulo anterior evidenciou que as escolhas lexicais podem ser construídas em oposição, no enunciado, deixando antever a intenção de realçar uma determinada caracterização. Num exemplo concreto, vimos que a construção antitética em “Alunos sem aulas, professores radicalizados, pais desesperados e ministro “sossegado”” (Cor_Impr_5, destacados nossos) realça a desfavorabilidade do texto em relação ao Ministro da Educação, sendo este apresentado como uma entidade insensível para com os problemas do sector que tutela.

1.1.3. Modalidade

Tal como referido na secção 3.2. do enquadramento teórico deste relatório (cf. capítulo I), Mateus et al. (2003) referem que a modalidade pode constituir-se como uma forma de “gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes” (p.245). Nesse sentido, propusemo-nos a analisar de que forma a modalidade era usada nas duas grandes categorias de géneros textuais estudadas. Para tal, tivemos em conta a tipologia tripartida de modalidade proposta em Campos (2004): modalidades *epistémica*, *deôntica* e *apreciativa*.

Além de observarmos a forma como se operacionalizavam as modalidades em cada género (*notícia* e *opinião*), tivemos também como objetivo de análise perceber: (i)

se a modalidade era usada para transmitir opinião/favorabilidade; (ii) que recursos eram usados para operacionalizar essa modalidade.

Globalmente, os dados permitiram verificar que, no texto noticioso, predomina a modalidade epistémica com valor de certeza. Esta parece servir, sobretudo, o propósito de transmitir informação. Nestes casos, a modalização epistémica é feita com distanciamento enunciativo, na terceira pessoa, como exemplificado na expressão “O primeiro-ministro passou o dia no distrito de Castelo Branco, no âmbito do programa “Governo Mais Próximo”, que decorre entre hoje e quinta-feira” (cf. capítulo III, secção 3.4.1).

Note-se que, como referimos já no capítulo III, mesmo perante estes textos “neutros” e informativos, o técnico de *clipping* é chamado a classificar a favorabilidade em relação ao seu cliente. Neste âmbito, este profissional tem de analisar a notícia sob duas perspetivas. A primeira é relativa ao assunto abordado, pois determinados tópicos são inerentemente positivos ou negativos, em função do cliente. Por exemplo, uma notícia sobre a atribuição de um prémio de mérito a uma determinada empresa é, naturalmente, favorável para a organização distinguida, mas poderá ser desfavorável para uma empresa concorrente. A outra perspetiva sob a qual o profissional de *clipping* deve analisar cada notícia envolve a atenção redobrada ao discurso relatado que, por vezes, é incluído no texto noticioso. Isto porque o jornalista pode intercalar o seu discurso “objetivo e imparcial” com citações de outras entidades que, de alguma forma, assumam pontos de vista sobre o assunto em questão. Esta situação foi demonstrada no exemplo em (17), secção 3.4.1. (capítulo III), no excerto de notícia retirado do *Notícias do Centro* (*corpus* em linha): o texto inicia-se com modalização epistémica, com pendor informativo e imparcial. No entanto, essa objetividade dá lugar à emissão de juízos de valor no interior das citações diretas inseridas pelo jornalista no corpo do texto.

Os dados mostraram que, nas notícias, é exatamente no interior do discurso relatado que ocorrem, com maior relevo, as modalidades deôntica e apreciativa. No entanto, encontrou-se também um exemplo de uso da modalidade apreciativa, como veículo de opinião sobre o assunto principal do texto, que não surgia identificada como pertencendo a outra fonte e, como tal, tem de ser imputada ao autor do texto (ver exemplo (18), capítulo III).

Já nos textos de opinião, vimos que a modalidade epistémica com valor de certeza é muitas vezes mobilizada para servir de fundamentação à opinião que é a seguir formulada (cf. secção 3.4.2., capítulo III). As modalidades deôntica e apreciativa são,

também, muito frequentes nos textos de opinião. Entre os recursos mais usados para construir, linguisticamente, essas modalizações, encontramos a adjetivação e o uso de advérbios com valor modal como “compreensivelmente” ou “injustamente” (cf. exemplos em (19), capítulo III) que vincam a posição do locutor sobre o assunto discutido.

Os dados mostraram, ainda, que diferentes modalidades podem combinar-se numa mesma frase, contribuindo ativamente para a transmissão de pontos de vista.

1.1.4. Registos de língua, expressões idiomáticas e metáfora

Como vimos no enquadramento teórico (secção 3.1., capítulo I), os registos de língua são determinados pela situação de comunicação e pela intencionalidade comunicativa, podendo variar o grau de formalidade ou de familiaridade em função de locutor e do respetivo destinatário da mensagem (Vilela, 1997). Nesse mesmo enquadramento, referimos o trabalho de Duarte (2004), que defende que o discurso jornalístico tem assumido cada vez mais um carácter oralizante, mais próximo de situações de comunicação reais e espontâneas.

De facto, essa natureza mais familiar do discurso foi encontrada, na amostra estudada, mas de forma mais evidente nos textos de opinião, em que parece haver um investimento mais direto na aproximação de quem escreve a quem lê, muito provavelmente com o intuito de persuadir o destinatário acerca da coerência dos argumentos e da opinião defendida.

No que concerne a registo de língua, a amostra estudada evidenciou também uma diferença acentuada entre as notícias e os textos de opinião. Assim, embora os textos noticiosos estudados fossem redigidos numa linguagem globalmente acessível para o leitor comum, a verdade é que os textos de opinião registaram um grau de informalidade mais elevado. Como vimos na secção 3.3. do capítulo anterior, surgiram, nos textos opinativos, marcas de coloquialidade como “tropeçar num texto”, “comer mentiras” ou “adocicar a coisa”. Esta informalidade serviu como veículo de opinião desfavorável em relação ao assunto tratado e, além disso, parece criar um efeito de maior proximidade com o leitor, ao utilizar expressões que são habituais nos contextos de comunicação familiares ou informais.

Ainda neste âmbito da linguagem informal, vimos que os géneros de opinião recorrem muito frequentemente a expressões idiomáticas, entre as quais “Maria vai com as outras” ou “não ter papas na língua” (ver exemplos em (14), secção 3.3, capítulo III),

também elas ao serviço da marcação da favorabilidade do texto, pois expressam a opinião do locutor sobre algo ou alguém.

Com uma forte relação com as expressões idiomáticas, surge a metáfora. Esta, como foi referido no enquadramento teórico (cf. secção 3.4., Capítulo I), tem sido apontada como frequente nos textos mediáticos (Costa, 2021; Mateus, 2021), podendo constituir uma estratégia de simplificação de conceitos abstratos (e, dessa forma, facilitando a compreensão por parte do destinatário do texto), mas também uma forma de veicular pontos de vista.

Esta potencialidade, da metáfora enquanto mecanismo veiculador do discurso valorativo, foi corroborada neste estudo, particularmente nos textos de opinião¹⁵. Nestes, a metáfora surgiu muitas vezes para marcar o ponto de vista de quem escreve (ver secção 3.3.1., no capítulo anterior). Neste contexto, vimos que o uso de linguagem conotativa permite transmitir, por exemplo, uma opinião desfavorável acerca do tema em discussão. Veja-se, nessa secção, a expressividade de construções metafóricas como “praça da letargia” (associada ao universo escolar) ou “cidade dónute. Vazia no meio” (associada à cidade de Lisboa).

Assim, globalmente, verificou-se que a coloquialidade, as expressões idiomáticas e as metáforas podem ser empregues como mecanismos de operacionalização do discurso valorativo, sendo essas estratégias mais frequentes nos textos de opinião.

1.1.5. Outros mecanismos

Por fim, importa enfatizar os resultados obtidos quanto aos *mecanismos não linguísticos* que contribuem, também para a transmissão de discurso valorativo. De facto, quer nas notícias quer nos textos opinativos verificou-se o emprego de destaques (aumento do tamanho de letra; realce de palavras com negrito, com cor diferente ou com maiúsculas). Alguns deles ajudaram a ressaltar pontos de vista, constituindo-se, assim também, como mecanismos (não linguísticos) operacionalizadores do discurso valorativo. Por vezes essas estratégias conjugam-se com aspetos lexicais, como demonstramos no exemplo de rubrica de opinião em (12), na secção 3.2.2, do capítulo anterior: a organização do texto em duas colunas opostas, encabeçadas, respetivamente,

¹⁵ O recurso à metáfora não se revelou tão produtivo/frequente nos textos noticiosos desta amostra; as poucas expressões metafóricas identificadas nas notícias não eram usadas para expressar opinião (ver final da secção 3.3.1, capítulo III).

pelos advérbios “SIM” e “NÃO” orienta o leitor na identificação de duas posições distintas, relativamente ao assunto em debate – a lei da morte medicamente assistida.

Desta forma, o profissional de *clipping* deverá estar atento quer aos mecanismos linguísticos, quer aos extralinguísticos de forma a poder fazer uma adequada classificação da favorabilidade dos textos que recolhe e processa para cada cliente.

2. Proposta de critérios linguístico-discursivos para a identificação da favorabilidade dos textos, por parte do técnico de *clipping*

Conforme referimos na secção 2.6. do enquadramento teórico (capítulo I), as funções do profissional de *clipping* incluem uma tarefa muito específica, que constitui o foco central do presente relatório: a identificação da favorabilidade dos textos, em relação ao cliente. Quem faz o trabalho de clipagem precisa, assim, de compreender muito bem os textos selecionados, para aferir que tipo de imagem (positiva ou negativa) estes projetam para o público, acerca do cliente e dos respetivos serviços.

Esta tarefa é fundamental nas duas últimas fases de desenvolvimento do *clipping* (cf. secção 2.4., capítulo I): a análise dos textos e a elaboração do relatório sobre os mesmos, para enviar ao cliente.

Como vimos no primeiro capítulo, os profissionais do *clipping* costumam trabalhar com escalas de favorabilidade (que podem variar na terminologia e na estrutura), a partir das quais fazem a classificação de cada texto.

Independentemente da natureza da escala utilizada, o profissional desta área deverá possuir a capacidade de descodificar o discurso valorativo, que por vezes não é explícito. Isto exige uma boa preparação no âmbito da análise textual, que permita ao técnico ser capaz de reconhecer os diferentes mecanismos que podem ser mobilizados pelo locutor para veicular opinião.

O pequeno estudo apresentado no capítulo anterior, baseado numa amostra de 120 textos (80 notícias e 40 de opinião – cf. “Aspetos Metodológicos”, secção 2 do capítulo III), possibilitou a identificação de alguns mecanismos produtivos na expressão da favorabilidade. Além disso, permitiu constatar alguns padrões que importa ter em conta no momento da análise dos textos, com o intuito de identificar a imagem que é construída e projetada acerca do cliente (positiva, negativa ou neutra).

Assim sendo, procede-se, de seguida, à proposta de cinco critérios linguístico-discursivos que o técnico de *clipping* deverá ter em conta para classificar, de forma

adequada e fundamentada, a favorabilidade de cada texto em relação ao assunto/ao cliente.

Critério 1 - transversalidade do discurso valorativo, em diferentes gêneros textuais: a opinião sobre o assunto/serviço/cliente pode surgir em textos de opinião (como os artigos e editoriais), mas também pode ocorrer em gêneros “mais informativos” e tradicionalmente menos subjetivos, como as notícias.

Critério 2 - versatilidade na atribuição da responsabilidade pelo discurso valorativo: o discurso valorativo pode ser imputado a “outras vozes” textuais. Esta estratégia é frequente na notícia, quando se recorre ao discurso relatado para reproduzir opiniões sobre uma determinada entidade ou temática. Isto significa que uma leitura parcial, que abranja apenas o título e o *lead*, poderá levar o profissional a descurar opiniões que sejam veiculadas no corpo da notícia (através do discurso direto ou indireto) e que se revelem cruciais para avaliar adequadamente a favorabilidade desse texto relativamente à entidade ou assunto em foco.

Critério 3- diversidade de recursos na materialização linguística do discurso valorativo: a opinião pode ser veiculada através de mecanismos diversificados, como as escolhas de léxico com cargas semânticas positivas ou negativas (com particular destaque para os adjetivos, os nomes, os verbos e os advérbios), as expressões idiomáticas e/ou metafóricas, as modalizações (epistémicas, deônticas e apreciativas), entre outros.

Critério 4 – complexidade dos processos de descodificação do discurso valorativo: particularmente nos textos em que a expressão de opinião não é explícita (por exemplo, quando se recorre a formas de discurso relatado, a linguagem metafórica ou a estratégias de titulação opacas ou de interpretação dúbia). Essa complexidade exige uma leitura cuidada da totalidade dos textos (e não apenas dos títulos ou *lead*, no caso das notícias). Quanto maior for o treino, melhor se tornará a capacidade de aliar essa leitura cuidada à rapidez.

Critério 5 – diversidade de recursos não linguísticos que apoiam a expressão valorativa: entre eles, constam os destaques (maiúsculas, tamanho e cor de letra) e a

própria estruturação do texto (formato). O profissional deverá analisar estes recursos cuidadosamente, pois estes, muitas vezes, enfatizam opiniões.

Pretende-se que os cinco critérios acima elencados possam servir de base, futuramente, à criação de materiais de apoio à prática da clipagem, nomeadamente sob a forma de folhetos informativos ou de breves manuais. Considera-se que a aposta na elaboração deste tipo de material é muito importante, pois há técnicos de *clipping* que terão pouca preparação específica na área da análise de texto. Nesse sentido, deixamos aqui o nosso pequeno contributo.

Conclusão

Este relatório de estágio, realizado no âmbito do curso de mestrado em *Linguística: Sociedades e Culturas*, da Universidade da Madeira, teve como objetivo globalizante contribuir para o estabelecimento de relações entre a investigação em linguística e a atividade de *clipping*.

Nesse sentido, este relatório iniciou-se, no capítulo I, com um enquadramento teórico focado (i) nos géneros textuais e nos mecanismos linguístico-discursivos que caracterizam o discurso jornalístico; (ii) nos objetivos, etapas de desenvolvimento e produtos da atividade de *clipping*. De seguida, no capítulo II, fez-se o relato da experiência de estágio de 640 horas efetuado na empresa Press Power, no Funchal, descrevendo-se a instituição de acolhimento e as atividades e aprendizagens ali concretizadas. Durante o estágio, procedeu-se à compilação de um *corpus* de textos jornalísticos, composto por notícias, artigos de opinião e editoriais. Este serviu de base ao estudo descrito ao longo do capítulo III, que focou a operacionalização linguístico-discursiva do discurso valorativo. A sistematização dos principais resultados desse estudo foi feita no capítulo IV, seguida de uma proposta de critérios que devem ser tidos em conta pelos profissionais de *clipping*, quando realizam a tarefa de classificação da favorabilidade dos textos.

Para a execução do estágio e do respetivo relatório, foram definidos objetivos que se distribuem em três dimensões: a linguística, a técnica e a transversal.

Em relação à parte linguística, visou-se aplicar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no curso de 2.º ciclo em *Linguística: Sociedades e Culturas*, usando-os para identificar os mecanismos linguístico-discursivos que caracterizam a infraestrutura composicional, o processo de textualização e a responsabilização enunciativa no discurso jornalístico, com foco na notícia e nos textos de opinião. A consecução deste objetivo envolveu, também, explorar estratégias de compreensão da leitura capazes de identificar o discurso valorativo nos textos analisados.

No que diz respeito à parte técnica, os objetivos traçados para o estágio foram os de (i) conhecer os conceitos teóricos relacionados com o *clipping*; (ii) aprender as temáticas associadas a cada cliente da Press Power, ou seja, conhecer os objetivos do serviço para cada cliente (iii) reconhecer a importância dessas temáticas (sistematizadas em palavras-chave) para um eficiente serviço de *clipping* e (iv) desenvolver competências práticas na utilização das ferramentas de clipagem usadas na instituição de acolhimento.

Tendo em conta que, como foi referido no início desta conclusão, o objetivo basilar deste estágio e do respetivo relatório foi o de estreitar relações entre a linguística e o *clipping*, a estagiária propôs-se a realizar um estudo, apresentado nos capítulos III e IV, que aliou essas duas áreas. Esse estudo de *corpus* teve como objetivos identificar os mecanismos linguístico-discursivos usados para operacionalizar o discurso valorativo, em notícias e géneros opinativos (artigos de opinião e editoriais) e, com base nos resultados, propor alguns critérios que possam apoiar os profissionais de *clipping* na tarefa de classificar os textos “clipados” de acordo com escalas de favorabilidade.

A terceira dimensão de objetivos norteadores do trabalho aqui apresentado é relativa às competências transversais e pessoais. Neste contexto, foram definidos os seguintes objetivos, considerados essenciais para a concretização bem-sucedida do estágio e do relatório: (i) fortalecer competências de concentração e de rigor; (ii) aprofundar o sentido de responsabilidade; (iii) desenvolver competências de trabalho em equipa; (iv) implementar estratégias de persistência e de autossuperação.

No que diz respeito a resultados, este relatório mostrou (cf. capítulos III e IV) que há complexidade na tarefa de identificação, por parte do técnico de *clipping*, do grau de favorabilidade de um determinado texto em relação ao cliente. Isto porque o discurso valorativo pode ser operacionalizado de formas muito distintas. Viu-se que as construções valorativas podem diferir em função do género textual: são mais evidentes nos textos opinativos, mas também surgem nos textos noticiosos, particularmente em forma de discurso direto ou indireto. Essas construções podem ser materializadas linguisticamente através (i) de léxico com cargas semânticas específicas (favoráveis ou desfavoráveis); (ii) de configurações de modalidade (epistémica, deôntica e apreciativa); (iii) de mobilização do discurso relatado, atribuindo-se a responsabilidade enunciativa da opinião veiculada a quem escreve o texto ou a outras vozes recrutadas por essa entidade; (iv) do emprego expressivo de linguagem coloquial e de expressões idiomáticas; (v) do recurso a estruturas metafóricas, que viabilizam pontos de vista sobre o assunto tratado. Adicionalmente, observou-se que a favorabilidade do texto pode ser veiculada através de mecanismos extralinguísticos que são comuns no discurso jornalístico: entre eles, constam o recurso ao destaque de determinados vocábulos (por exemplo, com negrito, com aumento do tamanho de letra, ou com mudança de cor) e a organização estrutural do texto.

O estudo aqui realizado, aliado à prática do *clipping* durante o estágio, permitiu também verificar que a favorabilidade do texto nem sempre está explícita no título ou na

parte inicial do texto (no *lead*, no caso da notícia). No capítulo III, viu-se que, apesar de haver títulos informativos e que deixam antever a favorabilidade predominante no texto (i.e. deixam antever se será favorável ou não em relação a um assunto/entidade), outros há que são completamente opacos ou, ainda, que podem induzir o leitor em erro.

Assim, uma das principais conclusões a que se chegou neste trabalho é a de que a identificação da favorabilidade é uma tarefa exigente, que requer uma leitura rigorosa da totalidade do texto, de forma a que não sejam enviados para os clientes relatórios com imprecisões neste domínio. Acredita-se que os profissionais desta área, que não têm, necessariamente, formação em linguística/análise textual, beneficiariam em larga medida da existência de guias ou manuais de apoio à tarefa de identificação da favorabilidade dos textos. Pretende-se que os critérios apresentados no capítulo IV deste relatório venham a ser um contributo útil para a criação futura desse tipo de materiais.

Importa salientar que se verificou uma forte relação de complementaridade entre os conhecimentos provenientes da área da linguística e os saberes e ferramentas do domínio do *clipping*. Por um lado, o estudo dos mecanismos linguístico-discursivos contribuiu para a identificação de critérios considerados relevantes para apoio aos profissionais desta área. Por outro lado, as ferramentas e estratégias usadas no *clipping* para a recolha de textos revelaram-se muito úteis na constituição do *corpus* textual que serviu de base ao estudo. Neste sentido, acredita-se que a parceria entre estas duas áreas tem muito potencial, mostrando-se profícua para ambas as partes.

Saliente-se que os objetivos traçados para as três componentes (linguística, técnica e transversal) foram alcançados em simultâneo, pois são domínios que se complementam. Mais especificamente no que concerne à dimensão técnica (desempenho de funções de *clipping* no estágio) e à transversal, essa complementaridade tornou-se bastante evidente, pois o desempenho eficiente e profissional enquanto estagiária na Press Power exigiu o desenvolvimento de capacidades de concentração, rigor, responsabilidade, de trabalho em equipa, de persistência e de autossuperação.

Esse desenvolvimento não foi um percurso fácil, pois, numa fase inicial, a mestranda/estagiária sentiu algumas dificuldades. Desde logo, o primeiro desafio surgiu com a necessidade de se fazer leituras muito rápidas, mas capazes de extrair as ideias principais e o grau de favorabilidade de cada texto, em relação ao cliente em causa. De facto, nesta área, é crucial saber conciliar a velocidade de decifração com a competência de extração de significados, pois facilmente uma leitura demasiado rápida poderá levar a uma decisão errada relativamente ao grau de relevância do texto para o cliente ou gerar

interpretações desadequadas, que comprometem a classificação do grau de favorabilidade da informação em relação aos interesses do cliente.

Essa aliança entre rapidez e eficácia na compreensão colocou alguns obstáculos, sobretudo porque o português não é a língua materna da estagiária. No entanto, a persistência, o apoio recebido na instituição de acolhimento e o treino intensivo permitiram-lhe aperfeiçoar esta competência.

Outra dificuldade sentida inicialmente esteve relacionada com os elevados níveis de concentração e de foco que eram exigidos durante a atividade de *clipping*. A existência de vários momentos de notificação aos clientes, ao longo do dia, estabelecia metas concretas para a realização das atividades e essas balizas temporais exigiam uma grande capacidade de atenção ao detalhe, de compreensão leitora e uma conjugação harmoniosa entre rapidez e eficácia. Desta forma, não havia muito espaço para distrações, o que tornava o dia de trabalho bastante produtivo e, simultaneamente, desafiante.

Globalmente, a execução das tarefas durante o estágio permitiu atingir os objetivos traçados para o desenvolvimento de competências profissionais e pessoais da mestranda. Deste modo, no decorrer da experiência, a estagiária aperfeiçoou não só as suas capacidades de análise de texto, mas também as de concentração, rigor, de trabalho em equipa, de perseverança e autossuperação.

Em suma, foram cumpridos, na sua generalidade, os objetivos traçados para o estágio e conseqüente relatório. Há no entanto, alguns aspetos que não puderam ser aprofundados, por necessidade de limitação do escopo do presente relatório, e que importa referir aqui, como tópicos de interesse para futuras investigações.

Um desses tópicos diz respeito à forma como a favorabilidade é expressa nos editoriais e nos artigos de opinião. No estudo apresentado neste relatório, fez-se a análise dos mecanismos usados no conjunto dos dois géneros textuais, não se procedendo a uma análise comparativa que permita perceber se há diferenças, na expressão do discurso valorativo, numa e noutra categoria textual. Será um interessante tópico para estudos posteriores.

Conforme referido no capítulo IV, também não foi possível fazer uma análise comparativa entre os textos em linha e os textos de publicação impressa, no que diz respeito às formas de expressão da favorabilidade. A análise realizada permite-nos levantar a hipótese de que não existirão diferenças significativas entre os textos publicados nos dois tipos de suporte (em linha e impresso), pois foram identificados os mesmos mecanismos linguísticos de expressão valorativa nos dois grupos. Contudo,

apenas uma investigação mais específica sobre este tema poderá confirmar ou infirmar a hipótese aqui levantada.

Outro tópico que, no nosso entender, merece um estudo mais aprofundado está relacionado com o modelo de arquitetura textual de Bronckart (cf. secção 1.1., capítulo D), aqui adotado. No estudo que apresentamos neste relatório, a análise efetuada centrou-se sobretudo nos dois níveis mais à superfície do texto. Será, então, importante continuar esta investigação com um foco mais detalhado no nível mais profundo: o da infraestrutura textual, particularmente na forma como os marcadores ou conectores discursivos utilizados ao longo do texto contribuem para a construção de pontos de vista, para a veiculação de discurso valorativo.

Por fim, porque a investigação suscita, muitas vezes, mais perguntas do que respostas, listamos outros dois tópicos que gostaríamos de ver aprofundados em trabalhos futuros. O primeiro envolveria reproduzir este estudo num *corpus* maior, que incluísse outros géneros textuais, incluindo os formatos orais veiculados, por exemplo, na rádio e na televisão, já que estas fontes informativas também são utilizadas no *clipping*. O segundo tema que nos parece importante estudar diz respeito à forma como diferentes línguas podem operacionalizar o discurso valorativo no discurso jornalístico. A relevância deste tópico é grande, pois o *clipping* pode abranger textos publicados em diversas línguas, em função das necessidades e objetivos do cliente.

Acima de tudo, parece-nos importante continuar este caminho produtivo de aliança entre a investigação e a prática, entre a linguística e a comunicação.

Referências

- Anigbogu, N. (2015), “Linguistic devices in media discourse: a case study”, *International Journal of English Language and Linguistics Research*, United Kingdom: eaj, 3(5), 3-13.
- Beirão, I., Caetano, J., Vasconcelos, M., Caetano, P., & Vasconcelos, P. (2010), *Assessoria de Imprensa*, Coimbra: Angelus Novus.
- Bronckart, J. P. (1999), *Atividades de Linguagem, textos e discurso. Por um interacionismo sociodiscursivo*, São Paulo: EDUC.
- Buescu, M. H., Maia, L. C., Silva, M. G., & Rocha, M. R. (2014), *Programa e Metas Curriculares do Ensino de Português do Ensino Secundário*, Lisboa: Ministério da Educação.
- Campos, M. H. (2000), “Gramática e construção da significação”, Fonseca, F.I., Duarte, I.M., Figueiredo, O. (Orgs.), *A Linguística na Formação do Professor de Português*, Porto: CLUP, pp. 163-174.
- Campos, M.H.C. (2004), “A modalidade apreciativa: uma questão teórica”, Oliveira F. & Duarte, I.M., (Org.) *Da Língua e do Discurso*, Porto: Campo das Letras, pp.265-28.
- Campos, M.H.C., & Xavier, M.F. (1991), *Sintaxe e Semântica do Português*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Carreira, M. H. A. (2004), “O discurso de opinião e as suas vozes: modulações polifónicas de responsabilidades e valores”, Oliveira F. & Duarte, I.M., (Org.) *Da Língua e do Discurso*, Porto: Campo das Letras, pp.31-44.
- Carvalho, C., & Reis, L. M. A. (2009), *Manual prático de assessoria de imprensa*, Rio de Janeiro: Elsevier Editora.

Costa, T. (2021). “Sobre a permeabilidade do léxico à pandemia: a frequência e os sentidos das palavras no discurso noticioso”, *Études Romanes de Brno*, 42(1), 73-93.

Coutinho, A. (2019), *Texto e[m] Linguística. Teorias, Cruzamentos, Aplicações*, Lisboa: Edições Colibri.

Coutinho, M. A. (2006), “O texto como objeto empírico: consequências e desafios para a linguística”, *Veredas*, 10 (1-2)

Coutinho, M. A. & Jorge, N.,(2019), (Coords.), *Ensinar gêneros de texto: conteúdos, estratégias e materiais*, Universidade Nova de Lisboa: APP/Porto Editora.

Cunha, C., & Cintra. L. (1994), *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (10.^a edição), Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Deschepper, J. (1990), *Saber comunicar com os jornalistas da imprensa, rádio e televisão*, Mem Martins: Edições Cetop.

Dias, E., Mesquita, E., Finotti, L., Otoni, M., Lima, M., & Rocha, M. (2011), “Gêneros textuais e(ou) gêneros discursivos: uma questão de nomenclatura?”, *Interacções*, n.º 19,142-155.

Dicionário Priberam Online de Português. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/clipping>.

- Duarte, I. M. (2004), “A citação no discurso da imprensa: uma “amostra” do caso Moderna”, Oliveira, F & Duarte, I.M., (Org.) *Da Língua e do Discurso*, Porto: Campo das Letras, pp.311-321.
- Faria, I. H., Pedro, E. R., Duarte, I., & Gouveia, C.A.M. (1996), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa: Editora Caminho.
- Fontcuberta, M. d. (2010), *A Notícia. Pistas para Compreender o Mundo*, (Tradução de Fernando Cascais) (3.ª Edição), Alfragide: Casa das Letras.
- Gaudêncio, C.V.A. (2009), *Jornalismo, opinião e argumentação: o lugar do jornalismo de opinião na esfera pública portuguesa* (Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior), Covilhã.
- Jorge, N., & Luís, M. R. (2018). “O Discurso relatado em textos de divulgação científica na imprensa atual portuguesa” Veloso J., Guimarães, Silvano P. & Sousa-Silva, R. (Coord.), *A Linguística em diálogo. Volume comemorativo dos 40 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Lopes, B. (2017), *O que é assessoria de imprensa*, São Paulo: Brasiliense.
- Lopes, P. C. (2010), *Jornalismo e escrita jornalística: revisão conceptual de base bibliográfica*, Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Lousada, E. G. (2010), “A abordagem do interacionismo Sociodiscursivo para a análise de textos”, Silva, C., Piris, E., & Carlos, J. (Orgs.), *Abordagens Metodológicas em* São Paulo: Paulistana Editora.
- Marques, M. A. (2004), “Outras vozes, Outros discursos”, Oliveira, F. & Duarte, I.M. (Org.) *Da Língua e do Discurso*, Porto: Campo das Letras, pp.431-450.

- Marques, M. A. (2013), “Construir a responsabilidade enunciativa no discurso jornalístico”, *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, n.º 2, 139-166.
- Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I., Faria, I. H., Frota, S., Matos, G., Oliveira, F., Vigário, M. & Villalva, A. (2003), *Gramática da Língua Portuguesa* (5.ª edição), Lisboa: Editorial Caminho.
- Mateus, S. (2021), *Discurso mediático*, Covilhã: Editora LabCom.
- Mateus, S. (2022), *Manual Prático de Assessoria de Imprensa*, Covilhã: LabCom.
- Monteiro, A. C., Caetano, J., Marques, H., & Lourenço, J. (2012), *Fundamentos de Comunicação* (2.ª edição), Lisboa: Edições Sílabo.
- Miranda, F. (2008), “Géneros de texto e tipos de discurso na perspetiva do interaccionismo sociodiscursivo: que relações?”, *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, Colibri, Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, 81-100.
- Monteiro, N. M. C. (2014), *O relato do discurso no ensino do PLE: um caso em Estudo* (Relatório de Estágio de Mestrado, Universidade do Porto), Porto
- Neves, J.S.B (2009), “Estudos da Modalidade: as tipologias de Campos”, *Cadernos WGT*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 31-36.
- Oliveira, M. (2019), *Mapeando os estudos sobre género textual: trilhas de pesquisa e ensino*, *MOARA - Revista Eletrónica do Programa de Pós-Graduação em Letras*, Universidade Federal do Pará, 134-152.
- Pinto, R., & Valentim, H. T. (2018), “Discurso relatado e responsabilização enunciativa em géneros académicos”, Veloso, J., Guimarães, J., Silvano, P. & Sousa-Silva, R. (Coord.), *A Linguística em diálogo, Volume comemorativo dos 40 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.

- Ramos, R. L. (2007), “Heterogeneidade enunciativa no discurso sobre o ambiente na imprensa portuguesa: funcionamento e efeitos do discurso directo”. *Revista Linguagem em (dis)curso*, 7(1), Universidade do Sul de Santa Catarina, 45-70.
- Raposo, E. B. P., Nascimento, M. F. B., Mota, M. A. C., Segura, L., & Mendes, A. (2013), *Gramática do Português*, (Vol.I), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, V. (2014), *Assessoria de Imprensa: Fundamentos teóricos e práticos*, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas.
- Rio-Torto (2006), “O léxico: semântica e gramática das unidades lexicais”, Athayde, M. F. (Coord.), *Estudos sobre léxico e gramática*, Lisboa: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, pp.11-34.
- Rio-Torto, G. (2013), “Léxico, gramática e processamento”, Almeida, A., Santos, E. & Soledade, J. (Eds.), *O léxico em estudo*, Bahia: EDUNEB, pp.1-25.
- Ritt, A. R., & Rettore, F. G. (2017), “Análise lexical e discursiva em notícias da internet” 28.^a FALE – *Forum Acadêmico de Letras*, Brasil: Unila & Unioeste.
- Rocha, M. R. (2019), *Gramática. Português*, Porto: Porto Editora.
- Rosa, R. I.A. (2020), *A noção de padrão discursivo: textos e géneros em análise* (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa), Lisboa.
- Santos, M. R. M. (2008), *O estudo das inferências na compreensão do texto escrito* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa), Lisboa.
- Silva, P. (2012), *Tipologias Textuais: Como Classificar Textos e Sequências*, Coimbra: CELGA/Editora Almedina.
- Sheehan, P. (1972), *Repertorial writing*, Philadelphia: Chilton Book.

Sousa, J. A. B. (2018), *Análise do papel do léxico na construção do sentido de discursos jornalísticos* (Dissertação de mestrado, Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil), Brasil.

Vasconcelos, C. (2010), *Casa da Música. Assessoria de Imprensa* (Relatório de Estágio, Universidade do Porto), Porto.

Vilela, M. (1997), “O léxico do português: perspetivação geral”, *Filologia e Linguística Portuguesa*, n.º1, Universidade do Porto, 31-50.

Anexos

Cor_Impr_1
Fonte: Jornal da Marinha Grande
Título: A greve dos professores

OPINIÃO

JORNAL DA MARINHA GRANDE | WWW.JORNALDAMARINHA.PT

» PEÇO A PALAVRA...

A greve dos professores



Henrique Neto

Empresário

henriquejosesousaneto@gmail.com

O que mais me tem impressionado nesta greve dos professores é a clareza das reivindicações na sua diversidade. Dir-se-á que são excessivas, que o Governo não pode aceitar todas, mas é aí que reside o principal problema, porque todas elas fazem sentido e no seu conjunto são uma revolução no modelo de ensino. Parece-me claro que a longa incapacidade dos governos de fazer as reformas necessárias tornou o problema intratável e a revolta dos professores é tão forte que há muito terá passado a fase dos pequenos passos.

Não é preciso ser um especialista da educação para compreender a necessidade de uma profunda reforma do ensino público, já que o privado aparenta não ter os mesmos problemas, o que deveria ser uma indicação orientadora. Nos colégios privados não existem as surreais viagens pelo País de milhares de professores, o excesso de burocracia, o tempo de serviço aparenta não ser um problema e sabemos pelos diferentes rankings que a qualidade do ensino é melhor e que os pais e as crianças estão satisfeitos ao ponto de ser a escola pública que está em perigo, um fenómeno semelhante ao da Saúde.

Claro que o País precisa da escola pública, o nosso baixo nível de vida precisa de uma escola pública como de pão para a boca, mas de uma escola de qualidade com bons professores. E ou o Governo apresenta rapidamente uma reforma que cubra todas as reivindicações dos professores, ainda que com alguma dilação no tempo, ou não se irá a lado algum, porque todas as reivindicações são justas e fazem sentido. E ou o Governo compreende isso rapidamente, de que não estamos apenas perante mais uma greve, ou o problema torna-se insolúvel, porque o que está em causa é uma profunda reforma do ensino, algo que este Governo nunca soube fazer. ◀

Cor_Impr_2
Fonte: Diário de Coimbra
Título: Escola Vasconcellos Lebre estreia-se no Erasmus+

Escola Vasconcellos Lebre estreia-se no Erasmus+

MEALHADA A Escola Profissional Vasconcellos Lebre (EPVL) vai participar pela primeira vez no programa Erasmus +, o que irá permitir, de acordo com informação daquele estabelecimento de ensino, que 20 alunos do 12º ano possam desenvolver a sua atividade laboral num país estrangeiro, por um período de cerca de três meses.

A Escola Profissional da Mea-



Vinte alunos vão fazer estágio em diferentes países

lhada lembra que o Erasmus + é um programa promovido pela União Europeia, nos domínios da educação, formação, juventude e desporto para o período de 2021-2027, que proporciona a estudantes, professores, formadores e assistentes a possibilidade de «participarem numa experiência de aprendizagem e/ou profissional noutro país, fortalecendo a empregabilidade e as compe-

tências dos participantes, ao mesmo tempo que permite «atualizar a educação e a formação dos alunos».

A EPVL apresentou a sua primeira candidatura ao programa Erasmus + em 2022, esclarece a escola, satisfeita com a aprovação da candidatura, que vai permitir que 20 alunos façam o respetivo estágio curricular no estrangeiro. «Esta será uma experiência única de trabalho e de vida que, com toda a certeza, irá enriquecer os alunos, a escola e as empresas receptoras, através da troca de culturas e conhecimentos», refere a EPVL.

Cor_Impr_3

Fonte: Região de Leiria

Título: Alunos do secundário já dispõem de passe escolar gratuito

Alunos do secundário já dispõem de passe escolar gratuito

Os alunos do ensino secundário do concelho que residam a mais de três quilómetros da escola têm a partir deste mês acesso gratuito a transportes públicos. A medida, aprovada por unanimidade na última reunião do executivo, deverá abranger cerca de 400 estudantes que não beneficiavam da gratuitidade do passe escolar, que "estava apenas disponível para alunos do ensino básico". Os do secundário usufruíam de uma comparticipação de 50%, explica a autarquia, acrescentando que a medida irá representar para as famílias uma poupança anual de 100 mil euros que passa a ser assumida pelo município.

Cor_Impr_4

Fonte: Jornal de Notícias

Título: BEI admite emprestar mais dinheiro ao Estado no âmbito do PRR

BEI admite emprestar mais dinheiro ao Estado no âmbito do PRR

Em 2022, banco aplicou 1,7 mil milhões no país

FINANCIAMENTO O vice-presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI), Ricardo Mourinho Félix, revelou ontem estar “disponível para financiar” projetos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A finalidade, referiu, é complementar verbas face aos “aumentos de custos” provocados pela inflação e pela incerteza. Em 2022, Portugal foi o sexto país da União Europeia que mais beneficiou com o financiamento do BEI: recebeu um total de 1,7 mil milhões de euros, valor em linha com o praticado antes da pandemia.

“O BEI pode e está disponível para financiar”, afirmou Mourinho Félix, em Lisboa. “Cabe agora ao Governo fazer a avaliação do PRR e identificar as áreas onde tal será necessário”, acrescentou o ex-secretário de Estado adjunto e das Finanças de António Costa.

Na quarta-feira, o primeiro-ministro tinha dito que Portugal deverá recorrer a mais verbas do PRR devido à inflação. Mourinho Félix anunciou que as conversas com o Executivo já começaram “em diversas áreas”, como habitação, transportes, educação ou saúde.

IMPORTANTE É APLICAR BEM

Questionado pelo JN, Mourinho Félix evitou comentar o grau atual de execução do PRR. No entanto, frisou que o “clamor” que se ouve em Portugal e Espanha sobre eventuais atrasos deve ser sustentado em “números concretos”, de modo a evitar discussões “vazias”.

“O importante no PRR é uma implementação boa, não é uma implementação rápida”, referiu o responsável do BEI. Mourinho Félix também sublinhou que Portugal e Espanha “não estavam habituados” a receber tantos fundos europeus, pelo que terão de “construir” a capacidade de os executar. ● J. V. S.

Cor_Impr_5
Fonte: Jornal de notícias
Título: Verdades

Passeio Público

Verdades



PCER **Gomes Fernandes**
Arquiteto e professor

Retiro do Facebook a frase: “O colapso da Educação é o colapso da nação”.

Avaliada na situação que vivemos com os professores, é de refletir, a sério, aquilo que parece estarmos a esquecer. Não se muda de ministro como quem muda de guardanapo, mas este já mostrou que está sujo de incompetência para continuar à mesa da governação. Governa há sete anos e fecha portas e ouvidos ao clamor que percorre as escolas do país e envolve já alunos, compreensivelmente cansados de tudo isto.

Sou socialista, já desempenhei “in illo tempore” cargos vários em representação partidária, mas não entendo certas atitudes do poder, como esta radicalização, até me atrevo a dizer “volta Nogueira, estás perdoado”, pois afinal a razão está desse lado.

Alunos sem aulas, professores radicalizados, pais desesperados e ministro “sossegado” no conforto do gabinete, com o futuro do país às cegas. Isto justifica e bem a frase retirada das redes sociais, pois o futuro é o destino e só lá chega em condições quem for capaz de o preparar.

“Desabafo de alma” poderia dizer-se desta expressão de cidadania, que os professores merecem e me trouxeram à memória crónica antiga nesta coluna sobre “Dona Adélia minha professora primária que me ficou sempre na memória e nunca esqueci” pelo valor das primeiras letras.

Isso que muitos jovens e crianças não têm hoje, injustamente, porque os maus-tratos dados aos professores são, indiretamente, dirigidos aos alunos, futuros cidadãos desta República Democrática. A 31 de janeiro, o Porto lembrou a República, mas o eco de tal clamor, por certo, não chegou a Lisboa.

Cor_Impr_6

Fonte: DN

Título: Évora. O teste de português, a Alcoviteira e uma “campanha difamatória”

Évora. O teste de português, a Alcoviteira e uma "campanha difamatória"

EDUCAÇÃO Uma pergunta com duas opções num teste da disciplina de Português, do 9.º ano, envolvendo o tema da prostituição, está a deixar a Escola Gabriel Pereira em alvoroço. O diretor diz que a instituição está a ser alvo de uma campanha difamatória.

TEXTO PAULA SOFIA LUZ

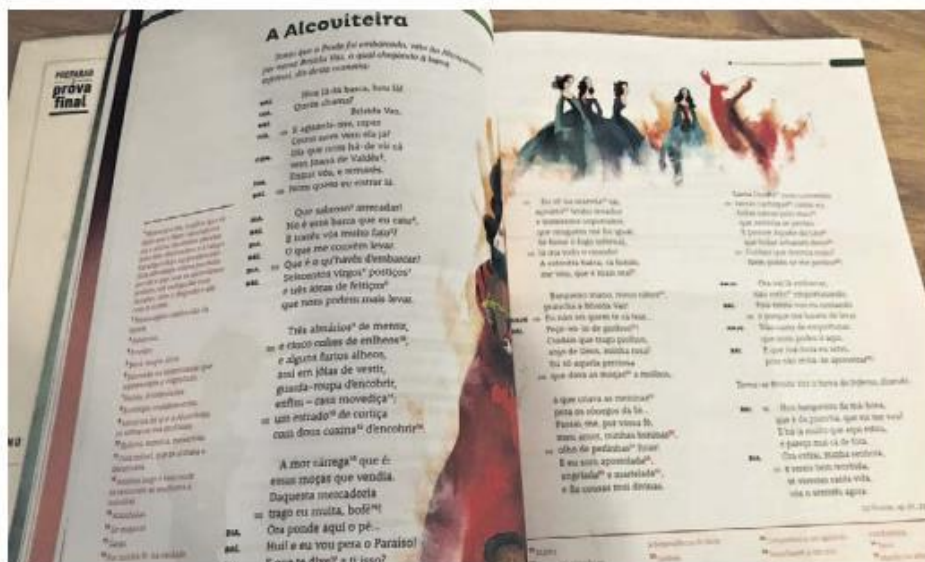
Nem a Alcoviteira – personagem do *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente – conseguiu tamanha proeza: num piscar de olhos, a Escola Secundária Gabriel Pereira tornou-se famosa, graças a uma publicação na rede social Twitter que denunciava uma pergunta de um teste da disciplina de Português envolvendo o tema da prostituição.

Numa publicação datada do último dia de janeiro, a advogada Ana Fonseca divulgou uma fotografia do teste, datado de 23 desse mês. A pergunta polémica tinha duas opções, ambas sobre o tema da prostituição. "Coloca-te na pele de uma jovem mulher que caiu numa rede de prostituição. Escreve, com cuidado, um texto (150-180 palavras) em que reveles as circunstâncias que conduziram ao crime e o drama vivido pela vítima, através dos seus pensamentos", lê-se no enunciado da prova, seguindo-se outra opção: "Coloca-te na pele de um explorador sexual. Escreve, com cuidado, um texto (150-180 palavras) em que reveles as circunstâncias que conduziram ao crime e os argumentos para aceitação/rejeição do mesmo pelo criminoso, através dos seus pensamentos."

No Twitter, foram vários os utilizadores que propagaram a fotografia do teste, que chegou a ser apontado por outros como "fake". Não era.

O diretor do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, Fernando Farinha Martins, confirmou ao DN a autenticidade da ficha. Soube do caso na noite de terça-feira, quando as televisões começaram a contactar a escola. "Tratei de fazer logo as minhas averiguações e de convocar para as 8h30 da manhã seguinte as professoras daquele ano de ensino, bem como a coordenadora de departamento", disse o professor, que há três mandatos dirige aquele agrupamento de escolas.

"Tecnicamente as questões poderiam ter sido colocadas de outra forma", admite, embora considere que, por detrás desta polémica, há mais alguma coisa: "Há aqui uma intenção clara de prejudicar o agrupamento", afirma aquele responsável, justificando que "o assunto não pode ser retirado do contexto". E esse qual é, afinal?



O diálogo de "A Alcoviteira", no *Auto da Barca do Inferno*, que serviu de base para as questões do teste.

"Pela leitura do enunciado do exercício em causa, e para quem esteja fora do contexto das Aprendizagens Essenciais do 9.º ano, poderá parecer exigente ou desadequado mas, de acordo com a análise literária da peça de Gil Vicente, *Auto da Barca do Inferno*, representa um exercício pedagógico para aplicação do que foi ensinado em aula, tendo como objetivo a construção de um juízo crítico", explica o diretor do agrupamento, num comunicado divulgado esta quarta-feira.

"É prática comum na disciplina de Português levar os alunos a reconhecer os valores culturais, éticos, estéticos, políticos e religiosos manifestados nos textos, suscitando um paralelo com a atualidade e com as problemáticas sociais", acrescenta Fernando Martins.

O teste, da disciplina de Português, aconteceu "no âmbito de um trabalho colaborativo com a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento", explica o diretor. Na obra de Gil Vicente, "há uma relação de prostituição encoberta – através da personagem Brisida Vaz, a Alcoviteira – e, no fundo, um paralelismo com coisas que se passam hoje, na sociedade", afirma o professor, explicando que "embora os alunos, hoje, sejam mais infantis, têm muito mais informação. E esses temas

são discutidos nas aulas de Português e nas aulas de Cidadania".

"A professora entendeu que eles deveriam colocar-se num destes papéis. Se fosse eu, provavelmente teria feito as questões de outra forma", reforça o diretor, que ainda assim repudia "a divulgação destes conteúdos nas redes sociais, completamente descontextualizados".

"O que se passa aqui é outra coisa. É alguém que não está sequer relacionado com a Escola, que tem filhos num colégio privado (os Salesianos), e que apenas se diz amiga de um pai daqui. Ora, até agora, nenhum pai nos abordou com qualquer questão relacionada com o teste", adianta o diretor do agrupamento Gabriel Pereira.

Início do ano com o governo

A Escola Secundária que agora saltou para as bocas do mundo através do Twitter foi a mesma que o governo escolheu para assinalar a abertura do presente ano letivo. Dias depois da presença do primeiro-ministro, António Costa, e do ministro da Educação, João Costa, naquele agrupamento do Alentejo, a escola foi abalada por outra polémica: "Alguém ligado ao Chega tentou criar aqui problemas, por causa de uma situação entre um aluno brasileiro que tinha chegado há

pouco e uma professora de português", revela o diretor da Secundária Gabriel Pereira.

Entre as 10 escolas do Agrupamento e os seus 2500 alunos, contabilizam-se cerca de 280 alunos estrangeiros, correspondendo a 75 nacionalidades.

"Acreditamos numa escola na qual se fomente a responsabilidade da comunidade educativa, a promoção de medidas que visem o empenho e o sucesso escolar, a integração sociocultural, o desenvolvimento de uma cultura de cidadania mobilizadora e respeitadora da liberdade individual e do cumprimento dos direitos e deveres que lhes estão associados", refere o comunicado de Fernando Martins. Ao DN, este engenheiro que há 30 anos trabalha no ensino revela ainda que o agrupamento "tem um técnico quase a tempo inteiro a trabalhar a integração de todos eles".

"Quando aqui cheguei estávamos a perder alunos. E agora temos a escola cheia. Mas isso suscita inveja", conclui o diretor. Em Évora há quatro agrupamentos, com três Escolas Secundárias, a que se junta ainda o colégio dos Salesianos. No último ranking, a Gabriel Pereira foi a que obteve melhor classificação em toda a zona sul.

dn@dn.pt

Cor_Impr_7

Fonte: Público

Título: O que significa acabar com os exames

4 • Público • Quinta-feira, 2 de Fevereiro de 2023

Espaço público

O que significa acabar com os exames

Editorial



Andreia Sanches



Portugal pode passar a ser um dos países com menos dados para avaliar o que está a fazer com os seus alunos

Há um mês, o Governo lançou o debate sobre o regime de acesso ao ensino superior com um conjunto de propostas que, de forma algo esquizofrénica, procuram conciliar duas correntes: a que diz que temos exames a mais – que, supostamente, amarram escolas, alunos e professores ao objectivo-mor de ter notas altas, prejudicando o ensino. E a que diz que os exames devem valer mais – para garantir que o escândalo das notas inflacionadas em certos estabelecimentos cria o menor número possível de situações injustas num concurso onde qualquer décima conta.

O que as escolas que inflacionam notas estão a fazer, há anos, é batota. Devem ser penalizadas. Mas já aqui o dissenso há um mês, quando este debate começou com a proposta de se acabar com os exames obrigatórios no fim do secundário, reforçando-os para quem quer prosseguir estudos:

estamos a falhar o alvo. Aliás, com menos exames, será mais difícil monitorizar as “anomalias”.

Por vezes, a discussão “mais exames/ menos exames” ignora algo que importa sublinhar quando é sabido que o Governo está prestes a tomar uma decisão: eles servem não só para avaliar parte dos conhecimentos dos alunos mas também para avaliar parte do desempenho das escolas e das próprias políticas educativas.

É claro que os exames não servem para avaliar tudo o que sabem os alunos (e só contam 30% da nota), nem para avaliar tudo o que fazem as escolas. Há muitas competências que não se medem num teste. Mas medem coisas importantes.

Apenas um exemplo: até a pandemia ter chegado, cada escola sabia quantos dos seus alunos conseguiam fazer os três anos do ensino secundário sem chumbar; para além disso, sabia quantos desses alunos conseguiam no fim apresentar-se a um exame nacional,

igual para todos, em disciplinas nucleares, e ter uma nota positiva; também sabia qual a percentagem dos seus alunos mais pobres que tinham esse “percurso directo de sucesso”, assim se chamava este indicador criado, em boa hora, pelo Ministério da Educação. E podia comparar a sua taxa de sucesso com a observada entre os alunos mais pobres da sua região. Estava a sair-se melhor? Pior? Porque?

Com a pandemia, decretou-se o fim temporário dos exames obrigatórios. E informação como esta (é só um exemplo) deixou de existir. Se o fim da obrigatoriedade dos exames passar a definitivo, saberemos quantos chumbam e passam, mas pouco sobre a qualidade desse sucesso.

Há dias noticiámos que Portugal pode passar a ser um dos poucos países europeus sem exames no fim do secundário. Dito de outro modo: passará a ser um dos que têm menos dados para avaliar o que estão a fazer com os seus alunos.

Cor_Impr_8

Fonte: Jornal da Marinha Grande

Título: PROFESSORES ENCERRAM ESCOLAS NO CONCELHO

GREVE

PROFESSORES ENCERRAM ESCOLAS NO CONCELHO



A última segunda-feira, 30 de janeiro, ficou marcada por mais uma greve nacional de professores e educadores, desta vez com incidência no distrito de Leiria. A paralisação, convocada por diversas organizações sindicais, levou ao encerramento de um vasto número de escolas no concelho

Segundo foi possível apurar junto do Agrupamento Nascente, a adesão à greve no pré-escolar e no 1.º ciclo teve uma adesão de 99%. De acordo com o diretor, Nuno Cruz, na Nery Capucho apenas 4 turmas tiveram aulas no período da manhã, e no ensino secundário a Pinhal do Rei também teve algumas aulas a decorrer.

Quanto ao Agrupamento de Vieira de Leiria, Fernando Henriques, adjunto da Direção, fez saber que ao nível do pré-escolar das 4 salas existentes apenas uma esteve a funcionar, e no 1.º ciclo em 12 turmas apenas uma teve aulas. A Escola do 2.º Ciclo Padre Franklin esteve encerrada, e na Secundária Loureiro Botas para as 17 turmas do ensino pro-

fissional, do 7.º ao 12.º ano, foi um dia normal de aulas.

No que se refere ao Agrupamento Poente, houve vários jardins de infância e escolas do 1.º ciclo encerradas, nomeadamente o JI da Ordem e a EB Francisco Veríssimo. Na Guilherme Stephens e na Calazans Duarte também houve professores a faltar, ainda assim houve várias turmas com aulas.

➤ "OS PROFESSORES SÃO GENTE PERIGOSA: ENSINAM A PENSAR"

Docentes e não docentes manifestaram-se durante a manhã em Leiria, "em união pela educação". Milhares de pessoas participaram na ação de luta, pais e alunos incluídos, alertando para questões como a valorização da profissão docente, a defesa da escola pública e o regime de concursos, exigindo "a abertura de processos negociais que travem e revertam a desvalorização da profissão docente". "Cuidado! Os professores são gente perigosa: ensinam as pessoas a pensar!" era apenas uma das mensagens que podia ler-se num dos muitos cartazes empunhados pelos manifestantes. ⚡

Cor_Impr_9

Fonte: O setubalense

Título: Escolas básicas com novos parques infantis a funcionar

BAIXA DA BANHEIRA E ALHOS VEDROS

Escolas básicas com novos parques infantis a funcionar

As obras de reabilitação do parque infantil da Escola Básica n.º 1 da Baixa da Banheira estão concluídas. Igualmente pronta está a construção do parque infantil da Escola Básica n.º 1 de Alhos Vedros, anunciou a Câmara Municipal da

Moita na passada sexta-feira. O equipamento da escola da Baixa da Banheira foi totalmente remodelado com "a substituição do piso e a colocação de novos equipamentos". Segundo a autarquia, o espaço "encontrava-se degradado e vedado,

uma vez que não oferecia condições de segurança para as crianças".

Já a empreitada na Escola Básica n.º 1 de Alhos Vedros veio permitir às crianças novas condições de divertimento, conforme sublinha o município. "Numa intervenção conjunta

entre a Câmara Municipal da Moita, que participou com um investimento superior a 23 mil euros, e a Junta de Freguesia de Alhos Vedros, este novo equipamento, há muito esperado por esta escola, vai proporcionar às crianças que aqui estudam um tempo de

recreio ainda mais divertido."

Os dois espaços foram visitados por Carlos Albino, presidente da autarquia, e pela vereadora Anabela Rosa. Em Alhos Vedros, Artur Varandas, presidente da junta, juntou-se a Carlos Albino e Anabela Rosa.

Cor_Impr_10

Fonte: Região de Leiria

Título: "As escolas estão com lotação quase completa"

P&R

José Carlos Matias

“As escolas estão com lotação quase completa”



Preside à UF de Parceiros e Azoia: a freguesia mais jovem e das que mais cresce na região

A freguesia é a mais jovem e tem crescido. Que pressão acarreta esta dinâmica?

As acessibilidades são o maior problema que temos. Há cerca de 12 anos - quando foram feitas as variantes - tínhamos um problema grave de acessibilidades. Na altura, a freguesia foi beneficiada com essas infraestruturas, embora a variante tenha dividido Parceiros de Leiria. Atualmente, estamos já a sentir o mesmo problema. Em conjunto, autarcas da freguesia e da Câmara, temos de começar a pensar em criar vias estruturantes, porque a breve prazo vai ser um problema complicado.

E nas escolas? E ao nível da saúde?

Neste momento, a nível do pré-escolar estamos a ficar com falta de resposta. E estamos a trabalhar para criar mais opções. No primeiro ciclo, as nossas escolas estão com lotação quase completa. Em Azoia, há meia dúzia de anos estávamos com receio de que a escola fechasse, hoje está com lotação esgotada. Ao nível da saúde, está a ser construída uma nova USF que vai servir Azoia, Parceiros e Barosa. Pensamos que ainda entra em funcionamento este ano e resolve um problema que se coloca no momento.

É dos poucos autarcas da região com este problema: é melhor ter este problema que perder população?

É evidente que sim. Mas essa situação coloca-nos grandes desafios. A população é exigente e com propriedade.

Cor_Impr_11

Fonte: Diário do Minho

Título: Corta-Mato Escolar juntou 620 alunos

BRAGA: SECUNDÁRIA SÁ DE MIRANDA

Corta-Mato Escolar juntou 620 alunos



Alguns dos participantes em prova

O Corta-Mato Escolar da Escola Secundária Sá de Miranda realizou-se nas instalações do Regimento de Cavalaria de Braga e contou com a participação de 620 alunos.

Para além da corrida, os alunos foram convidados a participar noutras

atividades desportivas. Os professores de Educação Física, conscientes dos efeitos negativos para a saúde mental e da falta de convivência dos alunos durante a pandemia, estenderam à atividade principal, atividades de outras modalidades. Nesse sentido, promoveram

a atividade física aliada às relações interpessoais em prol da saúde física e bem-estar mental.

O espaço circundante privilegiado, contribuiu para fomentar hábitos de vida saudáveis, competências sociais e valores, entre os quais se enumeram: responsabilidade, discipli-

na, perseverança, respeito, autonomia, dedicação, espírito de equipa, tolerância, humanismo, solidariedade e coragem.

Os três primeiros classificados por escalão e género do Corta-Mato Escolar apuraram-se para a fase CLDE, a disputar em Vizela, dia 17 de fevereiro.

Cor_Impr_12

Fonte: Diário As Beiras

Título: Escola Secundária Bernardino Machado

12 | essencial | **Figueira da Foz**

texto Joã Alves

diário as beiras | 02-02-2023

figueira da foz



A Escola Secundária Bernardino Machado participou no 25.º Encontro de Jovens Cientistas da UNESCO, fazendo-se representar pelos alunos Daniela Nascimento e Miguel Gaspar. O evento realizou-se em Santarém. "Foi uma oportunidade para refletir sobre a educação como direito fundamental para um futuro mais inclusivo, sustentável e feliz", sintetiza nota enviada ao DIÁRIO AS BEIRAS.

Cor_Impr_13

Fonte: Correio do Minho

Título: Escolas dão a estudo de mandarim 286 alunos

Braga **Escolas dão a estudo** **de mandarim** **286 alunos**

O projecto de ensino de mandarim, que advém de uma parceria entre o Município de Braga e o Instituto Confúcio da Universidade do Minho está a ser implementado desde 2016 com recurso a aulas e dinamização de diversas actividades relacionadas com a Língua e a Cultura chinesas, visando promover a aprendizagem de uma das línguas mais faladas à escala mundial. No ano lectivo 2022/23, 286 alunos de escolas públicas do Concelho de Braga beneficiam do projecto que começou com 80 alunos e cuja procura tem crescido substancialmente. Desde 2016 a 2022, frequentaram as aulas de mandarim cerca 1127 alunos do concelho.

Cor_Impr_14

Fonte: Correio do Minho

Título: Laboratório teatral anima públicos escolares

Programa da Odisseia Nacional, promovido pelo Teatro Nacional D. Maria II

Laboratório teatral anima públicos escolares

PONTE DE LIMA

| Redacção |

No dia 26 de Janeiro foi inaugurado, em Ponte de Lima, o programa da Odisseia Nacional, promovido pelo Teatro Nacional D. Maria II dedicado aos mais jovens com o 'Laboratório Teatral - Convidar, conhecer e construir', que foi ao Agrupamento de Escolas António Feijó e ao

Agrupamento de Escolas de Arcozelo, com a ação Podemos entrar? para os alunos das turmas do 9º ano de escolaridade.

Este laboratório foi coordenado por Marco Paiva, da estrutura artística Terra Amarela e constituiu parte da sua proposta de encenação do espectáculo 'Zoo Story'".

O 'Laboratório Teatral - Convidar, conhecer e construir' teve

um segundo momento - depois da apresentação do espectáculo no Teatro Diogo Bernardes, no dia 27 de Janeiro para o público escolar - com uma conversa em que equipa artística e o público esclareceram dúvidas e curiosidades, planearam o futuro desejado e construíram juntos um documento comum sobre o que todos nós podemos vir a ser enquanto sociedade.

Cor_Impr_15

Fonte: Jornal de notícias

Título: Formalizadas as parcerias de programa de saúde

Formalizadas as parcerias de programa de saúde

Maia envolve mais de 3600 alunos do pré ao secundário

ESCOLAS A Câmara da Maia formalizou ontem as parcerias que estabeleceu no âmbito do Programa de Saúde Escolar para o presente ano letivo. Entre 2005 e 2021, o projeto envolveu mais de cem mil alunos e, na presente edição, são mais de 3600 os envolvidos, desde o pré-escolar ao ensino secundário.

Emergência médica, prevenção rodoviária, prevenção do tabagismo, alimentação e saúde visual são apenas algumas das áreas abrangidas pelo programa, num trabalho em rede com uma série de organismos ligados, sobretudo, ao ensino, ao setor da saúde, à segurança e à solidariedade social.

Além dos parceiros institucionais, a Câmara conta com um leque de padrinhos e madrinhas, cuja função é passar o seu testemunho aos mais novos. É neste rol que constam, por exemplo, a campeã olímpica Fernanda Ribeiro (foi medalha de ouro, nos jogos de 1996, nos 10 mil metros) e a estilista Katty Xiomara. O embaixador do programa é o F. C. Porto.

Pela natureza do programa, destaca-se nestas parcerias os agrupamentos de escolas do concelho e o Agrupamento de Centros de Saúde Maia/Valongo.

DOIS DEBATES

No terreno desde novembro, o programa vai decorrer até junho. Neste momento, estão abertas as inscrições para as iniciativas relacionadas com os primeiros socorros e com a prevenção do tabagismo. Estão também previstos dois debates, subordinados aos temas “Adolescência sem violência” e “Saúde e afetos”.

António Silva Tiago, presidente da Câmara, referiu que, apesar de manter uma base comum, o programa vai sendo alterado todos os anos. ●



Dia Mundial

CANCRO

60 mil novos casos por ano em Portugal

Atividade semanal

■ Novos Casos ■ n.º doentes/semana

Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil	7769	342
Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil	5622	240
Centro Hospitalar Universitário do Porto	3800	15
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte	3105	58
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central	3093	ND
Hospital de Braga	2873	110
Centro Hospitalar Universitário de São João	2691	85
Centro Hospitalar Universitário do Algarve	2500	50
Centro Hospitalar Universitário de Coimbra	2150	42
Hospital Garcia de Orta	2022	320
Centro Hospitalar de Tondela-Viseu	1753	50
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental	1731	40
Hospital Distrital de Santarém	1481	44
Centro Hospitalar de Vila Nova Gaia Espinho	1366	174
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro	1350	63
Centro Hospitalar de Leiria	1291	30
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa	1036	ND
Hospital do Divino Espírito Santo, Ponta Delgada	1000	20
Hospital de Vila Franca de Xira	954	12
Unidade Local de Saúde de Matosinhos	942	47

DADOS Número corresponde a dois terços dos nascimentos em Portugal; nascem cerca de 90 mil crianças por ano ♦ **PORTUGAL** Doenças oncológicas provocam, anualmente, cerca de 28 mil mortes

Rita Monteiro

● Sessenta mil novos casos de cancro surgem, todos os anos, em Portugal. O número foi avançado no dia em que foram revelados os dados do Censo de Recursos em Oncologia 2021. Segundo o subdiretor-geral da Saúde, este número corresponde a dois terços dos nascimentos, uma vez que nascem cerca de 90 mil bebés por ano. "A maior esperança de vida

dos portugueses, a exposição a carcinogénicos e os estilos de vida menos saudáveis justificam o aumento progressivo do número de novos casos", afirma Rui Portugal. As doenças oncológicas, que são a principal causa de morte prematura no nosso país. "Registam-se todos os anos cerca de 28 mil mortes, que é o equivalente à população do concelho de Santiago do Cacém, Anadía ou Tavira", sustenta o governante.

O DIA MUNDIAL DA LUTA CONTRA O CANCRO ASSINALA-SE, TODOS OS ANOS, A 4 DE FEVEREIRO

Ontem, o ministro da Saúde prometeu antecipar a meta europeia de rastreios de cancro e vai lançar até 2024 projetos-piloto para a deteção precoce da doença na próstata, no sistema gástrico e nos pulmões. "O objetivo é avançar com projetos-piloto com

acompanhamento técnico-científico particular. A meta europeia é que este programa esteja em ação em 2025. Em Portugal, seguramente até final de 2024, estarão organizados", disse Manuel Pizarro. Segundo a Direção-Geral da Saúde, o Serviço Nacional de Saúde realizou em 2022 o maior número de sempre de cirurgias oncológicas: 64 030 doentes foram operados num total de mais de 72 250 inscritos.

Rastrear mais 160 mil mulheres

● É necessário convocar para o rastreio do cancro do colo do útero pelo menos mais cerca de 160 mil mulheres anualmente, para atingir a meta europeia de cobertura da população elegível em 2025. Quem o diz é Cristina Portugal do Programa Nacional para as Doenças Oncológicas da DGS. Em 2022 foram convocadas 342 223 mulheres, das quais 321 888 foram rastreadas, ou seja, houve um aumento de 32,2% face a 2021.

Eutanásia: aquilo que os liberais deviam estar a defender

O respeitinho não é bonito



João Miguel Tavares

Ao contrário do que muita gente anda por aí a dizer, a começar pelos políticos empenhados na aprovação da nova lei da eutanásia, a questão do “e” e das vírgulas chumbada pelo Constitucional não é irrelevante. A nova definição de “sofrimento de grande intensidade”, como (respirem fundo) “sofrimento físico, psicológico e espiritual, decorrente de doença grave e incurável ou de lesão definitiva de gravidade extrema, com grande intensidade, persistente, continuado ou permanente e considerado intolerável pela própria pessoa”, resulta numa espectacular babugem de palavreado, que, como todas as babugens, oculta muito e clarifica pouco.

Ninguém sabe que raio é “sofrimento espiritual” sem ir à missa todas as semanas, e a ideia



de ir respigar expressões à lei dos cuidados paliativos para depois as despejar na lei da eutanásia, como se houvesse qualquer paralelismo entre uma coisa e outra, é simplesmente absurdo. Como absurdo é andar a colecionar adjectivos que, naquele contexto, significam exactamente o mesmo – alguém consegue estabelecer diferenças entre “sofrimento persistente”, “sofrimento continuado” e “sofrimento permanente”?

Luis Aguiar-Conraria escreveu no *Expresso* que “os juizes [do Constitucional] têm uma opinião de partida sobre a eutanásia e

“O último gesto que pôe termo a uma vida deveria caber, sempre que possível, ao indivíduo e nunca ser diferido para um médico”

depois encontram argumentos que a fundamentem”. É muito possível. Mas, quando se lê a nova definição de “sofrimento de grande intensidade”, o mesmo pode ser dito dos deputados que tentaram ultrapassar as primeiras inconstitucionalidades da lei: já que era preciso clarificar o conceito de “lesão definitiva de gravidade extrema”, atiraram com metade do dicionário de sinónimos lá para dentro, esperando que uma frase extremamente comprida deixasse os juizes extremamente satisfeitos.

Não deixou. No entanto, aquilo que de mais relevante se encontra no novo acórdão não é a questão do vocabulário, das vírgulas ou das conjugações copulativas, mas a chamada de atenção do legislador, em mais do que uma declaração de voto, para o facto de a nova lei permitir desnecessariamente que quem pede para morrer possa optar entre suicídio medicamente assistido (o doente ingere os fármacos letais) e eutanásia activa (os fármacos letais são administrados por um médico), quando seria muito mais sensato que a eutanásia propriamente dita fosse apenas uma hipótese disponível se o doente não pudesse recorrer ao suicídio assistido.

Tenho pena de que esta sensatez

não tenha sido defendida pela Iniciativa Liberal – e que também não tenha sido valorizada pelo Presidente da República, já que a constitucionalidade desse ponto não foi posta em causa. Como já aqui argumentei há três anos, eutanásia e suicídio medicamente assistido são gestos radicalmente diferentes. A lei da eutanásia que está em cima da mesa tem, por um lado, demasiado Estado – coloca a decisão de morrer nas mãos de um comité que tem de avaliar o cumprimento de tantos adjectivos que a Faculdade de Letras parece ser mais útil do que a de Medicina – e, por outro, tem indivíduo a menos – o último gesto, o acto final de um processo que põe termo a uma vida, deveria caber, sempre que possível, ao indivíduo e nunca ser diferido para um médico.

O caminho para a constitucionalidade da lei deveria ser: simplificar as exigências do sofrimento, diminuir o papel do Estado e impor a eutanásia activa como solução última apenas quando o suicídio assistido for fisicamente impossível. Este, sim, seria o caminho liberal.

Jornalista

jmtavares@outlook.com

PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Todos os conteúdos do jornal estão protegidos por Direitos de Autor ao abrigo da legislação portuguesa, da União Europeia e dos Tratados Internacionais, não podendo ser utilizados fora das condições de uso livre permitidas por lei sem o consentimento expresso e escrito da [PÚBLICO](http://www.ppublico.pt).

VISAPRESS[®]
Direitos de Autor Protegidos



Cor_Impr_18

Fonte: Diário dos Açores

Título: Bastonário dos farmacêuticos alerta para a falta de medicamentos: “país precisa de uma reserva”

Bastonário dos farmacêuticos alerta para a falta de medicamentos: “país precisa de uma reserva”

Hélder Mota Filipe, bastonário dos farmacêuticos, defendeu, em entrevista à ‘CNN Portugal’, que o Governo deve montar um plano estratégico para evitar que os portugueses corram o risco de não ter os medicamentos disponíveis.

A falta de medicamentos em farmácias ou hospitais, sublinhou, é um problema. “É importante termos a noção de que tem vindo a faltar cada vez mais. O que temos vindo a observar é o aumento das faltas de medicamentos”, uma situação longe de ser exclusiva em Portugal. “É um fenómeno europeu. Todos os países estão a sofrer com faltas de medicamentos ou com o aumento da falta de medicamentos.”

Sobre os medicamentos em questão, o bastonário garantiu que “acontece em praticamente todas as classes terapêuticas: anti-inflamatórios, antibióticos, anti-hipertensores. Vão faltando e vão sendo resolvidas as situações. Não é a classe terapêutica que condiciona a falha. O que condiciona a falha são outras razões”, explicou, referindo: “Falta de matéria-prima, problemas de distribuição e falta de sustentabilidade para manter os medicamentos nos mercados.”

“Pode haver esse risco e não vale a pena acharmos que não. Há o risco de os doentes ficarem sem aquele medicamento que lhes foi prescrito. Não vale a pena dizer que não”, sublinhou Hélder



Mota Filipe.

Os farmacêuticos estão ‘de mãos atadas’, garantiu o bastonário. “Neste momento, com as regras que temos para a prescrição electrónica, não permite. O farmacêutico, perante uma justificação técnica, como estar esgotado não pode usar uma outra alternativa terapêutica equivalente. Neste momento, nem pode sequer alterar a dosagem. Imagine que haver um medicamento que é prescrito de 500mg está esgotado não é possível dar dois de 250 mg”, referiu, alertando que a Ordem dos Farmacêuticos “já identificou este problema”.

“Tem de haver uma decisão política para que isto se desenvolva. Até porque, se tiver uma criança que tem uma infecção respiratória, e se for o pai dessa criança e for a uma farmácia e não ar-

ranjo o medicamento que foi prescrito, e noutra também não, e por aí adiante, são horas, senão dias, que tenho que esperar para resolver o problema de uma nova prescrição para ter o novo antibiótico para poder tratar a criança”, garantiu.

“O país precisa de uma reserva de medicamentos. Precisa de ter capacidade de identificar facilmente as causas, o potencial risco de haver falhas de medicamentos no mercado e ter, na medida das suas possibilidades, facilidade de as resolver. Uma das medidas a aplicar seria a tal lista com medicamentos que numa determinada fase não podem ser exportados. Mas o país precisa também, e aqui não para todos os medicamentos, mas para medicamentos essenciais, de ter uma reserva estratégica de medicamentos modernos”, afirmou.

Cor_Impr_19

Fonte: Expresso

Título: Parlamento consegue resolver a inconstitucionalidade da lei da eutanásia?

Duelo O Tribunal Constitucional voltou a apontar problemas na lei que legaliza a morte medicamente assistida. A lei vai voltar para a Assembleia da República

João
Cotrim de
Figueiredo

Deputado da Iniciativa Liberal



António
Pinheiro Torres

Vice-presidente da Federação Portuguesa pela Vida

PARLAMENTO CONSEGUE RESOLVER A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI DA EUTANÁSIA?

SIM Resulta evidente da leitura deste acórdão do Tribunal Constitucional (TC), bem como das respetivas declarações de voto, que há um número significativo de juízes que reconhece a existência do direito à morte autodeterminada, pelo que a regulação desse direito não pode, por definição, colidir com a Constituição.

Sim, porque o TC não considerou inconstitucional nenhuma das normas que o Presidente da República invocou no pedido de fiscalização da constitucionalidade.

Sim, porque o TC concluiu pela inconstitucionalidade de uma única norma, e pela margem de apenas um voto. Essa norma foi apreciada por critérios de determinabilidade jurídica não invocados no pedido do Presidente da República, o que levou a própria juíza relatora a incluir uma crítica a este procedimento ("desvinculação da *causa petendi*") na sua declaração de voto.

E, finalmente, é sim porque acreditamos, com igual convicção, na separação de poderes e na colaboração e lealdade institucionais. Nesse quadro, estamos certos de que a Assembleia da República saberá interpretar este acórdão, como, aliás, já fez ao adotar a solução legislativa expressamente sugerida no acórdão de 2021.

Do mesmo modo, não acreditamos que o TC extravase a sua função de guardião da Constituição e invada a esfera da vontade do legislador democrático, estabelecendo condições impossíveis de superar pela legislação.

É importante entender como tal poderia acontecer.

Na atual versão da Lei da Morte Medicamente Assistida, a Assembleia da República adotou, de boa-fé, a solução sistémica sugerida pelo acórdão de 2021 do TC quanto à utilização da expressão "sofrimento físico, psicológico e espiritual", que reproduzia a formulação constante da Lei de Bases dos Cuidados Paliativos, a qual nunca suscitou dúvidas constitucionais.

É evidente que legislar sobre matérias que exijam recorrer a definições universais de sofrimento é particularmente exigente. O sofrimento humano é multidimensional e tentar aferir com exatidão que parte do sofrimento é físico, psicológico ou espiritual é tarefa impossível. Todo o sofrimento é, em si mesmo, estritamente pessoal, ou seja, é, por definição, subjetivo e insuscetível de caber em qualquer definição jurídica. Pretender o contrário corresponderia, exatamente, ao estabelecimento das tais condições impossíveis de superar pela legislação e à invasão da esfera da vontade e de autonomia do legislador democrático.

É por tudo isto que me parece claro que será possível ultrapassar os problemas constitucionais para consagrar a despenalização da morte autodeterminada medicamente assistida na nossa legislação. Para a Iniciativa Liberal, tal consagração é um objetivo político, já que corresponde ao reconhecimento de um direito individual disponível a quem reúna as condições e tenha a vontade livre, séria e informada de a ele recorrer. Diria mais: perante a constatação de que a maioria dos juízes do TC não considera que a morte medicamente assistida seja contrária à Constituição, lutar pela despenalização já não é só um objetivo, é um dever.

NÃO A despenalização e legalização do homicídio a pedido da vítima e a ajuda ao suicídio são inconstitucionais por violação do direito à vida e da garantia da sua inviolabilidade (artigo 24º); por violação do direito à integridade pessoal e da garantia da sua inviolabilidade (artigo 25º); por violação de outros direitos pessoais (artigo 26º); por violação da dignidade da pessoa humana no contexto de uma sociedade solidária e de um Estado de direito baseado no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais (artigos 1º, 2º, 9º, 12º, 13º, 16º e 18º). Também por violar as normas e princípios de direito internacional, nomeadamente da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (artigos 8º e 16º); por violação do direito à proteção da saúde e do dever de a defender e promover e das inerentes vinculações do Estado a implementar e garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados médicos, primários, continuados e paliativos, bem como o dever genérico de proteção dos mais frágeis (artigo 64º); por violação do direito e do dever de proteção da família, elemento fundamental da sociedade, e da efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros (artigos 36º, 63º, 65º, 67º, 68º, 69º, 70º, nº 3, 71º, nº 2, e 72º, nº 1); por violação dos princípios da justiça, da equidade, da igualdade e da proporcionalidade, entre outros; por violação do princípio da especificidade das associações públicas (artigo 267º, nº 4), e por violação do princípio da determinabilidade da lei.

Não acreditamos que o TC extravase a sua função estabelecendo condições impossíveis

Seja qual for a formulação do Parlamento, agora ou mais tarde nunca uma lei destas será constitucional

Assim, seja qual for a formulação do Parlamento, agora ou mais tarde (estamos perante um caso de encarniçamento legislativo e os proponentes não sabem ouvir um não...), nunca uma lei destas será constitucional. Como nunca será constitucional uma lei que resulta de uma fraude política (em três eleições legislativas sucessivas o Partido Socialista nunca a propôs ao eleitorado); em que a sua origem não está numa reivindicação social, mas na manipulação ideológica do problema real do fim de vida e do sofrimento e doença; num país em que um Estado que não ajuda a viver ficaria disponível para ajudar a morrer (como disse o PCP); quando o Parlamento ignora a iniciativa popular de referendo, que reuniu em menos de um mês e em vésperas da pandemia quase 100 mil assinaturas.

Na História, as Constituições surgiram pela necessidade de que o poder respeitasse os direitos dos cidadãos e estes o limitassem. Nomeadamente impedindo o poder de dispor da vida dos seus cidadãos. Na eutanásia não está em causa que cada um disponha da sua vida, mas sim que se faça e deixe legalmente matar pelo poder que para tal se organiza. Isso nunca será constitucional.

Cor_Impr_20

Fonte: Correio da Manhã

Título: Grávidas e famílias com bebés têm prioridade



OSCAR WONG / GETTY IMAGES

Novas regras no registo

MÉDICO DE FAMÍLIA

Grávidas e famílias com bebés têm prioridade

● Há novas regras para o registo de utentes no Serviço Nacional de Saúde. Grávidas, famílias com bebés até dois anos e doentes crónicos ou com multimorbilidade têm prioridade na obtenção de médico de família. “A inscrição do utente realiza-se privilegiando a inscrição em agregado familiar, de forma a serem associados, preferencialmente, ao mesmo médico de família”, de acordo com o despacho publicado, ontem, em ‘Diário da República’. Segundo o documento, há três tipos de registos no Registo Nacional de Utentes; ativo, transitório e inativo. O ativo aplica-se aos portugueses e estrangeiros com residência em Portugal. Já o transitório quando não se cumparam as condições anteriores, tendo a duração máxima de 90 dias. O inativo diz respeito a quem não cumpre requisito ativo ou transitório e inclui situações de óbito.

Cor_Impr_21

Fonte: Diário As Beiras

Título: Emissão de baixas através da linha SNS 24 vai “libertar médicos”

Emissão de baixas através da linha SNS 24 vai “libertar médicos”

●●● O ministro da Saúde disse que a possibilidade de emitir justificações de faltas por doença até três dias através da linha SNS 24 irá “libertar médicos” e aliviar a pressão sobre os hospitais e centros de saúde. “É uma medida reformista, com vantagens para as pessoas, com vantagens para o sistema

de saúde e que libertará os médicos para aquilo que é mesmo necessário”, afirmou Manuel Pizarro.

A proposta do grupo parlamentar do PS altera o Código do Trabalho, passando a prever que a prova da situação de doença do trabalhador seja feita também pelo “serviço digital do SNS”.

Aplicável apenas às baixas de curta duração até três dias, a ideia é permitir que sejam os utentes a preencher a declaração, sob compromisso de honra, que é depois emitida pela linha SNS 24, numa primeira fase, através de contacto telefónico e, posteriormente, de forma digital.

Cor_Impr_22

Fonte: Diário As Beiras

Título: Diferenças no tratamento do cancro são “inaceitáveis”

Diferenças no tratamento do cancro são “inaceitáveis”

●●● A comissária europeia da Saúde, Stella Kyriakides, disse que são “inaceitáveis” na União Europeia (UE) as desigualdades entre os países e entre regiões do mesmo país nos cuidados relativos ao cancro.

“Todas as pessoas na UE, onde quer que vivam, devem ter as mesmas oportunidades de prevenir, tratar e sobreviver ao cancro”, disse a comissária.

Cor_Impr_23

Fonte: Correio dos Açores

Título: Conselho Europeu quer garantir acesso equitativo a medicamentos em situação de escassez

Conselho Europeu quer garantir acesso equitativo a medicamentos em situação de escassez

Desde o início da pandemia, esta situação verificou-se inúmeras vezes. Em novembro do ano passado, nas farmácias estiveram em falta Paracetamol, xaropes não sujeitos a receita médica para tratar a febre ou dores e outros medicamentos.

O Comité de Ministros do Conselho Europeu adoptou, esta quarta-feira, uma Recomendação para promover, nos 46 Estados membros, o acesso equitativo a medicamentos e equipamentos médicos em situação de escassez e salvaguardar os direitos fundamentais das pessoas que deles necessitem para condições de saúde graves ou que se encontrem em risco de vida.

Elaborada pelo Comité Gestor de Direitos Humanos nas Áreas de Biomedicina e Saúde (CDBIO) em resposta à pandemia de covid-19 e à escassez de medicamentos e equipamentos médicos gerada pela crise sanitária, a Recomendação “estabelece direitos humanos gerais e princípios processuais para garantir, entre outros, a ausência de discriminação, por meio, por exemplo, da priorização com base em critérios médicos e do cumprimento dos princípios de responsabilidade, transparência e inclusão”.

Por outro lado, como é possível ler em comunicado, “recomenda ainda assegurar a exis-

tência de um sistema de prevenção e mitigação de situações de escassez e de melhor preparação para a mesma”, sendo que se aplica “ao acesso a medicamentos e equipamentos médicos certificados através de processo regulamentar adequado previsto na lei, necessários a doentes com problemas de saúde graves ou em risco de vida”. Como refere o Comité de Ministros, o princípio do acesso equitativo aos cuidados de saúde mantém-se válido em situação de escassez de medicamentos e equipamentos médicos, tanto em situação de urgência como na prática clínica de rotina, seja qual for a causa da escassez. “As

causas da escassez são multifatoriais, incluindo a falta de matéria-prima, problemas na fabricação, controle de qualidade e logística, bem como mudanças nas exigências regulatórias. Eventos imprevisíveis, como surtos epidemiológicos, conflitos armados e emergências causadas por mudanças climáticas, podem aumentar significativamente a procura e reduzir a capacidade de garantir a disponibilidade”, é realçado, sendo adiantado que mais informações podem ser consultadas no Plano de Ação Estratégico sobre Direitos Humanos e Tecnologias em Biomedicina (2020-2025).

Cor_Impr_24

Fonte: DN Madeira

Título: “Unir vozes por cuidados mais justos” assinala Dia Mundial do Cancro

‘Unir vozes por cuidados mais justos’ assinala Dia Mundial do Cancro

O Núcleo Regional da Madeira da Liga Portuguesa Contra o Cancro promove a palestra ‘Unir vozes por cuidados mais justos’ no próximo sábado, pelas 17 horas, na FNAC Madeira.

Trata-se de uma iniciativa integrada no Dia Mundial do Cancro, instituído a 4 de Fevereiro de 2000, no âmbito do World Summit Against Cancer for the New Millenium em Paris.

O tema definido para o próximo triénio (2022-2024) ‘Por Cuidados Mais Justos’ pretende aumentar a consciencialização sobre as iniquidades existentes no acesso aos cuidados de saúde por parte dos doentes oncológicos, que afectam quase todo mundo. A campanha trabalha um tema específico a cada ano, constituindo a trilogia: conhecer (2022), agir (2023) e desafiar (2024). No presente ano, o objectivo centra-se em unir vozes e entrar em acção: mobilizar amigos, familiares, colegas e vizinhos, pois sabemos que juntos somos mais fortes.

Cor_Impr_25

Fonte: DN Madeira

Título: Bloco operatório terá mais 11 salas para cirurgias a partir de Março

Bloco operatório terá mais 11 salas para cirurgias a partir de Março

O secretário regional de Saúde e Protecção Civil, Pedro Ramos, reuniu-se, anteontem, com a nova direcção do Serviço de Cirurgia Geral liderada pela médica especialista, Carmo Caldeira e com todos os profissionais que integram o serviço, no Hospital Dr. Nélio Mendonça.

Actualmente o Serviço de Cirurgia Geral é composto por 39 médicos especialistas, 8 médicos internos de especialidade e cerca de 60 enfermeiros que dão apoio a todas as actividades clínicas.

A abertura do novo bloco operatório irá aumentar a sua actividade cirúrgica, a partir do próximo mês de Março, permitindo aumentar a realização de cirurgias no Hospital Dr. Nélio Mendonça, com a disponibilização de 7 salas no bloco central, mais as 4 salas da cirurgia de ambulatório.

Cor_Impr_26

Fonte: DN Madeira

Título: Mais de 4 milhões de euros devolvidos a beneficiários

Mais de 4 milhões de euros devolvidos a beneficiários

No ano transacto o Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM) reembolsou o pagamento de mais de quatro milhões de euros aos beneficiários do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do reembolso das despesas de saúde.

Através de uma nota enviada é explicado que os números apurados indicam que foram realizados “mais de 50 mil atendimentos, 83% dos quais nos serviços da sede do IASAÚDE, IP-RAM, no concelho do Funchal, seguindo-se os concelhos

de Câmara de Lobos e de Santa Cruz, ambos com 3% e Ribeira Brava e Machico, com 2,5%”.

Esta descentralização do serviço de reembolsos permitiu contribuir para o registo de 5.215 novos utentes em 2022, sendo esta uma medida implementada em 2021, que possibilita aos utentes a entrega das suas despesas de saúde directamente nas suas localidades, contribuindo para uma distribuição proporcional do número de atendimentos realizados em cada posto, fora do concelho do

**IASAÚDE PRETENDE
CRIAR UMA
APLICAÇÃO MÓVEL
ENTREGA DE
REEMBOLSOS**

Funchal, bem como um serviço mais próximo, personalizado e eficaz.

Como medida complementar, no âmbito do PRR está previsto o desenvolvimento de uma aplicação móvel que vai permitir entregar as despesas para reembolso por via digital.

Actualmente, a entrega das despesas de saúde para efeitos de reembolso é realizada mediante agendamento prévio no site institucional do IASAÚDE, IP-RAM ou através do contacto telefónico 291 212 370. A.C.

Cor_Impr_27

Fonte: O Setubalense: Entrevista

Cor_Impr_28

Fonte: Jornal de Notícias

Título: Nenhuma maternidade encerra até março

Nenhuma maternidade encerra até março

Lisboa e Vale do Tejo e Algarve mantêm o esquema rotativo

PARTOS A Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde vai manter todas as maternidades do país em funcionamento. Apenas nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve há serviços de parto que vão funcionar com condicionamentos, até março. “Os resultados serão avaliados durante o primeiro trimestre, e informarão as decisões para os trimestres seguintes, nomeadamente para o verão”.

Em comunicado, a direção liderada por Fernando Araújo enumera que todos os blocos de parto vão funcionar de forma ininterrupta nas regiões do Norte (13 blocos de parto), Centro (sete) e Alentejo (três).

Quanto ao Algarve, o plano prevê que o bloco de partos de Faro funcione em pleno este mês e em março, enquanto aos fins de semana a maternidade do hospital de Portimão vai estar aberta com condicionamentos nesse período.

Já para Lisboa e Vale do Tejo, continua previsto que quatro blocos de partos funcionem de forma ininterrupta – Hospital de Santa Maria, Maternidade Alfredo da Costa, Hospital de Cascais e Hospital Garcia de Orta – e nove com aberturas alternadas aos fins de semana.

CONDICIONAMENTOS

Com o funcionamento condicionado nesta região estarão, assim, as maternidades dos hospitais do Oeste (Caldas da Rainha), Médio Tejo (Abrantes), Santarém, Vila Franca de Xira, São Francisco Xavier, Fernando Fonseca (Amadora-Sintra), Beatrix Ângelo (Loures), São Bernardo (Setúbal) e Barreiro-Montijo.

Os centros hospitalares de Lisboa Norte, de Lisboa Central e de Lisboa Ocidental e o Hospital Fernando Fonseca “vão cooperar e partilhar recursos”. ●

Cor_Impr_29

Fonte: O Setubalense

Título: Farmacêuticos já podem obter especialidade no Centro Hospitalar Barreiro Montijo

SAÚDE

Farmacêuticos já podem obter especialidade no Centro Hospitalar Barreiro Montijo

Unidade de saúde recebeu dois dos primeiros residentes farmacêuticos do país

Tiago Jesus

O Centro Hospitalar Barreiro Montijo (CHBM) recebeu dois dos primeiros residentes farmacêuticos do país. Estes estão integrados no novo programa formativo para a especialização na carreira farmacêutica hospitalar.

Esta formação, que terá uma du-

ração de quatro anos, é uma pós-graduação, sendo que representa para os farmacêuticos o mesmo que o internato médico representa para os médicos, tendo em vista a obtenção da especialidade em farmácia hospitalar.

Francisca Dimas, Directora dos Serviços Farmacêuticos, tem como expectativa que estes dois residentes farmacêuticos sejam apenas os primeiros de muitos nesta formação. "Foi com muita satisfação que encarámos este repto, que se espera ser o primeiro de muitos", concluiu.

Em nota de Imprensa, o centro hospitalar explica que a pós-graduação assegura a preparação dos

farmacêuticos para o exercício profissional na área hospitalar, garantindo a sua especialização e, assim, também o "acesso a uma carreira especial, diferenciada e estruturada de acordo com as necessidades e exigências dos utentes e dos serviços de saúde".

O centro hospitalar garante que receber estes residentes constituirá um desafio, uma vez que terá de "dar resposta a um programa formativo rico e abrangente", proporcionando o seu "cabal cumprimento" e, ao mesmo tempo, ir ao encontro das "expectativas que os residentes tiveram ao escolher esta instituição para realizar a sua formação".

Cor_Impr_30

Fonte: DN Madeira

Título: Há ainda um longo caminho a percorrer

Há ainda um longo caminho a percorrer



Juan Carvalho

No próximo dia 7 de abril celebra-se o Dia Mundial da Saúde, instituído pela Organização Mundial da Saúde (OMS), desde a década de cinquenta do século passado. Como habitualmente é selecionada uma temática e promove-se várias iniciativas envolvendo várias entidades e organizações alertando para problemas globais, nomeadamente a necessidade de cuidar do clima, do ambiente, e de adotar medidas de prevenção da doença.

Porque a saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença” no tempo que atravessamos particularmente pós pandemia, enfrentamos cada vez mais um planeta poluído, com novos fenómenos e crescentes episódios atípicos de novas e imprevisíveis doenças, cujas implicações têm dado relevância aos dilemas que afetam o planeta e a saúde das populações.

Os problemas ambientais e a crise climática têm cada vez mais consequências na saúde das pessoas, os números da própria OMS apontam para mais de 13 milhões de mortes anuais que podiam ser evitados, a juntar ao flagelo da pandemia de COVID 19 que soma mais de 14 milhões de mortes em todo o mundo, a par de muitas outros casos de morte originados pelas doenças cardíaco e cerebrovasculares, assim como perturbações mentais, o cancro, os acidentes de trabalho e de viação, os conflitos, entre outros.

No ano transato em pleno período

pandémico o centro do debate passou pela saúde do planeta e das pessoas. Este ano as comemorações do Dia Mundial da Saúde conjugam-se com as comemorações dos setenta e cinco anos da OMS. Assim a temática da “Saúde Para Todos” em conjunto com o lema “Melhorando a Saúde Pública” têm por objetivo envolver e sensibilizar os diferentes atores para a necessidade de reforçar os serviços de saúde na comunidade e o conjunto de instrumentos que facilitem o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde a que todos têm direito. Há que reforçar a vigilância e a monitorização dos surtos endémicos e pandémicos, aperfeiçoar a informação e a educação para a saúde dos cidadãos, tornando-os agentes de promoção da saúde e prevenção da doença.

Os objetivos de desenvolvimento do milénio subscritos pelos 191 estados-membros das Nações Unidas em setembro de 2000, e subsequentemente a agenda para o desenvolvimento sustentável 2030,

projetaram um plano de ação que apesar do trabalho realizado pelas várias organizações e pelos governos ao longo das últimas décadas, está longe de concretizar os seus objetivos.

A pandemia e a guerra originada pela invasão da Rússia à Ucrânia, evidenciaram as fragilidades dos sistemas de saúde, expondo e acentuando as desigualdades no acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos medicamentos, agravando a crise energética e a segurança alimentar.

No final de 2022 os peritos de 141 países ligados ao setor da Saúde voltaram a reunir-se em Berlim para refletir sobre os impactos da pandemia e a saúde no mundo. Das orientações produzidas destacam-se, o reforço do investimento nos sistemas de Saúde, a promoção da equidade, atuar na prevenção dos efeitos das mudanças climáticas, agilizar o processo da transição digital na saúde e a necessidade de robustecer o sistema alimentar para que seja mais resiliente e sustentável.

Cor_Impr_31

Fonte: Público

Título: Moradores vão para tribunal contra traçado do túnel de drenagem



Moradores de condomínio em Campolide temem consequências

Moradores vão para tribunal contra traçado do túnel de drenagem

Samuel Alemão

Os residentes de um condomínio temem as consequências da passagem do túnel por baixo dos seus prédios

Os proprietários do condomínio Nova Campolide deverão mesmo avançar, “tão depressa quanto possível”, para as instâncias judiciais a fim de tentarem travar o avanço das obras no troço inicial do actual traçado do Túnel de Drenagem Monsanto-Santa Apolónia (TDMSA). A única coisa que poderia evitar a batalha legal seria a disponibilidade da Câmara de Lisboa para instruir os projectistas a encontrarem alternativas. Possibilidade que o coordenador do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (PGDL) já afastou.

Temendo consequências graves para a estabilidade estrutural do empreendimento, onde vive mais de meio milhão de pessoas, o que poderia pôr em risco a segurança dos seus ocupantes e avultados danos patrimoniais, os representantes dos senhorios foram agora mandatados para usarem “todos os meios legais” para garantirem que o túnel não passa sob o empreendimento. O que poderá implicar uma providência cautelar ou “outros instrumentos”.

A decisão foi confirmada por unanimidade entre os participantes na assembleia geral de condóminos, ocorrida na noite de quinta-feira. “Havia necessidade de auscultar as pessoas. E ficou claro que o sentimento geral dos proprietários e moradores é de muita preocupação e, portanto, vale a pena avançar para as vias judiciais, para defender os nossos legítimos interesses”, diz ao PÚBLICO

José Correia, representante do condomínio e primeiro subscritor de uma petição pedindo a alteração do traçado do TDMSA, entregue na Assembleia Municipal de Lisboa.

Nela, exige-se a realização de estudos técnicos para encontrar alternativas para o traçado da principal obra do PGDL. E alerta-se para a especial sensibilidade dos terrenos sobre os quais assenta aquele grande conjunto habitacional, construído, há pouco mais de duas décadas, no local onde existiam pedreiras. Teme-se que os trabalhos de escavação levados a cabo pela máquina tuneladora façam ruir ou danificar seriamente as fundações dos prédios.

“Na reunião, as pessoas mostraram apreensão com o que está em causa. E, no final, a decisão de nos mandar para recorrer às instâncias judiciais, caso o dono de obra não encontre alternativas, acabou por ser unânime”, afirma o proprietário e morador. José Correia salienta que a assembleia e a consequente votação dão “outra legitimidade” para que se avance para os tribunais o mais rapidamente possível.

“A votação vem reforçar as possibilidades de intervenção judicial e reflecte a preocupação das pessoas”, afirma, sem deixar de esperar que os promotores da intervenção, a Câmara de Lisboa, ainda possam evitar uma batalha jurídica. Bastaria que mostrassem abertura para estudar traçados alternativos.

Uma possibilidade, todavia, já afastada pelo coordenador geral do PGDL, José Luís Ferreira, em declarações ao PÚBLICO, esta semana. Pelo que, ante a irredutibilidade de ambas as partes, o conflito parece inevitável. O condomínio é composto por nove prédios, alguns com 14 pisos.

RELATÓRIO ANUAL DE 2022

Comarca de Setúbal vê diminuição de processos pendentes abrandar devido à falta de pessoal

Falta de recursos humanos é uma das razões para os resultados obtidos, com "o défice, em termos de oficiais de justiça, a ultrapassar os 21%"

Maria Carolina Coelho

A Comarca de Setúbal tem conseguido nos últimos anos diminuir a pendência processual, ou seja, o número de processos que estão por concluir, com os resultados a abrandarem em 2022 em consequência de o Ministério da Justiça não ter cumprido "o objectivo estratégico de prover o sistema de justiça dos meios indispensáveis à sua missão".

Ao que O SETUBALENSE apurou, o relatório anual de 2022 do Conselho Consultivo da Comarca de Setúbal, conclui que "ocorreu uma baixa generalizada da manutenção dos tempos de resolução dos processos", assim como foi reduzido o tempo que os processos demoram a ser agendados.

Contudo, os resultados não foram mais expressivos devido à falta de recursos, "em especial recursos humanos", com "o défice da Comarca de Setúbal, em termos de oficiais de justiça, a ultrapassar os 21%", sendo que "não se vislumbram perspectivas de melhoria durante o ano de 2023 face à previsibilidade de situações de aposentação".

No que diz respeito aos edifícios, "continua a verificar-se a necessidade de construção do Palácio de Justiça de Sesimbra e a ampliação ou construção de um novo Palácio de Justiça de Setúbal que permita acomodar todos os serviços espalhados por quatro edifícios".

Também a "manutenção e conservação de outros edifícios, [nomeadamente em] Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines", são intervenções mencionadas no documento, visto que os espaços "começam a acusar sinais de desgaste nas



Falta de oficiais de justiça, magistrados e até de efectivos nas polícias compromete rapidez da Justiça

condições de trabalho e de conforto, designadamente nas coberturas".

Entre as conclusões apresentadas no relatório anual de 2022 da Comarca de Setúbal, que tem como juiz presidente António José Fialho, lê-se ainda que "em todas as jurisdições e no Ministério Público verificou-se um aumento generalizado das entradas processuais".

Tal "circunstância, somada à falta de recursos nas secretarias ou às situações de ausência dos magistrados, comprometeu ou teve consequências ao nível do aumento das pendências, designadamente na área criminal e na família e menores".

Também foram identificados "constrangimentos ao nível do cumprimento de normas processuais", devido às "novas regras de marcação dos julgamentos criminais, à impossibilidade ou dificuldade na localização dos intervenientes ou à deficiente resposta ao nível dos mecanismos de cooperação judiciária", o que levou ao atraso "de alguns processos".

Por outro lado, houve "uma recuperação significativa na pendência das acções executivas, embora seja

uma área onde a capacidade de intervenção da gestão está limitada porque cai no âmbito da gestão das pendências e dos actos a efectuar pela secretaria".

"A contribuição dos serviços judiciais para os serviços do Ministério Público também contribuiu para reduzir as cargas processuais nesta área". No entanto, acabou por resultar no aumento das "entradas processuais, existindo maior dificuldade em acomodar essa realidade apenas no espaço de um ano".

Falta de oficiais de justiça e de magistrados também se fez sentir

Já a falta de "oficiais de justiça e de magistrados", no que ao Ministério Público diz respeito, também se fez sentir no passado ano, "a que se somou a elevada pendência de inquéritos criminais e a falta de capacidade de resposta dos órgãos de polícia criminal em assumir actos de inquérito devido à falta de efectivos na área de investigação criminal".

Para este ano, a Comarca de Setúbal pretende continuar a apostar "no processo de desmaterialização de ac-

tos processuais, eliminando a tarefa de impressão e de incorporação do papel, e no processo de simplificação das actas de julgamento", o que vai poupar "tempo aos oficiais de justiça na sua elaboração".

Além disso, a Comarca de Setúbal tenciona ainda focar-se "nas tarefas de simplificação processual em que os magistrados ou a secção disponham de margem para o efeito sem comprometer os direitos processuais", através da eliminação de "actos supérfluos ou desnecessários".

A formação dos oficiais de justiça é também um dos trabalhos que a Comarca de Setúbal tenciona fazer, "na parte em que pode assumir essa tarefa, designadamente ao nível das necessidades de formação já identificadas".

Em vista está ainda a continuação do programa das Jornadas de Direito do Ambiente, designadamente a [realização da] segunda edição, que terá lugar em Sesimbra, em parceria com a Câmara Municipal, no dia 22 de Março.

A iniciativa terá este ano como tema as alterações climáticas, o mar e os recursos hídricos, áreas essenciais no território da Comarca de Setúbal.

MP abre inquérito à compra de aviões na TAP

O Ministério Público abriu um inquérito ao caso da compra de aviões da TAP pelas anteriores administrações da companhia aérea, após participação do então ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, e do atual ministro das Finanças, Fernando Medina. Em resposta enviada à Lusa a propósito das alegadas suspeitas de corrupção na compra de aviões da TAP pelas anteriores administrações da empresa, a Procuradoria-Geral da República (PGR) revelou que “a participação apresentada pelo, à data, ministro das Infraestruturas e Habitação (Pedro Nuno Santos) e pelo ministro das Finanças (Fernando Medina) deu origem a um inquérito no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP)”. A PGR não adiantou contudo se o inquérito em curso no DCIAP – departamento do Ministério Público que investiga a criminalidade organizada mais grave, complexa e sofisticada – já tem suspeitos ou arguidos constituídos, justificando que este inquérito se “encontra em investigação e sujeito a segredo de justiça”. Em meados de outubro passado, o então ministro das Infraestruturas revelou que a administração da TAP pediu uma auditoria por suspeitar estar a pagar mais pelos aviões do que os concorrentes e que o Governo encaminhou as conclusões para o Ministério Público.

Cor_Impr_34

Fonte: DIÁRIO DE LEIRIA

Título: PS quer centros de saúde da região Oeste prioritários para contratar médicos

PS quer centros de saúde da região Oeste prioritários para contratar médicos

SAÚDE Os deputados do PS recomendaram ao Governo que dê prioridade aos centros de saúde da região Oeste no plano para mitigar a falta de médicos, que afeta mais de 100 mil utentes na região.

Num projeto de resolução, que vai ser ainda submetido a votação na Assembleia da República, os deputados socialistas recomendaram ao Governo que “identifique as áreas de influência dos Agrupamentos de Centros de Saúde [ACES] Oeste Norte e Sul como de intervenção prioritária no plano que está a elaborar para resolver os problemas da falta de médicos especialistas em medicina geral e familiar”.

Citando dados do Portal da Transparência do Serviço Nacional de Saúde, os deputados socialistas indicaram que estão sem médico de família 44.441 utentes no ACES Oeste Norte e 72.831 no ACES Oeste Sul.

Aos mais de 100 mil utentes sem médico de família, acresce o facto de se tratar de uma “população com um perfil demográfico envelhecido e caracterizado por uma forte prevalência de doenças crónicas”.

Além disso, há extensões de saúde “sem qualquer equipa médica” e, uma vez que estão localizadas “a distâncias consi-

deráveis das sedes a que pertencem”, “o seu encerramento impossibilita mesmo a deslocação de pessoas mais vulneráveis, económica e socialmente, às sedes destas unidades, colocando desta forma em causa o acesso”.

A realização de investimentos nos atuais hospitais do Centro Hospitalar do Oeste (CHO), a transposição das Unidades de Saúde Familiar do modelo A para o B e a criação de centros de responsabilidade integrados a nível hospitalar são também propostos.

Os socialistas admitiram ainda que, a nível de cuidados hospitalares, “a resposta está bastante comprometida” pelo CHO, “quer pela sobrecarga de procura, quer pela própria idade, obsolescência e condições estruturais e de equipamentos destes três hospitais”, sublinhando a necessidade de construção de um novo hospital para servir a região.

A região Oeste é composta pelos concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche (ACES Oeste Norte), por Alenquer, Arruda dos Vinhos (ACES Estuário do Tejo), Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras (ACES Oeste Sul), do distrito de Lisboa. ◀

Cor_Impr_35

Fonte: JORNAL DE NOTÍCIAS

Título: CEO do SNS vai reunir-se com Amadora-Sintra

CEO do SNS vai reunir-se com Amadora-Sintra

Chefes do serviço de urgência pedem medidas céleres. Hospital tem 78 casos sociais internados

Rita Neves Costa
rita.n.costa@jn.pt

CONTESTAÇÃO Os chefes e subchefes da urgência do Hospital Fernando Fonseca (HFF), mais conhecido por hospital Amadora-Sintra, escreveram uma nova carta ao diretor-executivo do Serviço Nacional de Saúde (DE-SNS), que ainda não recebeu formalmente a missiva, ao conselho de administração da unidade e à Ordem dos Médicos. Os clínicos apelam à tomada de “medidas urgentes e indispensáveis” para resolver “problemas estruturais”. Fonte da DE-SNS afirma que vai iniciar um “diálogo construtivo com o conselho de administração e a direção do serviço”, de forma a encontrar as “soluções adequadas”.

Após o pedido de demissão de oito chefes e sete subchefes do serviço de urgência do HFF a 29 de novembro de 2022, a equipa teve uma reunião com o conselho de administração da unidade, onde foram apresentadas uma série de medidas para a “resolução dos problemas identificados”. No entanto, 50 dias passados, os signatários da carta apontam que nada foi resolvido.

“A continuada saída de elementos sénior das equipas de urgência, aliada à recente carência de novos internos de medicina interna, são motivo de grande preo-

cupação e angústia”, lê-se na carta a que o JN teve acesso, enviada a 30 de janeiro deste ano. Fonte do HFF defende que a unidade enfrenta um “subdimensionamento do internamento”. Mais de 10% dos internamentos são casos sociais (78 utentes), que esperam por respostas de outras entidades para sair do hospital.

SERVIÇO ESTRANGULADO

“O elevado número de camas ocupadas por utentes com alta clínica e a aguardar resposta social tem o efeito de estrangular o serviço de urgência, onde os doentes que necessitam de internamento para tratamento permanecem mais tempo do que seria desejável à espera de vaga/cama de internamento em enfermaria”, diz a mesma fonte do HFF, que relembra que a instituição serve um universo de 550 mil utentes.

O bastonário da Ordem dos Médicos, que visitou o hospital depois do pedido de demissão dos chefes de urgência, em novembro, diz que o Amadora-Sintra enfrenta “uma situação complexa”, não só devido à falta de meios, mas também por causa das denúncias de alegadas más práticas clínicas nas cirurgias. O Sindicato dos Médicos da Zona Sul pede a demissão do conselho de administração e a intervenção do Governo. ●



Hospital Amadora-Sintra serve 550 mil utentes

Cor_Impr_36

Fonte: Correio de manhã

Título: Bactéria que assola Europa faz primeira vítima no País

SAÚDE

Bactéria que assola Europa faz primeira vítima no País

ÓBITO Criança morreu em Lisboa devido a doença invasiva provocada pela Streptococcus A. Foi o primeiro caso fatal neste inverno. DGS mantém risco baixo

Edgar Nascimento

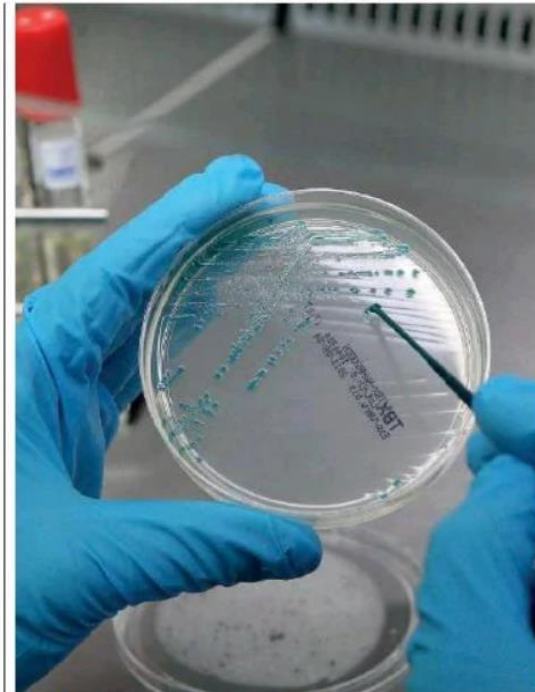
● Portugal registou a primeira morte neste inverno de uma criança vítima de doença invasiva provocada pela bactéria Streptococcus A. A criança, de 7 anos, deu entrada na clínica CUF Almada, com febre e dor de garganta, tendo regressado no dia seguinte. Foi transferida para o Hospital de Santa Maria, em Lisboa, onde viria a falecer. Na Europa, desde setembro de 2022 já morreram dezenas

de crianças - só o Reino Unido regista mais de 30 óbitos. Ao CM, a Direção-Geral da Saúde considera que os

FEBRE, DOR, ERUPÇÕES NA PELE E DORES MUSCULARES SÃO OS SINTOMAS MAIS COMUNS

casos registados no País "não apresentam o perfil de aumento acentuado do número de casos de infeção que foi reportado desde

setembro pelos países afetados do Centro e Norte da Europa", pelo que "mantém-se as recomendações de deteção precoce da infeção e dos critérios de gravidade, amostragem para genotipagem e acompanhamento da situação". Entre 2016 e 2019 foram registados em Portugal 6 óbitos associados à infeção pela Streptococcus A. Febre, dor, erupções na pele, dores musculares e escarlatina são sintomas a que pais e pediatras devem estar atentos.



Mantém-se as recomendações de deteção precoce da infeção

Cor_Impr_37

Fonte: Correio da Manhã : Entrevista

Cor_Impr_38

Fonte: Correio da manhã

Título: Greve fecha bloco e cancela cirurgias



**Protesto de enfermeiros
Junto ao Hospital de Portimão**

Greve fecha bloco e cancela cirurgias

● O bloco operatório e a cirurgia de ambulatório encerraram ontem no Hospital de Portimão devido à greve dos enfermeiros. Segundo o sindicato do setor (SEP), a adesão foi entre 70 e 100%. Os enfermeiros exigem a contabilização de pontos e o pagamento dos retroativos.

Cor_Impr_39

Fonte: DIÁRIO NOTÍCIAS MADEIRA

Título: Plano Regional de Saúde com uma dezena de contributos na consulta pública

Plano Regional de Saúde com uma dezena de contributos na consulta pública

O Plano Regional de Saúde (PRS) já foi aprovado em conselho de Governo, no final do mês de Janeiro. O documento de planeamento estratégico em saúde, integrador e de base populacional, da responsabilidade da Direcção Regional da Saúde (DRS), contou com uma dezena de contributos, na fase de consulta pública, que terminou a 24 de Janeiro último.

De acordo com a tutela, esses contributos fora de natureza individual e institucional, onde se incluem, por exemplo, organizações profissionais e políticas, tanto de âmbito regional, como nacional. Oportunamente, Bruna Gouveia, coordenadora do Plano, apontou que “esta variabilidade, que se reflectiu na riqueza dos contributos, é motivo de satisfação”. Muitos desses contributos abordaram questões operacionais, pelo que foram tidos em conta, com especial destaque, no processo de implementação.

Como resultado, o plano traça as principais prioridades em saúde e aponta as estratégias de intervenção mais adequadas para assegurar uma saúde sustentável, procurando melhorar a saúde e o bem-estar, ao longo do ciclo vital, prolongando a vida saudável de toda a população. **M.L.**

Cor_Impr_40

Fonte: JM MADEIRA

Título: Casa de Saúde com “papel primordial”

Casa de Saúde com “papel primordial”

O presidente da Assembleia Municipal do Funchal considera que a Casa de Saúde São João de Deus tem desempenhado um papel primordial na Madeira. Disse-o durante uma visita que efetuou à instituição, no âmbito do projeto ‘Assembleia de Proximidade’, por si criado.

Com 340 utentes neste momento, a Casa de Saúde, conforme reiterou o presidente da Assembleia Municipal do Funchal, “conta com cerca de 200 colaboradores, cujo trabalho gostaria de enaltecer”.

“Os recursos humanos, em todas as áreas da sociedade, são o maior e melhor recurso que pode-

mos ter para, juntos, alcançarmos o sucesso coletivo. Aquilo que ali se desenvolve é um trabalho multidisciplinar, tantas vezes invisível e longínquo, mas que existe, faz a diferença, muda vidas e que eu sinto muito orgulho em testemunhar, nesta nossa Assembleia de Proximidade”, disse ainda.

Tendo a oportunidade de conhecer, de forma mais aprofundada, a intervenção que é feita naquela casa de saúde mental, José Luís Nunes disse fazer todo o sentido que os órgãos de poder local estejam mais próximos da vida dos cidadãos, das instituições que ajudam a nossa sociedade. CR



José Luís Nunes enalteceu o trabalho feito pelos 200 colaboradores.

FOTO DR

Cor_Impr_41

Fonte: Diário de Madeira

Título: Reembolsos de mais de 470 mil euros

Reembolsos de mais de 470 mil euros

IASAÚDE PREPARA ESTRATÉGIA PARA ACELERAR TODO O PROCESSO DE PAGAMENTO

O Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM) informou, em comunicado de imprensa, que realizou, no corrente mês de Fevereiro de 2023, o pagamento de mais de 470 mil euros



IASAÚDE atento ao momento económico e social das famílias. FOTO DR

aos beneficiários do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do reembolso das despesas de saúde.

“Considerando ainda o momento de maior desafio económico e social que as famílias enfrentam actualmente, o IASAÚDE, IP-RAM reforça o apoio através da definição de novas estratégias de receção, verificação e pagamento dos reembolsos, estando a ser realizada a transição para um novo software que irá permitir a celeridade de todo o processo relativo ao reembolso das despesas de saúde”, pode ler-se ainda no documento enviado por parte do IASAÚDE.

Cor_Impr_42

Fonte: Diário das Beiras

Título: Alterações que aumentam risco de desenvolver cancro gástrico hereditário

Alterações que aumentam risco de desenvolver cancro gástrico hereditário

●●● Investigadores do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto desvendaram alterações no gene que aumenta o risco de cancro gástrico difuso hereditário, abrindo portas à utilização de três novos critérios de identificação.

O estudo – publicado na revista *Lancet Oncology* – identificou as alterações no gene CDH1 que, “especificamente, aumentam o risco de desenvolvimento dos cancros associados à síndrome de cancro gástrico difuso hereditário”.

A doença afeta perto de 50 mil pessoas por ano em todo o mundo, sendo que os portadores das alterações apresentam elevado risco de desenvolver cancro do estômago (homens) e da mama (mulheres) em idade jovem.

Quando conhecida a causa genética da doença, a prevenção e sobrevida dos doentes são maximizadas se o estômago ou mama forem removidos profilaticamente após os 18 anos e antes de a doença se manifestar.

Cor_Impr_43

Fonte: CORREIO DO MINHO

Título: Ministério da Saúde vai assumir obras

Competências Ministério da Saúde vai assumir obras

Com a abstenção dos vereadores do PS e o voto contra da vereadora da CDU, a Câmara de Braga aprovou ontem a transferência de competências no âmbito da saúde. “É um processo que se arrastou durante vários meses”, lembrou Ricardo Rio, referindo que a Câmara, em linha com a posição da Associação Nacional de Municípios, “reivindicou uma alocação mais justa das verbas” face às competências que lhe estão a ser transferidas. “Neste momento, do ponto de vista do funcionamento, as contrapartidas são em linha com o que serão os nossos encargos. As questões que ficam em aberto estão ligadas às intervenções nos edifícios”, referiu rio, referindo que há o compromisso do Ministério em intervir nessa matéria.

Cor_Impr_44

Fonte: DIÁRIO AS BEIRAS

Título: Reorganização insere-se na aposta na saúde mental

Reorganização insere-se na aposta na saúde mental

●●● A direção executiva do Serviço Nacional de Saúde (DE-SNS) considera que a aprovação de regras nacionais dedicadas à pedopsiquiatria prova a aposta numa política “consistente e robusta na área da saúde mental”. “Trata-se de aplicação da estratégia de redesenhar as respostas em rede nos serviços de urgência, a nível nacional, com diálogo e envolvimento dos pro-

fissionais, na procura dos modelos que repliquem as melhores práticas internacionais e aumentem a segurança e qualidade dos cuidados prestados”, disse o líder da DE-SNS, Fernando Araújo.

O responsável falava a propósito do regulamento da Rede Nacional de Serviços de Urgência de Psiquiatria da infância e adolescência em vigor desde sexta-feira.



Fernando Araújo, diretor executivo do SNS

Organizada em urgências regionais, esta rede contém três pontos de atendimento a nível nacional: Norte (no Porto), Centro (Hospital Pediátrico de Coimbra) e Região de Lisboa e Vale do Tejo, Região do Alentejo e Região do Algarve (Hospital D. Estefânia).

“Após a aprovação do regulamento relativo às Urgências de Psiquiatria, a aprovação das regras

nacionais para a Pedopsiquiatria demonstra uma política consistente e robusta na área da saúde mental, a nível nacional”, acrescentou Araújo.

O Regulamento das Urgências de Psiquiatria da infância e adolescência será revisto a cada 3 anos ou sob proposta da DE-SNS, da Coordenação Nacional para as Políticas de Saúde Mental ou das unidades hospitalares.

Cor_Impr_45

Fonte: CORREIO DA MANHÃ

Título: Hospital reclamado para as Caldas

MUNICÍPIOS DEFENDEM

Hospital reclamado para as Caldas

● O município de Rio Maior juntou-se, ontem, aos de Óbidos e das Caldas da Rainha na defesa da localização do novo Hospital do Oeste neste último concelho, alegando que parte da sua população é servida na unidade desta cidade. Numa conferência conjunta, os três municípios alertaram o

Governo para a necessidade de “ter em conta critérios mais alargados” do que aqueles que foram analisados num estudo sobre a localização do futuro Hospital do Oeste. Encomendado pela Comunidade Intermunicipal do Oeste, aponta o Bombarral como a localização ideal.



CARLOS BARROSO

Municípios querem hospital no concelho das Caldas

Cor_Impr_46

Fonte: CORREIO DA MANHÃ : Entrevista

Cor_Impr_47

Fonte: Barlavento

Título: 49.^a Volta ao Algarve traz as melhores equipas de ciclistas do mundo

49.^a Volta ao Algarve traz as melhores equipas de ciclistas do mundo

João Almeida (UAE Team Emirates) e Rui Costa (Intermarché-Circus-Wanty), os dois ciclistas portugueses mais bem-sucedidos da última década, são a maior esperança nacional para a 49.^a Volta ao Algarve, que atrai ao sul do país um pelotão de excelência mundial, entre 15 e 19 de fevereiro.

A única corrida portuguesa do circuito UCI ProSeries tem 174 ciclistas pré-inscritos e a participação de 12 das 18 equipas do WorldTour, entre as quais as sete melhores do

ranking internacional de 2022. Estarão presentes 20 corredores do Top 100 mundial que terão uma palavra a dizer na luta pela geral. Além dos nomes consagrados, a edição deste ano conta com um lote muito interessante de jovens corredores, à procura de se afirmarem entre a elite. Após dois anos de paragem, devido à pandemia, o Algarve Granfondo vai realizar-se no dia 19 de fevereiro, em Lagoa, juntando centenas de ciclistas amadores, numa organização da Associação de Ciclismo do Algarve.

Cor_Impr_48

Fonte: Barlavento

Título: Faro acolhe «Tourism Trade Show»

Faro acolhe «Tourism Trade Show»



A Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve (EHTA), em Faro, acolhe o certame «Tourism Trade Show» que reúne vários agentes e entidades ligadas ao sector para dar a conhecer ideias, juntar esforços, interagir e partilhar projetos, na quinta-feira, dia 9 de fevereiro, às 10 horas. O evento é organizado na totalidade pelos alunos finalistas do curso de Gestão de Turismo, a poucas semanas de terminarem a sua formação de três semestres. Pretende unir no mesmo espaço as principais entidades

e empresas de um sector ávido de mão de obra qualificada. Este ano, segundo a diretora Paula Vicente, estarão presentes mais de 40 expositores e haverá um programa diversificado. A abertura estará a cargo de José Apolinário, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; Rogério Bacalhau, presidente da Câmara Municipal de Faro e João Fernandes, presidente da Região de Turismo do Algarve. O certame é aberto ao público e tem entrada gratuita.

Cor_Impr_49

Fonte: O MIRANTE

Título: Portugal perdeu 650 milhões de euros com atraso na decisão do novo aeroporto

Portugal perdeu 650 milhões de euros com atraso na decisão do novo aeroporto

A Confederação do Turismo de Portugal (CTP) apontou que Portugal já perdeu quase 650 milhões de euros pela não decisão de um novo aeroporto, valor que está agora visível num contador electrónico junto à 2.^a circular, Lisboa. O cálculo é realizado desde 14 de Julho e actualizado ao segundo no contador electrónico que foi inaugurado na terça-feira, 7 de Fevereiro, junto ao Aeroporto Humberto Delgado, sendo resultado de um estudo da CTP com a Ernst & Young [EY].

“O ano passado iniciámos um estudo com a EY para tentar medir qual o impacto da não decisão de um aeroporto e, desde logo, pensámos na ideia de colocar este contador, que já estava no nosso ‘site’, para que as pessoas em geral e o poder político em particular pudessem ter noção do custo da não tomada de uma decisão sobre o aeroporto”, apontou o presidente da CTP, Francisco Calheiros, em declarações aos jornalistas.

Desde Julho, o número aproxima-se dos 650 milhões de euros, sendo resultado de uma análise que contou com a participação das partes interessadas, nomeadamente agências de viagens, hotelaria, aviação, aeroportos, animação, restauração, entre outros. “Calculámos quantas frequências estávamos a perder [devido à falta de ‘slots’], qual o tráfego médio e o gasto médio por turista” para apurar o número divulgado, explicou Francisco Calheiros ●

Cor_Impr_50

Fonte: Vida Económica

Título: Manutenção de aeronaves cria emprego qualificado

CEO DA TAP INTERVEIO NO CONGRESSO NACIONAL DO SITEMA

Manutenção de aeronaves cria emprego qualificado

Decorreu há dias o terceiro Congresso Nacional do SITEMA - Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves, dedicado ao tema "Relações de Poder", em Lisboa. O evento contou com a presença da CEO da TAP, Christine Ourmières-Widener, e outros profissionais da aviação nacional e internacional. No seu discurso, em português, a CEO da TAP, Christine Ourmières-Widener, admitiu a dificuldade na retenção dos técnicos de manutenção de aeronaves (TMA) na empresa, mas realçou que

é através do diálogo entre a administração e os trabalhadores que poderá ser possível alcançar o objetivo: "fazer da TAP uma empresa finalmente sustentável e lucrativa". "Em nome de toda a comissão executiva reitero a nossa total abertura para o diálogo com o SITEMA e com todos os outros sindicatos representativos dos trabalhadores da companhia", afirmou. O Congresso foi dedicado ao escrutínio das relações de poder e como estas interações poderão afetar a produtividade e a qualidade do trabalho do setor.

Ricardo Medina, vice-presidente do SITEMA, que abriu o evento, reforçou a sobrecarga de trabalho que estes técnicos têm ao longo da carreira - um problema que, "numa indústria em que um erro sai muito caro, pode, eventualmente, até ser fatal". O ex-comandante da TAP, João Roque, defendeu a melhoria da comunicação: "O importante é comunicar. A indústria de aviação está a falhar na comunicação da sua importância no setor do transporte, na sociedade, nos media e com o poder político.



Cor_Impr_51

Fonte: EXPRESSO

Título: O turismo arruaceiro

O TURISMO ARRUACEIRO

U

DE BALI A AMSTERDÃO, PASSANDO POR LISBOA,
O TURISMO DE MASSAS REGRESSOU PARA VANDALIZAR

ma das expectativas que ocorreram a meio da pandemia foi de que saíramos disto melhores seres humanos. Já podemos dizer que tal não aconteceu. Não só as guerras e conflitos começaram com violência inesperada como o turismo de massa regressou ainda com mais força, mas desta vez veio com contas a ajustar, com um inusitado sentimento de vingança. E talvez seja a hora de também falarmos disto.

A ilha de Bali tem sido o caso mais noticiado. As autoridades locais querem acabar com os “maus turistas”, que “têm sexo em público, não respeitam leis do trânsito, traficam drogas, desrespeitam locais sagrados”, de entre outros comportamentos tidos como inapropriados. Muitos dos incidentes reportados são protagonizados por russos e australianos bêbados — as duas nacionalidades que mais visitam Bali — que transformaram a ilha num local de borgia, bebida barata e exageros. Mas que fazer agora? Muita coisa. De impedir estrangeiros de conduzir *scooters*, a leis mais duras para comportamentos desrespeitadores em locais sagrados. E exigir que se traga um montante mínimo de dinheiro, dado haver o mito que em Bali se pode viver com muito pouco — o que atrai multidões de turistas “pé descalço”, cujo objetivo é farrá na areia e sexo dentro dos templos. Nas Filipinas, o ex-presidente Duterte conseguiu limpar alguns locais que eram “esgotos”, a começar por Borocay. Mas Duterte tinha a “facilidade” de não se reger por leis democráticas e fazer o que queria.

Contudo, este é um problema muito europeu. Em Amsterdão — antes conhecida como “a cidade da tolerância” —, foram aprovadas leis rígidas para controlar os turistas com “comportamento antissocial”, que “perderam o senso de moral”. A cidade quer melhorar a vida dos habitantes e para isso vai banir e restringir consumo de canábis na rua, como já fez com o álcool. A cidade tornou-se um local para grupos desordeiros que se juntavam na rua a fumar haxe e a beber, e à noite ir ao Red Light District — que se transformou numa espécie de Disney para ver prostitutas à janela, e que as novas regras podem acabar por ditar o seu fim. Foi feita uma campanha publicitária para britânicos a alertar que se é para criar confusão, a prisão será o hostel que os espera.

Este é só um exemplo. Itália queixa-se de que os turistas chegam com espírito nunca visto de vandalismo. Os atos contra monumentos multiplicam-se: de turistas americanos a atirar as *scooters* para dentro da Fonte da Barcaça na Praça de Espanha, em Roma, logo superado por um turista saudita que enflou um Maserati alugado pelas escadarias. Em Veneza, os exemplos vão desde australianos a surfar nos canais ao roubo de gôndolas para passeios, de entre muitos outros casos. O mais vulgar: defecar em público. Não era assim. E chegamos a Lisboa (Barcelona está de novo pelos cabelos com os cruzeiros). O problema é que Lisboa sofre deste problema, mas ninguém quer reconhecer que a cidade tem este problema. A tipologia e “disposição” do turista mudou. O jovem malcomportado assentou arraiais e está a fazer merda em sentido lato. A situação neste momento é bizarra. Os últimos residentes da classe média-baixa já saíram, os

pequenos escritórios e serviços também já foram expulsos, pelo que as ruas do centro estão tomadas por turistas sem saber muito bem o que fazer. Os tugsas ricos, ou muito ricos, os que compraram os tais apartamentos de milhões, não passeiam para ir à mercearia. O último talho fechou aqui na minha zona há duas semanas. Só vendiam salsichas aos turistas. E se der um passeio da Calçada do Combro até ao Rossio, praticamente só encontro grupos de jovens loiros, bandos deles e delas. E uns casais jovens. (Há também os entediados velhos dos cruzeiros.) A qualquer hora do dia. E há um detalhe: por causa das obras do metro, que vão durar dois anos, a Câmara/Governo conseguiram com uma estratégia de comunicação absurda piorar tudo. A única coisa que se percebeu foi: “Não venham à Baixa.” Os últimos turistas/passeantes portugueses que continuavam ao fim de semana a ir às suas lojas favoritas no centro perceberam (mal) que agora não se pode ir à Baixa ou ao Chiado. Estão a ser machadadas em algumas pequenas lojas. Por ordem da Câmara, o centro ficou totalmente para os turistas verem turistas. Em *tuk-tuks*.

Lisboa entrou para o roteiro das *stag citys*. Não é bom. Há uma dúzia de anos, estive em Riga, que era então considerada a cidade das despedidas de solteiros por excelência. Grupos de rapazes iam lá só para beber, estar com prostitutas e disparar AK-47. A cidade desde então tem tentado livrar-se desse estigma. Lisboa está hoje em destaque nas agências de viagens que organizam *stag parties*: despedidas de solteiro com tudo organizado, que, na capital portuguesa, prometem atividades masculinas como paintball ou kart, muito mar e, claro, muita bebida (as drogas baratas são implícitas), com *bar crawls* até de manhã e discotecas “loucas”. E atividades que vão de *strips* com luta no óleo, *body sushi* ou *strip* de anões, e há centenas de *call girls* que fazem deslocções (numa diretoria, há mais de 700 na cidade de Lisboa). Claro que pelas ruas também se veem dezenas de despedidas de solteiro de raparigas. Às 18h, é *cutie*. Às 5 da manhã, descamba, e da janela vejo-as a vomitar. Lisboa tornou-se mesmo numa cidade dónute. Vazia no meio. Mas no buraco do meio atafulham-se turistas a portar-se mal. Qualquer habitante resistente o pode corroborar. Mas, ao contrário de Bali ou Amsterdão, como são turistas, ninguém do poder local ou central leva a mal. ●

lpnunesxxx@gmail.com



/ LUÍS
PEDRO
NUNES

Fonte: Expresso

Título: Uma versão por dia...

Ricardo
Costa



UMA VERSÃO POR DIA...

Acabem como acabarem a Comissão Parlamentar de Inquérito à TAP ou a investigação do Ministério Público, as duas horas de caos no Ministério das Infraestruturas ficarão para a história da política portuguesa como uma das mais lastimosas, absurdas e autoinfligidas crises governamentais.

É natural que a pressão política aponte baterias ao lado lamentável do caso e à absurda ação do SIS. Mas, ao fim de três semanas, continuo a achar que o mais inconcebível é a origem e a gestão política desta crise, um manifesto de imaturidade e incompetência.

É habitual dizer-se que as maiorias absolutas caem por dentro. É uma estranha profecia que assenta na súbita transformação de razões banais em leis da física: excesso de confiança, menor atenção aos adversários, ausência de incentivos à prestação de contas, desleixo com os detalhes. Sem ameaças externas, os problemas internos emergem e as maiorias abanam.

Ao fim de 20 dias, o Governo continua a conseguir apresentar novas versões sobre o caso que o está a pôr em causa

João Galamba decidiu fazer um teste exponencial à profecia. E fê-lo em vários capítulos, o que torna a situação ainda mais estranha. Entre o telefonema de exoneração e a conferência de imprensa onde se apresentou como ministro com condições para continuar passaram mais de 56 horas. Entre essa conferência e a ida ao Parlamento passaram 20 dias — 20 dias.

Ainda assim — e depois de dar uma conferência de imprensa impreparada —, João Galamba conseguiu aparecer perante os deputados com a lição mal estudada. Conseguiu apresentar mais uma versão para justificar o recurso a polícias e protagonizou um momento absurdo, demorando largos minutos a perceber que Pedro Filipe Soares o estava a incriminar com citações da célebre conferência de imprensa.

Não o podendo provar, pareceu evidente que o ministro não se deu ao trabalho de ir rever o que tinha dito, preferindo mais uma ronda de baralhação perante o Parlamento e o país.

Sendo João Galamba um caso perdido de ponderação política, a pergunta que me atormenta é muito simples: há alguém no Governo que esteja a centralizar este caso? É um ministério imaturo e desfeito em cacoc que prepara isto tudo? É o que parece.

rcosta@expresso.impresa.pt

Cor_Impr_53

Fonte: Expresso

Título: Fascismo e moderação



Miguel Poiars Maduro
politica@expresso.impresa.pt

FASCISMO E MODERAÇÃO

Ao ouvir e ler o que se disse esta semana temos de ficar preocupados: expressões como “fascismo” ou “ataque aos direitos, liberdades e garantias” dominaram o nosso espaço público. Se pensam, no entanto, que tais expressões se referiam ao facto de uma polícia secreta ter ido “bater à porta de casa” de um cidadão para o interrogar enganam-se. Referiam-se às medidas adotadas pelo Governo restringindo a venda e consumo de tabaco.

Começo com um registo de interesses: sou não fumador. Melhor, sou “apenas” fumador passivo. Acontece-me (e a muitos outros) com o tabaco o contrário do que Bill Clinton disse ter sido a sua experiência com a marijuana. Ele fumou, mas não inalou, nós inalamos sem fumar...

E tenho uma posição simples em relação a este tema que parece indignar mais, boa parte da nossa elite, do que mentiras de ministros ou abusos de polícias secretas: as medidas são excessivas; as reações de indignação também.

Há duas razões fundamentais para regular ou condicionar a nossa liberdade individual. A primeira é a mais consensual: proteger os direitos de terceiros. Quando dois direitos (exercícios de liberdade) colidem deve ceder aquele que causa mais dano ao outro. Esta decisão deve assentar em evidência científica. Acontece que há forte evidência científica de que o fumo passivo pode ser extremamente prejudicial à saúde (incluindo estudos que identificam vários milhares de mortos anualmente por doenças associadas ao fumo passivo). A questão seguinte deve ser determinar onde a concentração de fumo pode ser suficiente para existir fumo passivo (desde logo dos que trabalham nesses locais e não apenas dos outros consumidores). Um estudo comparado europeu identifica curiosamente Portugal como um dos países com mais elevada exposição ao fumo passivo. Penso que se isto justifica a extensão da proibição do fumo a outras formas de fumo e a locais como terraços cobertos, talvez não o justifique em relação a todos os locais a que o Governo estendeu tal proibição nem justifica todas as medidas restritivas.

Se o Governo não apresenta dados que justifiquem essas outras restrições com o impacto em terceiros, entramos no domínio de uma segunda possível justificação, bem mais controversa: o paternalismo do Estado. A controvérsia resulta de nem sempre ser clara a fronteira entre o Estado ajudar-nos a decidir melhor e o Estado substituir-se à nossa decisão. Este paternalismo é bem mais comum do que temos consciência e, em muitos casos, todos o vemos como benigno: o Estado podia limitar-se a impor informação sobre a composição dos alimentos, mas, em vez disso, só nos permite comer pão com um certo teor de sal por exemplo. Também nos obriga a ser representados judicialmente por advogados ou a apenas podermos tomar certos medicamentos se receitados por médicos... Nada disto nos escandaliza e em todos eles o Estado limita a nossa autonomia de decisão. Há casos fáceis de justificar: onde existe uma tal falta ou assimetria de informação que as nossas decisões não seriam informadas e, logo, verdadeiras escolhas livres. Nesses casos, o Estado intervém para corrigir essa assimetria de informação, não para interferir na nossa decisão. Mas também está já, nalguma medida, a proteger-nos das nossas irracionalidades. Ao fazê-lo abre a porta para interferir com a nossa liberdade. Esta fronteira não é clara, exigindo mais moderação e bom senso do que revelam as medidas do Governo. Mas muitas reações revelaram os mesmos vícios. Muitos criticam a limitação dos locais de venda ao mesmo tempo que defendem, em alternativa, aumentar o preço. Na verdade, ambas restringem o acesso ao tabaco, só que a segunda restringe menos para os mais ricos... Um pouco mais de moderação de todos os lados seria bom. É a melhor garantia contra fascismos.

Cor_Impr_54

Fonte: Expresso

Título: Vigora o desnorde

Vice-presidente do
Conselho Regional do Sul
da Ordem dos Médicos

Vigora o desnorte

Mónica Fonseca

Os dados oficiais do Ministério da Saúde apontam já para mais de 1 milhão e 700 mil portugueses sem médico de família.

Já não é falta de planeamento. Já não é incapacidade de reter médicos no SNS. Já não é o desleixo com que se tratam os Cuidados de Saúde Primários (CSP). É tudo junto e chama-se desnorte.

Sabemos que provavelmente iríamos chegar aqui se não se cuidasse de cada um dos aspetos que contribuiu para o estado desanimador da resposta do Estado aos portugueses que precisam de médico de família, que a ele têm tanto direito como os outros e que encham as urgências hospitalares.

Temos um modelo, cansado e a precisar que cuidem dele, mas, sabendo-se que não existem modelos eficazes sem que respondam às reais necessidades aos utentes, deixámos que ele se degradasse. A maioria dos pressupostos deste modelo não está a ser cumprida.

Os portugueses precisam de ter acesso aos CSP e precisam que o serviço tenha qualidade, mas os médicos e restantes profissionais de saúde desistem por não ter carreira, por faltarem condições de trabalho, não haver recursos humanos suficientes, nem equipamentos ou instalações de qualidade. Todos vemos, todos ouvimos, todos lemos e não podemos ignorar.

Pelo menos que se enfrente o problema e se reflita rapidamente, se responda aos portugueses, se realize o que é necessário, se renovem equipamentos e se reforme o modelo.

E é preciso começar já, sob pena de rapidamente se tornar impossível garantir aos portugueses terem o seu médico de família e poder aliviar a pressão sobre as urgências.

O que se passa no Norte ou no Centro é diferente do que se passa no Sul e também diferente do que se passa nas Regiões Autónomas e é preciso conhecer estas diferentes realidades no que toca à Saúde, à carência de acesso e de recursos no sector.

E devemos atender a modelos partilhados; preparar a participação das autarquias e do poder político local na resposta aos problemas de saúde da comunidade e dos próprios sistemas locais de saúde.

E é preciso ignorar os tabus; fundamentalmente reforçar os CSP — e naturalmente, nesse quadro, reforçar a Medicina Geral e Familiar (MGF) —, mas também as unidades de saúde pública e atender ao potencial do sector privado e social. É urgente investir na prevenção primordial da doença, que o Estado deve assumir, e na literacia para o Sistema de Saúde. Sem isso nenhum modelo será capaz de responder.

A Medicina Geral e Familiar, neste contexto de necessidade de reformas, deve ser olhada como o centro da saúde e de gestão da doença. Não parece que seja complexo, porque todos sabemos quais são os problemas e quais são os resultados nefastos da acumulação sucessiva de falta de capacidade de renovar e reformar.

A Ordem está disponível para participar neste processo de mudança e quer naturalmente ser ouvida, até porque serão os médicos a liderar esta reforma, como já lideraram outras com sucesso.

No Dia Mundial do Médico de Família, que se comemora a 19 de maio, a OM propõe um debate que queremos profícuo. O tema é MGF no Centro da Saúde. Vamos ajudar a construir um novo modelo e uma nova realidade.

Cor_Impr_55

Fonte: Jornal Sol

Título: Crescer devagar



FILIPA CHASQUEIRA

FALAR BAIXINHO

Crescer devagar

Em muitas casas as manhãs são idênticas: 'Acordem, vistam-se, comam, calcem-se! Vamos sair!'. Tudo em tempo recorde e ainda assim parece demasiado. E o dia segue entre correrias: cada família dentro do seu carro, muitas vezes parado no trânsito a caminho da escola, começam a praguejar e desesperar enquanto olham para o relógio: 'Amanhã temos de sair mais cedo!' Quando chegam os filhos saem do carro – parado sabe Deus onde – a correr com a mochila a chocalhar nas costas, enquanto os pais os ficam a ver até alguém apitar e acelerarem para o próximo destino. Os mais novos dirigem-se para a sala, começam as aulas, umas a seguir às outras, os recreios apressados, as longas filas para a cantina, o almoço que se engole de uma vez para ter mais tempo para brincar antes das aulas da tarde. E a seguir as explicações, os treinos e todas as atividades extracurriculares em que se inscreveram. Chegam a casa exaustos, às vezes impossíveis e muitas vezes com trabalhos de casa para fazer. E voltam a ser empurrados para estudar, para fazer a mochila, para preparar a roupa, tomar banho, vestir o pijama, jantar, ler um livro e ir para a cama. Sempre empurrados contra o tempo, sempre em falta de alguma coisa.

Eles querem acalmar, ficar quietos sem fazer nada, descansar do dia atribulado, mas está tudo por fazer e parecem já estar atrasados para o próximo dia de correria.

Em casa, de manhã, muitas vezes os meus filhos ficam sentados no sofá a olhar para qualquer coisa ou 'a pensar no dia de ontem'. Fazem tudo com calma, sem pressa, mesmo quando estamos atrasados. Dá que pensar: Quem tem razão? Onde está o bom senso? Às vezes devemos parecer doidos aos olhos deles.

O que fazemos com o tempo, com os dias, com a vida? Que mensagem passamos aos nossos filhos com a rotina desenfreada, com essa sensação de es-

tar sempre atrasado, sempre com alguma coisa por fazer, com pouca satisfação a realizar atividades que poderiam ser mais prazerosas?

Vivemos numa sociedade atolada de tarefas e responsabilidades, de horários, de coisas demasiado importantes e urgentes, que se sobrepõem ao tempo para estar, para pensar, para criar, para observar, para sentir, conversar e ouvir com calma, para descansar. Tempo para viver o dia vagarosamente e não para passar por ele a correr, sempre atrasados para cumprir alguma coisa, sem nos darmos conta de outras mais importantes com que nos cruzamos e que ficam pelo caminho.

Muitas vezes as crianças param na rua para ver qualquer coisa em que repararam: um bichinho, uma folha diferente, um resto de qualquer coisa que alguém deixou cair. E imediatamente o braço estica, sentem um solavanco e lá vão a reboque da mão de um adulto que os puxa com pressa ao mesmo tempo que protesta incrédulo: 'Vamos! O que é que estás a fazer aí parado? Não sabes que temos pressa? Isso é lixo. Larga isso!' Mas para elas não é lixo. Até pode ser um tesouro. É dela, foi ela que encontrou, é novo, é diferente, é especial!

Há muitas coisas especiais que podemos ou não encontrar na vida. Depende do tempo que estamos dispostos a dedicar-lhes e se estamos ou não receptivos. À medida que crescemos vamos estando cada vez menos atentos a elas. As crianças estão sempre em busca desses tesouros, não só dos que se encontram no chão ou na natureza, mas também dos encontros com os pais, com a família, com amigos e até com desconhecidos. Encontros com eles próprios, com os seus pensamentos, os seus brinquedos, os seus desenhos ou o que for. Estes encontros são os verdadeiros tesouros da vida.

Psicóloga na ClínicaLab

Rita de Botton

filipachasqueira@gmail.com

Cor_Impr_56
Fonte: Jornal Sol
Título: Bateu no fundo



NUNO MELO

CARTAS DO CALDAS

Bateu no fundo

Apagões, ameaças, insultos, agressões, mentiras, câmaras que não funcionam, recurso ilícito aos serviços secretos, encenação de respostas, o que se vai vendo e ouvindo na Comissão Parlamentar de Inquérito à TAP é mau demais. Avaliado pelo Ministério das Infraestruturas, o Governo está transformado numa agremiação de gente pouco responsável, que não tem noção do que representa e da estatura inerente à função. Ninguém olhe mais para cima, à procura do bom exemplo.

É absolutamente insuportável que tudo tenha acontecido, mas nem uma só alma tenha assumido até hoje responsabilidades políticas, para defesa do bom nome do Estado. Há mínimos de exigência de que ninguém deveria prescindir e há regras básicas dos regimes democráticos que não se achava pudessem ser ultrapassadas impunemente.

Não se concebe que mensagens de telefones pessoais sejam destruídas, sem ordem dos tribunais. E não se aceita que o SIS intervenha na espera de um cidadão, sem escrutínio, exorbitando competências legais e ultrapassando os limites constitucionais. Os serviços de informação não são uma polícia política. O SIS não pode estar ao serviço de um partido, ou de um governo, mas sim do Estado. Está realmente em causa, perigosamente, o funcionamento normal do Estado de direito.

Não é possível que, sendo o SIS dirigido pelo secretário-geral do SIRP, que depende do primeiro-ministro com o estatuto de secretário de Estado, António Costa tenha desconhecido a atuação relativa à recuperação de um equipamento informático na posse de um adjunto, que responde perante um ministro, todos escolhidos pelo chefe de Governo. Tentarem esconder de onde vieram as instruções, só reforça a preocupação profunda pelo significado da arbitrariedade.

Não é também tolerável que um ministro e o primeiro-minis-

tro argumentem com a existência de um crime por parte do adjunto do Governo, para justificarem a atuação do SIS, e depois a representante dos serviços de informação afirme o contrário, continuando tudo na mesma.

A maioria absoluta está transformada numa convicção grotesca de impunidade, que só pode ser combatida. E o primeiro-ministro tem mesmo de prestar todas as explicações que a democracia exige.



O espetáculo deprimente na Comissão Parlamentar de Inquérito à TAP, só reforça a evidência de que a manutenção de João Galamba é totalmente insustentável

O espetáculo deprimente em cena na Comissão Parlamentar de Inquérito à TAP, só reforça a evidência de que, a cada dia que passa, a manutenção de João Galamba à frente do Ministério das Infraestruturas é totalmente insustentável, pela forma como mina a credibilidade do Estado, agravando danos já de si irreparáveis. Por muito que se adorne com capacete e colete amarelos e ensaie declarações burlescas de firmeza no cargo, o ministro já não é capaz de alterar a realidade que mostra bem o contrário. Nenhuma ambição pessoal, deveria prevalecer sobre o interesse geral do Estado.

Tudo isto é triste, mas não tem de ser fado. Perante todos, fica cada vez mais clara a racionalidade do pedido de dissolução do parlamento que o CDS-PP desde dezembro, vem fazendo ao Presidente da República.

Cor_Impr_57

Fonte: Jornal económico

Título: Pagamentos em atraso

CARPE DIEM

Pagamentos em atraso



Fernando Pacheco
Economista

Para se perceber o que está a acontecer na economia americana é preciso ser bruxo.

Tão depressa os sinais são negativos, como a queda significativa da confiança dos consumidores (o índice da Universidade de Michigan caiu 5,8 pontos, para 57,7%; quanto às condições futuras, a queda foi 7,1%, para 53,4%), como são positivos e também inesperados, como a criação de 253 mil empregos em abril, o que fez a taxa de desemprego cair para 3,4%, a mais baixa desde 1969.

Isto quando a inflação está como diria Groucho Marx: há bons charutos de cinco centimos, o problema é que custam 15; mais, o salário horário está a aumentar 4,4% em termos anuais, muito acima do teto de 2% para a inflação. Ou seja, a inflação ainda resiste, o que cria incerteza quanto à direção da política monetária americana.

Como se isto não bastasse, as conversações sobre o teto da dívida (é o Congresso que autoriza o endividamento do Estado) ainda só vão no começo. Na segunda-feira, Janet Yellen informou que, sem um acordo sobre este teto, os EUA incumprem o serviço da dívida a 1 de junho. No mesmo dia, Biden respondeu à pergunta se havia novidades na matéria com um "não". A reunião de uma hora desta terça-feira na Casa Branca terminou pela conclusão, interpretando o *House Speaker* McCarthy, que ainda há pela frente o que McCartney chamaria uma "long and winding road".

Ora, sem aumentar o teto teremos um *shutdown* da Administração, que passa a funcionar só com serviços essenciais, e o *default* do serviço da dívida. As consequências de não haver acordo são graves, mas as de um acordo tardio também – em 2011 o acordo foi conseguido a 48 horas do fim do prazo e a S&P baixou o rating da dívida americana de AAA para AA+, coisa que nunca tinha acontecido na his-

tória do País e fez os juros sobre os títulos do Tesouro dos EUA subir.

Os EUA perderam só nesse ano 1,3 mil milhões de dólares; o Bipartisan Policy Center estima uma perda total de 18,9 mil milhões. Mas os efeitos não se limitam aos Estados Unidos – a subida dos juros vai-se propagar ao Mundo inteiro. Isto quando as taxas de juro internacionais já estão em alta, impulsionadas por uma das mais rápidas subidas das taxas americanas, fruto do *quantitative tightening*: cinco pontos percentuais desde março do ano passado.

Na reunião dos ministros das finanças do G7 da semana passada este foi considerado o maior risco sobre a economia mundial, particularmente preocupante para alguns como o Japão, o maior detentor dos 31,4 milhões de milhões de dívida americana.

Jerome Powell disse: "não devíamos sequer estar a falar de um Mundo onde os Estados Unidos não pagam a dívida". Mas estamos. Estamos num *game of chicken* entre democratas e republicanos, em que cada parte conduz um carro em rota de colisão, a ver quem desvia primeiro. Só que para não perderem os dois não basta que um, o perdedor, se desvie à última hora. É preciso que não se desviem os dois para o mesmo lado. ■



Estamos num 'game of chicken' entre democratas e republicanos, em que cada parte conduz um carro em rota de colisão, a ver quem desvia primeiro

Cor_Impr_58

Fonte: Jornal económico

Título: Cinco interrogações sobre o caso de Frederico Pinheiro

AVENIDA DA LIBERDADE

Cinco interrogações sobre o caso de Frederico Pinheiro



Filipe Alves
Diretor

A semana ficou marcada pelas audições do ministro João Galamba, da sua chefe de gabinete Eugénia Correia e do seu ex-adjunto, Frederico Pinheiro, o homem que está no centro de uma polémica que está a fazer vacilar o Governo.

Sobre o que foi dito e contradito, pouco há a acrescentar. Estamos perante diferentes versões dos factos e há coisas que só poderão ser confirmadas por quem assistiu ao sucedido. Persistem, no entanto, várias interrogações que seria bom esclarecer. E há pelo menos uma lição a retirar.

Começemos pela primeira interrogação: será que a exoneração de Frederico Pinheiro poderia ser imediata, na sequência de um telefonema de poucos minutos, como defendem João Galamba e a sua chefe de gabinete? Poderia o ministro impedir a entrada de Frederico Pinheiro no seu local de trabalho sem uma ordem escrita nesse sentido?

O que aconteceria se, digamos, João Galamba mudasse subitamente de ideias após o telefonema em que demitiu Frederico Pinheiro? Seria o adjunto readmitido de imediato ou, pelo contrário, teria de primeiro haver um despacho a formalizar a demissão e depois outro a nomeá-lo novamente? E porque não poderia Frederico Pinheiro partir do princípio de que o ministro não estava a falar a sério e que, no dia seguinte, tudo estaria sanado e a demissão não teria passado de uma daquelas coisas que são ditas no calor de uma discussão mas que não são definitivas?

Segunda questão: se ficar demonstrado que Frederico Pinheiro teria de ser demitido por escrito e informado, também por essa via, de que estava impedido de aceder às instalações do Ministério das Infraestruturas, que consequências jurídicas poderão advir

para João Galamba e a sua equipa, uma vez que o adjunto terá sido impedido de sair do edifício, ao ponto de ter de chamar a PSP para poder seguir livremente? Poderá estar em causa um eventual crime de sequestro? E, em caso afirmativo, as agressões alegadamente cometidas por Frederico Pinheiro, por condenáveis que sejam, poderão enquadrar-se no direito à legítima defesa?

Quarta: se a PSP foi ao Ministério - após ter sido chamada pelo adjunto -, porque é que a chefe de gabinete de Galamba e as assessoras que terão sido agredidas não falaram com os agentes da polícia? E se o segurança do edifício também terá chamado a polícia, porque não conduziu os agentes até ao local onde se encontravam Eugénia Correia e as suas colegas? Se estavam, de facto, perante o roubo de um computador, porque não foi pedido o apoio desses agentes da PSP?

Quinta: porque foi chamado o SIS e porque é que o computador de Frederico Pinheiro passou uma noite na posse desses serviços?

Sexta: que interesse poderia ter Frederico Pinheiro, um simples adjunto, em ocultar a existência das notas sobre a reunião com a CEO da TAP? Que teria ele a ganhar com isso? Destruir a sua vida e a sua carreira?

Estas são apenas algumas das interrogações que este infeliz episódio suscita. Resta a conclusão que referi no início: perante tudo o que aconteceu, é evidente que João Galamba não tem a autoridade política necessária para continuar em funções como ministro. ■

Se ficar demonstrado que Frederico Pinheiro tinha direito a entrar e sair livremente do Ministério, que consequências jurídicas haverá para quem o reteve?

Cor_Impr_59

Fonte: Jornal de notícias

Título: Cumprida a tradição

Cumprida
a tradição



POR *Ana Gabriela Cabilhas*
Presidente da Federação Académica do Porto

Chegaram ao fim os oito dias de celebração. Tudo o que poderia descrever já foi, certamente, dito e sentido pelos estudantes. A Invicta vestiu-se com as cores da Academia. O Queimódromo foi palco de sorrisos e abraços e de muita energia e felicidade.

A Queima das Fitas do Porto 2023 enalteceu a tradição, enquanto acompanhou a evolução dos tempos. A responsabilidade desta edição foi grande, o que nos levou a melhorar a disposição do recinto, a programação e a oferta cultural e a apostar na digitalização e sustentabilidade. Tivemos rasgo e ambição para reduzir a circulação de dinheiro físico. Ultrapassamos desafios e concretizamos uma mudança de paradigma, comprovada pela grande afluência.

Quisemos, sempre, honrar o compromisso da Federação Académica do Porto com os estudantes que representa, devolvendo um Porto de Encontro com mais conforto, mais segurança e mais responsabilidade.

O Pacto da Queima das Fitas do Porto para o Clima, lançado com o Município do Porto, já tem um saldo positivo. Reciclamos 68% dos resíduos produzidos e os outros 32% serão encaminhados para valorização energética. Foi um compromisso conjunto das barraquinhas, dos estudantes e da Porto Ambiente, e este é o ativismo com impacto real no combate às alterações climáticas.

O selo de qualidade do evento decorre da estreita cooperação entre todas as entidades parceiras. A sua identidade perpetua-se na organização de estudantes para estudantes, por isso, é tempo de agradecer a dedicação e o espírito de sacrifício de 600 estudantes, voluntários, anónimos e que trabalharam meses a fio.

Afinal de contas, a tradição ainda é o que era, mas com inovação, criatividade e arrojo.

Cor_Impr_60

Fonte: Jornal de negócios

Título: Os dossiês e os seus ciclos

EDITORIAL

DIANA RAMOS

Diretora

dianaramos@negocios.pt

Os dossiês e os seus ciclos

Andamos todos os anos a discutir problemas que, se vistos com frieza, são os mesmos que se repetem ano após ano sem que politicamente se elaborem as respostas adequadas que permitam a solução permanente. Sejam investimentos em infraestruturas como aeroportos e ferrovia, sejam respostas à seca em que o país mergulha.

No ano passado, Portugal viveu um dos onze episódios de seca mais severa dos últimos 80 anos. E sabemos que o cenário poderá repetir-se este ano, com os cientistas e meteorologistas a anteverem um verão de seca intensa para o Sul da Europa. Ano após ano, os solos têm vindo a tornar-se mais secos o que, acompanhado do baixo nível de água em rios e albufeiras, colocam em causa a produção de energia hidroelétrica nos próximos meses.

Nos últimos meses, temos visto igualmente o desenhar do braço de ferro entre agricultores do Alqueva e o Ministério da Agricultura pelo agravamento do tarifário do custo da água para rega. Um contencioso legítimo dado que a preservação de um bem como a água é fundamental à boa gestão de recurso tão escasso, ao mesmo tempo que o setor agrícola no Alentejo não pode ser penalizado pelas condições climáticas adversas que o país enfrenta.

Repetimos ciclos, pouco resolvemos, mas somos ótimos a falhar orçamentos.

O problema é que as discussões, que surgem ciclicamente a cada verão, repetem-se por causa da inoperância governamental que tem sido incapaz de criar mecanismos eficientes de resposta. A ministra Maria do Céu Antunes já foi tantas vezes apontada como um dos problemas crónicos do atual Executivo de António Costa, mas tem permanecido no cargo sem que nada de mais profundo resulte da sua ação política.

Outro exemplo: foi preciso chegarmos ao início deste ano, já o PRR corria os seus termos e após um longo debate sobre a sua aplicação, para sabermos que, afinal, a central de dessalinização que vai ser construída na região do Algarve vai ter o dobro da capacidade o previsto. Com um custo inicial a derrapar dos 40 para 50 milhões... Um pouco como as obras do metro.

Repetimos ciclos, pouco resolvemos de estrutural, mas somos excelentes a falhar orçamentos. ■

Cor_Impr_61

Fonte: DN

Título: O futuro era muito melhor antigamente!



Opinião
Carlos
Rosa

O futuro era muito melhor antigamente!

O mundo mudou! Começar um texto assim passou a ser comum. Passou a ser banal.

Mas desta vez, acreditem, mudou mesmo! E mudou para pior.

A partir de agora, para além das duas *personas* que todos nós criámos, a que realmente somos e a que projetamos nas redes sociais, há que considerar ainda aquela que a inteligência artificial faz de nós. E isto tem tanto de fantástico como de assustador.

Na verdade, é uma espécie de viagem ao passado quando tínhamos que estar atentos ao que se dizia sobre nós no pátio do liceu, só que desta vez o pátio, é a internet inteira!

Tropecei num texto onde se lia que um advogado ao fazer uma investigação sobre assédio sexual pediu ajuda ao Chat GPT. E o Chat GPT como bom criativo que é, atirou o

nome de um professor de direito, Jonathan Turley. Este "criativo digital" assumiu que durante uma viagem ao Alaska, este professor tinha assediado uma aluna, citando como fonte um artigo de 2018 publicado no *The Washington Post*.

Mas, pasmem-se!, nem o artigo existia, nem a visita de estudo ocorreu nem tão pouco havia registos que dessem conta de queixas de assédio que implicassem Jonathan Turley.

O mundo mudou!

A não regulamentação dos softwares de inteligência artificial que são incorporados em formatos de livre acesso na internet provoca, no caso de Turley difamação e destruição da sua *persona* real, e no geral provoca desinformação, erros e mentiras.

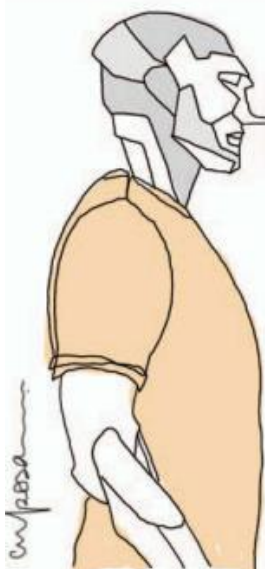
O mundo mudou! O mundo ficou mentiroso. E nós ao comer estas mentiras, vamos comer também um futuro baseado em coisa nenhuma.

Aproprio-me aqui da expressão de Luís Fernando Veríssimo, dizendo que "o futuro era muito melhor antigamente". E era! Era muito mais

simples saber com o que contar. Era mais simples gerir os queres, as crenças e as expectativas para um futuro

incerto, mas de certa forma previsível.

Agora, passa a ser mais complicado controlar a criatividade descontrolada destes novos seres digitais, que afinal também circulam no pátio do nosso liceu e ainda não tínhamos dado por isso.



Designer e diretor do IADE
- Faculdade de Design,
Tecnologia e Comunicação da
Universidade Europeia

Cor_Impr_62

Fonte: DN

Título: Um braço de ferro e um ovo



EDITORIAL

Rosália Amorim

Diretora do Diário de Notícias

Um braço de ferro e um ovo

Para a inauguração da Ovibeja nenhum membro do governo foi convidado. Em breve, a situação vai repetir-se na Feira da Agricultura, que começa a 3 de junho sem convite a representantes do Executivo. O certame será inaugurado pelo Presidente da República, tal como já aconteceu noutros anos, mas, a exemplo do que tem sucedido noutras iniciativas organizadas pela CAP, não foi convidado nenhum governante. É “mais uma forma de dizer que o setor está descontente com a atuação” de António Costa, diz a Confederação. O braço de ferro dura há muito, os homens da terra não se sentem ouvidos pela ministra da pasta, Maria do Céu Antunes.

A Feira Nacional de Agricultura decorre até 11 de junho, em Santarém, e tem este ano por tema o ovo, um super alimento, mas não o suficiente para vitaminar a relação entre o poder político e os agricultores que, deste modo, dão forma a mais um protesto contra as políticas para o setor.

Quem nasceu primeiro ou quem tem culpas nesta história, o ovo ou a galinha?

Esta é mais uma forma de revelar o descontente, sublinha Luís Mira, secretário geral da CAP. Após mais de um ano de guerra na Ucrânia, com crise inflacionista, crise dos alimentos e alta de preços, e num período da atualidade em que 40% do território nacional vive em seca ou seca extrema, os agricultores pedem mais apoios e maior atenção a este sector crítico.

Numa entrevista ao DN e TSF, em dezembro, o presidente da CAP, Eduardo Oliveira e Sousa, falava das dificuldades que vive esta atividade e apontava a ideologia como barreira ao crescimento da agricultura. Na mesma conversa, publicada nas páginas deste jornal, lamentava a relação difícil com a ministra e uma reforma verde que não colheu experiência de quem está no terreno. Preocupado com o dismantelamento do ministério, pedia para a CAP ser envolvida na estratégia de descentralização (referindo-se à ideia das Direções Regionais passarem para as CCDR) ou, como disse, de uma “regionalização não escrutinada” e feita a régua esquadro sem ouvir os agricultores.

De lá para cá, a tensão foi crescendo. A ministra foi dada, várias vezes, como possível alvo de uma remodelação, mas, como é sabido, António Costa tem, por regra, segurar os seus. A corda não partiu para o lado do governo. Terá partido para o outro lado? Coincidência ou não, depois de muito reconhecido o seu trabalho, Eduardo Oliveira e Sousa sai da CAP e chega o embaixador Álvaro Mendonça e Moura que deverá ser o próximo presidente da Direção da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), principal acionista do CNEMA, em Santarém, e cujas eleições para o triénio 2023-2026 estão marcadas para hoje, 17 de maio. O atual presidente da direção, Eduardo Oliveira e Sousa, sai da liderança e é proposto para o cargo de presidente da mesa da assembleia geral. A lista é única.

O antigo Embaixador, também presidente da Amêndoacoop - Cooperativa de Produtores de Amêndoa de Torre de Moncorvo, será, certamente, um diplomata a lidar com o ministério, mas muitos agricultores dizem já sentir “saudades do Eduardo”. Por vezes, é preciso não ter papas na língua nem ser politicamente correcto e ter a coragem de dizer que o rei vai nu. No futuro é preciso que não se perca a coragem e a liberdade de expressão. E se o ovo é símbolo de fertilidade, que Santarém seja um terreno fértil para avanços no setor que alimenta os portugueses.

Cor_Impr_63

Fonte: Jornal i

Título: Onde estão os 140 mil milhões dos últimos 40 anos?

EDITORIAL

Onde estão os 140 mil milhões dos últimos 40 anos?



Vítor Rainho

É natural que quem governa não agrade às outras famílias políticas, principalmente às que 'jogam' no outro lado. Se um Governo é de esquerda é natural que a direita não se reveja e o contrário também é verdade. Mas começa a ser difícil encontrar alguém que esteja de acordo com o Executivo de António Costa, quer à esquerda como à direita. Com milhões a chegarem de fundos comunitários, as críticas são mais do que muitas, pois o Governo é acusado de gastar sem investir no futuro. Pelo que dizem diversos especialistas, vamos perder mais uma oportunidade de modernizar o país e investir onde é necessário: no setor privado e no... público. O dinheiro, pelo que dizem, vai desaparecer e não vai ficar obra que permita aos portugueses viverem melhor. E isso é dramático, até porque os mais jovens e mais capacitados não acreditam no futuro de Portugal e fogem para o estrangeiro onde vão ganhar mais e construir uma vida melhor.

E aqui fico com uma dúvida: será que António Costa escolheu os mais inábeis para governar ou a situação é mais complexa do que diz a oposição? Pelo que tenho visto, parece que o primeiro-ministro, em algumas áreas, escolheu, de facto, pessoas incapazes de fazerem a revolução que o país precisa. Dando o exemplo da Justiça. O que vai ganhar um setor tão importante com os fundos previstos? Segundo os profissionais da Justiça, praticamente nada, pois o Governo não consegue ou não quer fazer as reformas estruturais para acabar com o forrobodó existente. Um caso gritante é dado pela entrada em vigor do sorteio eletrónico dos processos que vai exigir a presença diária de magistrados, advogados e funcionários judiciais para apenas verem estes últimos carregarem num botão. Apesar dos avisos de que esta decisão só irá atrapalhar o funcionamento da Justiça, o Governo insiste no erro. E parece que nas outras áreas, Saúde, Educação, Habitação e Economia, entre outras, o cenário é o mesmo. Triste sina a nossa que ao fim de mais de 140 mil milhões de fundos comunitários chegados nos últimos quarenta anos continuamos na causa da Europa, com os portugueses a viverem com tantas dificuldades. Não consigo perceber como é possível um Governo desagradar a quase todos ao mesmo tempo, pois seria natural que com tanto dinheiro a vida dos portugueses melhorasse.

Cor_Impr_64

Fonte: Correio da Manhã

Título: Uma anedota de 500 milhês

Correio Direto

Uma anedota de 500 milhões

Eduardo Dâmaso
Diretor-geral
editorial adjunto



Foi com grande candura que o secretário de Estado Jorge Delgado disse, no fim de semana, que as obras dos metros de Lisboa e Porto “poderão ter uma derrapagem superior a 500 milhões”. Com um discurso enroupado pela suavidade da linguagem tecnocrática, que pode significar o que está a dizer mas também muitas outras coisas, o governante procurou adocicar a coisa. Afinal, podemos todos ficar sossegados, porque “os custos adicionais vão ser cobertos”. Uff! Estava a ver que vinha aí mais uma fatura da estirpe da TAP, da Parque Escolar, do BPN. Por analogia com as declarações do primeiro-ministro, que nos recomenda mais respeitinho pelas instituições, os governantes passaram a ter mais respeito pelo erário público. Gastam à balda mas têm tudo bem encaixado nas justificações orçamentais. Se não fosse sério, dava uma grande anedota.

Cor_Impr_65

Fonte: Correio da Manhã

Título: A fabulosa Eurovisão!

Flashes A fabulosa Eurovisão!

Lúisa Jeremias
Diretora 'Flash!'
e 'TV Guia'



Bem sei que a posição alcançada por Portugal este ano não deixa grandes memórias aos fãs da Eurovisão. Ainda por cima porque a participação de Mimicat esteve envolta em polémicas de financiamentos, ajudas, etc., etc. Não é sobre isso que quero falar até porque um ano não são anos, em 2024 tudo será

Uma gigante vénia a esta superprodução que enche o ecrã

diferente e o que conta da presença portuguesa foi o fôlego e a garra incríveis com que Mimicat se apresentou, plena e fantástica, em palco. Merece aplausos. Quanto ao resto, uma gigante vénia, mais uma vez, a esta superprodução televisiva, com aquele cunho britânico capaz de ir buscar 'oldies' da house music, misturar com novas coreografias, influências world e criar um espetáculo genial, inclusivo, de enorme qualidade, que enche o ecrã. Isto, sim, é entretenimento a sério, atual, sem preconceitos e muito, muito bem produzido. Melhor é impossível. Tenho dito.

Corpus em linha

Cor_EL_1

Fonte: Jornal de notícias (Reportagem)

Cor_EL_2

Fonte: Correio do Minho

Título: Engenheiros e economistas defendem prioridade para a linha Braga-Lisboa

Resumo: Ordens dos Engenheiros e dos Economistas defendem que o desenvolvimento da alta velocidade ferroviária entre Braga, Porto e a Grande Lisboa “é prioritário”. Reivindicam ainda uma reflexão sobre o traçado entre a capital portuguesa e Madrid.

As Ordens dos Engenheiros e dos Economistas defendem que o desenvolvimento da alta velocidade ferroviária entre Braga, Porto e a Grande Lisboa “é prioritário”, defendendo ainda uma reflexão sobre o traçado entre a capital portuguesa e Madrid. “É prioritário o desenvolvimento da Alta Velocidade Ferroviária centrada na linha Braga - Porto - Grande Lisboa, o eixo das grandes cidades portuguesas de negócios, que serve cerca de oito milhões de habitantes, o que permitirá impulsionar e dar escala à economia nacional, privilegiando o máximo de ligações diretas”, pode ler-se numa posição conjunta tornada ontem pública. A tomada de posição aconteceu no final da conferência ‘Portugal e a Alta Velocidade Ferroviária’, que decorreu na sede da Região Norte da Ordem dos Engenheiros, no Porto, e contou com a presença dos dois bastonários, Fernando de Almeida Santos (Engenheiros) e António Mendonça (Economistas). As duas ordens “defendem um forte investimento na rede ferroviária nacional”, que se encontra “desadequada às reais necessidades do país, sendo actualmente não só um obstáculo à transferência modal, como à competitividade nacional”. Relativamente à alta velocidade, além do eixo atlântico, apontam que a ligação entre Lisboa e Madrid “deverá ser objecto de aprofundada reflexão e de estudos técnicos, porquanto não está garantido que o traçado actualmente pensado seja o que melhor serve os interesses do país”. Quanto à ligação entre Porto, Braga e Vigo, “deve ter o mesmo tratamento de traçado exclusivo, cujos tempos médios não devam ser prejudicados face aos restantes traçados”. Defendem ainda que a alta velocidade deve “assegurar prioritariamente as ligações de interesse nacional que concorram para uma maior coesão territorial, tornando-a competitiva quando comparada com outras formas de mobilidade, nomeadamente a rodoviária”. “Para que Portugal possa aumentar a sua produtividade e a sua capacidade para responder adequada e competitivamente aos desafios de exportações de bens e serviços, é fundamental, aproveitando o eixo central da alta velocidade portuguesa, ligá-lo à Europa através de verdadeira(s) linha(s) de alta velocidade para escoamento internacional, salvaguardando o interesse nacional”, pode ler-se ainda na posição divulgada. As duas ordens profissionais defendem ainda que “os fortes investimentos necessários na infra-estrutura de alta velocidade devem ser acompanhados do adequado investimento em material circulante moderno, amigo do ambiente, com desempenhos que permitam maximizar a capacidade da infra-estrutura”. As ordens dos Engenheiros e Economistas disponibilizam-se ainda “para interagir com o(s) decisor(es) público(s) e político(s), quer durante o processo de avaliação estratégica das soluções que venham a ser consideradas quer no processo de implementação das soluções que melhor defendam o interesse nacional”.

Cor_EL_3

Fonte: Economia Online

Título: Bastonário defende imigração de engenheiros para obras em Portugal

Resumo: Fernando de Almeida Santos teme que não haja recursos humanos suficientes para executar todas as obras públicas programadas até ao final da década.

O bastonário da Ordem dos Engenheiros defende que Portugal tem de recrutar engenheiros no estrangeiro. Fernando de Almeida Santos entende que esta aposta é crucial para o país conseguir executar todas as obras públicas programadas até ao final desta década.

“Há claramente vontade de fazer e capacidade financeira e técnica. Mas temos falta de gente. Para se implementar tudo o que é necessário, temos de duplicar a nossa capacidade de execução”, sinalizou o bastonário na abertura da conferência “Portugal e a Alta Velocidade Ferroviária”, organizada no Porto.

“Temos défice de quantidade de engenheiros, mas não de liderança. Há receio de falta de quantidade de técnicos para executar todas as obras. É preciso recorrer à imigração e trazer complementaridades de fora”, acrescentou Fernando de Almeida Santos.

O ano passado foi criado o novo visto de procura de trabalho, aquando da alteração da lei da permanência em Portugal, que prevê a possibilidade de os estrangeiros que querem vir trabalhar para Portugal se inscreverem no site do IEFP. Segundo a ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, o número trabalhadores estrangeiros que se inscreveram no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) nos últimos dois meses a sinalizar a sua disponibilidade para trabalhar em Portugal ascendeu a 144 mil. São, sobretudo, trabalhadores de Marrocos, Cabo Verde e Índia.

Além da construção das novas linhas ferroviárias Porto-Lisboa e Porto-Vigo, Portugal tem outras grandes obras públicas previstas até ao final desta década, como a expansão das redes do metro de Lisboa e do Porto e a construção/reabilitação de 26.000 casas, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Somadas as verbas do PRR com o Portugal 2030, o país irá beneficiar de cerca de 42 mil milhões de euros de fundos europeus até 2030: 23 mil milhões do PT 2030 e 18,9 mil milhões do PRR. Este ano é o último momento para executar as verbas do PT2020.

Cor_EL_4

Fonte: Press Minho

Título: Técnicos do LNEC e da UMinho em Esposende par apurar causas do acidente de Palmeira de Faro

Resumo: Uma equipa constituída por técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e da Universidade do Minho (UMimho) esteve em Palmeira de Faro, local onde ocorreu uma derrocada de terras, no diUma equipa constituída por técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e da Universidade do Minho (UMimho) esteve em Palmeira de Faro, local onde ocorreu uma derrocada de terras, no...

Uma equipa constituída por técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e da Universidade do Minho (UMinho) esteve em Palmeira de Faro, local onde ocorreu uma derrocada de terras, no dia 23 de Novembro, que vitimou duas pessoas, anunciou esta quinta-feira o município.

Em comunicado, a autarquia diz que o objectivo é “o apuramento cabal” das circunstâncias que provocaram a derrocada, tendo, para o efeito, procedido à contratação de serviços para a realização dos estudos necessários que permitam apurar todos os factos.

O município lembra que avançou para a realização de um estudo geotécnico, desenvolvido pela UMinho, “cujas conclusões contribuirão para que, em conjunto com os estudos desenvolvidos pelo LNEC, sejam apuradas as causas do deslizamento de terras”.

O comunicado refere ainda que “as autoridades estão a apurar as circunstâncias em que ocorreu, no Verão de 2022, a retirada de pedras e terra, da base do talude, nos dois lotes de terreno existentes ao lado da moradia onde morreu o jovem casal”.

“O município de Esposende pretende a clarificação desta situação, uma vez que esses movimentos de pedras e terra não foram comunicados à autarquia nem estavam licenciados”, lê-se no comunicado da autarquia, presidido pelo social-democrata Benjamim Pereira.

Além dos estudos em torno da situação de Palmeira de Faro, o município pretende também “desenvolver estudos complementares que permitam acautelar situações idênticas no futuro”.

“O município de Esposende pretende apurar a verdade sobre este acidente, combatendo a desinformação que tem sido veiculada sobre o assunto”, refere, sublinhando que, “desde a primeira hora, os diversos serviços do município de Esposende responderam com apoio aos moradores da zona afectada”.

Cor_EL_5

Fonte: Público: (Reportagem)

Cor_EL_6

Fonte: Visão

Título: Petrobras aprova candidato indicado por Lula da Silva para chefiar a empresa

Resumo: O conselho de administração da estatal brasileira Petrobras aprovou hoje a nomeação do economista Jean Paul Patres como novo presidente da empresa, referendando a indicação proposta do Governo do Presidente brasileiro, Lula da Silva

A nomeação ainda terá de ser submetida à aprovação da assembleia geral da empresa, que deve ser convocada para abril, mas Patres ainda poderá assumir o cargo interinamente nos próximos dias.

À frente da estatal, a maior empresa do país, estava Caio Caio Paes de Andrade, indicado pelo agora ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro e que renunciou ao cargo no início deste mês, uma vez que Luiz Inácio Lula da Silva, vencedor das eleições de outubro passado,

assumiu o poder no país.

Também interinamente, o conselho de administração da empresa nomeou então o engenheiro João Henrique Rittershausen, que agora será substituído por Prates, senador que renunciou hoje ao cargo.

Prates, 54 anos, é advogado, economista e especialista no setor de energia, onde já atuou tanto na esfera pública quanto na privada.

Após ser proposto por Lula da Silva para presidir à Petrobras, o senador disse que entre seus objetivos está a revisão das políticas de distribuição de dividendos da empresa e também da regulamentação que define os preços dos combustíveis no Brasil com base nas flutuações do mercado internacional de petróleo.

Essas posições semearam algumas dúvidas no mercado financeiro, mas Prates garantiu que as revisões dessas políticas serão feitas com uma visão técnica e sem intervenção do Estado nas resoluções da empresa.

A Petrobras é controlada pelo Estado brasileiro, mas suas ações estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madrid, por isso muitas das decisões da empresa têm impacto nos mercados financeiros.

Cor_EL_7

Fonte: Notícias ao Minuto

Título: Costa diz ser preciso habitação adequada para atrair jovens ao interior

Resumo: O primeiro-ministro venceu hoje, no Fundão, que a habitação é uma das prioridades do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), desempenhando também um papel na atração e fixação de jovens para territórios de baixa densidade.

Após marcar presença na cerimónia de assinatura de um acordo que visa a construção e reabilitação de fogos para habitação acessível na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), no Fundão, António Costa realçou a importância de as políticas de habitação previstas no PRR chegarem ao interior.

"Porque é que precisamos de habitação nova num território que perde população e onde há casas ao abandono?", questionava António Costa, reforçando o "paradoxo" já apresentado na sessão pelo presidente da Câmara do Fundão, Paulo Fernandes.

Respondendo à pergunta, o líder do Governo frisou que para fixar ou atrair jovens para territórios despovoados é necessário "ter a habitação adequada a essa população", vincando que as políticas de habitação não funcionam como peças de lego, sendo necessário adaptarem-se às necessidades dos territórios.

"É fantástico atrairmos uma empresa de tecnologias de informação, aumentar o número de engenheiros residentes na região, mas não basta ter o cabo, mas a casa ser a casa onde as famílias se desejem instalar. E essas casas não são necessariamente aquelas que estão vazias", notou.

Para o primeiro-ministro, é necessário investimentos em infraestruturas, sistemas de

saúde ou conectividade, mas sem intervenção na habitação será "muito difícil" lutar contra o despovoamento dos territórios de baixa densidade.

Durante o seu discurso, António Costa salientou ainda que o PRR é um plano com objetivos fixados e bem definidos.

"Não é um conjunto de milhões que se põe dentro de um helicóptero e andamos pelo país a distribuir, para que os milhões vão caindo onde o vento os levar", frisou.

Durante a sessão, o presidente da Câmara do Fundão realçou que o problema daquela região não passa por haver muitas ou poucas casas, mas "se o parque habitacional é adequado ou desadequado perante as tendências de procura", frisando ainda que há escassez na bolsa de arrendamento nestes concelhos, onde esse tipo de mercado nunca teve grande dinâmica.

Antes do Fundão, António Costa esteve em Idanha-a-Nova, na Herdade do Couto da Várzea, onde assistiu à apresentação de vários projetos de investigação que procuram valorizar produtos endógenos.

O primeiro-ministro passou o dia no distrito de Castelo Branco, no âmbito do programa "Governo Mais Próximo", que decorre entre hoje e quinta-feira, com mais de 40 iniciativas onde estarão presentes membros do executivo.

Na quinta-feira, realizar-se-á em Castelo Branco um Conselho de Ministros.

Cor_EL_8

Fonte: TSF Online

Título: PSD diz que Costa confirmou interferência "junto do Banco de Portugal", mas admite dar "segunda oportunidade"

Resumo: Os social-democratas dizem que houve intervenção quer no caso que envolve Isabel dos Santos, quer no processo de resolução do Banif e não excluem nenhum mecanismo parlamentar.

O líder parlamentar do PSD considerou esta quarta-feira que o primeiro-ministro confirmou, nas respostas ao partido, que "interferiu junto do Banco de Portugal" quer no caso que envolve Isabel dos Santos, quer no processo de resolução do Banif.

Em declarações aos jornalistas, Joaquim Miranda Sarmiento comentou as respostas de António Costa às perguntas que lhe foram colocadas pelo PSD em 23 de novembro passado, depois de o ex-governador do Banco de Portugal Carlos Costa o ter acusado de pressão e de "intromissões políticas" no processo de afastamento da empresária Isabel dos Santos do BIC, enviadas na terça-feira ao parlamento.

"O senhor primeiro-ministro confirma que, de facto, interferiu junto do Banco de Portugal, quer relativamente à engenheira Isabel dos Santos, quer no processo de resolução e venda do Banif", considerou o deputado do PSD.

Por outro lado, o líder parlamentar social-democrata acusou o primeiro-ministro de,

"como em muitas outras matérias", não responder às perguntas.

"Porque é que interferiu na questão da idoneidade de Isabel dos Santos e não vale a pena referir o BPI, porque o que estava em causa era o Eurobic; como é que teve conhecimento da reunião de Isabel dos Santos com o governador do Banco de Portugal, já que o telefonema foi na tarde do dia da reunião; porque é que teve essa interferência, com que objetivos?", afirmou.

"O PSD fez 12 perguntas, esperava que primeiro-ministro respondesse pergunta a pergunta, até porque elas são individuais e alguma delas de resposta direta, e o primeiro-ministro apresentou uma composição com um conjunto de elementos que não são novos e não esclarecem o que o PSD perguntou", refere.

Miranda Sarmento acrescenta que até os documentos que António Costa enviou com o carimbo de confidencialidade já integravam o acervo de uma anterior comissão de inquérito e que foram então divulgados pela comunicação social.

Nestas declarações, o PSD admitiu também que poderá dar "uma segunda oportunidade" e repetir questões ao primeiro-ministro ou colocar novas.

"O primeiro-ministro demorou 60 dias a responder às perguntas do PSD, temos o direito de, de forma ponderada e serena, analisar o texto do primeiro-ministro e equacionar se não devemos repetir novamente algumas questões e eventualmente colocar novas", afirmou Joaquim Miranda Sarmento, dizendo que o partido decidirá "nos próximos dias".

Questionado se exclui, como admitiu no passado, avançar com uma comissão de inquérito parlamentar, o deputado considerou que "as comissões de inquérito nunca são ameaças".

"Não excluámos nenhum mecanismo parlamentar, não excluámos a comissão de inquérito. O mais provável, nesta fase, é que haja espaço para que o primeiro-ministro tenha uma segunda oportunidade para esclarecer os portugueses, dado que nesta primeira pouco ou nada esclareceu", afirmou.

Por outro lado, em relação ao Banif, o social-democrata considera que o primeiro-ministro não respondeu porque enviou uma carta à Comissão Europeia sobre "uma eventual situação financeira difícil" desta instituição bancária.

"Aliada a uma notícia da véspera, faz com que o banco seja sujeito a uma corrida aos depósitos e que o Banco Central Europeu lhe retire o estatuto de contraparte, colocando o banco numa situação extremamente difícil, precipitando a resolução e consequente venda ao banco Santander com grave prejuízo para os contribuintes", refere.

Frisando que o primeiro-ministro demorou quase 60 dias a responder a "perguntas que disse que eram fáceis", Miranda Sarmento disse que o PSD irá "nos próximos dias analisar em detalhe" os documentos enviados ao parlamento.

"Não nos furtaremos a qualquer instrumento parlamentar, seja ele repetir algumas perguntas a que não tivemos resposta, seja novas perguntas suscitadas por este conjunto de respostas", disse.

Nas respostas enviadas ao parlamento, o primeiro-ministro afirma que nunca fez junto do Banco de Portugal "ou de quem quer que seja" diligências em favor da idoneidade de Isabel dos Santos e apenas atuou para procurar resolver o bloqueio acionista no BPI.

Já às questões sobre o Banif, António Costa refere que o Banco de Portugal em dezembro de 2015, liderado por Carlos Costa, concluiu que a venda do Banif por resolução ao Santander era a única alternativa à liquidação, e conduziu o processo.

Cor_EL_9

Fonte: Porto Canal

Título: Mantém-se o impasse quanto à nova ponte rodoviária sobre o Douro. Câmara do Porto ainda aguarda pronúncia do júri

Resumo: A Câmara do Porto ainda aguarda a pronúncia do júri e emissão do relatório preliminar relativamente à ponte D. António Francisco dos Santos para poder, com a Câmara de Vila Nova de Gaia, tomar uma decisão, foi esta quarta-feira revelado.

A Câmara do Porto ainda aguarda a pronúncia do júri e emissão do relatório preliminar relativamente à ponte D. António Francisco dos Santos para poder, com a Câmara de Vila Nova de Gaia, tomar uma decisão, foi esta quarta-feira revelado.

Em resposta à agência Lusa, a Câmara do Porto afirmou esta quarta-feira que a empresa municipal GO Porto “aguarda a pronúncia do júri e a emissão de um relatório preliminar”.

A autarquia lembra, no entanto, que este relatório “será sempre sujeito a audiência prévia dos concorrentes” e que, só depois da sua pronúncia “será emitido um relatório final que poderá ser do conhecimento público”.

Em 22 de dezembro de 2022, à margem de um almoço de Natal com os homólogos de Vila Nova de Gaia e de Matosinhos, o presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, adiantou que o relatório do júri deveria ser conhecido "durante os primeiros dias de janeiro".

"Acredito que o júri durante os primeiros dias de janeiro deve mandar-nos um relatório preliminar relativamente a estas propostas", adiantou, dizendo que só nesse momento os municípios do Porto e Gaia vão analisar se as mesmas são "exequíveis".

"Lançámos um concurso, foram entregues seis propostas, não sabemos se alguma delas se enquadra nas condições do caderno de encargos", afirmou, dizendo também desconhecer os "valores" propostos pelos concorrentes.

Questionado sobre a possibilidade de a ponte ter dois tabuleiros, albergando a linha de alta velocidade no tabuleiro superior e a rodovia no inferior, Rui Moreira disse acreditar que "as duas travessias devem ser compatibilizadas".

"A alta velocidade introduz um novo fator que não deixará de pesar nas decisões que forem tomadas", acrescentou, dizendo que a decisão dos municípios não vai nem ignorar, nem excluir "que é necessário compatibilizar" as duas travessias.

O concurso público para a "Empreitada de Conceção-Construção da Ponte D. António

Francisco dos Santos e Acessos" foi lançado a 25 de junho de 2021, pelo preço base de 38,5 milhões de euros.

A concurso foram admitidos sete candidatos: a empresa Puentes y Calzadas Infraestructuras S.L.U., o consórcio de Alexandre Barbosa Borges, S.A. e Construgomes Engenharia, S.A., o consórcio Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A. e Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A., o consórcio Afavias - Engenharia e Construções, S.A., Casais - Engenharia e Construções, S.A. e Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., o consórcio Ramalho Rosa Cobertar, Sociedade de Construções, S.A. e FCC Construcción, S.A., o consórcio Alberto Couto Alves, S.A., Alves Ribeiro, S.A. e Betar Consultores, Lda., e a empresa Conduril - Engenharia, S.A..

Em 21 de outubro de 2022, a Câmara do Porto adiantou à Lusa que, dos sete candidatos, seis tinham submetido propostas.

Questionada à época pela Lusa sobre o que acontecerá ao concurso, uma vez que a ponte em causa poderá vir a ser incluída no projeto da linha de alta velocidade, a autarquia remeteu para as declarações prestadas a 27 de setembro pelo presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, quando afirmou que "se nada surgir em contrário, a ponte D. António Francisco dos Santos será naturalmente construída".

O Jornal de Notícias avançou a 26 de setembro que em vez de duas novas pontes sobre o rio Douro, a solução que está a ser negociada entre a Câmara do Porto, Câmara de Gaia e a Infraestruturas de Portugal (IP) passa por "apenas uma ponte com dois tabuleiros: um para o comboio de alta velocidade e outro rodoviário".

Dois dias depois, a Infraestruturas de Portugal (IP) avançou que a construção de uma única nova ponte rodoviária e ferroviária sobre o rio Douro é uma solução cuja "viabilidade técnica" está "comprovada", mas a decisão caberá aos autarcas e à tutela.

Cor_EL_10

Fonte: Sapo Multinews

Título: Interferências políticas: PS acusa PSD de mentir e insiste que Costa negou diligência em favor da idoneidade de Isabel dos Santos

Resumo: O líder parlamentar do PS, Eurico Brilhante Dias, acusou hoje o PSD de mentir, insistindo que o primeiro-ministro, António Costa, rejeitou ter feito qualquer diligência em favor da idoneidade de Isabel dos Santos.

O líder parlamentar do PS, Eurico Brilhante Dias, acusou hoje o PSD de mentir, insistindo que o primeiro-ministro, António Costa, rejeitou ter feito qualquer diligência em favor da idoneidade de Isabel dos Santos.

"É absolutamente falso que nalguma circunstância o senhor primeiro-ministro tenha admitido ou considerado mesmo, no tempo, qualquer interferência no caso da idoneidade da engenheira Isabel dos Santos", defendeu o líder parlamentar dos socialistas, em declarações aos jornalistas no parlamento.

Momentos antes, o líder parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmiento, considerou que o primeiro-ministro confirmou, nas respostas ao partido, que "interferiu junto do

Banco de Portugal” quer no caso que envolve Isabel dos Santos quer no processo de resolução do Banif.

Eurico Brilhante Dias afirmou que tal “é absolutamente falso”.

“Sublinho, [é] absolutamente falso: em momento algum o senhor primeiro-ministro disse ou escreveu que teve qualquer interferência no caso em particular da idoneidade da engenheira Isabel dos Santos”, frisou.

O que disse o primeiro-ministro, continuou o socialista, “é que tinha um problema que se conhecia sobre o BPI, a estrutura acionista do BPI, e também disse que o banco Banif foi deixado no limite da resolução quando a 01 de janeiro de 2016 os depositantes do Banif corriam o risco de ver os seus depósitos resgatados, cortados”.

António Costa enviou na terça-feira ao parlamento a resposta às perguntas que lhe foram colocadas pelo PSD em 23 de novembro passado, depois de o ex-governador do Banco de Portugal Carlos Costa o ter acusado de pressão e de “intromissões políticas” no processo de afastamento da empresária Isabel dos Santos do BIC.

Cor_EL_11

Fonte: JM Madeira

Título: Biblioteca da Madeira apresenta novo número da coleção "Madeira - Memórias Fotográficas"

Resumo: Obra dedicada a René Masset será apresentada amanhã, dia 25 de janeiro, pelas 17 horas, no auditório do ABM.

Obra dedicada a René Masset será apresentada amanhã, dia 25 de janeiro, pelas 17 horas, no auditório do ABM.

A Secretaria Regional de Turismo e Cultura, através da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM), apresenta amanhã, dia 25 de janeiro, pelas 17 horas, no auditório do Arquivo e Biblioteca (ABM), o novo número da coleção "Madeira - Memórias Fotográficas". O Secretário Regional de Turismo e Cultura, Eduardo Jesus, marca presença na cerimónia.

O 12.º número desta coleção bilingue, cuja edição conta com o apoio, a título de mecenato, do Grupo Pestana, é dedicado às fotografias de René Masset e inclui imagens inéditas deste fotógrafo, datadas do período entre 1885 e 1895. Os textos e legendas são da autoria de Tânia Jesus.

René Masset nasceu em 1855 na Suíça, licenciou-se em Engenharia Civil em Zurique e esteve na Madeira entre 1885 e 1895 para dirigir os trabalhos de construção do cais do Funchal e do molhe da Pontinha. Durante o período em que permaneceu na ilha da Madeira, fotografou os sítios por onde passava, os passeios que realizava e as pessoas com quem convivia.

A coleção “Madeira - Memórias Fotográficas”, composta por catálogos de divulgação criteriosos e esteticamente cuidados, tem por objetivo, em simultâneo, dar a conhecer parcelas significativas do património fotográfico da Região e fornecer álbuns fotográficos

de história. Até à data, já foram lançados 11 números, que mostram fotografias da Região de vários autores e de diversas datas.

Cor_EL_12

Fonte: TSF Online

Título: "Sabia que ia ser muito caro". Altar-palco para Papa construído com base nas especificações da Igreja

Resumo: A obra de construção onde o Papa Francisco vai celebrar a missa da Jornada Mundial da Juventude vai custar 4,2 milhões de euros à Câmara de Lisboa.

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, disse na terça-feira que sabia que a construção do altar-palco para a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) ia ficar muito cara, indicando que será realizada com as especificações da Igreja.

Esta observação do autarca surge depois de ter vindo a público que obra de construção do altar-palco onde o Papa Francisco vai celebrar a missa vai custar 4,2 milhões de euros à Câmara de Lisboa, por ajuste direto.

Segundo a informação disponibilizada no Portal Base da contratação pública, "a construção foi adjudicada por 4,24 milhões de euros (mais IVA)", somando-se a esse valor "1,06 milhões de euros para as fundações indiretas da cobertura".

"Queremos que esse palco, essa infraestrutura, fique para o futuro e que muitas dessas infraestruturas fiquem para o futuro. Eu sabia que isto ia ser muito caro, que era um investimento muito grande para a cidade", indicou Moedas.

O autarca falava aos jornalistas após uma visita ao Pavilhão Municipal Manuel Castel Branco, em Lisboa, que vai funcionar como estrutura adaptada a partir de hoje para o início do plano de contingência para as pessoas em Situação Sem-Abrigo perante o tempo frio que se regista.

"As especificações daquele palco foram definidas em reuniões que tivemos com a Jornada Mundial da Juventude, com a Igreja e com a Santa Sé [Vaticano]. Nós estamos na Câmara a executar essas especificações para um palco de 1,5 milhões de pessoas", salientou.

Segundo Moedas, a autarquia tinha de "que arrancar rapidamente a obra", por causa do evento que vai decorrer em agosto.

"Não podemos como cidade, como país, não acolher o papa, respeitando aquilo que é a regra de um evento que nunca se fez em Portugal. Qualquer comparação de preço, qualquer comparação de custos não se consegue comparar, porque nós nunca tivemos algo desta dimensão", afirmou.

"Aquilo que eu pedi aos engenheiros e arquitetos é que, desde início, essa infraestrutura pudesse ficar para o futuro. Nós podíamos ter adjudicado diretamente a um construtor, mas eu não quis isso. Nós consultámos variadíssimos promotores esse tipo de obra. Consultámos preços que eram o dobro desse preço e fomos reduzindo o preço até encontrar aquele que fazia mais barato... isto foi feito com total transparência", acrescentou.

Na passada quinta-feira, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 15,3 milhões de euros, para financiar investimentos no âmbito da JMJ.

Em reunião privada do executivo camarário, a proposta de contratação de um empréstimo para financiamento de obras relacionadas com a preparação da JMJ foi viabilizada entre os 17 eleitos, com um voto contra do BE, nove abstenções -- quatro do PS, duas do PCP, duas do Cidadãos Por Lisboa (eleitos pela coligação PS/Livre) e uma do Livre -- e sete votos a favor da coligação "Novos Tempos" (PSD/CDS-PP/MPT/PPM/Aliança).

A Jornada Mundial da Juventude é o maior encontro de jovens católicos de todo o mundo com o Papa, que acontece a cada dois ou três anos, entre julho e agosto.

Lisboa foi a cidade escolhida em 2019 para acolher o encontro de 2022, que transitou para 2023 devido à pandemia de Covid-19.

Cor_EL_13

Fonte: Visão

Título: Lula da Silva defende financiamento do BNDES a países latino-americanos foco da Lava Jato

Resumo: O Presidente do Brasil disse que "fará um esforço" para que o BNDES financie obras, a exemplo do que fez no passado, quando financiou construtoras brasileiras em países da América Latina e África, foco das investigações anticorrupção

“Muitas vezes somos criticados por pura ignorância por pessoas que pensam que não pode haver financiamento de engenharia a outros países. Acho não só que pode como é necessário que o Brasil ajude outros países. E é o que vamos fazer”, avisou Luiz Inácio Lula da Silva, em relação ao papel do brasileiro Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES).

Lula da Silva falava à comunicação social ao lado do Presidente argentino, Alberto Fernández, após uma reunião bilateral na Casa Rosada. O Presidente brasileiro foi questionado se, além de equipamentos produzidos no Brasil, o BNDES financiaria obras de engenharia, foco do esquema de corrupção revelado pela operação Lava Jato, cujas investigações tiveram consequências sobre políticos e governantes pela América Latina, incluindo o próprio Lula da Silva, que viu, no entanto, a justiça retirar-lhe as condenações.

“Se há interesse dos empresários, dos governos e temos um banco para isso, vamos fazer um esforço para o financiamento do BNDES. O orgulho que tenho quando o BNDES tinha mais recursos do que o Banco Mundial para financiamentos. O orgulho que tínhamos quando financiávamos uma obra nos países da América do Sul. É isso o que os países maiores têm de fazer pelos menores”, defendeu Lula da Silva.

“Falamos sobre a possibilidade de o gás de Vaca Muerta chegar ao Brasil”, confirmou, por sei lado, o Presidente argentino, Alberto Fernández.

Brasil e Argentina querem a construção de um gasoduto entre a reserva patagónica de Vaca Muerta e o Sul do Brasil. Vaca Muerta é a segunda maior jazida de gás de xisto e a

quarta de petróleo não-convencional do mundo, mas faltam à Argentina recursos financeiros para construir um gasoduto.

O Governo argentino vê o mercado brasileiro como destino da produção de gás enquanto o Brasil tem interesse em garantir a sua segurança energética, diminuindo a dependência do gás boliviano, cujo volume de produção tem diminuído.

Para isso, a Argentina quer que o Brasil financie, através do BNDES, a construção do gasoduto. O que mais parece avançado, no entanto, é o papel do BNDES como financiador dos canos de aço para o gasoduto. Esses canos são produzidos no Brasil pela empresa argentina Techint. O Brasil financiaria essas exportações à Argentina.

Lula da Silva lembrou que o seu antecessor, Jair Bolsonaro, ordenou que o BNDES devolvesse dinheiro ao Tesouro em vez de financiar obras.

“Em vez de fazer investimento, o BNDES teve de devolver ao Tesouro Nacional 360 milhões de reais que poderiam ser para investimentos em portos e aeroportos, mas foram devolvidos ao Governo”, criticou.

O Presidente argentino elogiou a postura de Lula da Silva, considerando que as palavras “encorajam muito”.

“Para nós, o BNDES causa inveja. É uma ferramenta de desenvolvimento incrível”, disse Alberto Fernández, acrescentando que “espera rapidamente chegar a esse ponto para passar o gás do qual o Brasil precisa, sobretudo quando os dois países sofrem o declínio da produção de gás na Bolívia”.

Cor_EL_14

Fonte: HR Portugal

Título: Este programa de bolsas de estudo universitárias recebeu mais de 4000 candidaturas num mês (e ainda se pode candidatar)

Resumo: Lançada em Dezembro de 2022 em parceria com o .PT, a segunda edição do Programa de Bolsas de estudo universitárias da Huawei já reuniu, no espaço de um mês, mais de 4000 inscrições de alunos provenientes de todo o território nacional.

Lançada em Dezembro de 2022 em parceria com o .PT, a segunda edição do Programa de Bolsas de estudo universitárias da Huawei já reuniu, no espaço de um mês, mais de 4000 inscrições de alunos provenientes de todo o território nacional.

À semelhança do ano passado, o programa destina-se a estudantes de Engenharia, Tecnologia e áreas relacionadas, sendo que a empresa alargou o âmbito desta edição a estudantes da área das Energias Renováveis, em linha com o desenvolvimento deste sector de negócio em Portugal. Cada um dos estudantes seleccionados receberá 5000 euros para apoiar despesas relacionadas com o percurso académico.

A explicar como tem sido positiva a adesão dos alunos portugueses ao Programa de Bolsas, Diogo Madeira da Silva, director da Huawei em Portugal, responsável pelas áreas de Relações Públicas, Comunicação e Responsabilidade Social, refere que «a resposta

massiva dos estudantes é um reflexo da pertinência desta iniciativa» acrescentando que «a aposta no desenvolvimento destas disciplinas é também fundamental para o progresso do país.»

A Huawei vai atribuir metade das Bolsas a mulheres, à semelhança da edição de 2021/2022. O objectivo é continuar a contribuir para a redução do gender gap na indústria das Tecnologias de Informação e Comunicação, que continua a ser ainda muito masculinizada.

A primeira edição do Programa de Bolsas da Huawei Portugal contou com cerca de 3000 candidaturas, provenientes de todo o País. A *shortlist* de candidatos foi posteriormente avaliada por um júri independente composto por inúmeras individualidades de destaque da sociedade portuguesa, tal como acontecerá este ano.

Os estudantes interessados podem consultar mais informações e apresentar a sua candidatura até ao dia 29 de Janeiro no site do Programa de Bolsas da Huawei.

Cor_EL_15

Fonte: JM Madeira

Título: Miguel Albuquerque visita Centro de Inteligência Artificial da Madeira

Resumo: O presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque, visita amanhã, pelas 16 horas, as instalações do Centro de Inteligência Artificial (IA) da Madeira, localizado no edifício da Ribeira da Boaventura, em Santa Cruz.

O presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque, visita amanhã, pelas 16 horas, as instalações do Centro de Inteligência Artificial (IA) da Madeira, localizado no edifício da Ribeira da Boaventura, em Santa Cruz.

Tratam-se das instalações da Datamentors, que surgem, em relação à Região, como um *player* de incubação empresarial focado nas áreas de IA.

Lembre-se que a Datamentors desenvolveu um programa de formação especializado nas áreas de Software, Ciência de Dados e Engenharia de Dados e incorpora tal programa nos seus serviços diferenciados

A Datamentors oferece ainda um serviço *tailor made* às empresas, que permite às mesmas desenvolverem as suas áreas de IA parcialmente ou na totalidade a partir das suas instalações, garantindo-lhes o recrutamento e formação contínua, mas também a garantia de desenvolvimento e manutenção de produtos relacionados com IA para a empresa em questão.

Refira-se que a Datamentors procedeu à transformação total do espaço cedido, a 8 de junho de 2022, através da parceria com o Governo Regional.

Esta transformação permite ao espaço em questão ter uma capacidade total para receber cerca de 140-160 pessoas, desenvolver iniciativas de formação. Isto para além de uma área para I&D, colaboração e, também, um *open-space*.

Recorde-se que a 7 de junho de 2022, foi assinado entre a Região e a Datamentors um

protocolo de cooperação nas áreas da capacitação digital e da utilização da Inteligência Artificial nas empresas.

Cor_EL_16

Fonte: Público: (Reportagem)

Cor_EL_17

Fonte: Diário de Aveiro

Título: Crianças de Aveiro aprendem a programar nos tempos livres

Resumo: Onze alunos do 2.º e 3.º ano do 1.º ciclo do ensino básico da rede escolar do município de Aveiro, encontram-se a frequentar o projeto-piloto “Vem Aprender a Programar”, uma atividade de ocupação de tempos livres dedicada à exploração da plataforma “UBBU - Literacia em Código”, in...

Onze alunos do 2.º e 3.º ano do 1.º ciclo do ensino básico da rede escolar do município de Aveiro, encontram-se a frequentar o projeto-piloto “Vem Aprender a Programar”, uma atividade de ocupação de tempos livres dedicada à exploração da plataforma “UBBU - Literacia em Código”, inserido no programa de Educação STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática). O projeto, a decorrer durante o ano letivo 2022/23, começou no passado dia 18 de janeiro, desenvolvendo-se na Casa Municipal da Cidadania. Para os alunos é ainda uma oportunidade de ter acesso aos «conteúdos exclusivos sobre o município de Aveiro, que pretendem dar a conhecer a cultura e a história do município».

Cor_EL_18

Fonte: Público

Título: “Sector económico” mantém lei dos solos na gaveta há sete anos, diz dirigente da APA

Resumo: Lei portuguesa sobre os solos poderá acabar por esperar por nova legislação europeia, que tem como principal objectivo recuperar os solos degradados até 2050.

Há sete anos na gaveta, não se sabe quando é que a lei dos solos – conhecida por ProSolos – irá ser publicada pelo Governo. A lei, que tem a recomendação da Assembleia da República, obrigaria a uma maior responsabilização em relação aos solos contaminados, principalmente aos vendedores de propriedades em que, no passado, tenha havido actividades com risco de poluição do solo. Mas o “sector económico” não está convencido da sua importância, segundo adianta um responsável da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

“Não conseguimos, do ponto de vista dos diferentes centros de poder ao nível do Estado e do Governo, convencer o sector económico que era do interesse da economia portuguesa ter uma lei de solos”, disse Nuno Lacasta, presidente da APA, num painel de debate da conferência “Solos saudáveis e gestão sustentável do solo”, que decorreu esta sexta-feira em Lisboa, na sede da Ordem dos Engenheiros. Segundo o responsável, o diploma já foi várias vezes a Conselho de Ministros sem sucesso, mas Lacasta concede que “haver interesses subjacentes a um debate sobre a lei dos solos é absolutamente natural”.

No entanto, uma possível consequência deste atraso é a legislação só surgir com pressão externa, vinda da União Europeia. “A questão fundamental é se Portugal ainda assim avança com uma lei de solos que tem no parlamento ou se fazemos um compasso de espera político relativamente à publicação da proposta europeia”, clarifica Nuno Lacasta. Este compasso de espera pode demorar mais do que um ano e meio.

Um dos temas da conferência, organizada pela Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente (AEPSA), o Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Geológica e de Minas da Ordem dos Engenheiros e a Associação Técnica para o Estudo de Contaminação do Solo e Água Subterrânea, foi justamente a nova legislação da União Europeia sobre solos.

Enquadrada no Pacto Ecológico Europeu, a "legislação para um solo saudável" está a ser desenvolvida pela Comissão Europeia, que deverá apresentar uma proposta até ao fim do primeiro semestre de 2023, informou ao PÚBLICO Humberto Rosa, director para a biodiversidade na Direcção Geral do Ambiente da Comissão Europeia, que tinha dado anteriormente uma palestra sobre aquele tema.

“Uma boa parte dos cidadãos não presta atenção ao solo”, referiu Humberto Rosa logo no início da palestra, acrescentando que este era um “ecossistema esquecido”. Além da importância óbvia para a agricultura, os solos são ecossistemas vivos onde se sustenta o mundo vegetal e animal, e são fundamentais para a retenção de carbono e água. No entanto, entre 60 e 70% dos solos europeus não estão em boas condições, o que leva a perdas anuais de 1,25 mil milhões de euros.

Aquele desconhecimento teve consequências no atraso da legislação sobre solos. Mas a consciência cada vez maior por parte das populações da degradação ambiental que está a acontecer a nível mundial tem empurrado o tema do ambiente para as prioridades governamentais, defendeu o responsável.

Neste momento, há cerca de três milhões de locais contaminados identificados em toda a União Europeia. “O grande objectivo [da nova legislação sobre solos] é chegar a 2050 com os ecossistemas hoje degradados a atingirem uma boa condição”, adiantou o responsável.

O documento que vai ser proposto terá de ser aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu. Entre a proposta e a publicação da lei pode passar-se um ano ou mais. “Espero que a proposta europeia seja um bom impulso para visitar o tema e legislar quando conforme faça falta a Portugal”, disse Humberto Rosa ao PÚBLICO.

Por cá, o caso dos solos contaminados no Parque das Nações, num terreno onde estava a ser construído um parque de estacionamento subterrâneo para o Hospital CUF Descobertas, denunciado no início de 2017, trouxe o problema a público. O tema do “solo contaminado passou a estar à vista de todos, ele estava escondido”, referiu Rui Berkemeier, ambientalista da Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável, durante o painel de debate, que contou com vários participantes.

Anualmente, a Zero tem aproveitado o Dia Mundial do Solo, a 5 de Dezembro, para denunciar o atraso da publicação da lei ProSolos. “A lei obrigaria que quando um proprietário teve uma actividade de risco de contaminação de solo e quer vender o terreno,

teria de apresentar um relatório com a qualidade desse solo. Quem fosse comprar, sabia o que ia comprar”, resumiu Rui Berkemeier.

“Nós estávamos convencidos em 2016 que a lei ia avançar”, disse ainda o ambientalista, acrescentando que nessa altura havia por parte dos vários sectores uma aceitação da lei. “A surpresa foi o arrastar da situação”, assumiu. “Mas penso que o Nuno Lacasta já explicou tudo, há interesses económicos que não têm permitido, até agora, que a lei avance.”

Mas se a lei portuguesa acabar mesmo por esperar pela lei europeia para avançar, o Governo não terá de começar do zero, assegura o presidente da APA.

“O documento português está em grande medida alinhado” com a Comissão Europeia, explicou ao PÚBLICO Nuno Lacasta. “A questão de uma lista de locais contaminados na Europa, Portugal já tem essa lista. O atlas de solos que está praticamente concluído e decorreria dessa mesma legislação [portuguesa] está completamente alinhado com uma futura directiva europeia de solos. A questão de análise [europeia] de risco como método de avaliação se o solo está contaminado ou não, é [também] a metodologia portuguesa.”

Cor_EL_19

Fonte: Correio da Manhã

Título: Navio da SOS Méditerranée resgatou 95 pessoas no Mediterrâneo e Médicos Sem Fronteiras 237 pessoas

Resumo: Organização marítima-humanitária europeia informou que os migrantes relataram que "pelo menos quatro pessoas caíram à água antes da chegada" da equipa de resgate.

O navio Ocean Viking, da organização SOS Méditerranée, resgatou 95 pessoas no Mediterrâneo central, enquanto o Geo Barents, dos Médicos Sem Fronteiras (MSF), seguia esta quinta-feira com outros 237 migrantes para o porto de La Spezia, no nordeste da Itália.

"O Ocean Viking resgatou 95 pessoas de um barco sobrecarregado em águas internacionais ao largo da Líbia, após o alarme do Seabird2 (um avião que localiza barcos de migrantes em perigo)", informou a Organização Não Governamental (ONG).

A SOS Méditerranée acrescentou que os migrantes "relataram posteriormente que pelo menos quatro pessoas caíram à água antes da chegada" da equipa de resgate.

Cor_EL_20

Fonte: Notícias ao minuto

Título: Maláui esgota todas as vacinas que dispunha para combater surto de cólera

Resumo: O Maláui esgotou todas as vacinas que dispunha para combater o surto de cólera que atinge o país desde março passado e que já causou mais de 900 mortes, anunciaram hoje as autoridades.

"É verdade que já não temos vacinas contra a cólera. Utilizámos todas as vacinas que tínhamos. Estamos a falar com a OMS [Organização Mundial de Saúde] para receber outro carregamento", disse o porta-voz do Ministério da Saúde do Maláui, Adrian Chikumbe, em declarações divulgadas hoje pelos meios de comunicação locais.

"Mas (...) não há garantia de que receberemos outro carregamento nos próximos dias", lamentou Adrian Chikumbe.

A escassez mundial de vacinas orais contra a cólera, face aos 30 surtos declarados em 2022 no mundo, obrigou no passado mês de outubro o grupo de organizações que gerem as reservas internacionais (OMS, Médicos Sem Fronteiras, Federação Internacional da Cruz Vermelha e Unicef) a reduzir o número de doses administradas de duas para uma.

A razão do elevado número atual de infeções é a multiplicação de fenómenos climáticos extremos, tais como inundações, secas, bem como guerras e deslocamentos forçados de populações, que limitam o acesso à água potável.

Nos cinco anos anteriores, pelo contrário, menos de 20 países comunicaram situações de propagação de doenças.

Até agora, o surto de cólera no Maláui resultou em 28.132 infeções e 916 mortes, disseram as autoridades sanitárias do país africano na sexta-feira.

No final de novembro, o país lançou uma campanha de vacinação dirigida a 2,9 milhões de pessoas com mais de um ano de idade para travar o surto.

A cólera é uma doença diarreica aguda causada pela ingestão de alimentos ou água contaminada com o bacilo 'vibrio cholerae'.

Segundo a OMS, esta doença continua a ser "uma ameaça global para a saúde pública e um indicador de desigualdade e de falta de desenvolvimento".

Cor_EL_21

Fonte: Público

Título: Quando há sol não é para todos

Resumo: Sou médico, fico feliz quando sinto que fiz a diferença, quando salvo vidas, e salvamos muitas, crianças, mulheres, velhos e novos, inclusive homens de grupos extremistas.

Estava com medo. Não sou diferente dos demais, uma guerra assusta. E os contornos que esta guerra civil atingira, com uma enorme exposição mediática, faziam-me crer que seria diferente das outras. Esta foi a minha quarta guerra enquanto médico a trabalhar para os Médicos sem Fronteiras (MSF). A experiência ajuda a lidar com as emoções.

É doloroso entrar no avião, deixar a sofrer as pessoas de quem mais gosto. Ao olhar pela janela do avião, despeço-me da minha querida cidade do Porto com uma lágrima, não sabendo se não será a última vez que vejo este meu grande amor, e tudo o que ele representa para mim. Tenho medo, mas nem hesitei quando me foi proposto ir para a Síria. As minhas motivações superam largamente os meus medos, talvez ao lerem este texto compreenderão porquê.

Por vezes perguntam-me: “Como é possível arriscares a tua vida?” Normalmente sorrio, enquanto respondo para dentro em silêncio: “Como é possível não o fazer?”

Na Turquia, já bem perto da fronteira com a Síria, onde se reunia esta equipa que iria reabrir o hospital no Norte da Síria, que foi evacuado pela crescente ameaça do Estado Islâmico, o coração aperta, e sinto um nó na garganta quando nos explicam no mapa os cerca de 250 quilómetros que teremos de fazer de estradas na Síria, onde os bombardeamentos são frequentes. E começo aqui a sentir a guerra.

Nessa noite, pensei ouvir bombardeamentos, pois já estava muito perto da Síria, mas

provavelmente era o meu imaginário.

No dia seguinte viajamos até à fronteira, e, nas imediações, o nosso campo de visão é invadido por campos de refugiados, e vemos nas suas caras a dor de um povo órfão de um país, com uma alma sofrida e massacrada.

Nessa noite, a última antes de passar a fronteira, vamos beber a última cerveja porque na Síria estaríamos proibidos, e, naquele que era o único bar, um grupo de homens sírios bebe e dança uns com os outros como se não houvesse amanhã. Leio no seu desprendimento uma mistura explosiva de alegria, por terem fugido à guerra, com a tristeza profunda de quem abandonou a sua amada pátria. Foi muito intenso. Fez-me pensar.

Bem de manhãzinha, atravessamos a fronteira a pé. A polícia turca carimba o nosso passaporte, e depois fazemos uns quilómetros a pé bem carregados, em sentido contrário ao dos refugiados. E do lado de lá, na Síria, não há ninguém para nos carimbar o passaporte, mas sim uma série de homens armados, de aspecto duvidoso, são do Free Syrian Army, a oposição ao regime que luta pela democracia, contra o ditador Bashar Al-Assad.

As nossas duas carrinhas têm o logótipo dos MSF, assim como escrito em árabe “Médicos sem Fronteiras”, e é apenas isto que nos protege. Atravessamos uma boa parte do Norte da Síria, e fiquei colado à janela a absorver a paisagem, absolutamente lunática, com vilas e aldeias abandonadas, onde as marcas de guerra, com casas bombardeadas, não deixam dúvidas dos porquês de quem largou tudo.

Em alguns momentos passamos por 4x4 de caixa aberta com metralhadoras enormes, que nos dão um friozinho na barriga, bastante desconfortável, a que nos vamos habituando. Torna-se normal a presença da máquina de guerra.

Talvez o momento que guardo com mais carinho até hoje terá sido o da nossa chegada à vila, que seria a minha casa e onde se encontrava o pequeno hospital. Os locais sabiam da nossa chegada, e celebraram este momento de uma forma que até dói na alma tentar descrever. Não consigo segurar as lágrimas ao transmitir-vos isto: gritos de alegria, olhos húmidos de emoção, palavras e abraços quentes a pessoas (nós) que não conheciam. A felicidade daquele povo transbordava em cada suspiro: os Médicos sem Fronteiras voltaram!

Sentem que nem todos os abandonaram, a nossa presença personifica a esperança de quem já não sabe a que se agarrar. E só aí, sem ter salvado nenhuma vida, já clarifiquei na minha cabeça que valeu a pena ter deixado os meus queridos a sofrer em Portugal. Percebem agora?

As pessoas viviam com medo duplo: do sanguinário ditador que não hesita em matar quantos pode, e este oportunismo de grupos radicais islâmicos que moldavam e aterrorizavam todo um povo bastante moderado e humanamente fantástico.

Numa gelada manhã de Inverno, na minha inocência, apreciava um bonito nascer do sol, num céu azul até perder de vista, e comentei com os sírios que trabalhavam comigo: “Que lindo dia de sol!” Mas a resposta foi pronta e muito clara: “Está um dia horrível, o céu

está limpo, eles vão voar!” Engoli em seco, congelei em silêncio, e não tardou muito a avistar um MIG da Força Aérea síria, a sobrevoar a zona, a escolher os alvos a bombardear.

É no mínimo estranho sentirmo-nos um alvo, só porque sim. E aí, dei por mim a desconstruir uma verdade universal, da minha visão mágica e holística da vida e da sua verdadeira essência: “Quando há sol é para todos!” Não! Para alguns, um dia lindo significa temer pela vida e olhar os céus à mercê de maldades atrozes, impotentes perante a força da ganância pelo poder.

“Quando há sol não é para todos!”

Várias vezes nos refugiámos num bunker do hospital quando éramos sobrevoados por aviões ou, pior ainda, por helicópteros. Assim como passei noites no bunker da casa, quando os rockets aleatórios faziam tremer o chão estrondosamente, mas senti-me bem e motivado, pela magnitude do significado que dava à presença dos MSF num cenário tão complicado.

Sou médico, fico feliz quando sinto que fiz a diferença, quando salvo vidas, e salvamos muitas, crianças, mulheres, velhos e novos, inclusive homens de grupos extremistas, que se calhar noutra circunstância nos poderiam querer fazer mal, mas nós não julgamos, nós salvamos vidas.

E guardo com um prazer indescritível momentos de horas e horas de trabalho para cumprir a missão a que me propus, e que define todos aqueles que acreditam nos mesmos ideais que eu.

E será essa a minha grande conquista pessoal: as vidas que salvei, e que no imediato me fazem sentir especial e me motivam para continuar, mas esta é apenas uma das razões que me fazem tanto querer ir.

A outra é bem maior. A outra é por ti que me estás a ler, é por todos os que sei que os MSF representam por este mundo fora, é pelos milhares que não se conseguem fazer ouvir, mas que não querem mais guerras.

Eu, tu, nós, os Médicos sem Fronteiras e muitos mais levam à letra a premissa que sustenta a humanidade: todos os seres humanos são iguais.

E o meu convívio de grande proximidade com o povo sírio, em que nas suas histórias de vida me imaginava, vezes sem conta, no exercício que, embora doloroso, é onde encontro a minha alma mais bonita e acima de tudo mais honesta: “E se fosse a minha família? E se fosse a minha casa? E se fosse o meu país? Que pensaria de uma inteira humanidade que (n)os abandonou?”

Lá passei o meu Natal. Tive saudades, mas não me custou muito. Custou-me, sim, o dia em que me fui embora. Um dos nossos tradutores, agora amigo, Faut, foi-me levar à fronteira por questões de segurança.

Odeio despedidas, são demasiadas emoções, mas esta foi claramente a pior. Vinha-me embora, a caminho da minha segurança e conforto, e assim virava costas a pessoas que

sei, porque o provaram, que davam a vida por mim, e foi neste turbilhão de emoções que Faut, de sorriso na cara, à medida que me afastava de mochila às costas, me diz: “Não te esqueças de nós, Gustavo!”, e de rajada respondi: “Nunca, meu querido amigo, nunca”, bati no coração com muita força e sorri, rapidamente virando as costas para que ele não visse, que me ia desfazer em lágrimas...

E com isto podia contar-vos mais mil e uma histórias, para que exercitassem algo que tem tanto de difícil como de importante: a capacidade de termos empatia por vidas que nos parecem longínquas. E depois, apenas e só, agir como gostaríamos que agissem connosco.

Honestidade e justiça porque, “quando há sol, não é para todos”.

As crónicas de Gustavo Carona são patrocinadas pela Fundação Manuel da Mota a favor dos Médicos sem Fronteiras

Cor_EL_22

Fonte: Porto Canal

Título: Sindicato Nacional dos Enfermeiros exige correção urgente da avaliação de desempenho

Resumo: O Sindicato Nacional dos Enfermeiros (SNE) exigiu este sábado ao Governo a correção urgente da "aplicação irregular" do diploma sobre contagem de pontos em sede de avaliação do desempenho à data da transição para as carreiras de enfermagem.

O Sindicato Nacional dos Enfermeiros (SNE) exigiu este sábado ao Governo a correção urgente da "aplicação irregular" do diploma sobre contagem de pontos em sede de avaliação do desempenho à data da transição para as carreiras de enfermagem.

Num abaixo assinado, com 365 assinaturas, dirigido ao primeiro-ministro, António Costa, ao ministro da Saúde, Manuel Pizarro e ao Diretor-Executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS), Fernando Araújo, o SNE pede a intervenção urgente na "correção da aplicação irregular do decreto-lei 80-B/2022, de 28 de novembro", o qual estabelece os termos da contagem de pontos em sede de avaliação do desempenho dos trabalhadores enfermeiros à data da transição para as carreiras de enfermagem e especial de enfermagem.

O SNE salienta que esta recolha de assinaturas surge na sequência do facto da "esmagadora maioria das instituições" (Hospitais EPE e Administração Regional de Saúde/ARS) não ter respondido, no tempo definido no mesmo decreto, às reclamações dos enfermeiros.

"O SNE já informou em devido tempo e solicitou intervenção urgente do Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, Diretor-Executivo do SNS, Grupos Parlamentares e Presidente da República, tendo agora realizado este abaixo-assinado que reuniu 365 assinaturas em duas semanas em todo o País, com especial destaque para a recolha de um maior número de assinaturas no Centro Hospitalar de Setúbal", menciona o sindicato.

O SNE diz contar com o empenho daqueles altos responsáveis governamentais e políticos para "dar cumprimento ao que está no espírito do legislador e ao seu próprio programa de exercício governativo".

Com esta iniciativa do abaixo-assinado, a organização sindical, presidida por Emanuel Boieiro, refere que cumpre assim as suas atribuições estatutárias, nomeadamente as que estão previstas no artigo 3º dos Estatutos do SNE, aprovados por unanimidade na Assembleia-Geral constituinte em 12 de fevereiro de 2022.

Entre outros princípios, o SNE diz promover "o sindicalismo democrático de acordo com os princípios definidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no sentido de defender os legítimos interesses dos enfermeiros reforçando a unidade na ação com outras estruturas representativas dos trabalhadores" e "lutar pelo direito à segurança no emprego, com condições de conforto, saúde e segurança, que respeitem a personalidade e as aptidões de cada trabalhador".

Neste abaixo-assinado, o SNE diz ainda "promover o diálogo social, na relação com os empregadores em geral e o Estado em particular" e "defender o direito à igualdade de tratamento e oportunidades para todos os trabalhadores sem qualquer discriminação, nomeadamente de raça, sexo, ideologia, religião ou nacionalidade"

O SNE diz ainda promover e reforçar a dignificação e valorização da profissão, garantindo a participação dos enfermeiros nas decisões sobre políticas de saúde, garantindo que exerce a sua ação com total independência do patronato, governo, partidos políticos, instituições religiosas ou quaisquer outros agrupamentos.

Cor_EL_23

Fonte: Notícias do Centro

Título: Habitantes de Luso querem Extensão de Saúde a funcionar de segunda a sexta-feira - Notícias do Centro

Resumo: Os habitantes da Freguesia de Luso, no concelho de Mealhada, distrito de Aveiro, vão realizar uma concentração na segunda-feira para exigirem mais meios humanos para a Extensão de Saúde e o seu funcionamento de segunda a sexta-feira. A concentração está agendada para as 10:30, junto da Extensão de Saúde de Luso, e é organizada para que o serviço “volte a ser aberto a tempo inteiro e com todas as valências”. Segundo os promotores da ação de protesto, a iniciativa justifica-se por a comunidade estar “cada vez mais descontente devido às dificuldades.

Os habitantes da Freguesia de Luso, no concelho de Mealhada, distrito de Aveiro, vão realizar uma concentração na segunda-feira para exigirem mais meios humanos para a Extensão de Saúde e o seu funcionamento de segunda a sexta-feira.

A concentração está agendada para as 10:30, junto da Extensão de Saúde de Luso, e é organizada para que o serviço “volte a ser aberto a tempo inteiro e com todas as valências”.

Segundo os promotores da ação de protesto, a iniciativa justifica-se por a comunidade estar “cada vez mais descontente devido às dificuldades que tem tido no acesso a consultas, tanto ao nível da medicina como no capítulo da enfermagem”.

“Se já existia um problema gravíssimo com a falta de médicos de família, que persiste há vários anos, agora também os cuidados de enfermagem são mais escassos”, salientam em

comunicado enviado à agência Lusa.

A acrescentar ao “abre e fecha” da Extensão de Saúde, “apenas abrindo nos períodos da manhã” das segundas e das quartas-feiras, os utentes queixam-se que “mais de metade da população” está sem médico de família, após um profissional clínico passar à aposentação.

Entre outras reivindicações, segundo o documento, a população da Freguesia de Luso “exige reverter a consulta aberta para, de novo, ser na sede do concelho, Mealhada”, pede “a reposição de médicos, enfermeiros e pessoal administrativo” e também “a abertura de segunda a sexta-feira à semelhança [do] que existia anteriormente”.

Os utentes referem que “veem o tema do funcionamento da Extensão de Saúde como incontornável na vida de uma comunidade que não pode, nem deve, ser olhada como de segunda”.

Na nota é referido que a Extensão de Saúde de Luso é a mais recente do concelho da Mealhada e a freguesia, com cerca de 2.300 habitantes, é um destino termal e turístico do centro do país, “conhecido a nível nacional e internacional”.

Contactado pela Lusa, o presidente da Junta de Freguesia de Luso, Claudemiro Semedo, confirmou que um dos médicos de família que prestava serviço na Extensão de Saúde reformou-se em novembro de 2022 e está a ser aguardada a sua substituição.

Lembrou que já realizou reuniões com a Câmara Municipal da Mealhada e com o Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego e que, “a partir de junho”, o serviço de saúde na freguesia retomarà o normal funcionamento, após a abertura de um concurso para recrutamento de um novo médico de família.

A Unidade de Saúde Familiar que assegura o funcionamento da Extensão de Saúde de Luso “devia ter seis médicos e, neste momento, tem três”, indicou Claudemiro Semedo.

Devido à situação, a Extensão de Saúde “está a funcionar apenas à segunda-feira e à quarta-feira, das 08:30 às 13:00”, com uma médica de família, e em situações de urgência, “as pessoas têm que se deslocar a Pampilhosa”.

A Junta de Freguesia está ao lado da população e tudo tem feito para manter a Extensão de Saúde em funcionamento, incluindo a recente realização de obras da cobertura do edifício, referiu o autarca.

Cor_EL_24

Fonte: JM Madeira

Título: Maioria absoluta: PCP diz que polémicas refletem subordinação do poder político ao económico

Resumo: O PCP defende que as polémicas que envolvem o Governo são “reflexo da subserviência e subordinação” do poder político ao poder económico, insistindo que o partido tinha razão quando afirmou que “era necessário mudar de política”.

O PCP defende que as polémicas que envolvem o Governo são “reflexo da subserviência e subordinação” do poder político ao poder económico, insistindo que o partido tinha razão quando afirmou que “era necessário mudar de política”.

Em entrevista à agência Lusa, a propósito do primeiro ano desde as eleições legislativas antecipadas em 30 de janeiro de 2022, a líder parlamentar do PCP, Paula Santos, foi questionada sobre as polémicas que envolvem o Governo desde a sua posse em março do ano passado.

“Não desvalorizamos, naturalmente, as circunstâncias que têm sido conhecidas relativamente aos membros do Governo, aliás, elas são também resultado e reflexo da subserviência e da subordinação do poder político ao poder económico, da promiscuidade que existe entre poder económico e político, com membros do Governo que estão em funções públicas e depois passam para o exercício de altos cargos em empresas e grupos económicos”, defendeu.

A dirigente comunista insistiu que “o PCP tinha razão quando afirmou que era necessário mudar de política” e quando “na discussão do primeiro Orçamento do Estado para 2022” - cujo chumbo levaria a eleições antecipadas - “colocou a questão dos salários, da legislação laboral, da saúde, da habitação, como questões prioritárias que exigiam resposta”.

“Esta maioria absoluta do governo do PS e esta maioria parlamentar têm-se traduzido numa opção política de recusa em dar resposta aos problemas que afetam os trabalhadores e o povo, acentuando desigualdades, injustiças, empurrando para o empobrecimento, e isto num contexto de agravamento das condições de vida da generalidade da população, ao mesmo tempo em que toma uma opção de favorecimento dos grupos económicos”, acusou.

No último ano o PCP viu uma “convergência do PS com os partidos à direita” e questionada sobre a promessa de diálogo feita pelos socialistas quando venceram as eleições legislativas com maioria absoluta, Paula Santos respondeu que até agora apenas tem visto diálogo do PS “com o patronato e os grupos económicos”.

Os comunistas insistem na necessidade de investimento em áreas como o Serviço Nacional de Saúde (SNS), a escola pública ou a habitação, “em que sistematicamente aquelas que são as respostas que seriam necessárias não têm estado presentes nas opções por parte do PS e do seu Governo”.

"A verdade é que os salários e as pensões hoje dão para menos e esta é uma questão absolutamente prioritária", sublinhou.

Em 30 de janeiro de 2022 o PS venceu as eleições legislativas antecipadas com maioria absoluta e elegeu 120 deputados, tendo o PSD ficado em segundo lugar, com 77 parlamentares. O Chega conseguiu a terceira maior bancada, com 12 deputados, seguindo-se a Iniciativa Liberal, com oito, o PCP, com seis, o BE, com cinco, o PAN, com um, e o Livre, também com um.

Devido à repetição de eleições no círculo da Europa, o Presidente da República, Marcelo

Rebello de Sousa, apenas deu posse ao XXIII Governo Constitucional, o terceiro chefiado por António Costa, em 30 de março de 2022.

Cor_EL_25

Fonte: JM Madeira

Título: Após várias auditorias externas, SESARAM assegura estar a caminho da “excelência”

Resumo: Entre os dias 23 e 27 de janeiro decorreram no SESARAM auditorias de avaliação externas a seis serviços hospitalares e a quatro centros de saúde, que se encontram em processo de renovação de certificação pelo Modelo de Certificação de Unidades de Saúde do Ministério da Saúde, adaptado do modelo ACSA.

Entre os dias 23 e 27 de janeiro decorreram no SESARAM auditorias de avaliação externas a seis serviços hospitalares e a quatro centros de saúde, que se encontram em processo de renovação de certificação pelo Modelo de Certificação de Unidades de Saúde do Ministério da Saúde, adaptado do modelo ACSA.

A este propósito, Laura Marques, coordenadora do modelo de certificação de unidades de saúde do Ministério da Saúde, realçou que “há uma evolução e o assumir de uma cultura interna da qualidade que não envergonha qualquer instituição em qualquer parte do mundo”.

“Neste momento, estão no caminho certo e em velocidade cruzeiro”, aditou ainda, aclarando que este é um reconhecimento externo do trabalho em segurança, com o aumento da acessibilidade, da eficiência e da eficácia dos cuidados prestados, de acordo com as “melhores evidências científicas atuais”.

Já Cristina Esteves, coordenadora do Gabinete de Qualidade do SESARAM, revelou que o balanço é “muito positivo”, uma vez que foi também “notório o envolvimento crescente de todos os profissionais” que estão em processo de renovação de certificação, com um “crescimento tremendo” em relação à primeira certificação.

“As auditorias externas correram muito bem. Pretendemos atingir a excelência e para lá caminhamos. Num futuro próximo vamos apostar em certificar cada vez mais serviços”, asseverou.

Por fim, Eduardo Freitas, diretor do Centro de Saúde de Machico, em representação do coordenador do ACES, assegurou que o foco do SESARAM é a melhoria contínua dos cuidados prestados e a uniformização de procedimentos com vista a um melhor atendimento dos doentes, “de maneira a que um doente seja atendido no Funchal da mesma maneira e com a mesma segurança que é atendido em qualquer parte da ilha”.

Cor_EL_26

Fonte: Público

Título: PCP critica atitude do Governo com docentes e diz que está a tempo de emendar

Resumo: “Temos dito isso várias vezes, o Governo fez mal em ir por esse caminho”, afirmou o líder comunista Paulo Raimundo.

O secretário-geral do PCP, Paulo Raimundo, criticou este sábado a posição do Governo face às manifestações dos professores, criando um "ambiente que não se justifica", e defendeu que "está sempre a tempo de emendar o erro".

Em declarações à agência Lusa e RTP no final de uma iniciativa sobre saúde materna, em Lisboa, onde esteve durante cerca de duas horas a ouvir testemunhos de profissionais de saúde e mães, Paulo Raimundo foi questionado sobre a decisão desta sexta-feira do Tribunal Arbitral de fixar serviços mínimos a pedido do Governo, para a greve por tempo indeterminado de professores e não docentes.

Sobre se considera que esta decisão coloca em causa o direito à greve, como defendido por alguns sindicatos, Paulo Raimundo respondeu: "Sim, acho que o Governo fez mal em ir por esse caminho."

"Temos dito isso várias vezes, o Governo fez mal em ir por esse caminho (...) está sempre a tempo de emendar o erro que tomou, acho que é um erro, está a criar um ambiente que não se justifica e esperemos que a intenção não seja ir mais longe", avisou.

Interrogado, a título de exemplo, sobre o caso de crianças que apenas têm acesso a refeições nas escolas, Paulo Raimundo respondeu que é sensível a estas situações "dramáticas", mas salientou que estas têm "uma outra questão por trás que ainda é mais preocupante".

"Se as crianças o único sítio onde podem ter uma refeição é na escola, então esse é que é o problema de fundo que a gente precisa de resolver (...). Até é um bocadinho insultuoso o Governo argumentar com uma coisa dessas", atirou. O dirigente comunista insistiu na necessidade de fixar preços de bens essenciais como forma de "ajudar a esse problema", algo que o executivo "não tem feito".

O coordenador do Sindicato de Todos os Profissionais de Educação (STOP), André Pestana, apelou este sábado aos milhares de manifestantes presentes no protesto em Lisboa para que, na próxima semana, parem e "encerrem as escolas de norte a sul do país".

A concentração de começou por volta das 13h em frente ao Ministério da Educação e terminou às 18h30, em frente ao Palácio de Belém, com os manifestantes a gritar "Não Paramos" e "Vitória".

Professores e pessoal não docente reivindicam melhores condições de trabalho e salariais. O STOP pede que todas as pessoas que trabalham nas escolas tenham um aumento de 120 euros para fazer face ao aumento do custo de vida.

Além dos protestos do STOP, estão a decorrer greves organizadas pelo SIPE e por uma plataforma composta por oito sindicatos, da qual fazem parte as duas maiores estruturas sindicais do sector da educação: a Federação Nacional de Professores (Fenprof) e a Federação Nacional de Educação (FNE).

Cor_EL_27

Fonte: TSF Online

Título: Catarina Martins acusa Governo de colocar em causa direito à greve dos docentes

Resumo: A coordenadora do BE diz que "a ideia de que cabe aos professores em greve garantir as funções essenciais de acolhimento e apoio social nas escolas é maliciosa".

A coordenadora do BE defendeu este sábado que "a ideia de que cabe aos professores em greve garantir funções essenciais" de apoio social nas escolas é uma "forma maliciosa" do executivo colocar em causa o direito à greve.

"A ideia de que cabe aos professores em greve garantir as funções essenciais de acolhimento e apoio social nas escolas é apenas uma forma maliciosa de o Governo colocar em causa o direito dos docentes à greve", escreveu a coordenadora do Bloco de Esquerda (BE), Catarina Martins, numa mensagem publicada na sua conta oficial na rede social 'Twitter'.

No 'tweet', acompanhado por imagens de professores em protesto, a líder do BE acrescentou que "a educação não é serviço mínimo e a maioria absoluta não pode continuar a negar as condições básicas que as greves reclamam: carreiras e tempo de serviço respeitados, concursos transparentes, despesas de deslocação como noutras profissões, condições de trabalho".

Professores e pessoal não docente manifestam-se hoje em Lisboa, num protesto organizado pelo Sindicato de Todos os Profissionais da Educação (STOP) para exigir melhores condições de trabalho e salariais e contra os serviços mínimos nas escolas.

A marcha realizou-se entre o edifício do Ministério da Educação e a residência oficial do Presidente da República, local onde os primeiros manifestantes chegaram pouco depois das 16:15 gritando "está na hora de o Presidente vir cá fora".

O Tribunal Arbitral decidiu fixar esta sexta-feira serviços mínimos, a pedido do Governo, para a greve por tempo indeterminado de professores e não docentes, que se prolonga desde dezembro, informou hoje o Ministério da Educação.

Em comunicado, o Ministério da Educação justificou o pedido de definição de serviços mínimos com a "duração e imprevisibilidade das greves decretadas pelo Sindicato de Todos os Profissionais da Educação (STOP) e consequências acumuladas para os alunos, no que concerne a sua proteção, alimentação e apoio em contextos de vulnerabilidade".

Na semana passada, o STOP recusou a proposta da tutela de serviços mínimos que permitem ter as escolas abertas, dar refeições e acolher alunos com necessidades educativas especiais.

Cor_EL_28

Fonte: Renascença Online

Título: Talibãs proibem as mulheres de fazer exames de acesso à universidade - Renascença

Resumo: No mês passado, as mulheres também foram proibidas de trabalhar em organizações não-governamentais, com o pretexto de que muitas funcionárias não cobriam a cabeça.

Os talibãs proibiram este sábado as estudantes afegãs de se apresentarem a provas de acesso à universidade, um mês depois de ter sido vetada a educação superior feminina no Afeganistão.

"Vale a pena mencionar que as estudantes mulheres não podem matricular-se até nova ordem", indicou o Ministério da Educação Superior do Governo interino dos talibãs, numa carta dirigida às universidades privadas e aos institutos de educação superior, um texto a que a EFE teve acesso.

Qualquer "desvio" da proibição à educação superior feminina "será tratado de acordo com a lei", indicaram os talibãs, que governam o país segundo uma interpretação estrita da lei islâmica e aplicam regularmente punições corporais e até execuções em público.

Esta clarificação surge depois de em dezembro ter sido imposta a proibição das mulheres nas universidades, que era permitida, uma medida que se juntou à proibição das alunas de acederem ao ensino secundário desde que os talibãs chegaram ao poder em agosto de 2021.

No mês passado, as mulheres também foram proibidas de trabalhar em organizações não-governamentais (ONG), com o pretexto de que muitas funcionárias não cobriam a cabeça.

A decisão recebeu a condenação da comunidade internacional e levou a que várias ONG suspendessem os seus programas no Afeganistão.

Apesar das promessas de mudança que fizeram quando assumiram o poder, as medidas adotadas pelos talibãs contra as afegãs recordam cada vez mais a época do primeiro regime talibã (1996-2001), quando as mulheres foram relegadas para tarefas domésticas, sem possibilidade de sair de casa.

Cor_EL_29

Fonte: Jornal Sol: opinião

Título: O demónio do palco católico

Resumo: Felizmente que o Papa tem feito publicidade ao evento e a Portugal, coisa que deveria ser seguida pelas principais figuras do estado. Gastam-se milhões para ouvir um papalvo na *Web Summit* mas aí ninguém diz nada, e a classe política pela-se para subir ao palco.

Hoje vou estar do contra. E estou do contra porque não percebo o histerismo com a história de um palco custar cinco milhões de euros quando o retorno esperado é de largos milhões de euros, além de que o mesmo poderá ser utilizado em grandes festivais de verão. É, sem dúvida, um grande investimento para a cidade e para o país. E fez-me confusão ver o Presidente da República a portar-se como um fiscal de obras a falar nos custos do palco-altar e de outros da Jornada Mundial da Juventude (JMJ). Como é que se faz um palco para mais de um milhão de pessoas, que será transmitido para o mundo inteiro? Pega-se nuns contentores, como queria José Sá Fernandes, e faz-se um altar para o Papa falar para o mundo? Ou opta-se por seguir os conselhos do Presidente e faz-se uma coisa modesta, onde o milhão, ou mais, de peregrinos sairá de Portugal com a ideia de um país pobretanas? Nesta história toda, tiro o chapéu a Carlos Moedas que conseguiu,

com ar irritado, é certo, explicar que o investimento vai ter um retorno imenso, além de que o palco do Parque Eduardo VII também será um cartão de visita da cidade. Quantos milhões não seria preciso gastar em campanhas de publicidade para promover tanto o país como é o caso da JMJ?

Felizmente que o Papa tem feito publicidade ao evento e a Portugal, coisa que deveria ser seguida pelas principais figuras do estado. Gastam-se milhões para ouvir um papalvo na *Web Summit* mas aí ninguém diz nada, e a classe política pela-se para subir ao palco.

Estou à vontade, pois, apesar de batizado, não sou católico praticante e há todo um mundo que nos separa, mas não perceber que um encontro que trará a Portugal mais de um décimo da sua população acho uma verdadeira tontice. Além de que toda a zona da Expo que estava por finalizar, ficará completa, dando à população da Grande Lisboa, e não só, um local único.

Quase a terminar esta conversa, diga-se que estranhei que o bispo responsável pela JMJ se tenha sentido magoado pelo preço do palco. Insólito, no mínimo. O que é caro é gastar no que não tem retorno, nem marca a diferença. A zona da Expo ficará com condições para fazer espetáculos únicos na Europa.

A última nota final vai para o representante do Governo na equipa da JMJ. Querirá José Sá Fernandes dizer quanto custaram as obras de requalificação do armazém onde está a sua equipa que ficará a trabalhar no evento até 31 de dezembro de 2024? É que o bispo D. Américo Aguiar está muito próximo de Sá Fernandes, mas numas instalações modestas, sem aquecimento, e com o mobiliário do tempo da antiga Manutenção Militar de Lisboa, onde lhe fiz uma entrevista há umas semanas. Seria também engraçado saber por que razão Sá Fernandes e a sua vasta equipa vão ficar a trabalhar no evento até ao final de 2024.

P. S. Agora algo completamente diferente. É ou não verdade que as empresas europeias estão proibidas de fazer negócios com a Rússia? Se assim é, como é que o Benfica, que já ofereceu material à causa ucraniana, é certo, conseguiu vender dois jogadores a clubes russos? Isto não é furar o bloqueio à Rússia?

P. S. 2. A propósito da palhaçada da invasão do teatro São Luiz, recebi de um amigo linguista uma nota que quero partilhar. «Uma coisa irritante é esta cedência a utilizar a designação cis. Ser trans é a exceção à regra da imensa maioria dos seres humanos. É-se trans ou não se é trans. Há um termo para designar a exceção, mas não faz qualquer sentido arranjar um novo nome para a regra. Não é a minoria que condiciona ou impõe o nome da maioria. Há os tatuados e os não tatuados, não há os tatuados e os ‘alérgicos à tatuagem’, nem os tatuados e os ‘cpl’ (conformados com a pele limpa). Assim como não há os vegans e os ‘cat’ (conformados com a alimentação tradicional). Alinhar na moda idiota do cis é começar logo a ceder aos fanáticos do politicamente correto. Deixem o cis para os radicais do extremismo cultural woke. Trans e não trans chega bem. E esclarece». Não posso estar mais de acordo.

Cor_EL_30

Fonte: Observador

Título: Os professores e a derradeira luta

Resumo: Por: Jorge Fernandes

A sociedade Portuguesa está profundamente doente, sem soluções políticas, num empobrecimento relativo galopante face às suas congéneres Europeias e com uma evidente falta de perspectivas para o futuro. Há quem queira negar isto e pensar que o PRR e (mais) uma governação Socialista farão Portugal dar o salto que necessita. Não acontecerá. As greves e os protestos dos professores são apenas a ponta do iceberg de uma população descontente e que, na maioria dos casos, caso tivesse a oportunidade e os meios, juntar-se-ia aos protestos. Não faz greve quem quer, faz greve quem pode.

Ao contrário do mito propagado pela própria classe, os professores não são mal pagos no contexto Português. De acordo com os dados oficiais, um professor em início de carreira, com horário completo, recebe 1589 brutos, independentemente de ter já um lugar permanente no quadro da função pública. Utilizando os mesmos dados, um enfermeiro, também em início de carreira, ganha 1268 Euros. Se compararmos com os dados do Eurostat, verificamos que esta remuneração coloca os professores, logo no início da carreira, acima do rendimento mediano em Portugal e na mediana do rendimento dos trabalhadores que frequentaram o ensino superior. Serão isto bons salários? Obviamente que não. Para além de insatisfatórios, pagam uma carga (relativa) de impostos muito elevada o que, na prática, significa um empobrecimento da classe docente. No entanto, este é o modelo político e económico que os Portugueses reiteradamente escolhem nas urnas há décadas, com os resultados que estão à vista.

Um dos pontos fulcrais dos protestos dos professores é a recuperação da dignidade perdida nas últimas décadas. Por um lado, essa perda de dignidade é culpa dos próprios professores, os quais, ao longo de décadas, deixaram-se instrumentalizar pela FENPROF e sacrificaram as suas reivindicações no altar da estratégia maior do PCP. Por outro lado, a perda de dignidade não está confinada aos professores. Ela é, isso sim, partilhada por inúmeras profissões que, há décadas, ofereciam um acesso a uma classe média sólida e socialmente respeitada e, actualmente, oferecem apenas o acesso a uma situação laboral e social precária e sem perspectivas de futuro.

Naturalmente, existem pedidos da parte dos professores que são completamente razoáveis, como a organização das colocações de forma mais racional, de modo a diminuir as deslocações. Havendo vontade política, esta medida não é difícil de realizar e não parece carecer de grandes custos financeiros. Por outro lado, existem exigências por parte dos professores que são completamente irrealistas, nomeadamente a recuperação do tempo de serviço. Em primeiro lugar, é-me completamente estranha a ideia de “tempo de serviço” enquanto mecanismo para subida na carreira. O tempo não deve ter qualquer impacto na subida de remuneração. Um professor mau e incompetente não tem qualquer motivo para estar num escalão superior aos 50 anos enquanto um professor óptimo e competente está num escalão mais baixo aos 35 anos apenas porque é mais novo.

Para além disso, os professores não podem pretender que a crise profunda de 2010-2014 não aconteceu. Com raríssimas excepções, todas as profissões viram o seu poder de compra e carreiras erodidas. Depois de ter beneficiado fortemente a função pública de forma indevida em 2016, com a suposta “reposição de rendimentos”, ignorando, olímpicamente, as perdas que o sector privado e os desempregos sofreram, seria um péssimo sinal que António Costa decidisse premiar retroactivamente uma classe

profissional, tornando-a, na prática, imune à crise brutal que o país sofreu na última década.

Por último, apesar de ter o capital social e organizativo para lutarem pelos seus direitos, os professores têm uma responsabilidade social perante todos os portugueses. Deveriam utilizar a sua capacidade reivindicativa de forma mais contida. Dir-me-ão que o direito à greve é sagrado. Não contesto, como é evidente. No entanto, depois de três anos da pandemia, em que Portugal, ao contrário da propaganda, cometeu erros tremendos ao obrigar ao encerramento de escolas durante uma eternidade, sujeitar os alunos a mais um ano lectivo de caos, só prejudicará ainda mais os alunos. Pior, os mais pobres e com maior necessidade do bom funcionamento da escola pública serão os mais prejudicados. Os filhos de famílias afluentes estão já refugiados nas escolas privadas, onde poderão continuar os seus estudos de forma tranquila, perpetuando, assim, as desigualdades gritantes existentes em Portugal. Um aluno pobre, sujeito à pandemia e às greves dos professores, terá, na prática, quatro anos lectivos perdidos. Para uma criança que entrou no ensino básico em 2019/2020, isto significa que os primeiros quatro anos de escolaridade foram uma catástrofe. Os custos individuais e colectivos de tudo isto serão pagos, a prazo, por uma geração que teve a infelicidade de nascer neste contexto.

Cor_EL_31

Fonte: Observador:

Título: Outra vez a crise

Resumo: Por: Manuel Villaverde Cabral

Em Portugal e não só, especialmente no domínio do poder político-partidário, é raro a imprensa e as empresas de sondagem falarem «verdade». Tanto assim que a sondagem da empresa Aximage publicada anteontem no «Diário de Notícias» e que li ao almoço de sexta-feira passada, já não aparece tal e qual, com o mesmo destaque, na internet depois de almoçar ao iniciar esta crónica... O que isto significa é que a sondagem – valha ela o que valer do ponto de vista estatístico – é antes de mais dirigida ao governo e aos demais partidos de S. Bento, bem como ao presidente da República.

Assim sendo, 99,9% dos eleitores eventualmente interessados no assunto não terão lido o jornal nem o encontrarão mais tarde na internet, cujas virtudes informativas só poderão servir, eventualmente, ao Presidente da República e aos dirigentes dos partidos políticos representados no parlamento há menos de um ano, que davam então ao PS uma «maioria absoluta» ... com pouco mais de 40% de votos! Ora, segundo o «DN» de ontem, António Costa terá passado em menos de um ano de uma «avaliação positiva» de quase metade dos inquiridos para uma «avaliação negativa» de 59%.

Sendo certo que «as sondagens valem o que valem», conforme diz a grande maioria do eleitorado, tudo leva a crer que, em menos de um ano, a opinião pública mudou radicalmente de opinião acerca do primeiro-ministro (54% de eleitores «contra») e 59% contra os membros do governo. Quanto ao antigo presidente da Câmara de Lisboa Fernando Medina, actual ministro das Finanças, sucessor putativo de António Costa como «leader» do PS e futuro candidato a primeiro-ministro, tudo leva a crer que o seu percurso partidário acabará por estes dias, sendo Medina removido em breve das funções que tem assumido desde o tempo de Sócrates.

O Presidente da República, com a infundada responsabilidade que continua a assumir em favor de António Costa e do PS, terá entretanto percebido o que eu próprio sugeri há cerca de uma semana, quando perguntei por que razão o PR não mandou imediatamente os parlamentares de serviço para casa e não promoveu um governo temporário e apartidário

enquanto não fossem feitas novas eleições. Resta saber se o PR será capaz de fazer isso: não seria a primeira vez que tal acontecia em democracia!

Entretanto, já se verificaram duas atitudes da maior importância perante a possibilidade de o PS ser em breve removido do poder. A mais óbvia é o anúncio de que o novo secretário-geral do PCP não deixará de viabilizar um governo do PS em caso de necessidade. Partirei em princípio da ideia que o PR não sustentará tal hipótese. Em contrapartida, sou o primeiro a reconhecer aquilo que o PR não disse, mas não deixou obviamente de pensar, algo bem mais grave que os ameaços comunistas, a saber, a falta de oposição.

Com efeito, perante os lamentáveis procedimentos irregulares e mesmo ilegais dos agentes do PS, desde o parlamento às Câmaras Municipais e às Juntas de Freguesia, o governo socialista imaginou-se na posse do «poder absoluto» sem se aperceber que tal não existe no espaço público. Neste momento, além dos inúmeros candidatos convidados para o governo que se viram obrigados a desistir, se é que não serão penalizados pela justiça, há já mais dois actuais membros do governo susceptíveis de o abandonar e um possivelmente obrigado a isso: os ministros das Finanças e da Educação, bem como o dos Negócios Estrangeiros...

Quanto aos partidos actualmente excluídos pela «maioria absoluta» reivindicada pelo PS com 41% dos votos apenas, o que corresponde a bastante menos deputados se o resultado fosse proporcional, o segundo mais numeroso é o PSD, o qual foi dirigido da pior maneira pelo «leader» cessante, Rui Rio, dispensando a tradicional coligação com o CDS, desbaratando assim perto de cem mil votos que teriam tirado a falsa maioria ao PS: bastava respeitar a proporcionalidade!

Entretanto, o novo leader do PSD, Luís Montenegro, sem experiência governativa, ficou fora do parlamento nas últimas eleições legislativas enquanto o partido recusou votar contra o PS na última votação parlamentar, tendo vindo a acantonar-se no Norte do país apesar da conquista da Câmara de Lisboa. Simultaneamente, Montenegro não propôs qualquer ideia nem falou em aliança com os partidos da oposição susceptíveis de suceder ao PS caso o presidente da República dissolva o parlamento em face dos sucessivos desastres do actual governo.

Tão importante ou mais do que isso é começar a conceber um pacote coerente de medidas a tomar perante a crise que o primeiro-ministro e o PS têm não só tentado esconder – desde a saúde pública, o envelhecimento da população e a actualização das reformas até à modernização da educação e o que esta envolve – como agravado o desenvolvimento económico perante a crise financeira do país. Eis o que nos enfrenta e que o PS só piorará.

Cor_EL_32

Fonte: Porto Canal

Título: Alargada 10 dias consulta pública para Zona Livre Tecnológica ao largo de Viana do Castelo

Resumo: O Governo deu mais 10 dias de consulta pública do projeto de delimitação da Zona Livre Tecnológica (ZLT) de Viana do Castelo, para inovação e desenvolvimento da produção de eletricidade com energias renováveis de fonte ou localização oceânica.

O Governo deu mais 10 dias de consulta pública do projeto de delimitação da Zona Livre Tecnológica (ZLT) de Viana do Castelo, para inovação e desenvolvimento da produção de eletricidade com energias renováveis de fonte ou localização oceânica.

O projeto de portaria que delimita a Zona Livre Tecnológica de energias renováveis de

origem ou localização oceânica ao largo de Viana do Castelo foi, em 18 de novembro do ano passado, submetido a consulta pública, por aviso conjunto dos ministérios da Economia e do Mar e do Ambiente e da Energia, que deu um prazo para sugestões de 30 dias a contar do dia da publicação do aviso.

Os dois ministérios, num outro aviso conjunto, publicado esta sexta-feira em suplemento do Diário da República, determinam agora a abertura de consulta pública, "pelo período complementar de 10 dias", da portaria que delimita a zona de economia azul sustentável ao largo de Viana do Castelo.

"Sem prejuízo da consideração e análise das pronúncias apresentadas naquela sede [de audição pública aberta em novembro], torna-se pública a decisão de submeter a consulta pública o projeto de portaria que procede à delimitação da ZLT de energias renováveis de origem ou localização oceânica, ao largo de Viana do Castelo, (...) por um período complementar de 10 dias", referem no aviso os Ministro da Economia e do Mar, Costa Silva, e a Secretária de Estado da Energia e do Clima, Ana Fontoura Gouveia.

Ainda em novembro de 2022, dias antes de publicado o aviso da consulta pública deste projeto de portaria, a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) divulgou as vantagens das ZLT, salientando que a sua constituição pretende "fomentar sinergias" na produção de energia a partir de fontes renováveis no mar.

"As ZLT visam promover e facilitar a realização de atividades de investigação, demonstração e teste, em ambiente real, de tecnologias, produtos, serviços, processos, modelos inovadores, conceitos, modelos de negócio, quadros regulatórios específicos, no âmbito das atividades de produção, armazenamento, promoção da mobilidade elétrica e autoconsumo de eletricidade", referia a nota.

A ZLT vai ficar localizada junto ao projeto Windfloat Atlantic, o primeiro parque eólico flutuante da Europa continental, ao largo de Viana do Castelo.

As ZTL integram o programa Startup Portugal – Estratégia Nacional para o Empreendedorismo e foram introduzidas pelo CeiiA - Centro de Engenharia e Desenvolvimento, em 2019.

A primeira ZLT da Marinha, em Troia, no concelho de Grândola, foi inaugurada em julho de 2022.

Cor_EL_33

Fonte: Porto Canal

Título: Governo coloca em consulta pública exploração de cinco áreas marítimas para colocação de eólicas

Resumo: A audição pública das propostas de delimitação das zonas de implantação para energias renováveis no mar ('offshore') começa na segunda-feira, e até meados de março, segundo o Diário da República.

A audição pública das propostas de delimitação das zonas de implantação para energias renováveis no mar ('offshore') começa na segunda-feira, e até meados de março, segundo

"A Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos promove a audição pública, por um prazo de 30 dias, para a formulação de sugestões e recolha de contributos da proposta preliminar das áreas especializadas pelo grupo de trabalho para o planeamento e operacionalização de centros eletroprodutores baseados em fontes de energias renováveis de origem ou localização oceânica", lê-se no despacho conjunto da tutela da Economia e Mar, Ambiente e Ação Climática e Infraestruturas.

Em comunicado conjunto, hoje divulgado, os dois ministérios anunciam o início da audição a partir de 30 de janeiro, e durante os 30 dias úteis seguintes, e divulgam que pode ser consultada no sítio da internet da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.

O grupo de trabalho, criado em setembro, tem até 31 de maio para apresentar contributos para desenvolver a produção de energia renovável 'offshore', "para o planeamento e operacionalização de centros eletroprodutores baseados em fontes de energias renováveis de origem ou localização oceânica".

A missão do grupo é, segundo o diploma de setembro, "apresentar aos membros do Governo responsáveis, até ao dia 31 de maio de 2023, um relatório com contributos e recomendações" que respondam aos objetivos assinalados, entre os quais o de propor um conjunto de áreas preferenciais para instalar centros eletroprodutores 'offshore', com indicação dos pontos de interligação à Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT).

O Governo tem assumido a ambição de atingir uma capacidade instalada de eólico 'offshore' de 10 gigawatts (GW) em 2030, a atribuir por leilão.

Cor_EL_34

Fonte: Impala News: (Reportagem)

Cor_EL_35

Fonte: Jornal Mundo Atual:

Título: Investimentos do Governo, municípios e Igreja totalizam pelo menos 161ME - Mundo Atual

Resumo: A realização da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) em Lisboa, em agosto, terá um custo de pelo menos 161 milhões de euros, segundo as estimativas apresentadas pela Igreja Católica, pelo Governo e pelos municípios de Lisboa e Loures.

Aquele que é considerado o maior acontecimento da Igreja Católica vai decorrer entre os dias 01 e 06 de agosto em Lisboa por escolha do Papa Francisco, que participa no encontro. As principais cerimónias vão ter lugar no Parque Tejo, a norte do Parque das Nações, na margem ribeirinha, em terrenos dos concelhos de Lisboa e Loures.

As previsões de investimento do executivo nacional socialista e das duas autarquias foram conhecidas já em 2022, tendo o memorando de entendimento com as respetivas responsabilidades ficado definido no final do ano.

Ainda em julho, a Câmara de Lisboa anunciou em comunicado a sua disponibilidade para investir “até 35 milhões de euros na exigente criação de condições para os diferentes eventos” integrados na JMJ, um valor confirmado esta semana pelo presidente da autarquia, Carlos Moedas (PSD).

Em outubro, o Conselho de Ministros aprovou um reforço do seu investimento que, segundo fonte do gabinete da ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, elevou para 36,5 milhões de euros os gastos do Governo, sem incluir custos com segurança, mobilidade, saúde, entre outras, uma vez que as inscrições para o evento não estavam ainda abertas e o número final depende do total de participantes.

No mesmo mês, o presidente da Câmara de Loures, Ricardo Leão (PS), estimou o investimento concelhio entre 9 e 10 milhões de euros e, na quinta-feira, o autarca manteve a previsão de um orçamento de cerca de uma dezena de milhões de euros, que contempla sobretudo a modelação do terreno, a construção de uma ponte ciclopedonal (Loures-Lisboa), o plano de drenagem e a execução de passagens hidráulicas e acessos e mobilidade.

Os custos da JMJ têm estado em destaque esta semana depois de ser conhecido que a construção do altar-palco do espaço do Parque Tejo (com nove metros de altura e capacidade para 2.000 pessoas), a cargo do município da capital, foi adjudicada à Mota-Engil por 4,24 milhões de euros (mais IVA), somando-se ainda a esse valor 1,06 milhões de euros para as fundações indiretas da cobertura.

Na sequência da polémica, o presidente da Fundação JMJ Lisboa 2023 e coordenador geral do Comité Organizador Local, Américo Aguiar (bispo auxiliar de Lisboa), adiantou na quinta-feira que o orçamento da Igreja ainda não está fechado e será divulgado nos próximos dias, tendo já um valor provisório superior a 80 milhões de euros.

O memorando de entendimento prevê que a Igreja assuma a responsabilidade e custos de tudo o que diga respeito ao acolhimento dos peregrinos, explicou o coordenador do evento, referindo que, “no fim, assumirá os prejuízos”, se houver. Eventuais lucros serão entregues às autarquias de Lisboa e Loures para projetos relacionados com a juventude.

De acordo com o Portal Base da contratação pública, foram já adjudicadas pelo menos duas dezenas de empreitadas e/ou aquisições de serviços.

As características do evento e o seu retorno a nível económico, as especificidades do terreno do Parque Tejo e a sua requalificação e futura utilização (inclusive do palco) têm sido apontados pelas entidades envolvidas para justificar o investimento.

O caso de Espanha tem sido apontado como exemplo, já que teve um retorno de 350 milhões.

De acordo com Américo Aguiar, foi formalizado na quarta-feira um protocolo com o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa para contabilizar esse retorno em Portugal.

O bispo auxiliar declarou que o valor do altar-palco “magoa todos”, admitindo eventuais

correções se necessário e o Presidente da República afirmou que desconhecia este custo e considerou positivo o presidente da Fundação JMJ mostrar-se “sensível à compatibilização de dois objetivos: um, que a Jornada seja uma projeção de Portugal no mundo; segundo, que tenha em linha de conta as circunstâncias económicas e sociais vividas neste momento”.

Por seu turno, o coordenador do grupo de projeto para a JMJ (nomeado pelo Governo), o ex-vereador de Lisboa José Sá Fernandes, afirmou-se surpreendido com o valor do palco, garantindo que existiam soluções “mais baratas”, e manifestou dúvidas quanto à viabilidade da reutilização futura da estrutura para outros eventos, devido à dimensão.

A estas declarações seguiram-se críticas de Carlos Moedas: “Penso que esse senhor não está informado e está muito alheado da realidade. Não conheço esse projeto, nem vou entrar em polémicas, mas penso que é muito triste quando alguém responsável vem apresentar números errados.”

O autarca assumiu todas as responsabilidades pela organização da JMJ, declarando que dá “o corpo às balas” no planeamento de “um evento único para Lisboa”, mas mostrou-se disponível para rever projetos e custos e afirmou que fará “a vontade do Presidente da República e da Igreja”.

O município de Lisboa é ainda responsável, entre outros, pela criação de algumas infraestruturas básicas, nomeadamente água, eletricidade e rede móvel, bem como de uma ponte pedonal (EMEL), e por assumir metade do custo da colocação de uma ponte militar, que ligará as margens do Trancão, com o concelho de Loures.

A câmara vai também construir um palco no Parque Eduardo VII e outro no Terreiro do Paço, no âmbito das cerimónias, mas ambas as estruturas são de menor dimensão do que a do Parque Tejo.

Estão já pré-inscritos mais de 420 mil peregrinos na JMJ, mas são esperadas na capital cerca de 1,5 milhões de pessoas.

Cor_EL_36

Fonte: Expresso

Título: Governo vai acabar com rotação de maternidades e estuda um novo modelo para a obstetrícia

Resumo: Urgências de ginecologia e obstetrícia alternadas são insustentáveis. Diretor-executivo do SNS e equipa liderada por Diogo Ayres de Campos estão a preparar outro modelo

Apresentada como a solução possível para garantir cuidados ginecológicos e obstétricos agudos sem falhas ou encerramento de serviços, a assistência em urgências e blocos de partos alternados “é insustentável”, garantem os especialistas. A Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde (DE-SNS) apresentou esta semana as escalas até ao final de março, referindo a eventual repetição no verão, mas sabe que o modelo não sobrevive e já estuda alternativas.

“O fecho rotativo de serviços é insustentável. Estamos a reunir regularmente com a DE-

SNS para encontrar uma solução, igualmente provisória porque continuam a faltar médicos, mas [que seja] mais sustentável no tempo”, afirma Diogo Ayres de Campos, coordenador da Comissão de Acompanhamento de Resposta em Urgência de Ginecologia, Obstetrícia e Bloco de Partos. O obstetra não quis adiantar nenhuma das medidas possíveis, justificando que, “neste momento, é precoce apresentar qualquer proposta”.

Cor_EL_37

Fonte: Jornal de notícias

Título: Mais de cinco mil utentes com alta adiada foram retirados dos hospitais

Resumo: Foram mais de cinco mil os utentes que, desde a pandemia, foram retirados dos hospitais e acolhidos em instituições do setor social e solidário, bem como do setor privado, por não terem condições de autonomia ou rede de suporte familiar, revelou, esta quinta-feira, o Ministério da Saúde. Atualmente estão disponíveis cerca de 700 vagas destinadas aos internamentos sociais em todo o país e este número vai ser alargado durante este ano.

Foram mais de cinco mil os utentes que, desde a pandemia, foram retirados dos hospitais e acolhidos em instituições do setor social e solidário, bem como do setor privado, por não terem condições de autonomia ou rede de suporte familiar, revelou, esta quinta-feira, o Ministério da Saúde. Atualmente estão disponíveis cerca de 700 vagas destinadas aos internamentos sociais em todo o país e este número vai ser alargado durante este ano.

Este mecanismo criado em articulação entre o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e a Segurança Social permitiu dar resposta a cerca de 5800 utentes, maioritariamente idosos, que, com alta adiada devido a carências sociais, permaneceram internados nos hospitais públicos, avançou o Ministério da Saúde, numa nota enviada às redações.

De acordo com a tutela, só no mês de janeiro, esta rede de vagas permitiu acolher 155 utentes, conseguindo libertar o mesmo número de vagas nos hospitais do SNS.

Neste momento, há cerca de 700 vagas em todo o país, contratualizadas na rede de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) e de lares residenciais. O Governo espera que venham a aumentar nos próximos meses e que haja "uma maior monitorização das necessidades e respostas, através da articulação entre a Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde e o Instituto de Segurança Social".

Esta quinta-feira, o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social assinaram uma portaria para reforçar este mecanismo. Para a tutela, o diploma "marca uma nova etapa na articulação entre os dois setores para responder aos chamados internamentos sociais", que vem reforçar a resposta ao acolhimento temporário e transitório na rede de lares do setor social e solidário e do setor privado lucrativo.

"Esta medida visa garantir uma resposta mais adequada e segura aos utentes que já não precisam de permanecer hospitalizados, mas que necessitam de uma resposta residencial e, ao mesmo tempo, permite maior resolutividade na gestão do internamento hospitalar, libertando camas para os doentes que precisam de internamento e permitindo que os hospitais e os seus profissionais possam focar-se na missão de responder às necessidades de saúde da população", sublinhou a tutela.

O diploma foi assinado numa sessão pública que decorreu esta quinta-feira na Residência para Idosos do Centro de Bem Estar Social de Alcanena, contando com a presença do ministro da Saúde, Manuel Pizarro, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e os secretários de Estado da Saúde, Ricardo Mestre, e da Inclusão, Ana Sofia Antunes.

Cor_EL_38

Fonte: Público

Título: PS e BE dão luz verde à simplificação das baixas médicas

Resumo: Deputados do PCP e do PSD criticam solução e exigem reforço do SNS24. Concretização da medida será definida pelo Governo.

O PS e o BE deram luz verde, nesta quinta-feira, à simplificação das baixas médicas, permitindo que a justificação das faltas por doença até três dias possa ser passada pelo serviço digital do Serviço Nacional de Saúde (SNS24), mediante autodeclaração de doença e até ao limite de duas vezes por ano.

A proposta da autoria do PS foi aprovada sem alterações, com a abstenção do PSD e do PCP, que questionaram a solução encontrada sem o reforço dos meios humanos do SNS24.

"A prova da situação de doença do trabalhador é feita por declaração de estabelecimento hospitalar, ou centro de saúde, ou serviço digital do Serviço Nacional de Saúde, ou serviço digital dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas, ou ainda por atestado médico", refere a proposta aprovada na especialidade no grupo de trabalho que está a discutir as alterações legislativas no âmbito da Agenda do Trabalho Digno.

Essa declaração, acrescenta-se, "é feita mediante autodeclaração de doença, sob compromisso de honra, que apenas pode ser emitida quando a situação de doença do trabalhador não exceder os três dias consecutivos, até ao limite de duas vezes por ano".

A proposta devia ter sido votada na quarta-feira, mas um pedido de adiamento potestativo apresentado pelo PCP acabou por determinar o adiamento para esta quinta-feira.

"Se já matéria em que consideramos que o PSD e o PCP estão a ser profundamente conservadores é esta. Esta não é uma matéria nova", criticou o socialista Francisco César.

"O que é que estamos a fazer? Estamos a permitir que [à justificação de] baixas por doença até três dias, além das possibilidades que já estavam permitidas por lei, seja acrescentada mais uma. E essa que acrescentamos traz prejuízo para alguém? Não traz", concluiu, em resposta às críticas do PCP e do PSD.

No início dos trabalhos, Alfredo Maia, deputado do PCP, frisou que o objectivo do Governo e do PS é "aliviar a pressão sobre o SNS, em concreto sobre os centros de saúde, iludindo um problema real que é a falta de médicos do SNS".

Já o PSD, pela voz do deputado Nuno Carvalho, apresentou uma proposta que garantia que os serviços digitais do SNS ou das regiões autónomas "serão dotados dos meios

materiais e humanos", no âmbito da nova medida.

Essa proposta acabou por ser rejeitada com o voto contra do PS e a abstenção do PCP e do BE.

A forma como a simplificação das baixas de curta duração – que implicam a perda de remuneração e não dão lugar a qualquer subsídio – será concretizada não foi esclarecida pelos deputados socialistas. A decisão caberá agora ao Governo.

Na reunião desta quinta-feira, os deputados do grupo de trabalho aprovaram também na especialidade uma proposta que isenta de IRS uma parcela das compensações fixas de teletrabalho.

O limite máximo dessa isenção e as despesas em concreto abrangidas serão definidos por portaria do Governo, mas os deputados socialistas recusaram estabelecer um prazo para que isso seja feito.

O grupo de trabalho da Agenda do Trabalho Digno deverá fechar as votações indiciárias na especialidade nesta sexta-feira de manhã. Depois, caberá à comissão Parlamentar do Trabalho, Segurança Social e Inclusão ratificar essas votações, para que, a seguir, as propostas legislativas subam ao plenário da Assembleia da República para a aprovação final, algo que só deverá acontecer na próxima semana.

Cor_EL_39

Fonte: Expresso

Título: "A nossa zona ficou insustentável": moradores pedem atuação do Governo para travar consumo e tráfico de droga no Porto

Resumo: Presidente da Câmara do Porto pediu ao ministro da Administração Interna para assumir "competências" para resolver o problema do consumo e tráfico de estupefacientes na cidade, e "não esconder debaixo do tapete" esta matéria

Moradores nas proximidades do bairro da Pasteleira e de Pinheiro Torres asseguraram esta quinta-feira que com o consumo e tráfico de droga aquela zona do Porto "ficou insustentável" e apelaram à atuação do Governo para travar o fenómeno.

"Há uma impunidade do tráfico. Não se faz nada. Não há vontade nenhuma de acabar com o tráfico", afirmou aos jornalistas Cristina Costa Reis, representante dos moradores que vivem na avenida Marechal Gomes da Costa.

Depois de uma reunião com o presidente da Câmara do Porto, a moradora destacou que os problemas naquela zona se intensificaram com a pandemia da covid-19, refletindo-se no aumento de viaturas assaltadas, nas quais, muitas das vezes, os toxicodependentes "acabam por pernoitar", contou. "A nossa zona ficou insustentável", afirmou Cristina, acrescentando que os moradores se sentem "abandonados" pelas autoridades, mas também pelo Estado.

À semelhança de Cristina, também Rui Carrapa, da associação Jardim do Fluvial Sem Drogas, destacou que "há mais de quatro anos" se defronta diariamente com o consumo

de droga, fenómeno que, afirmou, "se tem degradado" naquela zona localizada nas proximidades dos bairros da Pasteleira e de Pinheiro Torres.

Destacando que a solução para travar aquele fenómeno passa por um reforço da segurança, Rui Carrapa afirmou, no entanto, que a situação "dificilmente se resolverá sem a criminalização do consumo no espaço público".

"O primeiro-ministro certamente não gostaria de sair de casa e à porta ter alguém a injetar-se no pescoço", afirmou, apelando a uma maior atuação do Ministério da Administração Interna (MAI), do Ministério da Saúde e da Segurança Social.

Também Manuel Gericota, da associação de moradores das Condominhas, defendeu ser necessária uma "resposta" do Estado para travar este fenómeno, a qual, disse, "não tem existido". "O Estado não dá resposta", disse o morador, referindo-se tanto à situação dos moradores, como dos toxicodependentes.

Aos jornalistas, o presidente da Câmara do Porto instou hoje o ministro da Administração Interna a assumir "competências" para resolver o problema do consumo e tráfico de estupefacientes na cidade, e "não esconder debaixo do tapete" esta matéria.

"Por mim é fácil, se o ministro da Administração Interna tiver uma varinha mágica para resolver o problema, ele que resolva porque a competência é dele. A competência é do senhor ministro. Enquanto ele não assumir essa competência, porque não tem sabido assumir, nós faremos o que está ao nosso alcance", afirmou Rui Moreira.

Numa carta enviada a 26 de janeiro à ministra da Defesa, a que a Lusa teve acesso, Rui Moreira pediu ao Ministério da Defesa que se adotem medidas para resolver o "grave problema de segurança" do Quartel de Manutenção Militar e da Casa da Superintendência, espaços frequentados por toxicodependentes.

"A verdade é que se tem vindo a agravar o clima de insegurança que se vive na zona", afirmou Rui Moreira, acrescentando que os edifícios, que estão devolutos, "têm vindo a ser ocupados por toxicodependentes" e, mais recentemente, "de forma premente, na sequência das recentes intervenções policiais de desmantelamento dos acampamentos de droga na zona da Pasteleira".

"Trata-se de um foco de insalubridade, que ameaça a segurança de pessoas e bens, inclusivamente com risco de incêndio", observou.

Cor_EL_40

Fonte: Postal

Título: Loulé celebrou 35 anos de vida com visita a investimentos públicos em curso - Postal do Algarve

Resumo: Já no próximo ano letivo prevê-se a inauguração da Escola JI+EB1 Hortas de St. António 2, um equipamento que irá reforçar o parque escolar do concelho e da freguesia de S. Sebastião, e terá capacidade para acolher 200 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos. Já no próximo ano letivo prevê-se a inauguração da Escola JI+EB1 Hortas de St. António 2, um equipamento que irá reforçar o parque

escolar do concelho e da freguesia de S. Sebastião, e terá capacidade para acolher 200 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 ano

Foi num ambiente de festa, mas também com o dever de dar nota pública à comunidade do que está a ser feito em termos de “obra física” que o executivo municipal assinalou o 35º aniversário da cidade de Loulé, esta quarta-feira.

O dia começou com o simbólico Hino Nacional e hastear da Bandeira, bem como algumas palavras dirigidas pelo autarca Vítor Aleixo aos seus concidadãos, em jeito de balanço da vida de uma cidade “dinâmica e inclusiva”.

Passados 35 anos, a “Loulé pacata” transformou-se numa “cidade vibrante, moderna e amada pelas suas gentes”. Sede do principal município algarvio, entre o mar e a serra, este centro urbano do barrocal conseguiu, ao longo destes anos de existência, “conciliar a tradição e o património com a modernização que permitiu que este território se adaptasse às novas necessidades da sociedade”. “Esta é uma cidade com alma, com valores e princípios, uma cidade que, apesar de não estar à beira-mar, atrai e seduz, uma cidade povoada por pessoas dinâmicas, participativas, tanto a nível político, social, cultural como desportivo”, destacou Vítor Aleixo neste momento.

As comemorações passaram depois para o terreno e para os locais onde estão em marcha as principais obras que, a breve trecho, irão valorizar ainda mais esta cidade algarvia.

São muitos milhões de investimento público que se vêm juntar a outros já realizados em anos anteriores, para “resolver os problemas desta cidade, das pessoas que vivem e trabalham aqui”, como pôde constatar, in loco, a comitiva municipal.

Este périplo começou com uma passagem pela obra da 2ª fase da Circular Norte de Loulé, o derradeiro passo para que esta obra rodoviária fique concluída, depois de três décadas desde que o projeto inicial começou a ser gizado. Os trabalhos, orçados em cerca de 4 milhões de euros, arrancaram no terreno em novembro e, neste momento, está a decorrer a primeira frente de terraplanagem e criação de uma passagem hidráulica. Como frisaram os engenheiros responsáveis pela obra, “tudo está a decorrer dentro do esperado”. “É uma obra que vai libertar uma quantidade importante de tráfego automóvel de dentro da cidade, além de contribuir para o ambiente, pois haverá menos ruído, menos poluição e menos trânsito automóvel”, garantiu o autarca.

Não muito longe do início deste troço encontra-se em execução um equipamento integrado no SNS, de grande importância para as respostas ao nível da prestação dos cuidados de saúde no concelho e na região. De visita ao futuro edifício de saúde de Loulé, já são visíveis as fundações de uma obra de grande envergadura, lançada em setembro. Numa parceria com a administração central, este investimento de 5 milhões de euros (65% canalizados do orçamento municipal e 35% do Governo) será materializado num edifício único, que contará com 4 valências distintas”: Agrupamento de Centros de Saúde Central – ACES Central, Unidade de Saúde Familiar Lauroé – USF LAuroé, Unidade de Cuidados de Saúde na Comunidade – UCC Gentes de Loulé e Centro de Saúde Universitário.

Seguiu-se uma passagem pela obra da construção de um novo intercetor que irá despoluir a Ribeira do Cadoiço, “devolvendo-lhe a beleza e vida, permitindo que este seja um

espaço onde as pessoas possam passear, fruir da água a correr, da natureza no seu estado puro”. “Esta é uma obra de natureza ambiental, um dossier em que o município de Loulé tanto trabalha”, notou o presidente.

No terreno já foi escavada uma vala onde será construída a conduta que permitirá criar um coletor alternativo ao instalado na Ribeira da Graça (águas e esgotos), atravessando toda a cidade, e que permitirá interseção todos os esgotos que passarão neste emissário que ligará ao já existente, no final da rede. Este é um investimento de 1,5 milhões de euros.

Boas notícias para quem tem filhos em idade escolar foram anunciadas neste dia, durante a visita a mais uma obra. Já no próximo ano letivo prevê-se a inauguração da Escola JI+EB1 Hortas de St. António 2, um equipamento que irá reforçar o parque escolar do concelho e da freguesia de S. Sebastião, e terá capacidade para acolher 200 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos. Estão previstas, no projeto, 4 salas, na componente de jardim-de-infância, e 4 outras para o 1º ciclo do ensino básico (do 1º ao 4º ano), bem como cozinha, refeitório, biblioteca e sala polivalente, campo de jogos e equipamento infantil.

Este estabelecimento permitirá responder à necessidade de muitas famílias louletanas, assim como aliviar a lotação dos estabelecimentos já existentes. O investimento ronda os 2,5 milhões de euros e como assegurou o responsável da obra, a 31 de maio os trabalhos estarão concluídos, bem a tempo de no ano letivo de 2023/24 a escola entrar em funcionamento.

Este périplo terminou num dos futuros equipamentos da “cidadela da proteção civil e segurança” da cidade de Loulé: o edifício que irá acolher a sede regional do INEM. “Numa localização extraordinária, em cima do nó da Via do Infante”, este investimento de 1,8 milhões de euros será de extrema importância para toda a região já que permitirá o regresso do CODU – Centro de Orientação de Doentes Urgentes ao Algarve, depois da delegação regional ter encerrado em 2012, e transferidas as valências para Lisboa, por imposição da Troika.

Apesar de não ter feito parte deste périplo, o presidente da Câmara Municipal de Loulé referiu ainda a obra de ampliação do Heliporto, logo ao lado do INEM e do Quartel de Bombeiros, que se encontra em curso, por forma a permitir que aqui operem 6 aeronaves, passando a ser a “infraestrutura aeronáutica de helicópteros mais importante do Algarve”.

Vítor Aleixo deixou uma nota de otimismo e de confiança a todos os cidadãos que não têm oportunidade para acompanhar de perto o trabalho da Câmara. “A cidade de Loulé está num bom momento, de grande afirmação e dinâmica e estamos muito concentrados em trabalhar para as pessoas. Foi isso que pudemos constatar hoje e é isso que vamos continuar a fazer”, assegurou.

De referir que também neste dia de aniversário entrou em funcionamento a nova plataforma que permitirá o agendamento do atendimento dos cidadãos para os serviços da Loja do Cidadão e da Divisão Administrativa do Urbanismo, “facilitando em muito a comunicação entre o cidadão e a Autarquia”.

O programa comemorativo teve ainda como um dos pontos altos o concerto da Ala dos

Namorados, que muitos anos depois volta a reunir-se no Cineteatro Louletano, para comemorar os 30 anos de existência da banda, num espetáculo que contou com casa cheia para aplaudir o louletano Nuno Guerreiro e os seus companheiros.

Cor_EL_41

Fonte: Alvorada

Título: Carnaval de Torres Vedras espera mais de meio milhão de visitantes com o retomar dos cursos

Resumo: Mais de meio milhão de visitantes é esperado no Carnaval de Torres Vedras, que celebra 100 anos, no retomar dos festejos após a pandemia de covid-19, foi hoje divulgado. “Esperamos receber mais pessoas por ser o ano do centenário e depois de dois anos de pandemia em que não houve eventos organiza...

Mais de meio milhão de visitantes é esperado no Carnaval de Torres Vedras, que celebra 100 anos, no retomar dos festejos após a pandemia de covid-19, foi hoje divulgado.

“Esperamos receber mais pessoas por ser o ano do centenário e depois de dois anos de pandemia em que não houve eventos organizados”, afirmou à agência Lusa Rui Penetra, presidente do conselho de administração da empresa municipal Promotorres, apontando para “mais de meio milhão” de visitantes, número atingido na edição de 2020.

Dada a afluência de pessoas esperadas entre os dias 17 e 22, a organização aposta este ano no reforço da segurança e do socorro, dispondo de um posto médico avançado. “As unidades locais de saúde não são construídas a pensar na afluência a estes eventos e a organização tem de dar resposta a meio milhão de pessoas e às dificuldades conhecidas do Centro Hospitalar do Oeste”, explicou.

Assim, além do posto de socorro, vai ser montado um posto médico avançado no pavilhão da Expotorres, com médicos, enfermeiros, equipamento de suporte avançado de vida, trauma e pequena cirurgia, além de 32 camas, no âmbito de uma parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa.

Cinco equipas de socorrismo vão estar espalhadas pelo recinto do evento nas noites de maior afluência (sábado, dia 18, e segunda-feira, dia 20), sendo reduzidas a três nas restantes.

Também para prestar assistência aos visitantes do Carnaval, os bombeiros locais vão ter disponíveis sete equipas diurnas e três noturnas, reforçadas por três ambulâncias de outras corporações vizinhas para assegurar o transporte para hospitais fora do concelho.

Quanto à segurança, vai ser reforçado o sistema de videovigilância, com 16 câmaras espalhadas pelo recinto, e a PSP vai ter um dispositivo de meio milhar de agentes e 40 viaturas nos vários dias.

A organização decidiu manter a dimensão do recinto, que em 2020 foi alargado para permitir uma maior dispersão de participantes.

O Carnaval de Torres Vedras conta com o maior orçamento de sempre, cerca de 930 mil

euros, mais 130 mil euros do que o da edição de 2020.

“Deve-se a um aumento dos custos resultantes da subida da inflação, do investimento nos carros alegóricos e da segurança e socorro, áreas em que o investimento ascende a 150 mil euros”, explicou o responsável.

Com o tema do centenário dos festejos, o Carnaval arranca no dia 17 com o curso escolar, com nove mil crianças e jovens, de manhã, e a chegada e entronização dos reis acompanhada de um espetáculo multimédia alusivo à data, à noite.

Depois de dois anos sem festejos devido à pandemia de covid-19, regressam os habituais cursos diurnos e noturnos, em que desfilam seis carros alegóricos, conhecidos pela sátira político-social, e milhares de foliões mascarados espontâneos, muitos dos quais disfarçados de matrafonas (homens mascarados de mulheres), como é típico no concelho de Torres Vedras.

O evento volta a ter quatro palcos de animação noturna ao ar livre, onde atuam os artistas Miguel Bravo, no dia 18 (sábado), e Ruth Marlene, no dia 20 (segunda-feira), além de vários ‘dj’, até às 4h00, continuando a animação até de manhã nos bares e discotecas da cidade.

Em março, o Carnaval de Torres Vedras, conhecido como “o mais português de Portugal” por manter as tradições do entrudo português, foi inscrito no Património Cultural Imaterial Nacional. Nos últimos anos, o evento tem atraído cerca de meio milhão de visitantes nos cinco dias em que ocorre e gerado receitas de cerca de 10 milhões de euros na economia local.

Cor_EL_42

Fonte: Renascença Online

Título: Funcionária de centro de saúde condenada a prisão por forjar atestados

Resumo: Os factos ocorreram entre 2008 e 2021, quando a arguida, de 46 anos, trabalhou como assistente técnica na Unidade de Saúde Familiar Sudoeste.

O Tribunal de Santa Maria da Feira condenou a sete anos e nove meses de prisão a assistente administrativa de um centro de saúde daquele concelho suspeita de forjar dezenas de atestados médicos falsos durante vários anos.

Os factos ocorreram entre 2008 e 2021, quando a arguida, de 46 anos, trabalhou como assistente técnica na Unidade de Saúde Familiar Sudoeste, em Santa Maria da Feira, no distrito de Aveiro.

A pena única resultou do cúmulo jurídico das penas parcelares aplicadas à arguida pela prática de um crime de burla tributária à Segurança Social (SS), um crime de burla relativa a seguros, três crimes de falsificação de documentos agravado e um crime de falsidade informática agravado.

A juíza presidente explicou que, pese embora a "grande ilicitude" dos factos em causa, que incluem um elevado número de falsificações e burlas, o tribunal decidiu aplicar penas num quantitativo "relativamente baixo", dando relevância à confissão quase integral dos

factos e à ausência de antecedentes criminais.

Além da pena de prisão, a arguida, que se encontra em liberdade a aguardar o trânsito em julgado da sentença, foi condenada na pena acessória de proibição do exercício de funções públicas por três anos e meio e terá de pagar quase 100 mil euros ao Estado (Autoridade Tributária e SS) e a uma seguradora.

O filho da arguida, de 21 anos, que estava acusado no mesmo processo de um crime de burla tributária à SS e de falsificação de documentos agravado, foi condenado, respetivamente, nas penas de 60 dias de multa à taxa diária de 5,50 euros, totalizando 330 euros, e sete meses de prisão, substituídos por 210 dias de multa à taxa diária de 5,50 euros, totalizando 1.155 euros.

O Tribunal condenou ainda mais seis arguidos (quatro homens e duas mulheres com idades entre os 22 e 52 anos) que terão pedido à principal arguida para falsificar certidões de incapacidade para o trabalho.

Estes arguidos foram punidos com penas de multa e penas de prisão suspensas, que variam entre um ano e três meses e dois anos, por crimes de burla tributária à SS e falsificação de documentos agravado.

Apesar de neste caso estarem em causa valores relativamente baixos, a juíza também censurou a atitude destes arguidos, afirmando: "Todos os cêntimos fazem falta à SS e todos os cêntimos fazem falta às pessoas que realmente precisam".

A acusação do Ministério Público (MP), consultada pela Lusa, refere que a arguida, aproveitando-se das funções que exercia e do acesso às bases de dados do sistema do Serviço Nacional de Saúde, obteve para si, para o então companheiro e para o filho do casal isenções de taxas moderadoras, por serem dadores de sangue e estarem reformados, o que não correspondia à verdade, para deste modo não pagarem consultas ou exames médicos.

Além disso, forjou atestados médicos multiúsos falsos em seu nome e do marido para dessa forma receberem indevidamente reembolsos em sede de IRS, usando ainda tais atestados para obter isenção de outros impostos nomeadamente de Imposto Único de Circulação.

Ainda de acordo com a investigação, a arguida terá forjado sucessivos atestados de incapacidade para o trabalho em seu nome e do seu marido, sem estarem doentes, tendo recebido de forma indevida mais de 27 mil euros em subsídios de doença.

Produziu também para si própria e para o marido documentos médicos falsos, entre os quais, notas de alta, declarações de internamento, declarações de assistência médica, bem como certificados de incapacidade temporária para o trabalho, apresentando-os nas seguradoras para receber os prémios a que não tinham direito, no valor global de mais de 52 mil euros.

A acusação refere ainda que a arguida forjou atestados médicos a pedido de familiares ou amigos, recebendo em troca recompensas que não foram apuradas.

Cor_EL_43

Fonte: Visão

Título: Deputados aprovam pedidos de baixas até três dias através do SNS24

Resumo: Os deputados aprovaram hoje uma proposta do PS que possibilita que as baixas de até três dias possam ser passadas pelo serviço digital do Serviço Nacional de Saúde (SNS24), mediante autodeclaração de doença, com limite de duas por ano

A proposta foi aprovada com os votos a favor do PS e do BE e a abstenção do PSD e do PCP, no grupo de trabalho sobre alterações à legislação laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno, cuja conclusão dos trabalhos voltou a ser adiada para sexta-feira.

“A prova da situação de doença do trabalhador é feita por declaração de estabelecimento hospitalar, ou centro de saúde, ou serviço digital do Serviço Nacional de Saúde, ou serviço digital dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas, ou ainda por atestado médico”, pode ler-se na proposta dos socialistas.

Segundo a proposta, “a declaração do serviço digital do Serviço Nacional de Saúde, ou do serviço digital dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas (...) é feita mediante autodeclaração de doença, sob compromisso de honra, que apenas pode ser emitida quando a situação de doença do trabalhador não exceder os três dias consecutivos, até ao limite de duas vezes por ano”.

A votação desta proposta estava prevista para quarta-feira, mas foi adiada para a reunião de hoje do grupo de trabalho, depois de o PCP ter feito um pedido de adiamento potestativo que, por sua vez, levou ao adiamento da votação final global da proposta da Agenda do Trabalho Digno, que estava agendada inicialmente para sexta-feira.

Para o deputado do PCP Alfredo Maia, o objetivo do Governo e do PS “consiste em aliviar a pressão sobre o SNS, em concreto sobre os centros de saúde, iludindo aquele que é um problema real, que é a falta de médicos do SNS”.

Francisco César, do PS, realçou que “esta não é uma matéria nova” e defendeu que a agilização das baixas por doença de até três dias “não traz prejuízos para ninguém”, referindo a “dificuldade” que as pessoas têm quando necessitam de recorrer ao centro de saúde para pedir uma baixa.

Já o deputado do PSD Nuno Carvalho apresentou oralmente uma proposta para acrescentar uma norma para garantir que os serviços digitais do SNS ou das regiões autónomas “serão dotados dos meios materiais e humanos”, no âmbito da nova medida, mas a proposta foi rejeitada com os votos contra do PS, abstenção do PCP e BE.

A proposta do Governo que altera a legislação laboral, no âmbito da Agenda do Trabalho Digno, foi aprovada na generalidade em julho e o início da discussão na especialidade arrancou em 29 de novembro, estando a entrada em vigor das novas regras laborais prevista para abril.

Cor_EL_44

Fonte: Campeão das províncias

Título: Hospitais de Coimbra realizam intervenção pioneira em doentes cardíaca - Campeão das Províncias

Resumo: O Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC) realizou esta semana uma intervenção valvular mitral pioneira em Portugal num doente de 67 anos, com insuficiência cardíaca grave associada a regurgitação mitral severa.

O Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC) realizou esta semana uma intervenção valvular mitral pioneira em Portugal num doente de 67 anos, com insuficiência cardíaca grave associada a regurgitação mitral severa.

A unidade hospitalar salientou que o doente, alvo de vários internamentos nos últimos dois anos, encontrava-se internado por descompensação cardíaca e foi proposto para uma intervenção valvular percutânea, através de cateterismo e colocação de duas próteses valvulares, “com o novo sistema Pascal Precision da Edwards Lifesciences”.

“A intervenção decorreu sem incidentes e o doente teve alta dois dias depois, melhorado clinicamente e com uma perspetiva de menor número de internamentos no futuro e seguramente melhor qualidade de vida”, refere a unidade hospitalar.

O sistema Pascal Precision da Edwards Lifesciences “apresenta vantagens evidentes em relação ao anterior, graças ao revestimento hidrofílico, novo sistema de controlo da prótese e mais um fixador que permite uma maior estabilidade e previsibilidade de movimentos, com menor necessidade de compensações e, consequentemente, melhores resultados”.

Lino Gonçalves, director do Serviço de Cardiologia, realça “os bons resultados desta técnica de reparação mitral, com uma taxa de sucesso superior a 95%, sendo o CHUC o maior centro nacional, com 38 doentes tratados em 2022”.

Segundo o coordenador da Unidade de Intervenção Cardiovascular do Serviço de Cardiologia “esta é, de facto, uma alternativa terapêutica para os doentes não candidatos a cirurgia cardíaca após discussão em ‘Heart Team’, isto é, um grupo constituído por especialistas altamente diferenciados de cardiologia de intervenção, cirurgia cardíaca, imagem cardíaca avançada e cardiologia clínica”.

Segundo Marco Costa, esta nova técnica tem um impacto grande na redução da mortalidade e morbidade dos doentes com insuficiência cardíaca, conforme os estudos clínicos o demonstram.

O especialista salienta que se trata de “uma técnica muito complexa, que obriga a uma rigorosa selecção dos casos para manter a elevada taxa de sucesso, bem como a um trabalho de equipa coeso, com a ajuda inestimável de especialista na área de imagem (ecocardiografia transesofágica 3D)”.

A intervenção foi realizada por uma equipa constituída pelos médicos cardiologistas Marco Costa, Luis Paiva, Manuel Santos, Ana Botelho e Luis Puga (imagem cardíaca) e Joaquim Viana, anestesiolista.

Cor_EL_45

Fonte: Visão

Título: Papa diz que futuro do Sudão do Sul depende da forma como trata as suas mulheres

Resumo: O papa alertou hoje que o futuro pacífico do Sudão do Sul depende da forma como trata as suas mulheres, num país onde enfrentam violência sexual, casamentos infantis e a mais elevada taxa de mortalidade materna do mundo

No seu segundo e penúltimo dia em África, Francisco pediu que as mulheres e as meninas sejam respeitadas, protegidas e homenageadas, durante um encontro na capital do Sudão do Sul, Juba, com cerca de dois milhões de pessoas que foram forçadas a fugir das suas casas por causa dos combates e das cheias.

“Por favor, protejam, respeitem, apreciem e honrem cada mulher, cada menina, jovem, mãe e avó. Caso contrário, não haverá futuro”, disse o papa.

O papa realçou que as mulheres são a chave para o desenvolvimento pacífico do Sudão do Sul, mas precisam das oportunidades certas.

O encontro foi um dos destaques da visita de três dias de Francisco ao país mais jovem do mundo e um dos mais pobres. Acompanhado pelo arcebispo de Canterbury, Justin Welby, e pelo chefe presbiteriano da Igreja da Escócia, Francisco está a desenvolver uma peregrinação ecuménica histórica para chamar a atenção global para a situação do país e encorajar o seu processo de paz.

O objetivo da visita ecuménica é encorajar os líderes políticos do Sudão do Sul a desenvolver um acordo de paz de 2018 que ponha fim a uma guerra civil que eclodiu depois que o país predominantemente cristão conquistou a independência do Sudão, de maioria muçulmana, em 2011.

Ao chegar na sexta-feira, Francisco emitiu um aviso contundente ao presidente Salva Kiir e ao seu ex-rival e agora deputado Riek Machar de que a história os julgará severamente se continuarem a atrasar a implementação do acordo de paz.

Kiir, por sua vez, comprometeu o Governo a regressar às negociações de paz — suspensas no ano passado — com grupos que não assinaram o acordo de 2018. Na sexta-feira, o presidente católico concedeu perdões presidenciais a 71 presos na prisão central de Juba em homenagem à peregrinação ecuménica, incluindo 36 no corredor da morte, depois de Francisco ter sustentado que a pena capital é inadmissível em todas as circunstâncias.

De acordo com a UNICEF, cerca de 75% das meninas no Sudão do Sul não vão à escola, porque os pais preferem mantê-las em casa e prepará-las para um casamento que trará um dote à família.

Metade das mulheres do Sudão do Sul casa antes dos 18 anos e enfrenta a maior taxa de mortalidade materna do mundo. A Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas no Sudão do Sul disse, num relatório no ano passado, que, no geral, as mulheres e as meninas vivem uma “existência infernal” no país.

“Mulheres sul-sudanesas são agredidas fisicamente enquanto são estupradas sob a mira

de uma arma, normalmente mantidas por homens enquanto são abusadas por outros. Elas são instruídas a não resistir e a não relatar o que aconteceu, ou serão mortas”, é descrito no relatório.

Cor_EL_46

Fonte: Diário de Notícias: (Reportagem)

Cor_EL_47

Fonte: Porto Canal

Título: Fenprof afirma que "não saiu coisa nenhuma" da reunião com Governo e fala em "acordozinhos"

Resumo: Os sindicatos de professores consideraram que “praticamente não saiu coisa nenhuma” da reunião, desta quinta-feira, com responsáveis do Ministério da Educação, a quem acusam de querer chegar apenas a “acordozinhos”.

Os sindicatos de professores consideraram que “praticamente não saiu coisa nenhuma” da reunião, desta quinta-feira, com responsáveis do Ministério da Educação, a quem acusam de querer chegar apenas a “acordozinhos”.

“Esta foi uma reunião em que praticamente não saiu coisa nenhuma”, afirmou o secretário-geral da Fenprof, Mário Nogueira, no final da quarta ronda negocial que decorreu no ministério, em Lisboa.

“O ministério não apresentou nenhum documento”, criticou Mário Nogueira, em representação de todos os sindicatos que hoje estiveram reunidos durante seis horas com o secretário de Estado da Educação, António Leite.

O secretário-geral da Fenprof anunciou que na próxima semana, “em princípio na sexta-feira”, os representantes dos professores voltam ao ministério para uma nova ronda negocial, ficando agora a aguardar que a tutela envie os documentos com as alterações.

“O Ministério da Educação parece querer ter ‘acordozinhos’”, acusou ainda, explicando que o executivo pretende ter “um acordo para cada matéria”. “Um acordo é um acordo global: ou estamos de acordo ou não estamos de acordo”, concluiu.

Cor_EL_48

Fonte: Porto Canal

Título: Dezenas de crianças assistidas por suspeitas de intoxicação alimentar em Cinfães

Resumo: Mais de 50 jovens foram assistidos na Escola Secundária de Cinfães após alertas de uma possível intoxicação alimentar.

Mais de 50 jovens foram assistidos na Escola Secundária de Cinfães após alertas de uma possível intoxicação alimentar.

O comandante dos Bombeiros Voluntários de Cinfães, Miguel Madureira, confirmou ao Porto Canal que só a sua corporação já terá assistido mais de 50 crianças, ao que tudo indica por suspeitas de intoxicação alimentar. Cerca de uma dezena de jovens foi já

transportada para a unidade de saúde de Cinfães. Além disso há também crianças em colchões e macas no local.

Esta sexta-feira, a Escola Secundária de Cinfães estará encerrada por determinação da autoridade de saúde.

No local há 22 operacionais apoiados por 13 veículos.

Cor_EL_49

Fonte: Jornal de Notícias

Título: Câmara de Matosinhos com luz verde para avançar com mais 261 casas

Resumo: A construção ou reabilitação de 261 habitações sociais em Matosinhos já recebeu luz verde. A maior parte do investimento, que atinge os 37 milhões de euros, será assegurado por verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujas candidaturas apresentadas pela Autarquia foram aprovadas.

A construção ou reabilitação de 261 habitações sociais em Matosinhos já recebeu luz verde. A maior parte do investimento, que atinge os 37 milhões de euros, será assegurado por verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujas candidaturas apresentadas pela Autarquia foram aprovadas.

No total, o Município já tem 42 milhões de euros aprovados. Além da habitação, estão contemplados equipamentos sociais de apoio à terceira idade e deficiência, assim como projetos de auxílio a comunidades desfavorecidas. Para a construção e reabilitação de casas, a Autarquia também contará com verbas do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

"No âmbito do programa 1.º Direito, serão criados 105 novos fogos em dois edifícios devolutos localizados na Área de Reabilitação Urbana de São Mamede de Infesta que a Câmara de Matosinhos adquiriu para reabilitar. O concurso da empreitada será lançado ainda este ano", avança o Município.

No conjunto habitacional de S. Gens serão construídas 119 novas casas e os primeiros 37 de 400 fogos municipais devolutos em vários empreendimentos serão reabilitados para realojar pessoas ao abrigo do regime do arrendamento apoiado, acrescenta a Câmara. Todas as obras devem estar concluídas até ao final de 2026.

A Estratégia Local de Habitação de Matosinhos prevê a construção de 384 habitações. Nesse sentido, a Câmara adianta que nos próximos anos serão submetidas mais candidaturas para obter verbas que garantam o financiamento dessas empreitadas.

O documento indica, ainda, que há 1,2 milhões de euros para instituições de solidariedade social, que apresentaram as suas próprias candidaturas a fundos do PRR.

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas que a Irmandade da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos vai erguer num terreno em frente à EB de Matosinhos (cedido pela Autarquia) terá um apoio municipal de 664 mil euros. O concurso para construir o equipamento, com capacidade para 60 pessoas, já foi lançado.

A construção de um lar residencial para 30 pessoas e a criação de 30 novas vagas no Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão da Associação de Apoio à Juventude Deficiente receberá 507 mil euros da Câmara, que já tinha cedido, por 25 anos, a Escola EB1/JI da Portela para os projetos. O concurso para as empreitadas será lançado neste mês.

"No âmbito do Programa Integrado de Apoio às Comunidades Desfavorecidas, foram submetidas 20 candidaturas, sendo que cinco estão já aprovadas, com um financiamento de 2,6 milhões de euros, e a aguardar aprovação as restantes 15, com num montante de 6,9 milhões de euros", contabiliza a Câmara.

Cor_EL_50

Fonte: Rádio Comercial

Título: Ministério da Educação espera acordo sobre os concursos

Resumo: Secretário de Estado da Educação espera acordo, pelo menos, em algumas das propostas.

O secretário de Estado da Educação considerou que houve avanços na reunião negocial que se realizou hoje sobre o regime de recrutamento e mobilidade e disse esperar um acordo, pelo menos, em algumas das propostas.

"A nossa esperança é que consigamos chegar a um acordo específico sobre este assunto", disse António Leite, em declarações aos jornalistas, no final de mais de seis horas de reunião com todos os sindicatos, na quarta ronda negocial sobre o regime de recrutamento e mobilidade.

Momentos antes, à saída da reunião, as organizações tinham feito um balanço negativo, afirmando que o Ministério da Educação continua a não apresentar propostas concretas que respondam às principais reivindicações dos docentes, sobretudo quanto à recuperação do tempo de serviço.

Da parte da tutela, o secretário de Estado sublinhou que o tema não constava da ordem de trabalhos e que, quanto às matérias em discussão, os representantes dos docentes reconheceram que algumas das alterações hoje propostas eram melhores face às reuniões anteriores, de há duas semanas.

Por isso, António Leite espera que as negociações possam vir a resultar num acordo global.

"É para isso que estamos a trabalhar", afirmou, acrescentando que, no caso de não ser possível, "pelo menos, [se chegue a] acordos que possam permitir um ganho" para os professores.

Sobre essa possibilidade, o secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) tinha dito que as organizações sindicais não se iriam contentar "com acordozinhos", exigindo um acordo global.

"Não sei se haverá muitos sindicatos que considerem que concretizar a vinculação de mais de 10 mil pessoas num único ano, a vinculação dinâmica, não merece um

acordozinho. Isso ficará com a avaliação de quem o fizer, da nossa parte vale mesmo um acordo", disse o secretário de Estado, quando questionado sobre a reação de Mário Nogueira.

Cor_EL_51

Fonte: Observador

Título: Falta de Professores: um problema por resolver

Resumo: Por: Cláudia André, Deputada do PSD na Comissão de Educação. As reivindicações de professores, que nos últimos meses têm ocupado os títulos da comunicação social, têm ajudado a esquecer o outro grande problema da educação, a falta de professores.

A falta de professores não é um problema do passado, ainda não é um verdadeiro problema do presente, mas será um gravíssimo problema no futuro se nada for feito para o resolver.

Ao contrário do que tem sido afirmado por alguns responsáveis políticos, a falta de professores não é um problema do passado, apesar de ser previsível, só há poucos anos as escolas têm uma permanente falta de professores. Recuemos um pouco no tempo e recordemos as reportagens televisivas de início de ano letivo, passadas às portas dos centros de emprego, a demonstrar as filas intermináveis de professores a registarem-se como desempregados. O fenómeno é recente, mas exige medidas urgentes e consistentes.

O previsível envelhecimento e consequente aposentação de professores levará, como os estudos indicam, a uma redução de cerca 39% dos professores que se mantinham em serviço em 2018/19, significando que a necessidade de contratação de novos professores será muito acima do que neste momento se está a formar no ensino superior.

Todos nos recordamos das medidas de curto e médio prazo anunciadas há um ano pelo ministério para colmatar a falta de professores. Entre flexibilizar os requisitos de formação para a contratação de docentes com habilitação própria a completar horários incompletos, as medidas, apesar de imediatistas, remediaram alguns casos.

Passado um ano letivo, e um ano depois de o anterior secretário de estado agora ministro ter tomado posse, esperava-se que o ministério estivesse a colocar em prática um plano que atuasse sobretudo em três frentes:

- Reformulação da formação inicial de professores e da formação pedagógica para profissionais de outras áreas;
- Formação pedagógica para os docentes que estão a lecionar com habilitação própria, fruto das medidas excepcionais aplicadas em setembro passado, e;
- Revisão profunda do processo de recrutamento de professores.

Sobre as duas primeiras não se encontra nada escrito, sobre o recrutamento de professores, o ministério foi incapaz de conciliar os interesses destes com os interesses da boa gestão em recursos humanos. Algo que reconhecemos ser muito difícil, mas que tem de ser possível.

As premissas anunciadas há um ano para resolver a falta de professores foram deixadas para trás e neste momento poucos sabem o que norteia o governo para resolver o problema da falta de professores no futuro.

Este é um assunto que não se pode resolver com curativos de emergência. Hoje alargam-se horários, amanhã remedeiam-se habilitações e depois fazemos qualquer coisa para colocar qualquer perfil perante uma turma de vinte e cinco alunos. Medidas destas silenciam o problema porque os alunos estão na sala e as estatísticas aparentam uma resolução, no entanto, o produto de medidas avulsas será dramático para todo o futuro do país.

Os alunos do presente precisam de preparação para um futuro incógnito, precisam de bons profissionais que lhe ensinem as ferramentas e o conhecimento, que os ajudem a enfrentar todos os desafios das suas vidas. Os professores são capazes disso, independentemente das condições ou do respeito com que são tratados, falta formar mais e melhor para que assim continue no futuro.

Deputada na Assembleia da República eleita pelo PSD ‘Caderno de Apontamentos’ é uma coluna que discute temas relacionados com a Educação, através de um autor convidado.

Cor_EL_52

Fonte: Expresso

Título: Afinal, que embalagens de plástico é que reciclamos?

Resumo: Por: Ana Trigo Morais, CEO Sociedade Ponto Verde 43%, 34%, ou 13%. Todos estes valores têm a ver com a taxa de reciclagem de resíduos de embalagens de plástico e estão todos certos. Confuso? No Dia Internacional da Reciclagem venha daí para uma breve viagem pelo mundo dos resíduos e da reciclagem em Portugal onde a divergência de dados se explica numa simples frase: utilização de diferentes critérios de cálculo.

Vamos por partes. O valor de 43% resulta do desempenho do SIGRE (Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens) que funciona em Portugal há mais de 25 anos, num trabalho conjunto entre os sistemas multimunicipais e intermunicipais, a indústria recicladora e a Sociedade Ponto Verde na gestão do fluxo de resíduos de embalagens. Em 2020, as embalagens de plástico colocados no mercado à disposição dos consumidores e, por isso, declaradas às entidades gestoras/SIGRE totalizaram 176 151 toneladas, sendo que as recolhidas das mesmas foram de 75 964 toneladas. Neste caso a taxa de reciclagem foi de 43% e este valor está devidamente validado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Assim, as embalagens de plástico pós-consumo encaminhadas para reciclagem pela SPV e parceiros do sistema, correspondem mesmo a uma taxa de 43% em Portugal.

Se falarmos dos dados que Portugal envia para o Eurostat através da APA, o critério muda. Neste caso são contabilizadas as embalagens de plástico colocadas no mercado (fluxo urbano – resíduos gerados em nossas casas, e não urbano- resíduos gerados na indústria e parte do comércio) passamos a ter 415 364 toneladas. A APA reporta, em termos de reciclagem de resíduos de embalagens de plástico urbano e não urbano, 140 962 toneladas, que se traduz numa taxa de reciclagem de 34%. Assim, as embalagens de plástico pós-consumo, a que se juntam as embalagens da indústria e parte do comércio, correspondem a uma taxa de 34% em Portugal.

Esclarecidos? E os que são os 13%? É a Taxa de Preparação para Reutilização e Reciclagem de TODOS os resíduos urbanos que produzimos, 5.279.000 tn, como bio resíduos, resíduos de jardim, equipamentos elétricos e eletrónicos, pilhas, jornais, revistas, entre outros, e também embalagens. E é este valor, que consta do PERSU - Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos 2030, desta vez calculado com uma nova metodologia de acordo com o normativo europeu.

São estas “divergências” de números, toneladas, âmbitos e metodologias de avaliação que contribuem para interpretações que, por vezes, não traduzem a realidade. Desde o início do SIGRE que a metodologia adotada para cálculo da taxa de reciclagem de embalagens se baseia no rácio entre quantidades recicladas e quantidades colocadas no mercado (não em quantidades de resíduos gerados), de acordo com as regras europeias em vigor desde então.

Se analisarmos os dados mais recentes do SIGRE para reciclagem de embalagens de plástico o valor para 2022 é de 92.328 toneladas, mas diz unicamente respeito ao SIGRE e certamente não poderão coincidir com os dados reportados ao Eurostat ou analisados à luz do PERSU2030. Tal como em outros aspetos da cadeia de valor da gestão de resíduos, precisamos de mais clareza e rigor na comunicação quando se olha para universos diferentes.

A Sociedade Ponto Verde encontra-se a estudar este tema conjuntamente com a APA e INE para que se consiga adotar uma metodologia que permita, de forma mais transparente, determinar a produção de resíduos urbanos, designadamente de embalagem de plástico em Portugal, considerando ainda a futura aplicação da Plastic Tax em vigor na UE.

Outro fator adicional de “stress” no sector é o desperdício económico associado às embalagens de diferentes materiais que não são colocadas nos ecopontos e por isso não são enviados para a reciclagem, acabando por ter como destino final os aterros ou a valorização energética. De acordo com as nossas estimativas Portugal perde 31 milhões de euros por ano devido a esta situação.

Qualquer que seja o ângulo de análise do sector dos resíduos é necessário um trabalho em conjunto para Portugal atingir as metas definidas pela União Europeia. Se pensarmos que atualmente estamos a enviar para aterro 64% de todos os resíduos urbanos que produzimos e que até 2035 esse número terá de passar para 10%, temos uma ideia do trabalho que temos pela frente em pouco mais de uma década, colocando o maior esforço na separação dos resíduos orgânicos que atualmente vão para o aterro e representam 40% do total dos resíduos urbanos.

Tem de existir uma mobilização geral, um repensar coletivo sobre o modo como consumimos, e que é essencial existirem alterações, a prazo, de muitos modelos de negócio e que envolvem, designadamente, o nível de qualidade do serviço prestado pelos municípios às populações, a proximidade dos ecopontos o seu estado de limpeza e conservação, por exemplo, bem como os novos os sistemas de depósito, os sistemas de reutilização e o *ecodesign* de embalagens, a par da contínua sensibilização ambiental junto dos portugueses.

Cor_EL_53

Fonte: CORREIO DA MANHÃ

Título: Não mordas quem te quer bem

Resumo: Opinião de Miguel Alexandre Ganhão

Todos conhecemos a forma cáustica como a antiga eurodeputada Ana Gomes tem criticado, desde o início, os Governos de António Costa. Neste momento tão delicado para o executivo, existe um toque a rebate para a união dos socialistas, independentemente de tendências. Aos mais renitentes é preciso dar um estímulo adicional. Será talvez por isso que o nome de Joana Gomes Cardoso, filha de Ana Gomes e do historiador António Monteiro Cardoso, tem sido insistentemente falado como a nova comissária-geral ou vice-comissária de Portugal para a Exposição Universal de 2025, que se realiza na cidade japonesa de Osaka.

Trata-se de um cargo em que a indicação vem diretamente do primeiro-ministro, mas a nomeação pertence formalmente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Da última vez, as coisas não correram bem. O comissário-geral escolhido para a Expo Dubai, Celso Guedes de Carvalho, foi exonerado a quatro meses da abertura da exposição, tendo sido substituído pelo presidente do AICEP, Luís Castro Henriques. Agora, para evitar surpresas, na resolução do Conselho de Ministros sobre a participação portuguesa diz-se que, o comissário-geral será o presidente da AICEP, mas o nome de Joana Gomes Cardoso pode vir baralhar esta escolha. A filha de Ana Gomes tem uma larga experiência na administração cultural, e demitiu-se o ano passado da presidência do conselho de administração da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, da Câmara de Lisboa. Para já, a participação portuguesa tem já um orçamento aprovado de 21 milhões de euros, só falta um nome adequado. Puro Veneno.

Os novos desafios da Santa Casa. Ana Jorge tem muitos e grandes desafios à frente da Santa Casa. Um deles é ter um administrador executivo com 78. João Correia, ex secretário de Estado da Justiça de Sócrates, foi nomeado pela ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho. Outro são os negócios no Brasil. No início do mês o Tribunal de Contas do Distrito Federal (Brasília) aprovou, por unanimidade, o fim da parceria entre o Banco de Brasília SA (BRB) e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para a exploração de jogos de lotaria naquele território da federação brasileira. Governo a dobrar na escola. O Governo está desesperado para recuperar popularidade. Só assim se compreende que, no passado dia 10 de maio, na requalificação de duas escolas em Abrantes (EB Maria de Lourdes Pintasilgo e EB de Alvega) tivessem aparecido dois ministros; o da Educação, João Costa, absolutamente normal... e a da Agricultura, Maria do Céu Antunes. Uma presença que é difícil de explicar não fora a governante ex-autarca de Abrantes. Reformas milionárias na Anacom. Esta semana realizou-se mais um congresso da APDC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações, onde, para variar, os principais operadores apontaram espingardas ao regulador. O presidente da Nos, Miguel Almeida, chegou mesmo, em tom de ironia a pedir que o Estado não meta na TAP o lucro de 50 milhões da Anacom. Mas o que o presidente da Nos não sabe é uma consultora principal daquela organização se vai reformar para o mês que vem com 6450 € por mês.

Lisboa gasta 84 mil euros para estudar ciclovias. A Câmara de Lisboa lançou um concurso, por consulta prévia, para selecionar uma empresa que fizesse uma auditoria à rede ciclável da capital no âmbito do projeto europeu VoxPop, que tem como objetivo

criar soluções de mobilidade que vão ao encontro das necessidades das pessoas que vivem, estudam, trabalham e visitam Lisboa. Das seis empresas concorrentes, foi seleccionada a francesa EURL Copenhagenize France que, a troco de 84 mil euros, deve, no prazo de sete meses, fazer o levantamento da atual rede ciclável, identificar as principais zonas que carecem de intervenção, apresentar as respetivas soluções e fazer um relatório final a apresentar à autarquia. Esperemos que, após esta auditoria exaustiva, seja dado um destino final à ciclovia da Avenida Almirante Reis, objeto de tantas promessas eleitorais que acabaram por não ser cumpridas.

Cor_EL_54

Fonte: Jornal Sol

Título: O Lula e o Silva

Resumo: A hipocrisia tornou-se na imagem de marca da sociedade política, tudo se permitindo à esquerda e procurando sancionar-se posturas similares, e até bem menos gravosas, mas praticadas à direita!

Lula é um escroque, do pior que a classe política à escala global conseguiu produzir. Não tem coluna vertebral, tendo tornado a sua governação num autêntico lamaçal de corrupção, facto que conduziu à prisão de grande parte dos seus correligionários, incluindo ministros, bem como de ele próprio. Safou-se graças às fragilidades do sistema de justiça do seu país, o que lhe permitiu ocupar de novo a mais alta magistratura do Brasil. Mas, Lula é o Chefe de Estado do Brasil, eleito pelo seu povo em sufrágio directo e universal, sendo que compete aos brasileiros, se assim o entenderem, e não a nós, portugueses, contestar a legitimidade que eventualmente lhe poderá ser questionada para o exercício das funções para as quais foi escolhido. O Brasil é o maior país de língua portuguesa e acolhe milhares de portugueses, em regime de reciprocidade, desempenhando, por estes motivos, um papel primordial na vivência da lusofonia.

Portugal só tem a ganhar em estreitar e reforçar as relações institucionais com o Brasil, razão pela qual são absolutamente desnecessárias, porque prejudiciais, quaisquer comportamentos que possam beliscar a sã convivência entre os dois países. Quando Lula vem a Portugal em visita de Estado e é recebido no Parlamento, não é o cafajeste Lula, utilizando uma expressão bem brasileira, que se apresenta perante os deputados, mas sim o presidente do Brasil, que ali representa o seu povo. Não posso, por este motivo, concordar com a forma de protesto que os deputados do Chega entenderam protagonizar na sede do poder legislativo, mas também não posso ignorar o comportamento ignóbil por parte de quem, assumindo-se ofendido, reduziu aquela casa ao nível mais baixo de que há memória. A hipocrisia tornou-se na imagem de marca da sociedade política, tudo se permitindo à esquerda e procurando sancionar-se posturas similares, e até bem menos gravosas, mas praticadas à direita!

Vários Chefes de Estado, nomeadamente Ronald Reagan e D. João Carlos I, foram desrespeitados por deputados da esquerda radical, que, inclusive, abandonaram a sala, numa flagrante demonstração de desprezo pelos convidados do Estado português e que ali representavam os seus países, não se tendo ouvido, então, um murmúrio que fosse de reprimenda à vergonhosa atitude daqueles parlamentares. Presidentes portugueses, como Cavaco e Marcelo, foram despeitados em plena assembleia nas suas tomadas de posse e em outras cerimónias solenes, pela única razão de não professarem os ideais do

marxismo-leninismo, com os costumeiros paladinos do pensamento dominante a permanecerem sentados, num gesto de afronta a quem os portugueses, livremente, escolheram como seus máximos mandatários, sem que alguma vez tenham sido chamados à atenção pela falta de sentido de estado e má-criação que evidenciaram. Mas desta vez, considerando que o motim se observou nas bancadas posicionadas à direita do espectro político, havia que agir de imediato e com firmeza. Assim o entendeu o mestre de cerimónias do pardieiro de S. Bento e, sentado entre dois presidentes, certamente imaginando-se já um deles, com as faces avermelhadas de raiva e de dedo em riste, berrou na direcção dos deputados que logo catalogou como vergonhosos, verbalizando uma panóplia de ameaças.

Até Lula, sem dúvida incomodado com o comportamento rasca e ofensivo daquele que se arrasta como a segunda figura do Estado, procurou acalmá-lo, aconselhando-o a deixar estar as coisas conforme estavam, de acordo com as palavras do próprio irado personagem, proferidas durante o patético episódio registado pelas câmaras do Parlamento num dos corredores do hemiciclo. Silva inspirou-se, tudo o leva a crer, no convidado de honra que se encontrava sentado à sua direita. Na verdade, partilha com Lula uma série de predicados, todos eles negativos, como arrogante, mal-educado, brejeiro, egocêntrico, arruaceiro, indelicado, conflituoso, autoritário e burgesso, entre muitos outros. No entanto, o que mais os une é a circunstância de nenhum deles possuir as necessárias qualificações para as funções que desempenha, porque, se a justiça dos respectivos países fosse efectiva, estariam legalmente impedidos de a exercer. Lula, por estar atolado até ao pescoço em crimes de corrupção. Silva, por ter sido cúmplice de Sócrates, de quem foi um indefectível ministro, na criminosa governação que conduziu o país à bancarrota e à conseqüente perda significativa de uma soberania quase milenar, por via da subjugação às imposições das instituições financeiras internacionais. Acredito que Silva possa ostentar alguns atributos positivos, apesar de, sinceramente, não lhe ter ainda reconhecido um único, mas a inteligência não é, decididamente, um deles.

A exibição do número de palhaçada no circo de S. Bento, em que desempenhou o papel de actor principal, teve como único resultado dar completa visibilidade ao protesto encabeçado pelos deputados do Chega, os quais acabaram por não se verem forçados a empenhar-se decisivamente para que a mensagem tivesse chegado ao seu destino. Basta recordar que todos os noticiários desse dia, nos diversos órgãos de comunicação social, concederam honras de abertura à iniciativa do Chega. O aniversário do golpe militar e a visita do Lula tiveram uma cobertura secundária, cedendo todo o protagonismo aos cartazes empunhados pelos parlamentares contestatários. Se o objectivo de Silva, ao reagir como um qualquer ditadorzinho sul-americano, não apenas naquele momento, mas igualmente nos que se seguiram, seria o de pôr o Chega em sentido, nesse caso o tiro saiu-lhe pela culatra, acabando por ter precisamente o efeito contrário.

Silva está obcecado por um sonho, o de substituir Marcelo na cadeira de Belém! Não pensa noutra coisa e todo o seu comportamento é pautado por esse desígnio. Infelizmente, para ele, não para nós, obviamente, Deus não lhe concedeu uma única das qualidades que se exige a um Chefe de Estado, mas sim o seu oposto: a inteligência, o saber, a educação, a presença e, sobretudo, o amor pela Pátria, pela sua História, pela sua cultura, pelas suas tradições e pelas suas gentes. Já tivemos um Silva na presidência. Que o destino nos poupe de virmos a ter outro!

Fonte: Expresso

Título: A flexibilidade local como passo imprescindível para a transição energética

Resumo: Por Andreia Carreiro

É urgente realizar uma transição energética, dos combustíveis fósseis para a utilização de energias renováveis. À necessidade de reduzir as emissões juntam-se os riscos geostratégicos de combustíveis produzidos em zonas hostis. Já não se põe sequer a questão do preço, pois as energias renováveis são hoje muito competitivas. O que é que impede, então, uma transição energética mais rápida? Os principais obstáculos residem na forma como a rede elétrica foi organizada ao longo dos tempos.

A eletricidade é um bem muito peculiar, por ser difícil e dispendiosa de armazenar. A eletricidade é, talvez, o bem mais perecível. Tem, normalmente, de ser consumida no instante em que é produzida, sob pena de ser desperdiçada. Por outro lado, o consumo é muito inconstante. Ao longo do dia, ele varia com os turnos fabris, os horários dos serviços ou os consumos residenciais. Ao longo do ano, varia com as necessidades de aquecimento e arrefecimento dos edifícios. Essa variabilidade não significa imprevisibilidade, pelo que a rede elétrica foi concebida para lidar com essa procura variável por meio de uma oferta controlável.

A rede elétrica foi também concebida de forma centralizada. A produção de eletricidade em grandes centrais beneficiou de economias de escala, pelo que a rede rapidamente evoluiu para uma rede unidirecional, em que um número reduzido de grandes centrais satisfazia o grosso da procura elétrica, sendo depois essa eletricidade distribuída através de uma rede cada vez mais capilar. Todo o panorama mudou com a entrada das energias renováveis na rede. O número de unidades produtoras disparou, nomeadamente de eólicas e, mais recentemente, de fotovoltaicas. A produção deixou de estar concentrada num número muito reduzido de centrais, para estar distribuída por quase todo o território, em milhares de pontos de injeção, que contam, também, com a pulverização de pequenas unidades de produção fotovoltaica, muitas das quais ligadas a redes de baixa tensão, em zonas residenciais.

As fontes de energia renováveis, com exceção da hídrica, não são despacháveis – não produzem quando queremos, mas antes quando dita a natureza. Assim, a gestão da rede torna-se muito mais desafiante para satisfazer as necessidades da procura, garantir a segurança de abastecimento e evitar falhas generalizadas de eletricidade, alternadas com excessos de produção de energia não utilizada. A quadratura do círculo só será possível quando a uma oferta variável fizermos corresponder uma procura ajustável. Se não podemos controlar por completo a oferta, temos de flexibilizar a procura. E como conseguir essa flexibilidade da procura? Com redes elétricas inteligentes e digitalizadas, em que cada equipamento, seja ele um ativo energético de produção, armazenamento ou consumo altere o seu padrão de uso em função da necessidade da rede. Assim, cada equipamento poderá, de forma agregada, “negociar” com a rede a energia de que pode dispor e em que condições. Por exemplo, há que perceber qual o momento ideal para o carregamento de um veículo elétrico ou para o funcionamento de uma bomba de calor.

Vários países europeus estão a desenvolver os mercados de flexibilidade. A 14 de março, a Comissão Europeia publicou o regulamento que atualiza a configuração do mercado elétrico da União, procurando incrementar a flexibilidade dos sistemas energéticos como

resposta do lado da procura, com a participação ativa do consumidor final, que passa a ser um agente ativo do sistema elétrico. Portugal, apesar do mercado incipiente, é um dos países que apresentam elevado potencial. A legislação abre, assim, caminho às soluções de flexibilidade, conforme consta no Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro – já revertido no enquadramento regulatório nacional, com várias propostas de regulamentos colocadas em consulta pública pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), sobre os temas da flexibilidade e da emergência dos mercados locais de energia.

Em Portugal, surgiu também o primeiro projeto-piloto. A E-Redes – principal operador de rede de distribuição em Portugal – lançou o projeto FIRMe, em parceria com a empresa britânica Piclo. O objetivo é testar a flexibilidade, analisar os benefícios, identificar oportunidades e promover novas dinâmicas de mercado, nomeadamente mercados locais de energia com a participação de múltiplos agentes, incluindo o consumidor final. Assim, quando a rede necessita de auxílio local, por exemplo na gestão de congestionamentos ou na estabilização de perturbações causadas pela variabilidade das fontes renováveis, pode solicitar o apoio de um agente de mercado – por exemplo, um agregador –, que terá a capacidade de atuar nos equipamentos flexíveis de que dispõe. Esse agregador recompensa, então, o consumidor final pela flexibilidade disponibilizada, que deixa, assim, de ser um consumidor passivo e passa a ser um agente ativo do sistema elétrico, ao disponibilizar ao serviço da rede os seus ativos energéticos mediante um conjunto de preferências ou restrições de uso.

São múltiplas as vantagens das novas dinâmicas associadas à flexibilidade do lado da procura para acelerar a transição energética, com abordagens inovadoras que visam a criação de novos mercados energéticos, com múltiplos agentes e valorização de ativos existentes, enquanto minimizam investimentos avultados. Para que se efetivem, porém, há que existir uma combinação de vontades: do Governo e do regulador – para que produzam enquadramentos legais e regulatórios favoráveis e facilitem o investimento no robustecimento e digitalização das redes elétricas; da Administração Pública – que se quer robustecida e capacitada para dar resposta rápida aos licenciamentos, em consonância com a legislação e a regulamentação em vigor; e dos operadores de rede que são peça-chave para a operacionalização, possibilitando a interoperabilidade entre os seus sistemas e as plataformas dos agentes de mercado, capazes de gerir e otimizar os múltiplos fluxos energéticos e de informação.

Andreia Carreiro é diretora de inovação estratégica da Cleanwatts. Doutorada em Sistemas Sustentáveis de Energia, foi diretora regional de Energia no Governo dos Açores. É também co-fundadora da empresa Kinergy, integra a organização Future Energy Leaders Portugal e é co-promotora da iniciativa Mulheres na Energia.

Cor_EL_56

Fonte: SIC Notícias

Título: A escola pasteurizada

Resumo: Por Rui Correia

Como uma peste bubónica, as escolas deste país estão a ser varridas, uma a uma, por uma pandemia de cedência à conformidade de tudo. Públicas ou privadas, vivem uma compulsão pela padronização de critérios, de práticas, de métodos, de recursos, de estratégias, de didáticas, de doutrinas, de projectos, de teorias, que destrói toda a essência

que faz de um professor alguém em cuja carreira vale a pena apostar. Ninguém ousa negar que cada criança é única, mas entre isso e tudo fazer para acelerar a sua excepcionalidade vai uma diferença abissal. O mesmo acontece com os professores. A singularidade de um professor não é coisa que se recomende. Bem pelo contrário. Tudo é feito no sentido de que uns e outros se inscrevam numa matriz normativa que trave toda a peculiaridade. A escola está bastante mais preparada para subordinar comportamentos e práticas do que para acompanhar a imprevisibilidade e a liberdade de ensinar e aprender, que é a mais importante coisa para que serve, nos dias de hoje.

Disciplina e consistência são elementos decisivos para o acto de aprender, sem dúvida. Mas não são únicos, nem são os melhores. De resto nenhum acto criativo se consegue sem contingência ou vicissitude. E fazer aprender é um acto de criação e não de duplicação acrítica. Fazer como se fez no ano passado, é a prisão perpétua de toda a originalidade. No final da pandemia, quando se perguntou aos miúdos qual era a pior coisa que eles encontravam no ensino a distância, todos respondiam o mesmo: a rotina. Saber exactamente tudo quanto ia acontecer durante as próximas horas foi aquilo que mais os amordaçou. A rotina é a coisa que mais agride e ofende o acto limpo de aprender.

Aprender vive do inesperado e da preferência. Tudo coisas intransmissíveis ainda que contagiosas. Uma aula não pode ser um fac-simile da anterior e da seguinte. Isso ceifa e trucidada a fibra de qualquer aluno ou professor ao fim de uns poucos meses. É talvez por isso que o músico Sting uma vez confessava numa entrevista que nunca conseguiria continuar a ser professor porque sabia antecipar no que se iria transformar daí a alguns anos.

É doloroso perceber como o comprazimento pelo conformismo invadiu os dias de cada jovem e de cada professor. Ver cada um deles acabrunhado por perceber que não existe qualquer vantagem em explorar o que têm, um e outro, de particular e inconfundível é uma hipnose insuportável. É tão óbvio que fazer como os outros fazem não tem piada nenhuma. Impor receitas alheias não serve para quase nada. Sugerir, aconselhar, recomendar, partilhar, claro que sim; isso é aprender. Prescrever, coagir e impor, é apenas confinar a deliberação íntima que constitui o ingrediente elementar de toda a decisão de querer saber.

Empresas privadas e projectos ministeriais de sucesso enchem cada vez mais a paisagem das nossas escolas com propostas vindas desse exoplaneta das boas práticas e da excelência. Ninguém parece descansar enquanto não transformar aquilo que é uma estupenda ideia num desastre impreterível. Tudo quanto funciona é sustentável apenas pela criação única, pela emoção de construir autonomamente soluções personalizadas para cada contexto educativo. Impor a inovação é uma forma de censura que a ninguém seduz. Quase sempre redundante em instintiva – e até injusta – aversão. Assiste-se hoje a uma reacção visceral a tudo o que é inovador dentro das escolas portuguesas. Um professor ou um aluno inovador é hoje visto como uma raridade biológica, uma bizzarria num freakshow. E é-o por uma razão simples: não compensa. O que compensa mesmo é o conformismo. Fazer como todos fazem e nunca deixar de fazer o que todos fazem. E quando o exemplo vem de cima, fica pior a emenda do que o soneto. É a praça da letargia.

Tudo convida ao cinismo e ao cálculo derrotista. E, contudo, quem se passeia pelas escolas públicas e privadas deste país percebe que, por todo o lado, explodem ideias e trabalhos muito bons que estão a transformar vidas inteiras. Alunos, professores e

direcções escolares que apostam num sentido vivo de comunidade, de criatividade, celebração e solidariedade, de rigor e de exigência, de bem-estar e de bem ser. Há escolas que vivem em constante época de incêndios, deflagrados por gestos e iniciativas que inspiram uns e outros a fazer mais e melhor. Há alunos e professores que passam horas em clubes onde se aprende livremente, que pedem para estar na escola aos fins de semana e além do horário escolar para poderem terminar este ou aquele projecto. Há mães e pais e funcionários a dar uma mãozinha. Isso está a acontecer hoje. Não vem nas notícias, mas é isso que acontece. Há milhares de professores a dedicar dezenas e dezenas de horas a mais do que aquelas que lhes pagam para fazer jornais escolares, preparar candidaturas ao Erasmus ou a financiamentos extraordinários. Não são recursos humanos. São pessoas incríveis. Merecem a nossa companhia e mais um abraço. E tudo isso acontece porque ninguém os condenou a coisíssima nenhuma.

Fazem-no porque sabem a importância do que querem fazer. E não falta quem os recrimine por isso e quem lhes dificulte os gestos e as palavras. E que diga que não têm mais vida, nem meias para coser em casa. Mas esta gente odeia a acomodação, despreza a rotina e foge a sete pés de todo o aborrecimento. Investem na sua felicidade. Erram continuamente e aprendem até que comecem a errar cada vez menos. Repugna-lhes o conformismo.

A escola não pode ser uma Maria, vai com as outras. Resignada a repetir o que outros fazem ou como os outros fazem. Deve saber escutar e aprender com os demais, mas para criar algo que seja distintamente sólido e único. Que não vem de longe, mas sim de dentro. Uma escola deve ser um ginásio da curiosidade. Uma máquina de musculação intelectual. O quartel-general de toda a esperança. Cada aula tem de representar um laboratório de premeditada experimentação contínua. O estilo de um professor pode converter-se numa penalidade. Não se faça aos outros aquilo que não desejamos que nos façam a nós. Repetir os mesmos procedimentos, o mesmo estilo em cada momento de aprendizagem é meio caminho andado para o tédio e a desolação. Dos outros e, principalmente, da nossa.

Ninguém aguenta esta pasteurização do ensino. O conformismo é um organismo unicelular que decompõe matéria orgânica. Não tem lugar numa escola que se queira limpa e surpreendente.

Cor_EL_57

Fonte: Expresso

Título: Carlos Moedas, O Incongruente: “As pessoas não aguentam pagar mais impostos?”

Resumo: A classe média não tem lugar na visão de Carlos Moedas, defende Inês Drummond, vereadora do PS na Câmara de Lisboa “É um sinal, porque as pessoas não aguentam pagar mais impostos. Eu como presidente da Câmara quero dar sinais às pessoas.” “Nós não podemos avançar com políticas públicas sem ter as pessoas. Para ter as pessoas nós temos de estar a fazer com as pessoas. O problema da habitação tem de ser resolvido de forma diversificada e o sector privado tem de ajudar.” Esta é a tese de Carlos Moedas para a habitação, apresentada no encerramento da conferência “Mais Habitação – Proteção, regulação ou travão”, organizada pelo Jornal Económico e pelo Novo Semanário, com o apoio da sociedade de advogados CMS e da agência imobiliária Fine Country. Porém, num contexto de grave crise no acesso à habitação, dispondo do maior orçamento municipal de sempre, quando chamado a votar uma proposta para

aumentar a oferta de imóveis para habitação e aumentar o número de casas disponíveis no mercado de arrendamento, concretizada por via da redução fiscal - através da isenção de taxas e impostos -, Carlos Moedas votou contra, além de, naturalmente, neste contexto de subida generalizada dos preços, com impacto no rendimento disponível, ter votado, também, contra o apoio às famílias no pagamento das suas rendas e do crédito à habitação. E contra que isenções fiscais votou Carlos Moedas? Para aumentar o stock habitacional em Lisboa, votou contra a isenção de taxas referentes a projetos urbanísticos e obras em imóveis, para fins habitacionais. Para aumentar o número de imóveis disponíveis no mercado de arrendamento, votou contra (i) a isenção de taxas referentes a obras em imóveis a afetar ao mercado de arrendamento; (ii) a devolução do máximo de 5% da participação municipal em sede IRS aos proprietários de imóveis; (iii) a isenção até 50% do IMI. Votou contra mais habitação em renda acessível através do arrendamento de imóveis ao Município, garantindo (i) a isenção de IMI; (ii) a isenção de IRS ou IRC das rendas recebidas; (iii) a devolução do máximo de 5% da participação municipal em sede IRS; (iv) a isenção de taxas municipais referentes a obras; (v) a isenção de IMT na aquisição de imóveis. Em suma, votou contra baixar taxas e impostos. Falta de recursos financeiros disponíveis, diriam? Não. Pois, o orçamento municipal vai ser reforçado em mais de 85M de euros – não consignados – a transitar de 2022. Foi, mesmo, porque Carlos Moedas não quis. “As pessoas não aguentam pagar mais impostos”? Para Carlos Moedas, ‘aí aguentam, aguentam’. Em Carlos Moedas, raramente, a tese resiste à antítese, correspondendo a antítese à síntese. Esta tem sido a sua dialética. Na contradição de ideias – aqui, entre o que se diz e o que se faz – prevalece o cinismo eleitoral. À política dos “Novos Tempos” falta coluna vertebral onde sobra esponjosidade que meandra à cata de aplauso.

A visão de Carlos Moedas para a habitação em Lisboa não é diversificada, é estratificada. É um projeto de classe. Ideológico. Em que demite os instrumentos ao seu dispor de uma função reguladora, porque para Carlos Moedas esse papel compete ao “mercado” – não nos esqueçamos que Carlos Moedas confirma que: “dar respostas aos investidores é a prioridade do meu mandato”, enquanto afirma que só vai construir nos “bairros desfavorecidos”. É uma visão que não admite, sequer, conferir mais liberdade, associando redução de impostos à afetação do investimento e do património à habitação – com o objetivo de chegar à classe média -, baixando o preço por via do aumento da oferta, porque a sua visão está fechada em “mercado” e habitação municipal. A classe média não tem lugar na visão de Carlos Moedas. Mas, além de Carlos Moedas se ter revelado pequeno na visão, com vistas curtas, também, deixou patente a sua falta de ambição. Falta de ambição em agregar, indisponibilidade para o diálogo, incapacidade de aceitar propostas que não sejam as suas – tudo, o contrário daquilo que vem reclamando desde o início do mandato. Com isto, Carlos Moedas perde o capital político de reivindicar outras reduções de impostos, bem mais injustas. Nem moderno nem coerente, Carlos Moedas assume-se vazio na retórica porque quando tem oportunidade para baixar impostos vota contra – e este foi o único sinal que conseguiu dar às pessoas. Só uma política de facção, deslocada do centro, distante da classe média, justifica que a direita radical - seja a Iniciativa Liberal ou a extrema-direita do Chega - se mantenha em mute, no bolso, desde o início do mandato, mesmo quando Carlos Moedas fez reprovar uma proposta de isenção generalizada de taxas e impostos aos proprietários que construíssem habitação ou afetassem o seu património imobiliário ao fim habitacional.

Cor_EL_58

Fonte: DN

Título: Lula não tem razão. Mas deixem-no lutar pela paz

Resumo: A guerra na Ucrânia foi iniciada pela Rússia de Putin com base em quatro argumentos.

O primeiro radica numa suposta ameaça à Rússia resultante do avanço das fronteiras da NATO na direção das fronteiras russas. Todos sabemos bem que a sucessiva adesão à NATO dos países do leste europeu não decorreu de qualquer pressão americana ou europeia, mas do miserável legado que a Rússia e a canga soviética deixaram nesses ex-membros do Pacto de Varsóvia, bem como da insegurança causada pela intervenção da Federação Russa na Geórgia. A guerra na Ucrânia foi iniciada pela Rússia de Putin com base em quatro argumentos. O primeiro radica numa suposta ameaça à Rússia resultante do avanço das fronteiras da NATO na direção das fronteiras russas. Todos sabemos bem que a sucessiva adesão à NATO dos países do leste europeu não decorreu de qualquer pressão americana ou europeia, mas do miserável legado que a Rússia e a canga soviética deixaram nesses ex-membros do Pacto de Varsóvia, bem como da insegurança causada pela intervenção da Federação Russa na Geórgia.

O segundo argumento é a dinâmica anti-russa emergente do movimento popular (com apoio americano, polaco e alemão) que levou em 2014 à queda de um presidente ucraniano pró-russo (que tentou opôr-se ao forte desejo popular de rápida associação à UE).

O terceiro argumento funda-se no incumprimento pelas autoridades ucranianas dos acordos de Minsk relativos à autonomia do Donbass.

O quarto e decisivo argumento estriba-se numa suposta necessidade de defender as populações do Donbass de supostas investidas das forças armadas ucranianas. Após a invasão da Ucrânia ficou gradualmente claro que o que realmente lhe subjaz é o imperialismo russo e a vontade de anexar a Ucrânia - ou a maior parte possível - à Federação Russa, denegando-se abertamente qualquer identidade própria da Ucrânia face à Rússia. Como o decurso da guerra vem mostrando, essa identidade existe e é forte, incluindo nas áreas do leste do país onde a língua materna é o russo. O Brasil tem interesse em manter boas relações com a Rússia e com a China. Seja por razões atinentes ao seu comércio externo, seja para contribuir para uma maior institucionalização e reforço de poder global por parte dos BRICS (de que o último exemplo é a tentativa de criar uma nova moeda internacional). É compreensível que Lula queira reforçar o papel do Brasil no seio dos BRICS. E, simultaneamente, reforçar o papel do Brasil enquanto potência emergente preeminente e principal líder do Sul Global.

O presidente Lula e a diplomacia brasileira perceberam a oportunidade de mediação existente. Estão, naturalmente, a tentar articular essa mediação com um reforço das relações económicas com a China e a Rússia. Infelizmente, esta articulação é complexa e requiere uma sofisticação que Lula não tem. Depois da muito infeliz mantra de que quando um não quer, dois não brigam, insistiu recentemente em afirmações infelizes sobre a origem da guerra e a necessidade de se parar o fornecimento de armas à Ucrânia.

O desejo de pôr um fim à guerra e à instabilidade dela decorrente é partilhado por muitos países, mas não todos... por razões diferentes, quer os EUA quer a China não têm interesse no rápido fim da guerra, para que o enfraquecimento da Rússia se acentue.

Lula e o Brasil têm margem de manobra para tentar uma mediação pela paz. Sobretudo se ele falar menos e deixar os diplomatas trabalhar mais... A paz dependerá sempre de cedências mútuas. E não será fácil encontrar o timing e os termos certos para que as partes aceitem ceder, sobretudo os líderes ucranianos. Mas não utilizemos as infelizes afirmações de Lula para lançar bombarda em cima dos seus esforços de mediação. Negociações de paz são necessárias, mas seguramente difíceis. Deixemo-lo tentar.

Cor_EL_59

Fonte: Expresso

Título: Moedas e o seu projeto de classe para Lisboa

Resumo: Por: Daniel Oliveira

“Em democracia não podemos proibir”. A tese revolucionária para a ciência política não foi defendida por um adolescente que se julga anarquista, mas pelo presidente da maior autarquia do país. No mundo dos adultos, os autarcas sabem que dirigem uma instituição com o poder de proibir empreendimentos urbanísticos, atividades económicas, estacionamento em determinadas zonas da cidade e por aí adiante. Mas a proibição de proibir não é, para Carlos Moedas, um revivalismo do Maio de 68. Ele estava a falar do Alojamento Local e, nesse contexto, de desregulação económica. É por isso que quando votou contra a suspensão do AL em mais onze freguesias destacou a “liberdade de empreender”, não o direito à habitação. São escolhas políticas de quem transformou a casa dos lisboetas na matéria prima para o primeiro e maior unicórnio da sua prometida fábrica.

Quem lidera uma cidade gere equilíbrios entre direitos contraditórios e interesses conflitantes. O direito ao lazer e ao descanso, o direito à mobilidade e aos espaços verdes, o direito à habitação e ao retorno do investimento. Deixar às forças do mercado a gestão dos equilíbrios necessários, ainda mais quando atravessamos uma crise mundial de habitação, é entregar a cidade aos mais fortes. Ninguém nega que o alojamento local foi importante para a reabilitação das cidades. Só uma visão primária da política urbana trata como mal ou bem absolutos investimentos deste tipo. O problema é o mesmo que se coloca a qualquer atividade económica: se ultrapassa os limites da sustentabilidade, pondo em risco tudo à sua volta. Ou seja, se a prosperidade de uma determinada atividade põe em causa a de outras e até de outros direitos fundamentais. Se autarcas de todas as cores tomam medidas, mesmo onde o problema é menos agudo, para tornar o AL controlável, limitado e conciliável com cidades funcionais, só um irresponsável não o faz na cidade com mais proporção de AL na Europa.

Quando temos 20 mil casas a servir turistas, o que fazia sentido como investimento torna-se um problema para a comunidade e para a sustentabilidade da própria atividade turística. A externalidades dos AL são pagas por outros. O aumento dos custos em habitação (que funcionam em mancha de óleo, indo muito para lá das zonas onde há maior pressão turística) terá de ser compensado por salários. Os serviços públicos e outras atividades económicas, incluindo o próprio turismo, deixam de conseguir contratar pessoas porque é caro viver na cidade ou perto dela. E os turistas ficam submersos em mais turistas. Isto, claro, para além do ataque ao direito a viver numa casa. O resultado da ausência de resposta pública será, como tem sido, a expulsão de Lisboa dos mais pobres e de uma classe média que já não conseguem acompanhar os preços. Em vez de querer gerir o equilíbrio entre investimento e habitação, Moedas escolheu um dos lados. E essa escolha

é ilustrada pela sua presença na manifestação de umas dezenas de investidores do alojamento local e na ausência na manifestação de milhares que reclamam pelo direito à habitação. “A propriedade privada é um direito sagrado em democracia”, justificou-se, para dizer que não alinhava numa manifestação de cariz “ideológico”. Mas a escolha de não regular a economia ou limitar o direito absoluto da propriedade não podia ser mais ideológica. Carlos Moedas é, aliás, o político mais ideológico que alguma vez assumiu a presidência da capital do país. Só assim se compreende que, no meio de desta crise de habitação, assumia que “dar respostas aos investidores é a prioridade do meu mandato”. E nem sequer estamos a falar apenas ou especialmente em investidores em habitação.

No meio do debate sobre habitação, um assunto passou quase despercebido e só encontrei referências a ele nas redes sociais: o anúncio que a Câmara de Lisboa só vai contruir, doravante, nos “bairros desfavorecidos” da cidade. O papel da autarquia não é contrabalançar a pulsão natural para a estratificação do território, mas aceitá-la e promovê-la. Não foi só por jogo político de um autarca que vê a liderança de uma cidade com a qual não tem qualquer relação afetiva como um mero estágio para a liderança do seu partido ressuscitou o Plano Especial de Realojamento (PER) como política exemplar. É porque, apesar da patine moderna dos unicórnios, não há autarca mais antigo. Isso não se nota apenas nas políticas de mobilidade. Repete-se na habitação.

É óbvio que o PER reduziu o número de barracas. Mas, como disse Tiago Mota Saraiva, foi o programa de habitação mais desqualificado, mesmo para o seu tempo, que se desenhou no século XX, Estado Novo incluído. Em vez de aproveitar a única vantagem de sermos dos últimos a construir habitação social em larga escala na Europa, repetiram-se todos os erros que outros estavam, nos anos 90, a tentar corrigir, construindo guetos onde se juntaram todas as carências. Bairros distantes dos centros, em lotes fechados sobre si próprios, sem transportes e sem dinâmica social. Bairros que são a negação do que dá vida aos bairros, com todos os problemas sociais daí resultantes.

A decisão de circunscrever o investimento em habitação pública aos bairros mais pobres reverte o que foi o entendimento da EPUL, onde autarquias de várias cores venderam habitação a custos controlados no Alto do Restelo, metade de Telheiras, Martim Moniz e por aí fora. O exemplo dado pela vereadora da habitação, que gere um orçamento de centenas de milhões de euros de investimento do PRR, não foi inocente: “eu podia construir no Restelo, mas prefiro gastar o mesmo dinheiro no Beato, uma zona problemática dominada pela droga e pela criminalidade”. Passando ao lado da estigmatização do Beato, o exemplo importa porque Moedas, na campanha, alinhou com os moradores do Restelo que não queriam famílias de classe média numa das zonas mais caras da capital. E foi assim que um projeto de 400 casas de renda acessível, aprovado no anterior mandato por toda a esquerda, está morto e enterrado. “Quem quer vir para aqui viver procura certas características”, explicou o presidente da Junta para quem ainda não tivesse percebido. “Certas cateteristas” é não ter certas pessoas, neste caso de classe média, que podem desvalorizar um bairro que se pretende exclusivo. Este é o modelo de cidade de Moedas. E ele tem, como é evidente, apoio de algumas camadas da população com forte presença em algumas freguesias de Lisboa.

Mesmo com os 343 milhões de euros do PRR, o ritmo de concursos públicos para obras lançados por Moedas não se distingue, ou é pior, do que o de Fernando Medina nos últimos anos do seu mandato, em que não tinha acesso a fundos europeus. O ritmo do PS em Lisboa já estava muito aquém do necessário e isso ajuda a explicar a sua derrota

eleitoral, que também resulta de uma mudança demográfica na cidade. Extraordinário é que não melhore quando há muito mais dinheiro disponível para isso.

A escolha ideológica de Moedas é, também, uma escolha eleitoralmente determinada. Mais do que governar Lisboa, Moedas posiciona-se para a liderança da oposição ao governo. Bairros como o Restelo, onde congela a expansão de casas a preços acessíveis, ou as Avenidas Novas, onde no mandato anterior Medina iniciou a construção e reabilitação de mais de 700 casas, têm os preços por metro quadrado mais caros de todo o país. É nestas zonas que vai deixar de construir habitação pública. E não é por acaso. Estas freguesias são os bastiões eleitorais da direita na cidade. Nem todas as pessoas mais abastadas votam no PSD ou na IL. Nem todos os eleitores destes partidos são abastados, como é evidente (no PSD até será uma pequena minoria). Mas a sobrerrepresentação destas forças nas zonas mais caras da cidade é facilmente verificável no mapa eleitoral.

Em poucas cidades do país isso será tão evidente, aliás. A diferença de um concelho em relação a um país, é que a mobilidade é muito mais rápida. Se viver numa cidade se torna muito caro depressa assistimos ao êxodo dos mais pobres, primeiro, e da classe média, depois. E Lisboa está a caminho de se tornar numa cidade de ricos e expatriados abastados com bolsas de bairros sociais e de imigrantes pobres. Os remediados não desaparecem, porque a sua vida melhorou. São expulsos, porque a sua vida piorou. E a diminuição do peso dos pobres e da classe média em Lisboa favorece, do ponto de vista estritamente eleitoral, Carlos Moedas e aliados. A ideia de que o centro urbano é naturalmente inacessível aos pobres e à classe média (que tem sido repetida através da caricatura de que quereriam viver no Chiado), porque a estratificação social da cidade é uma inevitabilidade da economia de mercado, é um programa político. Assim como a disputa do centro das cidades como espaços interclassistas. E Moedas representa os que acham que o resultado dessa disputa deve ser deixado ao mercado. O que se traduz, na prática, na expulsão de dos pobres e da classe média (sejam portugueses ou estrangeiros) da cidade que dirige, que passa a ser um espaço exclusivo para ricos (sejam portugueses ou estrangeiros). Como presidente, Carlos Moedas tem uma agenda de classe. O que corresponde, aliás, a todo o seu percurso político e profissional.

O problema é que o centro já não é o centro e muito menos o Chiado. Como a inflação dos preços causados por uma política neoliberal para o território funciona em mancha de óleo, a cidade tem de ser entendida muito para lá do concelho. Como lembrou António Brito Guterres, uma mulher solteira da zona de Lisboa com dois filhos que receba o salário mínimo encontra na Chamusca (a 110km do centro) o lugar mais próximo para viver, se quiser gastar metade do seu salário num T2. Se quiser ficar na Área Metropolitana, o lugar mais barato é em Alhos Vedros, onde gastaria 70% do que ganha. Não é difícil perceber a insustentabilidade económica, social e ambiental do programa neoliberal para as cidades que Moedas representa. Até porque a cidade do privilégio não dispensa que aquela mesma mulher venha ao centro, para lá trabalhar. Para Carlos Moedas, a cidade é um ativo financeiro e a política pública de habitação é um contrassenso socialista. Na sociedade de mercado (diferente da economia de mercado), o mercado é o regulador natural de todos os domínios da nossa vida. Por isso não faz sentido limitá-lo ou perturbá-lo (ou, como ele diz, “proibir”). O seu pensamento nada tem de original em relação ao que hoje vemos por essa Europa fora. Apenas não disfarça. Original é que se diga “social-democrata”. Até os seus companheiros ideológicos europeus não de estranhar.

Cor_EL_60

Fonte: Expresso

Título: A Lei das Ordens Profissionais

Resumo: Por: Luís Cabral

O Presidente da República promulgou a Lei das Ordens Profissionais. Devo dizer que não estou muito familiarizado com os pormenores da lei, mas tenho algumas opiniões fortes sobre questões de princípio. Vital Moreira, com quem nem sempre concordo, mas com quem sempre aprendo alguma coisa, identifica correctamente o problema: escreve ele que “as associações profissionais representam um casamento contranatura entre associações profissionais e regulação pública”. Por um lado, temos os interesses dos consumidores, o que implica que haja algumas regras. Por outro lado, temos os interesses dos profissionais. Sendo as regras criadas pelos próprios profissionais, o conflito de interesses não poderia ser maior: à falta de alguma intervenção de terceiros, a balança sempre cairá a favor dos profissionais e em detrimento dos consumidores. Um caso interessante, que, entretanto, e felizmente já mudou, é o caso das farmácias. Até há 10 ou 20 anos, somente os licenciados em Farmácia podiam ser donos de uma farmácia. Devo dizer que esta era uma regra da Associação Nacional de Farmácias, não da Ordem dos Farmacêuticos, mas, tanto quanto sei, a pressão para a mudança legislativa veio da Autoridade da Concorrência, não da Ordem. Embora Portugal esteja próximo dos extremos (pelos padrões da OCDE), não é necessariamente o pior caso. Esse prémio deve ser atribuído ao Estado da Louisiana (EUA), que exige que uma pessoa tenha a devida licença para ser um florista. A minha colega de curso (de Economia) Helena Quelhas, para poder herdar a farmácia da mãe, deixou uma carreira de sucesso no BCP, regressou ao 12º ano para preparar o acesso ao curso de Farmácia, passou os cinco anos do curso, atingindo assim o grau de licenciada em Farmácia, o que lhe confere a possibilidade de ser proprietária de uma farmácia. Note-se que não estou falando da direcção técnica da farmácia, para a qual se justifica o requisito da licenciatura; estou simplesmente falando da propriedade da dita farmácia. Não faz sentido nenhum. Eu percebo que o interesse social de regulação da actividade é importante em casos como a Medicina ou a Farmácia. Afinal, o que está em causa é a saúde, se não mesmo a vida, do consumidor. O problema é que o braço da regulação das actividades económicas se estende muito além do que o interesse público justifica. Que sentido faz, por exemplo, restringir o acesso ao “acto de economista” àqueles que estão inscritos na Ordem dos Economistas? Estarei eu a fugir à lei quando publico artigos no caderno de Economia do Expresso sem que me tenha inscrito na Ordem?

Mais: segundo a Ordem, podem inscrever-se os titulares de um grau académico “na área da ciência económica”. Lembro-me de, há anos, Diogo Lucena se queixar de que, como licenciado em Engenharia Electrotécnica, não preenchia os requisitos necessários. E estamos a falar de uma das figuras mais importantes na construção da escola de economia portuguesa com maior projecção internacional.

Embora Portugal esteja próximo dos extremos (pelos padrões da OCDE), não é necessariamente o pior caso. Esse prémio deve ser atribuído ao estado da Louisiana (EUA), que exige que uma pessoa tenha a devida licença para ser um florista. Para obter a licença, há que passar um exame escrito, sendo 114 dólares o preço de inscrição no exame. Depois de passar o exame, há ainda que pagar 100 dólares pela licença

propriamente dita. Segundo a página da Comissão de Horticultura da Louisiana, a licença permite fazer e vender arranjos de flores, bem como cortar flores e plantas ornamentais.

Imaginem o perigo para o consumidor de uma pessoa com uma tesoura a cortar flores sem possuir licença para o efeito! E qual a melhor forma de preparar o exame escrito? O melhor é inscrever-se num curso oferecido pela associação de floristas, que, se bem me lembro, custava várias centenas de dólares. Sem comentários. Alan Krueger, um economista que foi conselheiro do Presidente Obama, estimou que as leis de licenciamento levam a um aumento do salário das profissões em cerca de 15%. Isto pode parecer uma coisa boa ... até receber a conta dos serviços prestados por estes profissionais.

Meio século depois do Estado Novo, um regime altamente corporativista, uma parte importante da economia portuguesa continua condicionada aos interesses de insiders. Espero que a nova lei possa mudar esta situação.

Cor_EL_61

Fonte: DN

Título: Cavaco foi mauzinho com os meninos do PS

Resumo: Por: Joana Petiz

Aproveitando os 30 anos de um programa notável que fixou as raízes para criar condições para os jovens terem a sua primeira casa e acabar com as dez mil barracas que mal abrigavam milhares de famílias em Lisboa, Carlos Moedas deu ontem uma lição a António Costa. Como fazer um programa de habitação credível podia ter sido o título da apresentação do presidente da Câmara de Lisboa - ignorado pelo governo, tal como os restantes autarcas do país e até os presidentes das Regiões Autónomas, aquando do desenho do pacote Mais Habitação. Explicou Moedas como vai criar soluções para que jovens e famílias que não conseguem hoje aceder a habitação digna consigam encontrar morada na cidade. Com a ajuda dos senhores presidentes da junta, que são aqueles que estão no terreno, com a construção e reabilitação de mil casas em que a autarquia investiu 40 milhões de euros no último ano, com outras mil habitações atualmente em construção e um programa para trabalhar com os privados em soluções que permitam abrir portas que estão há demasiado tempo fechadas a novos moradores. Sem ameaças ou saídas coercivas, sem destruição de valor e de confiança, sem medidas autistas e apenas capazes de levar os proprietários a pôr trancas à porta e pôr os investidores a fugir a sete pés de onde pressentem que podem ser espoliados a qualquer momento.

Um plano que será financiado com mais 85 milhões de euros do orçamento municipal, mas que implicará - e terá capacidade de atrair - também intervenção e despesa de investidores privados. O que vai ser feito em Lisboa - assumindo que os socialistas municipais não continuam a chumbar medidas como a isenção de IMT para os jovens - é a antítese daquilo que Costa defende. Moedas quer promover o debate aberto e o trabalho de equipa, envolvendo habitantes, setores económicos e juntas de freguesia na criação de soluções adequadas, cujo ponto de partida é o exemplo e o financiamento público. Aproveitando até os 343 milhões do PRR de que Lisboa dispõe até 2026 para intervir na habitação. Um plano que chama todos à ação, em vez de todos hostilizar e forçar sob o chicote ideológico.

O governo absoluto podia bem aprender e emendar a mão de um projeto que faz tábua rasa dos direitos de cidadãos e empresas, que externaliza o ónus da crise e força o setor privado a avançar e assumir os custos de soluções que deviam ser sociais, de responsabilidade pública. Um pacote em que só mesmo o PS - e não todo - é capaz de encontrar virtudes. Um modelo que, como venceu Cavaco Silva, é resultado da descredibilização e do falhanço da política do governo no domínio da habitação, com grandes custos sociais. Para o PS, porém, são bizarras as declarações do antigo primeiro-ministro e Presidente, de quem esperavam um espírito menos destrutivo. Os costistas, que desprezam todos os que não são do seu bando e acreditam que só eles deviam ter a possibilidade de governar - mesmo tendo colados à pele sucessivos casos de justiça, mesmo com demissões em cadeia, mesmo tomando decisões ruinosas para o país como tudo o que fizeram com a TAP, para dar apenas um exemplo - queixam-se que Cavaco Silva está a ser mau para eles. Ainda que o país que se estende para lá das portas do Rato só ficasse feliz se a bizarraria a que Costa chamou Mais Habitação fosse incinerada

Cor_EL_62

Fonte: Público

Título: Por uma gestão integrada do património cultural nacional

Resumo: Por: Vítor Serrão

O Património Cultural de um país é um dos seus máximos esteios identitários. Seja ele histórico-artístico, monumental, arqueológico, antropológico, arquivístico, museológico, etnográfico, linguístico, corpóreo ou incorpóreo, aquilo que está em jogo, sempre, é o imperativo de assegurar a sua salvaguarda e valorização em termos de futuro. A gestão do Património Cultural é, por isso, um dos esteios da Democracia e um dos pulmões das políticas públicas que incumbe aos governos cumprir. Tudo o que se fizer no sentido de estudar, identificar, preservar e revalorizar o nosso Património, que é riquíssimo tanto em termos quantitativos como qualitativos, nunca será demasiado. Precisamos de uma política de gestão integrada que, sector a sector, reforce equipas técnicas, crie condições adequadas de trabalho, proteja os valores quando ameaçados, dote as áreas da conservação e restauro de melhores meios, agilize protecção legislativa eficiente e capaz, impeça atentados e furtos e puna os seus responsáveis, alargue o ensino, valorize seriamente o sector do turismo sem cair na tentação mercantilista ou na banalização massificada, e estimule a investigação científica e impulse a inventariação omissa... em suma: um Estado que faça cumprir a legislação e as regras consensualmente estabelecidas num campo de tanta importância e tão ampla sensibilidade.

São estas as responsabilidades que incumbem ao Estado e que a DGPC e as Direcções Regionais de Cultura, através da sua estrutura orgânica, têm assegurado com mais ou menos carências, fruto do esforço dos seus técnicos, tarefas essas tantas vezes agilizadas de mãos dadas com os sectores privados, com a Igreja, as Universidades, as Academias e, acima de tudo, com as comunidades de pertença dos bens em apreço. Desde os anos 80 do passado século que se criou em Portugal um regime jurídico de preservação de bens e de funcionalização orgânica do Estado que, melhor ou pior, funcionou e deu frutos, sem deixar de estar atento à necessária descentralização de serviços e tutelas, mas sem pôr em risco a dimensão unívoca do seu papel de intervenção. Ora este quadro coordenador está neste momento ameaçado! Se o corpo técnico e as estruturas de gestão no sector forem enfraquecidas, se os instrumentos legais de que dispunha forem pauperizados, qual o futuro do nosso Património? Continuaremos a chorar face às notícias cada vez mais

repetidas que lamentam a destruição de uma anta alentejana, a espoliação de uma igreja ou um palácio, o desinvestimento na formação, no restauro e na investigação, a falta de pessoal e o estado de incúria num museu, ou a ruína inapelável em que se deixa cair este ou aquele património edificado (por vezes já classificado)?

Em suma: urge apostar numa gestão integrada destas mais-valias, melhorando o funcionamento dos organismos especializados do Estado. E a verdade é que, embora em moldes nunca ideais, a articulação de esforços no seio do Ministério da Cultura para o sector do Património já funcionou de modo satisfatório. É por isso que eu e muitos colegas no sector seguimos com apreensão as notícias sobre a transferência de competências das Direcções Regionais de Cultura para a esfera tutelar das CCDR (as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional). É uma má medida, que deve ser desde já inviabilizada e não seguir em frente: se as DRC forem pura e simplesmente extintas (e porquê? e para quê?), sendo as suas valências diluídas (ao invés de serem reforçadas!) em novas estruturas descentralizadas e sem idênticas competências, só pode nascer mesmo uma reforma empobrecedora, que retira peso ao próprio Estado central num sector em que nunca poderia abrir mãos.

Em nome das suas qualidades intrínsecas, o nosso Património Cultural exige mais, muito mais: trata-se de uma área em que o papel tutelar do Estado tem de ser muito mais forte e esclarecido.

Cor_EL_63

Fonte: Observador

Título: Pela Remoção do Amianto nas Escolas

Resumo: Por: Íris Roriz Madeira, Arquitecta, Grupo de Trabalho do Amianto da Associação Ambiental ZERO

A Petição Pela Remoção Total do Amianto nas Escolas Públicas surge após identificação de inúmeras escolas onde existiam ainda materiais alegadamente contendo amianto, como o fibrocimento, visível a olho nu, entre outros, enquadrados na lista de materiais que poderiam conter o material cancerígeno. Em apenas alguns dias, ZERO MESA e FENPROF conseguiram a recolha de milhares de assinaturas. Já em 2019, a grande preocupação e os alertas da ZERO chamavam a atenção para a ineficaz inventariação dos materiais contaminados nas escolas, que se resumia ao fibrocimento. Após o início da ação de remoção dos Materiais Contendo Amianto (MCA) por parte do governo (louvável, a pesar de tudo) corremos o risco de não saber em que ponto estamos, já que este material nocivo pode encontrar-se em diversos outros materiais como revestimentos de pavimentos ou paredes, tintas, divisórias, entre tantos outros.

Nesse sentido, mantêm-se as preocupações de 2019: “(...) sem uma correta avaliação prévia de todos os materiais que contêm amianto, as obras que já foram realizadas para a remoção deste material perigoso nos edifícios dos referidos ministérios podem ter deixado ficar outros materiais contendo amianto, eventualmente mais perigosos do que o fibrocimento.” Sobre o programa de remoção de amianto nas escolas públicas, que em boa hora ZERO e MESA aplaudiram, continuam por esclarecer as questões que nunca foram respondidas:

1. Quais as empresas responsáveis pela inventariação dos MCA nas escolas?

2. Quais os materiais que foram considerados na inventariação?
3. O que aconteceu às escolas que tiveram uma fase de remoção de MCA e onde foi deixado um pavilhão ou uma estrutura para mais tarde?
4. O que aconteceu às escolas identificadas na primeira lista de escolas com MCA cujas autarquias não se candidataram ao plano de remoção?

No seguimento do tema da identificação de MCA nas escolas, comparando os documentos oficiais refletidos no gráfico abaixo, há uma queda abrupta nos edifícios identificados no Ministério da Educação em apenas 1 ano. Entre o Relatório de 2019 e a Listagem de 2020, passando de 1180 edifícios para 578 escolas no Despacho n.º 6573-A/2020. Esta variação volta a surpreender-nos quando, no mesmo ano, na Listagem do primeiro semestre de 2020 o número desce para os 489 imóveis. Este valor ganha mais expressão uma vez que, por comparação, entre o primeiro semestre de 2020 e o segundo de 2022 são intervencionados 285 imóveis aproximadamente, após o Programa da Remoção do Amianto ter sido decretado.

Persiste a dúvida sobre o que aconteceu aos 691 imóveis referidos em 2019 e que desapareceram até ao final do primeiro semestre de 2020. Preocupam-nos as denúncias chegadas da prática de remoção de fibrocimento em tempo de aulas, em algumas escolas, pela perigosidade na exposição de toda a população escolar a este material cancerígeno. Relembramos as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) a este respeito (não existe valor abaixo do qual seja segura uma exposição ao amianto). No programa de remoção do amianto, a colocação de uma data limite para remoção do fibrocimento nas escolas, originou uma corrida desenfreada na procura de empresas capacitadas para executar os trabalhos em apenas dois ou três verões de férias letivas. A necessidade de resolução deste programa em tão curto espaço de tempo foi o cenário propício a variadas situações que colocaram em risco importantes princípios de segurança.

O programa de remoção do amianto nas escolas públicas foi decretado, e bem, pelo governo (no Despacho n.º 6573-A/2020). Enquanto donos de obra, os municípios poderiam candidatar-se para obter acesso a fundos que permitiam os meios para essa remoção. Mantém-se ainda como necessário: i) a inventariação séria e rigorosa, por empresas reconhecidas para o efeito, de todos os materiais suscetíveis de conter amianto; ii) a publicação da listagem de edifícios, instalações e equipamentos públicos, objeto desse estudo, bem como a identificação das entidades responsáveis por essa inventariação; iii) garantir a segurança e a metodologia recomendadas na remoção de MCA em vez da sujeição a um prazo que comprometa a boa execução dos trabalhos; iv) por fim, fiscalização e acompanhamento de todo o programa através da publicação de relatórios claros e rigorosos sobre o que é feito, como, quem é responsável por e quais os estabelecimentos objeto dessas intervenções. Parece assim haver um desfasamento entre o anúncio feito pelo Governo de que o amianto foi ou está a ser retirado das escolas e a realidade: i) afinal nem foi retirado o amianto, mas sim o fibrocimento; e ii) apenas das escolas públicas entre o Jardim de Infância e o 12º ano, deixando de fora mais de 3000 escolas, conforme havia já sido comunicado pela ZERO, MESA e FENPROF.

Passados 18 anos sobre a proibição do amianto em Portugal, 12 anos da publicação da lei sobre remoção de amianto em edifícios públicos, 6 anos sobre o primeiro grupo que atualiza o número de edifícios públicos contendo amianto, 5 anos da lei sobre remoção de amianto em empresas privadas, 3 anos sobre o programa da Remoção do Amianto nas Escolas, ainda se cometem os mesmos erros do início desta caminhada. Muito há por

esclarecer num trabalho que carece de transparência e rigor. Tem passado de ministério em ministério como uma batata quente, impossibilitando o acompanhamento e verificação do tema pela sociedade civil e uma segura e correta monitorização de um problema tão sensível de saúde pública. Numa democracia não chega parecer sério, é necessário sê-lo também. A comunidade escolar, os pais das crianças e população em geral têm o direito a saber como, por quem, e o que está a ser removido nas escolas. A transparência promove o rigor e a responsabilidade. São as regras básicas da democracia.

Cor_EL_64

Fonte: Observador

Título: A TAP a destapar a desgovernança socialista

Resumo: Por José Pinto

Quando nas mais recentes eleições legislativas os portugueses deram a maioria absoluta ao Partido Socialista, estavam a colocar as suas esperanças em António Costa.

Os eleitores queriam acreditar que, livre das amarras de uma geringonça contranatura, o líder socialista conseguiria formar um Governo capaz de enfrentar a situação que se adivinhava difícil face aos preocupantes desenvolvimentos da conjuntura internacional. Porém, não foi preciso esperar muito para os portugueses começarem a ficar inquietos. Bastou perceberem que a escolha dos membros do Governo obedecia, por inteiro, à lei de ferro – ou de bronze – de Robert Michels. De facto, na formação do Governo, António Costa privilegiou o critério da confiança pessoal e da lealdade partidária em detrimento da competência. Um regalo para o aparelho partidário. Uma ameaça para a esperança e para os bolsos dos portugueses. Não admirou, por isso, que casos e casinhos fossem surgindo a um ritmo tão apressado como a meteórica passagem de alguns governantes pelo Palácio do Poder. Assim, ainda a análise de um caso não estava esgotada e já outro chegava ao domínio público. O preço que a desgovernança socialista se foi vendo obrigada a pagar face a uma comunicação social disposta a cumprir o seu papel de recolher provas para se informar e, posteriormente, informar. Um escrutínio cada vez mais preparado para lidar com as cortinas de fumo destinadas a camuflar e a afastar a atenção do cerne dos problemas. Nessa extensa lista de casos a TAP merece um lugar de destaque. Um processo antigo porque a promessa costista de reverter a privatização da companhia foi uma das moedas de troca para viabilizar a extinta geringonça. Uma decisão que os bolsos dos contribuintes, ao contrário do PCP e do Bloco de Esquerda, continuam a não agradecer. Provavelmente porque o português comum já se apercebeu da gritante diferença entre uma companhia de bandeira e uma bandalheira de companhia.

Por falar em bandalheira, os dados que, desde há várias semanas, continuam a vir a público encarregam-se de ir destapando a forma negligente – chamemos-lhe assim – como a companhia tem vindo a operar. Uma desgovernança a raiar o inconcebível, como provam, entre outros, a questão do «despedimento» e da indemnização de Alexandra Reis, as críticas da – e à – CEO Christine Ourmières-Widener e, acima de tudo, a fazer fé nas declarações de Manuel Beja, o presidente não executivo, o excesso de controlo por parte do executivo, misturado com um elevado grau de inação. Um depoimento que não permite dúvidas sobre a desgovernança política da TAP. Uma prova provada de que, ao contrário dos sistemas de controlo dos aeroportos, a tutela governamental não sabe usar a bússola e, como tal, perdeu o Norte. Na Coreia do Sul, onde se encontra em visita oficial, António Costa quebrou a regra de não falar no estrangeiro de assuntos da vida interna e afirmou que, na sequência das conclusões da comissão de inquérito que está a decorrer a nível

parlamentar, o Governo irá agir em conformidade. Uma declaração politicamente correta, mas que está longe de tranquilizar os portugueses.

Na verdade, os portugueses sabem bem que o político em que colocaram as suas esperanças lhes frustrou as expectativas. Por isso, já estão à espera que o essencial da culpa venha a recair apenas sobre os elos mais fracos e sobre quem já se demitiu. Face ao exposto, talvez seja tempo de Luís Montenegro se preparar para encurtar a prevista travessia do deserto. A regra da vida habitual quando o PS entra em desgovernação.

Cor_EL_65

Fonte: Expresso

Título: O ódio da extrema-esquerda é fofinho e benemérito?

Resumo: Por: Pedro Gomes Sanches

Enquanto o PS puder continuar a utilizar o poder executivo para se governar e não para governar o país na prossecução do bem comum, o ódio da extrema-esquerda será sempre fofinho e benemérito Portugal tem, para lá de todos os outros, um problema de habitação; que não é só de acesso, também é de conforto. E este problema, que compromete um direito constitucional, tem razões estruturais e razões conjunturais.

Desde logo, os salários médios miseráveis, para os quais a baixa produtividade (das mais baixas da UE), a baixa competitividade fiscal (das mais baixas da UE) e a baixa eficácia salarial (com a abissal diferença entre aquilo que o empregador paga e aquilo que o trabalhador recebe) contribuem para o problema estrutural. A este cenário do lado da procura soma-se, sobretudo para pessoas de baixos rendimentos, mas não só, um problema do lado da oferta, já que Portugal tem uma das mais baixas percentagens de habitação pública da UE, construção de novas habitações, apesar de ligeiras inversões pontuais, em baixa desde 2002 e custos de contexto que encarecem o preço final da que existe.

Neste duplo problema estrutural - a tragédia do lado da procura, e a inoperância e ineficiência do lado da oferta - a esquerda, que nos últimos 28 anos governou 22, e a extrema-esquerda, que apoiou parlamentarmente um governo do PS durante os anos da geringonça, aprovando programa de governo e orçamentos, têm a maior parte da responsabilidade.

Se isto não bastasse, a este problema estrutural somam-se agora problemas conjunturais, como a subida das taxas de juro e a inflação.

É, portanto, normal que as pessoas que veem os seus rendimentos reais diminuírem e os seus encargos aumentarem, no sufoco de um mês cada vez maior que o salário, saiam à rua em protesto. E é, também, natural que os que não saíram à rua, mas que se debatem com os mesmos problemas tenham sentido, num primeiro momento, alguma simpatia com a causa. Foi isso que aconteceu na semana passada, na manifestação pelo direito à habitação, em Lisboa. Porém, quem os guiou, quem os manipulou, até ao Martim Moniz foram agitadores e criminosos de extrema-esquerda.

Quando pararem os clamores, os dentes rangidos e as vestes rasgadas, prossigo. Já está?

Disse agitadores e criminosos de extrema-esquerda, sim, porque não encontro designações melhores para descrever quem apela à morte aos senhorios ou defende a legalização das ocupações, como se lia em cartazes e ouvia na dita manifestação, e para quem destrói a propriedade de comerciantes e do Estado, como aconteceu em lojas, paredes e motas da polícia, num frenesim revolucionário próprio de gente de encarcerar.

Cabe ao Governo a iniciativa de criar políticas públicas consistentes, credíveis e eficazes que deem resposta a este problema. Lamentavelmente, com a cabeça nas nuvens, o Governo amalgamou um conjunto de medidas inconsistentes, sem credibilidade e ineficazes. Ao optar por fazer isto, o Governo encheu um barril de pólvora e sentou-se nele a brincar com fósforos, não resolvendo nada e acicatando ódios. Fê-lo com o propósito de desviar as atenções de um dos maiores escândalos da última década, o dossier TAP (que está para Costa como a Parque Escolar esteve para Sócrates). Costa não é, portanto, inocente. E este programa Mais Habitação e a forma como ele foi anunciado e está a ser gerido não é inconsequente.

Não vos maçarei com grandes considerações teóricas sobre populismos e extremismos, para o efeito bastarão as definições da Wikipédia: populismo é o conjunto de práticas políticas que se justificam num apelo ao povo geralmente contrapondo este grupo a uma elite e extremismo são modelos de acção política que preconizam soluções extremas, radicais e revolucionárias, para os problemas sociais.

Alimentam ódios visando grupos particulares da população, lançando sobre eles o ónus da desgraça do povo: eis o *modus operandi* de populistas e extremistas. Se para os populistas de direita a solução é fechar as portas, e os inimigos são as elites corruptas e os imigrantes pobres, para os populistas de esquerda a solução é limitar os direitos de propriedade e os inimigos são os proprietários e os imigrantes ricos.

Ninguém dos que benevolmente aderiram ou simpatizaram com a manifestação se revê neste circo radical. Até porque 70% dos portugueses são proprietários de habitação, e não lhes parece que cercear esse direito de propriedade, conseguido a custo de vidas inteiras, seja solução para as dificuldades que atravessam. O que os portugueses querem é rendimentos de trabalho condignos, condições estáveis de investimento e segurança pública; se as primeiras pretensões escasseiam há muito, a última começa a escassear agora.

E eis, por isso, na rua, as consequências da culpa de António Costa e do Governo. Ao alimentar retoricamente um discurso anti-investimento (Alojamento Local), anti-imigrantes ricos (Vistos Gold), anti proprietários (arrendamento compulsivo), a partir de premissas irracionais como a de que toda a gente tem direito a viver nas zonas mais caras de Lisboa, passam a ser autores morais da baderna que já aí anda e da que ainda está para vir. Do que também são autores, mas materiais, é das consequências da não resolução dos problemas estruturais que identifiquei no início.

Dizia lá atrás que o Governo andava com a cabeça nas nuvens. Estava, claro, a falar da TAP, um escândalo de proporções épicas, onde a troca do apoio da extrema-esquerda, o Governo reverteu uma privatização feita pelo Governo PPD/PSD e CDS, para agora a querer privatizar outra vez. No entretanto, erodiram qualquer módico de decência,

comprometeram a separação de poderes, alimentaram nepotismos, enriqueceram camaradas e lesaram o país pelo menos em 3.200 milhões de euros. O que esta semana assistimos no Parlamento faz sobrar em nojo o que falta em palavras fora do vernáculo. Aliás, estes 3.200 milhões ali enterrados, sem retorno, teriam permitido construir 2.909 prédios e 23.272 apartamentos; isto, se considerarmos 1.100.000 euros por prédio de 4 pisos com 8 fogos de habitação T2, com elevador. É mais do que todas as casas compradas no âmbito dos vistos Gold nos últimos 10 anos, pelas quais, se mais a esquerda não quiser contabilizar, foram pagos IMT, imposto de selo e continuam a ser pagos IMI em valores milionários.

Em Portugal, como um pouco por todo o lado, vive-se um risco real de ascensão dos populistas iliberais (basta ver as intenções de voto em França - que sempre foi tragicamente a inspiração da esquerda portuguesa - na Sr.^a Le Pen e no Sr. Mélenchon). Mas a culpa não é dos populistas, é do *statu quo*, que ninguém mais do que o PS representa neste país.

Militante e alta figura de um partido que representa o poder fáctico, e que é o espelho da corrupção no país - nunca dela se demarcando veementemente nem nada fazendo para a combater -, o Presidente da Assembleia da República exorta o país para os perigos da extrema-direita, mas nunca se lhe ouviu uma palavra assertiva relativamente aos perigos da extrema-esquerda.

Para estes cavalheiros, enquanto os senhorios são ameaçados de morte, a propriedade privada é destruída e ocupada, os imigrantes ricos são diabolizados e os ódios são acicatados (sempre de modo metafórico, claro, como nas patacoadas criminosas de Fanon), mas o PS puder continuar a utilizar o poder executivo para se governar e não para governar o país na prossecução do bem-comum, o ódio da extrema-esquerda será sempre mais fofinho e benemérito do que as inanidades abjectas do Ventura.